



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II — Nº 189

QUARTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1988

BRASÍLIA — DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 — ATA DA 206ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 23 DE FEVEREIRO DE 1988

I — Abertura da Sessão

II — Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada

III — Leitura do Expediente

IV — Pequeno Expediente

NELSON AGUIAR — Disposição do orador de votar favoravelmente à proposta resultante do consenso sobre estabilidade no emprego.

HERÁCLITO FORTES — Editoriais "Tragédia Carioca", "Armistício não é trégua" e "Chuvvas e sambódromo", publicados no **Correio Braziliense**.

PAULO PAIM — Direitos trabalhistas segundo a emenda do grupo "Centrão" na Assembleia Nacional Constituinte.

VIRGÍLIO GUIMARÃES — Direitos dos aposentados e pensionistas da Previdência Social no futuro texto constitucional.

DORETO CAMPANARI — Perspectivas da ocorrência de inflação galopante no País.

AMÁIRY MÜLLER — Repúdio a acordo preconizado em torno dos direitos dos trabalhadores na futura Constituição.

FARABÚLINI JÚNIOR — Reivindicações das confederações de trabalhadores a respeito da estabilidade no emprego na futura Constituição.

IRMA PASSONI — Apoio às reivindicações dos aposentados. Estabilidade no emprego. Negociação da dívida externa.

SIQUEIRA CAMPOS — Posição do PDC em torno dos direitos dos trabalhadores na futura Constituição.

ADHEMAR DE BARROS FILHO — Protesto contra a demissão de aeronautas da Viação Aérea São Paulo — VASP, participantes de greve da categoria.

BENEDITA DA SILVA — Destinação de terrenos da União para assentamento de favelados no Rio de Janeiro. Recursos para contenção das encostas no Estado.

DOMINGOS LEONELLI — Repúdio a acordo preconizado em torno dos direitos trabalhistas na futura Constituição.

AGASSIZ ALMEIDA — Situação de penúria vivida pelos aposentados do Funrural. Elevação do valor das aposentadorias.

NILSON GIBSON — Dispensa em massa de trabalhadores do setor sucro-alcooleiro no Estado de Pernambuco. Aplicação do regime do FGTS acoplado com sistema de segurança no emprego.

EDUARDO JORGE — Presença de delegações de aposentados em Brasília para apresentar reivindicações à Assembleia Nacional Constituinte.

FRANCISCO AMARAL — Suspensão do processo de transferência da agência do Banco do Brasil de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.

SIGMARINGA SEIXAS — Manifestação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência sobre a autorização, pelo Conin, da entrada de **software** americano no mercado nacional.

LAEL VARELLA — Conteúdo demagógico e comunicante de pronunciamentos na Casa.

Compromissos históricos da Assembleia Nacional Constituinte.

JOÃO DE DEUS ANTUNES — Modificação do sistema de previdência privada.

ANTÔNIO CÂMARA — Exigência, pela Caixa Econômica Federal, aos empresários da construção civil no Nordeste, de depósito de parte do valor da proposta apresentada

CARLOS CARDINAL — Priorização do ensino público na futura Constituição.

MENDES RIBEIRO — Opções na manifestação do voto. Equivalência da "abstenção" ao voto "contra".

DENISAR ARNEIRO — Equiparação de cobrança de tributos entre transportadores de bens e transportadores de passageiros.

PAULO MACARINI — Campanha desenvolvida pela Associação Brasileira de Produtores de Maçã contra a importação de similar argentino.

MAURO MIRANDA — Descentralização administrativa. Valorização dos Municípios.

CÉSAR MAIA — Estabilidade no emprego.

VALTER PEREIRA — Repúdio às críticas do Presidente da República e de Ministros de Estado às deliberações da Assembleia Nacional Constituinte.

INOCÊNCIO OLIVEIRA — Inoportunidade da desativação das frentes de emergência na região do Araripe, Estado de Pernambuco.

CARLOS VINAGRE — Resposta às críticas do Constituinte Ademir Andrade ao orador a respeito da ocorrência de violência policial contra garimpeiros em Marabá, Estado do Pará.

FÁBIO FELDMANN — A desconsideração dos aspectos ambientais e ecológicos como causa das catástrofes ocorridas no País.

JUAREZ ANTUNES — Manutenção da luta em prol da estabilidade no emprego.

MATHEUS IENSEN — A Assembléia de Deus e a Igreja Católica.

MAURO BENEVIDES — Instalação no Nordeste das Zonas de Processamento de Exportações. Artigo "ZPE: conceito e preconceito", publicado no **Correio Braziliense**.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA — Suspensão do contrato de serviço, com cláusula de risco, firmado entre a Petrobrás e a Texaco, para exploração petrolífera na bacia de Marajó.

LUÍZ MARQUES — Intervenção estatal na economia.

ASDRUBAL BENTES — Necessidade de equilíbrio e bom senso na votação do capítulo "Dos Direitos Sociais".

JOÃO DA MATA — Isenção do Imposto Territorial Rural para pequenos e médios proprietários na área do Polígono das Secas.

CUNHA BUENO — Artigo "Recado: quando os meios de comunicação divulgam os fatos pela metade", publicado no jornal **Resenha Judaica**, São Paulo, Estado de São Paulo.

MÁRIO MAIA — Conveniência da apuração de notícia sobre desaparecimento, dos cofres do Banco Central, de ouro de propriedade da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada.

SÓLON BORGES DOS REIS — Gratuidade da escola pública, em todos os níveis.

ARNALDO FARIA DE SÁ — Recadastramento dos aposentados e pensionistas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

EDISON LOBÃO — Apoio a acordo em torno dos direitos dos trabalhadores na futura Constituição.

ANTÔNIO SALIM CURIATI — Dificuldades existentes para o cadastramento de aposentados e pensionistas. Fechamento da Santa Casa de Itatiba, Estado de São Paulo, em consequência do atraso no pagamento devido pelo INPS.

JORGE UEQÜED — A estabilidade no emprego no futuro texto constitucional.

FERES NADER — Reflexões do orador sobre um ano de atividade parlamentar.

JOSÉ CARLOS COUTINHO — Denúncias de corrupção não apuradas pelo Governo.

V — Comunicações das Lideranças

FARABULLINI JÚNIOR — Reivindicações dos aposentados e pensionistas da Previdência Social à Assembléia Nacional Constituinte.

DIRCE TUTU QUADROS — Licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração mínima de 120 dias.

LYSÂNEAS MACIEL — Improcedência dos argumentos contra a estabilidade no emprego.

SOTERO CUNHA — Prejuízos causados pelas enchentes no Rio de Janeiro. Viabilização de recursos para atendimento às vítimas.

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA — A defesa do meio ambiente no futuro texto constitucional.

JORGE LEITE — Efeitos da catástrofe ocorrida no Rio de Janeiro. Abandono da cidade pelos Governos municipal e estadual.

LEITE CHAVES — A estabilidade no emprego na futura Constituição.

ALÚZIO CAMPOS — Apoio ao acordo sobre disciplinação da estabilidade no emprego na futura Constituição.

AMARAL NETTO — Aparição do orador é do Constituinte Cardoso Alves em programa do PCB em cadeia nacional de rádio e televisão.

ADEMIR ANDRADE — Marginalização dos pequenos partidos dos entendimentos acerca da elaboração do Capítulo "Dos Direitos Sociais". Contrariedade do PSB à emenda defendida pelo grupo "Centrão".

HAROLDO LIMA — Marginalização do PC do B e de setores trabalhistas do PMDB de acordo celebrado com o grupo "Centrão" em torno dos direitos trabalhistas no futuro texto constitucional.

ADOLFO OLIVEIRA — Denúncia sobre ocorrência de corrupção na concessão, pelo CIP, de aumentos nos preços dos produtos.

LUÍZ GUSHIKEN — Repúdio do PT à proposta de indenização compensatória em lugar da estabilidade no emprego, do grupo "Centrão" na Assembléia Nacional Constituinte.

ROBERTO FREIRE — Contrariedade do PCB ao acordo preconizado em torno dos direitos dos trabalhadores na futura Constituição. Enchentes no Estado do Rio de Janeiro. Rediscussão da organização do espaço habitado.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem.) — Apresentação de requerimento ao Ministro da Previdência e Assistência Social sobre processo de recadastramento de aposentados e pensionistas.

VI — Apresentação de Proposições

MÁRIO LIMA.

OSVALDO MACEDO (Questão de ordem) — Demora na resposta, pelo Ministro das Minas e Energia, a requerimento do orador sobre contratos de risco firmados pela Petrobrás.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Osvaldo Macedo.

CID SABÓIA DE CARVALHO (Pela ordem.) — Dependência de lei complementar para vigência do art. 7º da futura Constituição, nos termos do acordo celebrado.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Cid Sabóia de Carvalho.

Acionamento das campanhas.

Suspensão da sessão.

VII — Ordem do Dia

Votação do Capítulo II do Título II do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE — Anúncio da votação de substitutivo ao Capítulo II do Título II do Projeto de Constituição. Emenda nº 2.038, do Constituinte Afif Domingos.

GASTONE RIGHI, ROBERTO FREIRE, LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA — Encaminhamento da votação.

MÁRIO COVAS — Voto "sim" da Liderança do PMDB ao texto global, ressalvada a matéria a ser oportunamente colocada em votação. Oportunas respostas às referências feitas à Liderança do PMDB.

GASTONE RIGHI (Pela ordem.) — Matéria a ser submetida à votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem.) — Não-participação no acordo celebrado em torno da votação dos direitos dos trabalhadores.

MÁRIO COVAS (Pela ordem.) — Voto "sim" do PMDB à matéria em votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE — Anúncio da aprovação da Emenda nº 2.038.

OSVALDO LIMA FILHO (Pela ordem.) — Encaminhamento à Mesa de declaração de voto.

PRESIDENTE — Anúncio da votação do Destaque nº 2.231, do Constituinte Mário Covas, para votação em separado do **caput** do art. 7º.

MÁRIO COVAS (Pela ordem.) — Opção da Liderança do PMDB pelo texto oferecido pela Comissão de Sistematização.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem.) — Existência de amparo regimental para o Líder do PMDB encaminhar a votação a favor e seus Vice-Líderes contra.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Brandão Monteiro.

GASTONE RIGHI (Reclamação.) — Adoção de nova sistemática para o processo de inscrição de oradores para encaminhamento de votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem.) — Teor da matéria submetida à votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Carlos Sant'anna.

PRESIDENTE — Anúncio da aprovação do requerimento de destaque e da votação do art. 7º, destacado.

MÁRIO COVAS — Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Mário Covas. Esclarecimento sobre processo de votação.

MÁRIO COVAS (Pela ordem.) — Retirada do pedido de destaque.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Mário Covas.

PRESIDENTE — Anúncio da votação do Destaque nº 1.223, do Constituinte Augusto Carvalho, para manutenção do art. 7º do texto oferecido pela Comissão de Sistematização.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem.) — Imediata votação do texto oferecido pela Comissão de Sistematização.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Roberto Freire.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem.) — Voto "sim" do PDT à matéria em votação.

MÁRIO COVAS — (Pela ordem.) — Voto "sim" do PMDB à matéria em votação.

PRESIDENTE — Esclarecimento sobre processo de votação.

JOSÉ LINS — (Pela ordem.) — Voto "sim" do PFL à matéria em votação.

(Procede-se à votação.)

MAURO MIRANDA (Questão de ordem.) — Não-aparecimento do voto do orador no placar do sistema eletrônico de votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Mauro Miranda.

PRESIDENTE — Anúncio da aprovação do texto do art. 7º oferecido pela Comissão de Sistematização.

ROBERTO FREIRE (Questão de ordem.) — Prejudicialidade do § 4º do art. 8º do Substitutivo apresentado pelo grupo "Centrão".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Roberto Freire.

PRESIDENTE — Existência de requerimento para fusão de emendas ao inciso I do art. 7º.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem.) — Preferência para votação do texto-base em relação à matéria destacada para votação em separado.

NELSON JOBIM (Questão de ordem.) — Contradita à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Genoíno.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem.) — Inexistência de amparo regimental para as emendas fundidas, com inovação.

NELSON JOBIM (Questão de ordem.) — Contradita à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

CELSO DOURADO (Pela ordem.) — Apoio do orador à emenda, fundida, assinada pelos Constituintes Domingos Leonelli e outros.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Celso Dourado.

ROBERTO FREIRE — Inexistência de amparo regimental à decisão que deu preferência à emenda fundida.

DOMINGOS LEONELLI — Concessão de preferência para a emenda, fundida, assinada pelo orador e outros constituintes.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Questão de ordem.) — Justeza da interpretação regimental dada pela Presidência, ao conceder preferência à emenda, fundida, assinada por líderes partidários.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (Pela ordem.) — Imediata colocação do destaque em votação, para pronunciamento da Maioria do Plenário.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem.) — Inaceitabilidade da não-apreciação, pelo Plenário, do requerimento de destaque, com preferência para a emenda fundida.

PRESIDENTE — Concessão de preferência para a emenda resultante de fusão.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem.) — Apresentação de recurso à decisão da Presidência.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Genoíno.

ERICO PEGORARO (Questão de ordem.) — Registro da co-autoria do orador em emenda apreciada pelo Plenário.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Erico Pegoraro.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem.) — Absolução do constituinte que teria votado pelo Constituinte Sarney Filho, em face da decisão da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

ADOLFO OLIVEIRA (Pela ordem.) — Voto favorável do PL ao acordo de Lideranças.

JOSÉ MARIA EYMAEL (Pela ordem.) — Voto favorável do PDC ao acordo de Lideranças.

JOSÉ LOURENÇO, DOMINGOS LEONELLI, MÁRIO COVAS, JOSÉ GENOÍNO, BERNARDO CABRAL (Relator) — Encaminhamento de votação das emendas fundidas ao inciso I do art. 7º do Projeto de Constituição.

ALDO ARANTES (Pela ordem.) — Abertura de precedente, com a votação por acordo de Lideranças, em desfavor da minoria na Assembléia Nacional Constituinte. Discordância do PC do B do acordo de Lideranças.

ERALDO TINOCO (Pela ordem.) — Registro da co-autoria do orador em emenda apreciada pelo Plenário.

GASTONE RIGHI (Pela ordem.) — Voto contrário do PTB ao acordo de Lideranças,

por contrariar interesses da classe trabalhadora.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem.) — Encaminhamento à Mesa de declaração de voto do PDT.

CÉSAR MAIA (Pela ordem.) — Encaminhamento à Mesa de declaração de voto.

(Procede-se à votação.)

MAURO MIRANDA (Questão de ordem.) — Ratificação do voto "sim" do orador, por não constar do painel eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Mauro Miranda.

IRMA PASSONI (Questão de ordem.) — Ratificação do voto "não" da oradora, por não constar do painel eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta à Constituinte Irma Passoni.

SIMÃO SESSIM (Pela ordem.) — Retificação do voto do orador anunciado no painel eletrônico.

PRESIDENTE — Anúncio da aprovação das emendas fundidas ao inciso I do art. 7º do Projeto de Constituição.

VIRGILÁSIO DE SENNA (Pela ordem.) — Encaminhamento à Mesa de declaração de voto.

VIVALDO BARBOSA (Questão de ordem.) — Possibilidade de apreciação pelo Plenário de fusão de emendas dispondo sobre futura lei ordinária ou complementar sobre indenização por demissão do trabalhador.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Vivaldo Barbosa.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem.) — Esclarecimentos da Mesa sobre apreciação de emenda do orador não prejudicada pela aprovação de emendas fundidas ao inciso I do art. 7º do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem.) — Possibilidade de apreciação pelo Plenário de emenda aditiva com a expressão "nulidade", não constante do acordo de Lideranças.

DOMINGOS LEONELLI (Pela ordem.) — Apoio à solicitação do Constituinte Roberto Freire.

BERNARDO CABRAL (Relator.) — Intempetividade da solicitação do Constituinte Roberto Freire.

PRESIDENTE — Acolhimento do parecer do Relator Bernardo Cabral, pela intempetividade da solicitação do Constituinte Roberto Freire.

ROBERTO FREIRE (Questão de ordem.) — Contradita o parecer do Relator Bernardo Cabral à solicitação do orador.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Roberto Freire.

PRESIDENTE — Anúncio da votação das Emendas n.ºs 633, 814, 825, 1.826, 1.887 e 1.059, fundidas, sobre definição de salário mínimo.

MARCELO CORDEIRO — Encaminhamento da votação.

CARLOS SANT'ANNA (Pela ordem.) — Existência de dúvida quanto à eventual exclusão do empregado no pagamento da contribuição previdenciária, segundo os termos da emenda.

MARCELO CORDEIRO (Pela ordem.) — Esclarecimento sobre alcance da emenda resultante de fusão.

LUÍZ SOYER, NELTON FRIEDRICH, JOÃO MENEZES — Encaminhamento da votação.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem.) — Posição do Relator em face da inclusão da contribuição previdenciária entre os itens integrantes do salário mínimo.

BERNARDO CABRAL (Pela ordem.) — Razões do parecer favorável do Relator.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem.) — Persistência da dúvida do orador em relação à matéria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

MÁRIO COVAS (Pela ordem.) — Voto favorável do PMDB à matéria em votação.

VIVALDO BARBOSA (Pela ordem.) — Voto "sim" do PDT à matéria em votação.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem.) — Liberação da bancada do PFL para votação da matéria.

(Procede-se à votação.)

MAURO MIRANDA (Pela ordem.) — Registro do voto "sim" em relação à matéria em votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Mauro Miranda.

PRESIDENTE — Convocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte para o dia 24 do corrente mês, às 8 horas.

JOSÉ SERRA (Questão de ordem.) — Destinação da sessão convocada para o dia 24 do corrente, às 8 horas.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Serra.

PRESIDENTE — Prosseguimento da sessão até às 8 horas.

PRESIDENTE — Repetição do processo de votação.

NELTON FRIEDRICH (Questão de ordem.) — Acionamento das campanhas para chamamento dos Constituintes ausentes do plenário.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Nelson Friedrich.

(Procede-se à votação.)

MAURO MIRANDA (Questão de ordem.) — Ratificação do voto do orador, não constante do painel eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Mauro Miranda.

VASCO ALVES (Questão de ordem.) — Ratificação do voto do orador, não constante no painel eletrônico.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre eventuais falhas no sistema eletrônico de votação, em face de instalação de dispositivo **no-break** para prevenir quedas de energia elétrica.

VIII — Encerramento

2 — MESA (Relação dos membros)

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS — (Relação dos membros)

4 — COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO — (Relação dos membros)

Ata da 206ª Sessão, em 23 de fevereiro de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides,

Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;

ÀS 13H30MIN COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa — PSB; Ademir Andrade — PSB; Ademar de Barros Filho — PDT; Adolfo Oliveira — PL; Adroaldo Streck — PDT; Adyson Motta — PDS; Affonso Camargo — PTB; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Albérico Cordeiro — PFL; Aldo Arantes — PC do B; Alexandre Costa — PFL; Almir Gabriel — PMDB; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aloysio Chaves — PFL; Aluizio Campos — PMDB; Amaral Netto — PDS; Amaury Müller — PDT; Anna Maria Rattes — PMDB; Antônio Britto — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Antônio Carlos Mendes Thame — PFL; Antônio de Jesus — PMDB; Antonio Perosa — PMDB; Arnaldo Martins — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Assis Canuto — PFL; Basílio Villani — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Benedita da Silva — PT; Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSB; Bonifácio de Andrada — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Cardoso Alves — PMDB; Carlos Benevides — PMDB; Carlos Chiarelli — PFL; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Célio de Castro — PMDB; Celso Dou-rado — PMDB; César Maia — PDT; Chagas Rodri-

gues — PMDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Cid Sabóia de Carvalho — PMDB; Costa Figueira — PFL; Cunha Bueno — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Delfim Netto — PTB; Tutu Quadros — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Edison Lobão — PFL; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Edmilson Valentim — PC do B; Eduardo Bonfim — PC do B; Eduardo Jorge — PT; Elias Murad — PTB; Eraldo Tinoco — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Erico Pegoraro — PFL; Ervin Bonkoski — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Expedito Machado — PMDB; Fábio Raunheitti — PTB; Farabulini Júnior — PTB; Feres Nader — PDT; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Henrique Cardoso — PMDB; Fernando Santana — PCB; Firmo de Castro — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Carneiro — PMDB; Francisco Coelho — PFL; Francisco Küster — PMDB; Francisco Rollemberg — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gastone Righi — PTB; Geovani Borges — PFL; Geraldo Alckmin Filho — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; Gerson Cama-

ta — PMDB; Gidel Dantas — PMDB; Gonzaga Patriota — PMDB; Guilherme Palmeira — PFL; Gumercindo Milhomem — PT; Harlan Gadelha — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Duque — PMDB; Hélio Rosas — PMDB; Henrique Córdova — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hilário Braun — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Lucena — PMDB; Humberto Souto — PFL; Ibsen Pinheiro — PMDB; Inocência Oliveira — PFL; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Irma Passoni — PT; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; Jalles Fontoura — PFL; Jarbas Passarinho — PDS; Jayme Santana — PFL; João Agripino — PMDB; João Calmon — PMDB; João da Mata — PFL; João de Deus Antunes — PDT; João Machado Rollemberg — PFL; João Paulo — PT; João Rezek — PMDB; Joaquim Sucena — PMDB; Jofran Frejat — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Jorge Arbage — PDS; Jorge Bornhausen — PFL; Jorge Vianna — PMDB; José Agripino — PFL; José Carlos Coutinho — PL; José Carlos Grecco — PMDB; José Costa — PMDB; José da Conceição — PMDB; José Dutra — PMDB; José Genoíno — PT; José Geraldo — PMDB; José Guedes —

PMDB; José Ignácio Ferreira — PMDB; José Lins — PFL; José Lourenço — PFL; José Maurício — PDT; José Moura — PFL; José Queiroz — PFL; José Serra — PMDB; José Tavares — PMDB; José Teixeira — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; Juarez Antunes — PDT; Júlio Campos — PFL; Júlio Costamilan — PMDB; Jutahy Magalhães — PMDB; Lael Varella — PFL; Lavoisier Maia — PDS; Lélío Souza — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Leopoldo Peres — PMDB; Lezio Sathler — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Lourival Baptista — PFL; Lúcia Braga — PFL; Lúcia Vânia — PMDB; Lúcio Alcântara — PFL; Luís Eduardo — PFL; Luís Roberto Ponte — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Luiz Viana Neto — PMDB; Lysâneas Maciel — PDT; Maguito Vilela — PMDB; Manoel Castro — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Manoel Ribeiro — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Marco Maciel — PFL; Marcos Lima — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PFL; Maria Lúcia — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário Covas — PMDB; Mário Lima — PMDB; Mário Maia — PDT; Marluce Pinto — PTB; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Pádua — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Mauro Benevides — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Mendes Ribeiro — PMDB; Michel Temer — PMDB; Milton Reis — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Nelson Carneiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Sabrá — PFL; Nelson Friedrich — PMDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Nion Albernaz — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Odacir Soares — PFL; Orlando Pacheco — PFL; Oscar Corrêa — PFL; Osvaldo Bender — PDS; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Osvaldo Trevisan — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paes Landim — PFL; Paulo Delgado — PT; Paulo Macarini — PMDB; Paulo Mincarone — PMDB; Paulo Paim — PT; Paulo Pimentel — PFL; Paulo Ramos — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Plínio Martins — PMDB; Pompeu de Sousa — PMDB; Rachid Saldanha Derzi — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Ricardo Fiuza — PFL; Ricardo Izar — PFL; Roberto Augusto — PTB; Roberto Balestra — PDC; Roberto D'Ávila — PDT; Roberto Freire — PCB; Roberto Rollemberg — PMDB; Roberto Torres — PTB; Roberto Vital — PMDB; Robson Marinho — PMDB; Ronaldo Cezar Coelho — PMDB; Ronan Tito — PMDB; Rosa Prata — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ruy Bacelar — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Sadie Hauache — PFL; Sandra Cavalcanti — PFL; Saulo Queiroz — PFL; Sigmaringa Seixas — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Sólton Borges dos Reis — PTB; Sotero Cunha — PDC; Tadeu França — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Uldurico Pinto — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valmir Campelo — PFL; Valter Pereira — PMDB; Vicente Bogo — PMDB; Victor Faccioni — PDS; Vilson Souza — PMDB; Vinicius Cansanção — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT; Virgílio Távora — PDS; Vitor Buaiz — PT; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Wilma Maia — PDS; Wilson Martins — PMDB.

I — ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — A lista de presença registra o comparecimento de 167 senhores constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — LEITURA DA ATA

O SR. NILSON GIBSON, servindo como 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Passa-se à leitura do expediente.

III — EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Passa-se ao

IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR (PDT — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em 1966 eu trabalhava como contratado no Colégio Estadual de Baixo Guandu, Espírito Santo. Não querendo me filiar à Arena e filiando-me, como membro fundador, do MDB local, fui despedido tendo cancelado meu contrato de trabalho. Na cidade, não consegui mais emprego. Mudei-me, então, para Vitória, onde passei a trabalhar no Colégio Americano Batista. Durante 4 anos, fui considerado o melhor professor de Português do Curso Clássico. Minhas idéias políticas, porém, eram consideradas incompatíveis com as normas do estabelecimento. Sobre isso, fui advertido várias vezes. Contudo, como não podia deixar de fazer política, fui chamado e despedido.

Passei a trabalhar na Agrosuco Industrial, empresa do grupo do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Estudante de Direito, achava-me lotado na Assessoria Jurídica. Em 1974, fui chamado à presidência da empresa, a fim de apoiar, para o Senado da República, o então Deputado José Carlos Fonseca, da Arena. Disse eu ao Diretor que não podia fazê-lo por ser filiado ao MDB e, nessas condições, cumpria o dever de apoiar o Dr. Dirceu Cardoso, candidato que foi eleito.

No dia 19 de novembro do mesmo ano, terminadas as apurações, recebi o aviso prévio e perdi o emprego.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estou aqui com o compromisso daquele trabalhador, cuja Carteira de Trabalho aqui se encontra, para votar, a fim de que este tipo de demissão não venha mais a ocorrer em nosso País.

Para mim, esta é uma data histórica. Eis por que, aqui estou, de terno novo, camisa nova, gravata nova, sapatos novos, a fim de votar em favor de um tempo novo para a classe trabalhadora do Brasil.

Invoco não Karl Marx, mas Abraham Lincoln: “Mas já que do capital e da riqueza é manancial

o trabalho, ao trabalho cabe a primazia inconteste sobre a riqueza e o capital”. Mais adiante: “O trabalho”, dizia ele, “precede o capital, e deste não depende. O capital não é senão um fruto do trabalho e não chegaria nunca a existir se, primeiro, não existisse o trabalho. O trabalho é, pois, superior ao capital, e merece consideração muito mais elevada”.

Encerro dizendo que se patrões e empregados chegarem hoje ao entendimento, de que resulte uma proposta constitucional de consenso, votarei pela aprovação dessa proposta.

Não havendo acordo, fico com o trabalhador. Isto é, votarei a proposta da Comissão de Sistematização.

Tenho dito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento propriamente dito, desejo homenagear o trabalhador do Brasil na pessoa de Esmeraldo Alfaiate, que tão bem produziu Nelson Aguiar.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo o horário destinado ao “Pinga-Fogo” para pedir a transcrição, nos Anais desta Assembléia, de três editoriais publicados na página 2 do “**Correio Brasileiro** de hoje: “Tragédia carioca”, sem autor identificado; “Armistício não é trégua”, de Leonardo Mota Neto; e “Chuvas e Sambódromo”, de João Emilio Falcão. A feliz coincidência é que os títulos estão trocados. Embora os dois articulistas sejam do “Correio Brasileiro” e piauienses — vale aqui o registro — o que um escreveu serve também para o outro, tenho certeza. Diante da profundidade do conteúdo dos editoriais, vale a pena inseri-los nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

EDITORIAIS A QUE SE REFERE O ORADOR:

“TRAGÉDIA CARIOCA

A tragédia das águas na cidade do Rio de Janeiro deixa uma amarga indagação a respeito de sua viabilidade e de seu futuro como centro urbano. Na mesma semana em que o Rio exibiu o luxo de suas escolas, a musicalidade do seu samba e a beleza de suas mulheres, a cidade cai na real, como gosta de dizer o seu alegre mas sofrido povo. Cai de joelho ao chão enchacardo pelas águas de fevereiro — nem eram as águas de março que o seu grande compositor cantou.

Cai sob os escombros formados pela mistura de pedra, cimento, tijolo e madeira que desceu do morro e derrubou prédios pelo caminho. Desceu do morro, desta vez, não para encantar as ruas, com sua música e as suas cores, mas para humilhar os pobres cariocas. Em vez do som e das cores, chega o momento das fúrias. Até quando? Não se sabe. A hora, por enquanto, é a de enterrar os mortos, contemplar os céus e implorar menos dor.

Assim como dos céus vieram estas águas de fevereiro, agora dos céus dependem os cariocas para que não haja mais tanta dor. Mais do que uma inspiração aos poetas da cidade, os céus passam a determinar a vida da gente carioca, traumatizada pela tragédia do momento, impotente diante do som e fúria que descem das nuvens.

Da terra, pouco podem esperar. Tantos governantes passaram pela formosa cidade do Rio de Janeiro — desde que há 28 anos deixou o *status* de capital da república para ser exclusivamente a cidade maravilhosa de um povo alegre e gentil — e nada foi feito, a não ser depredação de seus morros, intocáveis porque, com suas favelas coloridas, inspiravam os poetas e as ruas, como se a vida fosse um eterno feriado nacional.

Mas é preciso fazer alguma coisa, antes que o festival de tragédia se aperfeiçoe a cada ano, a cada chuva. É preciso algo mais do que poesia, mas um trabalho duro para devolver segurança aos cariocas, antes que chegue a última Quarta-feira de Cinzas."

"ARMISTÍCIO NÃO É TRÉGUA

A tragédia do Rio de Janeiro constitui um libelo contra seus governantes, de ontem e de hoje, e revela, em toda sua crueza, a desastrosa consequência da falta de uma consciência ecológica. Não pode servir, como antes, para promoções individuais, a que uma ou outra autoridade tire fotografias vacinando uma criança ou outra a publicitárias manifestações de solidariedade mais úteis aos vaidosos do que às vítimas.

As enchentes no Rio são constantes e aumentam de ano a ano. Isso acontece porque não há preocupação com a rede pluvial, com a dragagem de canais e rios. Desobstruir bueiros é trabalho sem placas, sem estardalhaço e sem firmas vencedoras. Em vez de adutoras prefere-se a construção de sambódromos, com o que se consegue uma popularidade fácil e a imagem de grande realizador. Administrar passou a ser espalhafato.

É um mal dos governantes, de ontem e de hoje. O ex-Ministro da Saúde, Almeida Machado, depondo em CPI da Câmara, afirmou que talvez não tivesse havido uma epidemia de meningite se os recursos correspondentes a um lance das arquibancadas de tantos estádios houvessem sido aplicados em campanhas sanitárias. Estádios megestosos, quase sempre cercados por casebres e populações famintas. A frase, impressionante, não teve repercussão.

A situação é semelhante em todos os Estados. Aqui, em Brasília, por exemplo, foram construídos dois estádios para jogos medíocres, assistidos por poucos, mas não houve dinheiro para a rede de esgoto dos Lagos Norte e Sul. As favelas começam a espalhar-se pela cidade, enquanto se troca o mármore de Ministérios porque o arquiteto Oscar Niemeyer não o achou bonito, e já se fala em construir o maior relógio de sol do mundo.

São assim os governantes, de ontem e de hoje. Em meu Estado, o Piauí, a grande obra é a criação de uma praia artificial no Poti, assoreado, às margens devastadas, mas onde esperam, ao que dizem, fazer campeonatos de "surf". Já existe outra, porém, mais fantástica que seria uma grande torre, curiosamente em forma de A, em cujo topo, frisam, o povo assistiria ao desfile dos discos voadores. Há em todos os Estados uma praia artificial para imortalizar o nome do governante que a idealizou.

A simples defesa ecológica, a preservação da natureza, feita sem placas, não dá renome. Por que deslizam as pedras e escorrem as montanhas devastadas senão porque assim se encontram? Como não esperar a morte dos rios se desmatam suas nascentes, destróem suas margens, poluem

suas águas e obstruem seus leitos? Thoreau, há mais de um século, advertiu sobre as consequências, da agressão à natureza, uma verdade de que não se deram conta os governantes dos sambódromos e desfiles carnavalescos."

"CHUVAS E SAMBÓDROMO

Bem entendido, o que o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, propôs ao Governo Federal foi um armistício e não uma trégua. Há uma sutileza nisso: armistício envolve suspensão de fogo, o que implica uma noção de guerra reconhecida entre as partes. No caso, uma parte é o Presidente Sarney, acolitado pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães, que abriu baterias contra o Presidente da Assembléia Nacional e do PMDB. De repente, instalou-se uma batalha de artilharia leve envolvendo pessoas ligadas a Ulysses, como o Ministro Renato Archer, dado como conspirador da tese dos quatro anos de mandato junto aos Governadores Miguel Arraes e Waldir Pires, numa praia distante da Bahia, nos dias de carnaval. Mas toda essa informação foi "plantada" nos jornais.

Na verdade, é uma guerra de informações e contra-informações, bem típica do momento e de seus principais personagens, quase todos experimentados na convivência com o poder militar, durante os 21 anos do regime de arbítrio. Eles aprenderam as táticas, usos e costumes, os ritos e as formas de um poder que usa a força para impor suas convicções. E também aprenderam a trabalhar com as armas psicossociais, sabendo utilizar a mídia de imprensa como a utilizavam os peritos como o falecido General Golbery do Couto e Silva.

Do armistício proposto por Ulysses Guimarães ao Governo sobrou uma notória percepção de que a questão militar, que estava latente desde o começo da Nova República, voltou a aflorar, não porque os chefes militares o queiram, mas simplesmente porque, para sobreviver até um momento mais distante do calendário proposto pela Constituinte, que se inclina pelos quatro anos de mandato, o Presidente da República terá de se apoiar no veto militar ao seccionamento da duração do Governo, para fazer valer o privilégio da força e da pressão sobre os constituintes. Vale lembrar que o General Leônidas Pires Gonçalves já se pronunciou em favor de eleições presidenciais neste ano, mas desde que sejam gerais, de cabo a rabo, incluindo os mandatos parlamentares e os governadores.

O Presidente Sarney e o Ministro Antônio Carlos, para resguardar a governabilidade da transição, e como recurso político legítimo para que o Presidente da Constituinte não elabore uma hipótese de trabalho de seu único interesse, posto que as eleições presidenciais em novembro deste ano são para ele vitais, chegam próximo aos chefes das Forças Armadas, apontando a bagunça que será o País com uma Constituição má votada e aprovada às pressas. Está claro, para amigos próximos do General Leônidas, que o Exército não intervirá a outrance, mas não permitirá a bagunça. Fala, portanto, a linguagem do Presidente da República e do Ministro das Comunicações, e se afasta, certamente, do eixo de atuação do Deputado Ulysses Guimarães, um resistente do PMDB."

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, hoje é um dia histórico para a classe trabalhadora, já que a Assembléia Nacional Constituinte deverá votar a estabilidade no emprego. Nesse sentido, registramos que a classe trabalhadora está em estado de alerta para acompanhar o resultado das votações. Infelizmente, porém, Sr. Presidente, estamos preocupados porque circula na grande imprensa a notícia de que está sendo feito um acordo em torno da emenda do "Centrão".

No nosso entendimento, se for aprovada tal emenda, a Assembléia Nacional Constituinte estará cometendo um crime contra a classe trabalhadora. Será sua capitulação para o "Centrão". Nós, do PT, não concordamos com ela, e haveremos de denunciá-la aos quatro cantos do País. Fazer um acordo com quem? Com o banqueiro, o empresário, a FIESP ou a CIDR? Isto representa, Sr. Presidente, um acordo entre as entidades que criaram o "Centrão" e que aprovaram a proposta que, infelizmente, está sendo ventilada como um acordo da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, já falei da tribuna e repito: votar com o "Centrão" a mudança do Regimento Interno é uma coisa; votar contra a garantia de emprego — isto, sim — é trair a classe trabalhadora do País. Afinal, o que estaremos discutindo a partir de hoje? O direito dos trabalhadores ou o direito dos empregadores? Vamos votar, com relação à estabilidade, o direito do patrão de demitir o trabalhador quando bem entender. É claro que isto nos preocupa.

Não consigo entender a posição do "Centrão" em defesa do capitalismo selvagem. E explico por que.

O inciso XVIII assegura o direito à indenização na forma da lei. Mas o "Centrão" ainda não está contente; na questão de estabilidade quer votar, simplesmente, a questão da indenização. Para que não digam que temos lá fora uma postura e aqui dentro outra, reafirmamos que até o momento não recomendamos a colocação de cartazes ou panfletos com afirmações, por parte de trabalhadores, de que todos são traidores. Não faremos isso, mas teremos cuidado com as votações, e aqueles que votarem contra os trabalhadores terão, com nosso endosso, seus nomes e rostos estampados nos postes, nos muros, nas ruas e nas casas.

Nobres Constituintes, se é para inserir na questão de estabilidade a proibição do direito ao trabalho, é preferível que não façam nada e deixem a classe trabalhadora continuar a luta lá fora pela sua liberdade e por seu direito ao trabalho. Mesmo o nada seria melhor do que essa emenda do "Centrão", que, tenho certeza, tem o repúdio total do conjunto do movimento sindical brasileiro. (Palmas.)

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes, realiza-se hoje, em Brasília, uma manifestação de aposentados, reivindicando que esta Constituinte acolha medida que recentemente o Presidente da República, Sr. José Sarney, sistematicamente se recusou a adotar, ao vetar o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que estendia aos aposentados direitos mínimos de qualquer cidadão do mundo, como o direito de viver, o direito

de ter um pagamento justo pelo seu trabalho. O que os aposentados pedem não é muita coisa, e aparentemente a Assembléia Nacional Constituinte está disposta a atendê-los pelo menos nas suas reivindicações centrais, uma vez que nas comissões temáticas e na Comissão de Sistematização já se contemplou muito daquilo que era solicitado. No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes, a manifestação dos aposentados é extremamente justa e oportuna, porque se refere exatamente àqueles pontos sobre os quais o empresário é chamado também a participar, ou seja, quando ele é convocado a subsidiar com parte dos seus lucros acréscimos de dispêndios da Previdência Social. Exatamente este ponto o "Centrao" se encarregou de cortar do projeto da Comissão de Sistematização. E não se deixou suficientemente claro que os benefícios da nova Constituição começariam a fazer efeito para todos os aposentados e pensionistas a partir da sua promulgação.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes, em que pese aparentemente ser um assunto de interesse geral e com o apoio quase unânime desta Assembléia Nacional Constituinte, é fundamental que a pressão dos aposentados aqui se faça, porque ao lado dos aposentados se encontram também os trabalhadores brasileiros. Essa força empresarial, que no dia de hoje se prepara para o enfrentamento não com a esquerda, não com o PT, não com a CUT, mas com os trabalhadores e com o povo brasileiro, esse bloco da direita que se encontra inteiramente vendido aos interesses econômicos mais espúrios deste País precisa entender que nem os aposentados nem os trabalhadores da ativa assistirão impassíveis às traições que se possa cometer aqui dentro contra o povo brasileiro. O cartaz da parede é muito pouco diante daquilo que está sendo praticado por parte desta Constituinte contra os trabalhadores e o povo. Manifestações mais fortes do que essas virão. Protestos mais fortes do que os cartazes virão. É bom que fique claro para todos aqueles que vão acionar os botões de votação que o povo está mais alerta do que pensam aqueles eleitos às custas do dinheiro e que colocam o seu mandato a serviço do poder econômico.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as calendas de março, este ano, que se iniciou como o bissexto mais dramático da história republicana, devendo marcar o pináculo da inflação da década, não podem ser encaradas com o inesgotável otimismo do Presidente Sarney, quando mais de uma década de "vacas magras" desesperançou até a classe média alta, pondo em agonia econômica noventa por cento da nossa população.

Desde novembro do ano passado vem sendo contínua a escalada dos preços e, enquanto o Ministro da Fazenda se prepara, calmamente, para enfrentar uma inflação próxima dos vinte por cento, alguns produtos essenciais, como remédios, detergentes, sabonetes, creme dental, lã, aço, latínios, refrigerantes, máquinas de costura, peças de automóvel e o serviço correspondente no conserto de veículos e eletrodomésticos, além das taxas de condomínios urbanos e os aluguéis poderão elevar-se em cerca de trezentos e sessenta por cento.

Liderados em março, na sua maioria, esses preços deverão obedecer a um acréscimo que não ultrapasse o índice de inflação do mês, implicando uma tarefa de realização difícilíssima, no que tange à fiscalização, capaz de lembrar o que ocorreu no segundo tempo do Plano Cruzado.

Essa liberação — cujo mérito não pretendemos discutir, pois sabemos da ineficiência dos congelamentos, geradores do câmbio negro — decorre de medidas consubstanciadoras da nova política de preços prometida pelo Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Sr. Adgard Abreu Cardoso, no intuito de corrigir as defasagens que ainda perduram em alguns setores da economia, decorrentes daquela restrição.

Entretanto, o impacto da próxima liberação não será muito superior a vinte por cento, no conjunto da economia, porque inúmeros artigos de consumo básico tiveram os preços liberados há algum tempo, devendo os respectivos acréscimos apenas acompanhar a taxa inflacionária mais recentemente anunciada.

De certo a situação se agravará, se gastarmos, este ano, um bilhão de dólares com a Ferrovia Norte—Sul ou emitirmos duzentos e trinta bilhões de cruzados em títulos da dívida agrária, para desapropriar terras. Muito melhor será, com recursos análogos, reduzir a correção monetária dos débitos dos lavradores, que prometem, este ano, a maior safra de grãos da nossa história, quando o café voltará a ser o carro-chefe da nossa balança comercial, desde que livre do IBC e do confisco cambial.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes, sem timoneiro o barco governamental navega à deriva. Inevitavelmente, a competência, a irresponsabilidade, a incapacidade de quem detém um mandato ilegítimo para administrar a crise nacional haveria de respingar na Assembléia Nacional Constituinte. O resultado poderá ser desastroso.

Ouçó, pelos corredores, murmúrios de que se articula um acordo entre grupos comprometidos com o que há de mais retrógrado e mais sórdido neste País para apunhalar, no texto constitucional, os direitos mais legítimos do trabalho brasileiro. Sr. Presidente, acordo, presume a vontade de duas partes, de forma bilateral, de tal modo que todos os pleitos, anseios e direitos de ambas as partes sejam integralmente respeitados.

Mas, pelo que ouço, o acordo que se trama, a negociação que está sendo urdida longe do burburinho das fábricas, da fome, dos bolsões de miséria que marcam desgraçadamente este País, não corresponde à vontade de uma das partes. Pretende-se retirar do texto constitucional um direito legítimo e sagrado do trabalhador, de ver assegurada a garantia no emprego. Não devemos, permitir, pelo texto da Carta Magna, que contínuem, como agora, as demissões imotivadas, atendendo apenas ao apetite voraz dos empresários, que querem multiplicar, através da mais valia, o lucro sujo e pecaminoso em cima do trabalho suado e sacrificado do operário brasileiro.

Quanto a mim, Sr. Presidente, não voto com esse acordo, na medida em que violenta o direito do trabalhador. Penso que a bancada do PDT,

fiel à sua luta nesta Assembléia Constituinte, fiel à sua filosofia, à sua doutrina, haverá de repudiar esse acordo que, na verdade, constitui o enterro de um direito inalienável.

Para um país como este, Sr. Presidente, esse tipo de negociação escusa não constitui novidade. Não faz muito, mãos assassinas, pagas pelo latifúndio, que continua impune neste País, detendo a maioria das terras, eliminaram o líder sindical Francisco Ramos. E o que se fez? Onde está o mandante do crime? Que medidas foram tomadas contra aquele que armou e pagou a mão assassina para roubar a preciosa vida de um homem que luta apenas pelo direito de ter terra para nela trabalhar e dela retirar seu sustento e o de sua família e, quem sabe, de milhões de bocas que neste País ainda passam, fome?

Se a Assembléia Nacional Constituinte aprovar esse acordo espúrio, criminoso e lesivo ao interesse nacional, ao direito do trabalhador, certamente não terá a absolvição da História.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes, tenho certeza de que V. Ex^{as} receberam o comunicado que tenho em mãos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

Deste comunicado consta "que a segurança do trabalhador no emprego é uma exigência social e não egoística, já que não se pode pensar em justiça e paz desprezando a tranquilidade do trabalhador, para seu sustento e de sua família."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não há acordo que se possa aceitar aqui, tenho certeza, que conduza a uma impropriedade, qual seja a que elimina a estabilidade do trabalhador único patrimônio de que dispõe. O trabalhador conta com a estabilidade, como o empresário conta com seu investimento, que é capital. Não se pode, de forma alguma, tergiversar agora. Vamos dizer "não" a qualquer tipo de acordo que retire a estabilidade do trabalhador, que deve ser consignada na Carta Maior.

É evidente que neste Plenário houve grandes lutas, grandes debates, e tudo fluiu para as ruas. Está nas ruas a grande luta do proletariado, o que me faz lembrar os velhos tempos de 1953. Na verdade, verificaremos hoje se o Constituinte apoiará o proletariado, dando-lhe segurança quanto ao emprego ou negar-lhe-á essa pretensão.

Ao encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que fui signatário de um documento que autoriza a reformulação do Regimento. Por que não? Foi democrático. Fui, também, signatário de inúmeras emendas, do lado de cá e do lado de lá, e de pedidos de preferência e de destaques. Ninguém deixou de contar com minha assinatura. Sempre atendi a todos. Também recebi de todos os Constituintes as assinaturas que pedi. A questão não é a de se ter emprestado assinaturas para convo-

car esta Assembléia, ou para reformular o Regimento. Agora é hora de se votar, e o que interessa é saber como votar. Tenho certeza de que votaremos acompanhando o maior desejo da classe trabalhadora, que é ter o direito à estabilidade no emprego.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Aos Constituintes e ao povo em geral.

Diante das notícias divulgadas pelos meios de comunicação sobre entendimentos entre os partidos políticos e a classe trabalhadora sobre a chamada "estabilidade no emprego", matéria constante do inciso I do art. 7º do Projeto de Constituição, a qual poderá ser votada a qualquer momento pela Assembléia Nacional Constituinte, as Confederações Nacionais de Trabalhadores, por seus respectivos presidentes, signatários deste comunicado, desejam tornar público:

1) que os representantes da classe trabalhadora defendiam, inicialmente, ao tempo da Subcomissão dos Diretores dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos, a estabilidade no emprego;

2) que aquela posição evoluiu na direção de colocar um freio à despedida imotivada, como esforço consciente para a obtenção de uma fórmula capaz de ser aceita, tanto pelos trabalhadores como pelas demais classes sociais, através de seus respectivos representantes políticos com assento na Assembléia Nacional Constituinte;

3) que até o presente momento estão sendo discutidas diversas formulações, nenhuma delas tendo obtido o consenso indispensável à celebração de um acordo anterior à votação;

4) que a segurança do trabalhador no emprego é uma exigência social e não egoística, já que não se pode pensar em justiça e paz social desprezando a tranquilidade do trabalhador, relativa ao seu sustento e de sua família;

5) que a transigência da classe trabalhadora se vem mostrando crescente na evolução dos entendimentos, em nome da obtenção de uma fórmula que harmoniza todos os interesses em jogo, mas seu limite é uma garantia constitucional de que não seja legalizada a dispensa imotivada;

6) que não é por outra razão que participaram da elaboração da proposta apresentada pelo DIAP, a qual apóiam e que é vazada nos seguintes termos:

"relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei, que disporá sobre a nulidade do ato de demissão e sobre os casos de indenização";

7) que, dentro dos parâmetros acima firmados, de inspiração social inteiramente justificável, as direções sindicais signatárias permanecem abertas ao acordo que permita a aprovação de uma formulação consensual.

Brasília, 22 de fevereiro de 1988 — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos — Confede-

ração Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio."

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, primeiramente registro meu total apoio à luta dos aposentados e à maneira como desejam ver aprovadas suas reivindicações.

Em segundo lugar, afirmo ser totalmente impossível dar menos ao trabalhador do que prevê o texto da Comissão de Sistematização, no que se refere à negociação da demissão imotivada e à estabilidade no emprego. Se a Fiesp quer garantir pelo menos alguns motivos para a demissão, então que se aprove o texto da Comissão de Sistematização. Nele há motivos suficientes e consagrados que o tomam viável por questões econômicas, ou de adaptação tecnológica, ou até mesmo por dificuldade financeira da própria empresa ou por falta grave cometida pelo funcionário.

Todavia, o assunto que me traz hoje a esta tribuna é bastante preocupante: trata-se da negociação da dívida externa, sobre a qual, lamentavelmente, esta Assembléia até agora não se pronunciou.

O Ministro Mailson da Nóbrega prestou contas, ontem, ao Palácio do Planalto, das negociações que está fazendo, no exterior, a respeito do assunto. Entretanto, o que se sabe é que novamente virá ao Brasil uma missão do exterior para controlar nossa economia.

Gostaria de registrar trecho do pronunciamento feito pelo Ministro Mailson da Nóbrega perante os banqueiros internacionais:

"Nos últimos quatro anos o Brasil transferiu para o exterior nada menos do que 45,2 bilhões de dólares sob a forma de juros, lucros, dividendos e outros serviços de fatores.

Se deduzirmos desse total o influxo de capital estrangeiro no Brasil, de 1983 a 1986 transferiu-se nada menos do que o montante líquido de 34,6 bilhões de dólares, em termos de recursos reais. O Brasil vem mandando uma média anual de 3,6% do seu Produto Interno Bruto e isso representa um custo insustentável."

Por outro lado, Sr. Presidente, artigo do jornalista Paulo Francis, de Nova York, diz o seguinte:

"O acordo negociado pelo Ministro Mailson da Nóbrega com autoridades financeiras e banqueiros norte-americanos significa que o Brasil pagará 3 bilhões de dólares de juros referentes a 1987 e uma quantia a ser especificada de juros em 1988, cujo total devido é de 9,3 bilhões de dólares. Nada receberá em troca. Não há dinheiro novo. O eufemismo oficial é que os banqueiros desembolsariam entre 5 a 7 bilhões de dólares. E os banqueiros não desembolsariam um vintém."

Solicito, Sr. Presidente, a transcrição integral desta nota. As grandes linhas econômicas brasileiras, tanto a heterodoxa, do PMDB, como a efetiva, do ex-Ministro Delfim Netto, que hoje, na prática, parece-me ser a do Ministro Mailson, tornam o Brasil miserável. Não há como sobrevivermos, como cidadãos, em uma macroeconomia sustentada na dívida externa.

Deixo este registro e solicito a transcrição integral dos artigos mencionados.

ARTIGOS A QUE SE REFERE A ORADORA:

"De Nova Iorque

O acordo negociado pelo Ministro Mailson Nóbrega com autoridades financeiras e banqueiros norte-americanos significa que o Brasil pagará US\$ 3 bilhões de juros referentes a 1987 e uma quantia a ser especificada dos juros de 1988, cujo total devido é US\$ 9,3 bilhões. Nada receberá em troca. Não há dinheiro novo.

O eufemismo oficial é que os banqueiros desembolsariam entre US\$ 5 e US\$ 7 bilhões. Os banqueiros não desembolsarão um vintém. Os juros devidos pelo Brasil em 1987 e 1988 totalizam US\$ 12,3 bilhões. O Brasil já concordou em pagar na íntegra os US\$ 3 bilhões de 1987. Resta saber quanto pagará dos US\$ 9,3 bilhões de 1988. O que ficar devido será incorporado ao principal da dívida, que já está em US\$ 70 bilhões. É isto que foi negociado. O sucessor de Sarney em 1988 ou 1989 enfrentará uma carga de juros e taxa de risco sobre monumental.

A moratória ruiu por terra com prejuízos enormes para o Brasil, como, de resto, previsto por este correspondente. O máximo a que o Brasil pode aspirar em dinheiro novo é do FMI, porque foi negociado um empréstimo com esta instituição em 1983, congelado porque o governo Figueiredo não cumpriu sete cartas de intenção ao FMI. Este dinheiro será solto, e pode ser considerado "novo", mas só se o Brasil cumprir um regime de contenção determinado pelo FMI.

O Ministro Mailson conta em reduzir a taxa de risco acrescida a estes vultosos pagamentos. A taxa de risco, **spread** ou **margin** (palavra agora usada de preferência a **spread** pelo "Wall Street Journal"), é o lucro dos banqueiros. Os juros que nos cobram não são lucros. São o custo do dinheiro a eles próprios (banqueiros usam o dinheiro do público). O **spread** é lucro.

Esta questão é meio complicada. Mas, em linguagem mais simples, este **spread** é sempre médio, isto é, empréstimos feitos em ocasiões e circunstâncias diversas, têm **spreads** diferentes. Daí se usar a expressão **spread** médio, a média do **spread** ao correr dos anos e relativa a empréstimos em circunstâncias várias. O Brasil paga um **spread** médio de 1,7%. Mailson conta baixá-lo para 14/16. Economizaria bilhões de dólares para o Brasil. Este correspondente ainda não pôde falar com os principais banqueiros, que ontem estavam reunidos com o Sr. Fernando Milliet, negociando precisamente isto, mas é provável que eles reduzam o **spread**, como um gesto de boa vontade, já que o Brasil abandonou a moratória.

É possível também que o Clube de Paris (Bancos Centrais dos países ricos) solte algum dinheiro novo ao Brasil, quando Mailson acertar o que deve ao Clube. Mas, sempre convém repetir, o Brasil só voltará ao mercado — isto é, poderá ser candidato a dinheiro novo — quando suas finanças internas forem acertadas. Com uma inflação prevista em 400% ao ano, não há condições de um afrouxamento dos credores. Idem, o déficit público, que estaria em 7% sobre o PIB, segundo o Sr. Delfim Netto, terá de ser substancialmente reduzido.

Um país pobre como o Brasil pode ser capitalizado de três maneiras: com uma poupança interna saudável. Diz o ministro Mailson que a nossa é nenhuma. Com empréstimos e investimentos estrangeiros. Estamos barganhando juros. Ou seja, um cidadão deve mil cruzados a outro com juro de 10%, ou cem cruzados. Paga 50 cruzados ao credor. No dia seguinte lhe pede mais mil cruzados emprestados. É claro que isso é inaceitável. Pois tem sido a "estratégia" do Governo Sarney.

À outra maneira de capitalizar o país é obter um saldo comercial em moedas fortes que seja suficiente para desenvolver o país. Não há razão alguma por que o Brasil não tenha, por exemplo, um saldo de US\$ 19 bilhões ao ano. Taiwan, Formosa, teve precisamente este saldo em 1987. Pagaríamos os US\$ 9,3 aos banqueiros e investiríamos o resto na nossa economia, criando negócios e empregos, não como o dinheiro inflacionário, de mentira, que o governo Sarney imprime. O governo Figueiredo, tão castigado pela imprensa, tentou fazer isto, sob protestos gerais dos diversos lobbies de economistas doidivas do PMDB e de sindicatos. Deixou, em 1985, um saldo de US\$ 12 bilhões e reservas de US\$ 6 bilhões.

Dilson Funaro, com a conivência (no mínimo...) de Sarney, queimou tudo no Plano Cruzado. Houve uma orgia de consumo. A estrutura de produção, no Brasil, que tinha sido articulada para criar saldos cada vez maiores, foi desarticulada e até hoje não rearticulada. Esta empulhação gigantesca deu ao PMDB sua atual maioria no Congresso e nos governos estaduais. E, claro, jogou o Brasil numa recessão incontornável, que o governo tenta encobrir imprimindo "dinheiro fantasia".

É o que Mailson tenta reverter, restabelecendo o conceito do Brasil junto à comunidade financeira internacional. Merece o apoio de todas as pessoas sensatas. Mas é discutível, no mínimo, que consiga alguma coisa, com a instabilidade política no Brasil, o descontrolo sindical, a "promessa" de eleições para 1988.

O **New York Times** tentou analisar ontem, caridosamente, a "estratégia" Sarney. Diz corretamente que o Brasil estava numa posição de força para reestruturar (reescalonar) sua dívida a longo prazo; em 1986. Claro, tinha as reservas e saldo deixados pelo governo anterior. Mas partiu, primeiro, para a demagogia do Plano Cruzado, e, falhando tecnicamente, para a moratória. Nem sequer tentou coordenar um cartel de devedores. Se falou muito nisso. Era conversa fiada. A última reunião de presidentes latino-americanos no México foi uma mostra única de oratória saco-de-vento, em que Sarney se especializa. Já os banqueiros, nota o **Times**, desenvolveram uma posição coerente de defesa de seus interesses e fincaram pé nela, ainda que arcassem com prejuízos consideráveis. Ganharam a parada. O governo Sarney, de uma posição péssima, e criminosa por ser desnecessária, entregou os pontos, para usar uma expressão cortês. Vai ser duro recuperar o que perdemos. Vai doer muito. — **Paulo Francis.**

Várias medidas já foram tomadas para controlar o déficit público. Um passo importante foi a unificação orçamentária, que excluiu definitivamente a possibilidade de cobertura, pelo Banco Central, de despesas não autorizadas, como frequente-

mente acontecia antes. **Tal medida também preparou o caminho para um Banco Central independente, o qual não mais se constituiu num banco de desenvolvimento nem na fonte última de aumentos da dívida pública.** Agora, somente o Congresso pode autorizar dispêndios e o nível de emissão de títulos do Tesouro. Ademais, a nova Constituição conterá dispositivos que estabeleçam que qualquer aumento de despesas pelo Congresso dependerá de aumento equivalente de impostos. A dívida não pode ser fonte de despesas adicionais.

A médio prazo, a intensificação do ritmo de privatização de empresas públicas, maior racionalização das despesas públicas, a fixação de preços públicos mais realistas e uma revisão completa de subsídios e incentivos fiscais devem resultar em maior capacidade de poupança do setor público. Além disso, essas reformas abrirão mais espaço para que o governo possa prestar os serviços sociais básicos em benefício dos segmentos mais pobres da população.

Até aqui a presença do Estado na economia se revestiu de importância crucial para o processo de desenvolvimento, ao suprir a infra-estrutura produtiva e ao apoiar o investimento privado, através de órgãos financeiros oficiais e incentivos fiscais. O Estado desempenhou um papel importante na formação de nossa atual estrutura econômica. Agora chegou a vez de o setor privado assumir o papel de liderança no processo de investimento e crescimento.

Os incentivos de mercado enviarão os sinais adequados ao setor privado. A desregulação da economia já começou, ao serem os controles de preços limitados estritamente aos setores de alta concentração e aos preços e tarifas do setor público. À medida que a estabilização de preços se consolida, os controles serão gradualmente abolidos.

Finalmente, a redução de crédito. A estrutura financeira de alguns setores da economia brasileira ainda depende fortemente do crédito oficial, bem como de programas com taxas de juros subsidiadas. As principais fontes de financiamento para estes programas são alocações especiais no orçamento público, a poupança compulsória e os depósitos vinculados de instituições financeiras. Os estudos procurarão desenvolver mercados de capital privados resistentes e reduzir a segmentação do mercado de capitais e as disparidades de taxas de juros setoriais, resultantes da intervenção oficial. Com isso esperamos que surjam mercados financeiros internos capazes de alavancar, eficientemente, o aumento desejado do investimento privado.

Qualquer tentativa de se empreender um esforço mais dinâmico de reforma da política nos moldes acima descritos terá de ser acompanhada da normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. A retomada do crescimento requer influxos de capital que permitam uma redução das transferências reais para fora do País.

Nos últimos quatro anos o Brasil transferiu para o exterior nada menos do que US\$ 45,2 bilhões, sob a forma de juros, lucros, dividendos e outros serviços de fatores. Se deduzirmos deste total o influxo de capital estrangeiro, o Brasil transferiu, de 1983 a 1986, **nada menos do que o montante líquido de US\$ 34,6 bilhões. Em termos de recur-**

sos reais, o Brasil vem mandando uma média anual de 3,6% do seu Produto Interno Bruto. Isto representa um custo insustentável.

O ônus da dívida tornou-se uma fonte importante de incerteza para a economia. O serviço da dívida pressiona para cima a inflação, aumenta o déficit público e afeta negativamente a capacidade de investimento do País. O Brasil não pode arcar com o ônus de se tornar prematuramente um exportador de capital para as economias industrializadas. O propósito das negociações da dívida em curso, com a comunidade financeira, é exatamente assegurar um fluxo adequado de recursos que permitam ao Brasil retomar o crescimento em base sustentada."

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão tem posição clara em defesa da garantia de emprego para o trabalhador. E, mais, tem posição definida também quanto à manutenção da paz social no Brasil. Não queremos uma política arrasa-terra, de conflito entre patrões e empregados, com estes desprotegidos e lançados ao olho da rua por uma legislação demagógica que possa prejudicar os interesses do próprio trabalhador. Também não concordamos com setores conservadores que desejam manter os trabalhadores em condições de serem manipulados, usados, explorados, sem usufruírem quaisquer direitos assegurados pelas grandes nações a seus trabalhadores.

Devemos ter, no Brasil, uma legislação moderna, a partir da Carta Magna, que, de forma clara, indubitável e irretorquível, assegure garantias e direitos a todos os brasileiros, principalmente aos que constroem a grandeza desta Nação, os trabalhadores. Deste modo, lutamos para que haja garantias no emprego, estabilidade em moldes que possam efetivamente ser considerados justos. Queremos salários justos, condições justas de trabalho e, muito mais, queremos que se mantenha um sistema de liberdade calcado na justiça, a fim de que os trabalhadores possam competir no campo do trabalho ou em qualquer setor de atividade humana. Assim, poderão eles evoluir, no sentido de sua total libertação, que lhes assegure bem-estar e ao povo brasileiro qualidade de vida e progresso, sobretudo com paz.

Esta é a bandeira do Partido Democrata Cristão, que se orgulha de defender, sem demagogia, o trabalhador brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assomo à tribuna, nesta oportunidade, para protestar contra a demissão de 66 servidores da Viação Aérea São Paulo — VASP, em função da greve dos dias 12, 13 e 14 de fevereiro corrente. Compõe-se o grupo de 16 comandantes, 12 co-pilotos, 3 mecânicos de voo e 35 comissários, todos colocados à vala pela falta ao trabalho nos últimos dias do movimento.

Devo registrar, Sr. Presidente, que todo o processo decorre da reivindicação de 100% de reajuste para compensar as perdas salariais sofridas pela categoria ao longo de 1987.

Dizem eles:

"Insensíveis à nossa situação, as companhias negaram-se a conceder tal índice, le-

vando as negociações a dissídio. O Tribunal Superior do Trabalho, então, julgou, juntamente com inúmeros itens de ordem social, o índice de reajuste de 44%. Por julgá-lo insuficiente, a categoria foi à greve em dezembro passado e conseguiu a elevação do mesmo para 57%, o que ainda está longe de ser o ideal.

No entanto, decidimos acatar este número, já que alguns itens sociais aprovados pelo TST, referentes à remuneração do trabalho nos domingos, feriados e dias santificados, reverterem em ganhos econômicos, compensando a insuficiência do reajuste. Só que a VASP, assim como as congêneres, apesar das promessas, não tem feito nada de concreto."

Desta maneira desencadeou-se o movimento grevista do mês de fevereiro.

Neste sentido, Sr. Presidente, ao lado do protesto, quero juntar a relação nominal dos dirigentes técnicos e comerciais afastados pela companhia, bem como os documentos elaborados pela Associação dos Pilotos da VASP — APVASP, dando o porquê dessa greve e, sobretudo, os itens concedidos seja pela diretoria da VASP, seja pelas demais companhias, o que mantém, evidentemente, toda a categoria em clima de instabilidade. Isso leva a crer que, dentro de pouco tempo, somente outro movimento grevista levará a direção das empresas responsáveis pelo transporte aéreo no País a cumprirem o que o TST decidiu desde 1º de dezembro de 1987.

Sr. Presidente, quero ainda apelar desta tribuna às autoridades do meu Estado, particularmente ao Governador Orestes Quércia, para que marquem sua administração com palavras de justiça social e dêem a esses servidores o direito de revisão, caso a caso, para que, assim, não sejam cometidas injustiças, que inevitavelmente ocorrem em decisões apressadas e desta ordem.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

ANEXOS AO DISCURSO DO CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:

"O PORQUÊ DA GREVE

Os pilotos e mecânicos de voo da VASP representados por esta associação — assim como os colegas das demais companhias aéreas nacionais — encontram-se na iminência de deflagrar uma greve, cujo início está previsto para a zero hora do próximo dia 12. Sabemos que, pela data escolhida — véspera de Carnaval — será difícil contar com a simpatia da população e, por isso, resolvemos vir a público expor nossos motivos

Em meados do ano passado iniciamos junto ao Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias — SNEA, as negociações para fixar nosso índice de reajuste salarial que, de acordo com cálculos do DIEESE, deveria ser de 100%, a fim de compensar as perdas salariais sofridas pela categoria ao longo de 87.

Insensíveis à nossa situação, as companhias negaram-se a conceder tal índice, levando as negociações a dissídio. O Tribunal Superior do Trabalho, então, julgou, juntamente com inúmeros itens

de ordem social, o índice de reajuste de 44%. Por julgá-lo insuficiente, a categoria foi à greve em dezembro passado e conseguiu a elevação do mesmo para 57%, o que ainda está longe de ser o ideal.

No entanto, decidimos acatar este número, já que alguns itens sociais aprovados pelo TST, referentes à remuneração do trabalho nos domingos, feriados e dias santificados, reverterem em ganhos econômicos, compensando a insuficiência do reajuste. Só que a Vasp, assim como as congêneres, apesar das promessas, não tem feito nada de concreto que indique sua intenção de cumprir a Convenção, indo contra a decisão do maior tribunal trabalhista do país e lesando grandemente seu grupo de voo.

Além disso, a empresa descumpriu sua promessa de não descontar os dias parados durante a última greve e de reintegrar os tripulantes afastados do voo como forma de retaliação. Em suma, a Vasp está prejudicando seus aeronautas de várias maneiras, criando um clima negativo que pode refletir na segurança de suas operações.

Assim, nossas reivindicações, além de justas, são absolutamente legais, pois queremos apenas e tão-somente o que foi julgado pelo Tribunal. Pedimos, portanto, senão o apoio, ao menos a compreensão da imprensa e do público em geral lamentando o transtorno que viremos causar caso a greve não possa ser evitada.

A Diretoria

Associação dos Pilotos da Vasp — APVASP".

"Telegrama urgente

Comunicamos a V. Sª que, em razão do movimento grevista ocorrido nos dias 12, 13 e 14 próximo passado, procedemos ao desligamento por justa causa, com base no Decreto-lei nº 1.632, os funcionários abaixo relacionados:

I — Tripulantes técnicos: Celso Geraldo Martins — José Maria de Barros Whitaker — E Ary Cesar Burlamaque — René Paul Penafort — Daniel Barbosa Bonfim — José Carlos Antunes Herthel — José Eduardo Pimenta — Mario Sergio Mabilia — Altair Delfino da Silva — Carlos Alberto Ramos Julio — John William Donovan Junior — João de Almeida — José Maria da Costa C. Filho — Manoel Ricardo Molini A. Alves — Sergio da Silva Del Nero — Gilberto Moraes de Albuquerque — Hélio Baptista Borges — Cesar Domingos Sobral Miranda — Carlos Alexandre V. Brandão — Marco Augusto Sada — Luiz Carlos Pina Pereira — Rondo Rodrigues da Veiga Filho — Luiz Fernando Passati — Alcino Albes de Araujo Filho — Dittmar Friederich Passa — Mauro Foltran — Antonio Carlo Newhann Medina — Jorge C. Pinheiro Reis — Luiz André Beckmanh Anet — Flavio Ferreira da Costa — Tomas Nelson de Oliveira Dias.

II — Tripulantes comerciais: Voltaire Ribeiro da Cunha — Alberto Tiago — Domingos Daimou — Roberto Carlos Arrainou — Mauro Roberto Sena — José Fernando Oliveira — Isabel Maron de Sena — Murce — Cardoso — Lucia Silva Ferrari — Carlos Alberto Pereira — Carlos Moura — Edson Roberto Pires — Edson Antonio e Matosinho — Donizetti Aparecida da Silva — Dolly — Odenir J. de S. — Grazieda Baggio — Rosemary Comparim — Raimundo Bellas da Silva —

Pedro Gilson Azambuja — Celia de Souza Brandão — Creusa Besborodoc — Patty — Margarida Ribeiro — Johara Nanhum Levy Kauffman — Miguel Eduardo Buschido — Carlos Augusto G. Albuquerque — Sidney Guimarães Júnior — Francisco Edson Hernandes — Oswaldo Tadeu Jacinto — Jader Luiz Borges Correia — Tarcisio Tavares Tato — Reselurdes do S. F. de Souza — Jan Stephan Nobrega Klaskala — Nereu Luiz D. Rivieri Neto — Francisco Moreno — Franklin — Andreia Cristina Buchholtz — Jose Luiz de Mattos Souto.

Sendo só para o momento, subscrevo-me, atenciosamente,

João Paulo dos Santos Netto Superintendente de Recursos Humanos."

"E tem mais,

A mesquinha e prepotência das empresas fica evidente quando constatamos que:

— A Varig-Cruzeiro não está considerando os 30 minutos após o corte do motor para o pagamento da diária, argumentando com os horários de diárias da Sentença do TST. Acontece, porém, que isto nada tem a ver como TST, e é sim um descumprimento da nossa regulamentação.

— A Vasp descontou os dias da greve no salário de seus trabalhadores, apesar de tê-los considerado como folgas para cumprirem as programações seguintes.

— Na Transbrasil existem seis aeronautas demitidos. Quando a sentença prevê estabilidade de noventa dias para toda categoria.

— E não esqueça, continuamos com uma defasagem salarial de 65,15% para recompormos o poder de compra dos salários a níveis de DEZ-85, conforme o objetivo de nossa Convenção Coletiva.

Por estes motivos vamos à greve no dia 12, a partir de zero hora."

"SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS

A Bússola

Boletim Informativo — 9 de fevereiro de 1988 — Nº 5

CHEGA DE VOTO DE CONFIANÇA!

Como era de se esperar, as empresas aéreas não cumpriram a palavra.

Era de se esperar, pois as promessas fazem parte do jogo tático das empresas: a cada ação nossa corresponde uma ação contrária delas, visando retirar seu grupo do movimento.

Foi assim na última assembleia nossa (dia 25-1-88). Acenaram, prometeram... mas até agora não cumpriram.

E o não-cumprimento da sentença do TST pelas empresas representa um grande desrespeito. Desrespeito às leis do País. Desrespeito para com os seus trabalhadores. Um verdadeiro ato de prepotência econômica. Mas não é apenas desrespeito. A atitude das empresas representa um enorme prejuízo financeiro para os aeronautas, conforme veremos a seguir.

O que as empresas não cumpriram

De acordo com a setença do Tribunal, desde 1º de dezembro, as empresas deveriam estar nos pagando:

DECISÃO DO TST	SITUAÇÃO ATUAL
• Horas diurnas de sobreaviso pagas na base de 1/3 da hora de voo.	• Não pagaram.
• Horas diurnas de reserva pagas pelo valor da hora de voo.	• Não pagaram.
• Horas noturnas, de sobreaviso, de reserva e de voo, pagas em dobro.	• Não pagaram.
• Horas diurnas de sobreaviso, de reserva e de voo, nos domingos, feriados e dias santificados, pagas em dobro e computadas com duração de 52min e 30seg.	• Não pagaram.
• Horas noturnas de sobreaviso, de reserva e de voo, nos domingos, feriados e dias santificados, pagas em quádruplo (em dobro duas vezes) e computadas com duração de 52min e 30seg.	• Não pagaram.
• O trabalho não realizado, por motivo alheio à vontade do aeronauta, deve ser pago como se realizado fosse, caso outra atividade equivalente não lhe seja atribuída dentro do mesmo mês.	• Não pagaram.
• Diária corrida	• A Transbrasil diminuiu o valor da diária do café da manhã A Varig começou a pagar as diárias em fevereiro, porém, não pagou as de dezembro e janeiro A Vasp não está pagando o café da manhã aos comissários
• Salário garantia calculado em 54hs, computando-se para este fim as horas de voo, de reserva e sobreaviso (1/3 da hora de voo).	• A Varig não está pagando aos comissários

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, reporto-me ao diagnóstico da situação do Estado do Rio de Janeiro, em discurso proferido no dia 6 de outubro, passado, no plenário da Assembléia Constituinte, e me associo à fala e à proposta da eminente Deputada Sandra Cavalcanti, que apresentou projeto de lei referente à habitação no Rio de Janeiro para pessoas que moram em favelas — para não utilizar a palavra remoção, que causou transtorno muito grande à comunidade favelada.

Toda minha vida foi pautada na organização das comunidades faveladas. Percebi que a proposta não trazia em seu bojo a obrigatoriedade de repasse de recursos que pudessem garantir a contenção das encostas. Esta a sutileza das administrações das políticas implementadas nas comunidades faveladas: não existem recursos para saneamento básico e contenção das encostas.

O tempo não me permite fazer outro diagnóstico, mas gostaria que a Assembléia examinasse o feito em outubro do ano passado. Conto a história quase secular das favelas, que não passa, pura e simplesmente, pelas favelas do Rio de Janeiro, vítimas que têm sido principalmente as da Zona Sul, consideradas de elite — das más administrações e da falta de recursos e verbas não repas-

sados para atender à grande necessidade dessas comunidades: habitação.

Espanta-me ouvir que mandarão recursos para o Estado do Rio de Janeiro e discutirão a possibilidade de financiar as obras de contenção de encostas, como proposto pelo Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Saturnino Braga. Ora, é competência do Município promover, estimular a construção de habitações condignas e dar assistência necessária a essa comunidade carente. Como é que se vão centralizar recursos apenas nas mãos do Governo Estadual?

Ainda voltarei à tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte para discutir questões relativas aos poderes neste País.

Oxalá não se cometam mais equívocos. Vale dizer que o projeto da Deputada Sandra Cavalcanti coloca essa competência como pura e simplesmente do Estado, e não do Município, para o exercício dessas funções.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, novamente a dor e o desespero tomam conta de um Rio de Janeiro transtornado pela tragédia das chuvas.

Após um final de semana de temporais consecutivos, o Estado volta a apresentar ao País um quadro desalentador: desabamentos de prédios, casas e barracos, deslizamento de barreiras e avalanches que já mataram, até agora, aproximadamente 250 pessoas, feriram 800 e deixaram mais de 15 mil desabrigados. E o Instituto de Meteorologia prevê a continuidade das chuvas.

Reportando-me ao diagnóstico do Estado do Rio de Janeiro, em discurso proferido na data de 6 de outubro passado, no Plenário desta Assembléia Constituinte, nem de longe poderia imaginar que, mais que um diagnóstico, seria uma profecia da catástrofe verificada em meu Estado nos últimos dias.

Naquela oportunidade, mencionei que o Rio de Janeiro, como todos os outros Estados, é vítima de um modelo econômico concentrador de renda, nas mãos do Governo Central. De cada cruzado pago pelo contribuinte do Estado em tributos, 78,5% vão para o Governo Federal, 16,2% vão para o Estado e 5,3% ficam com a Prefeitura.

Referi-me, ainda, aos problemas ligados à saúde da população que se acumula até hoje: déficit de leitos hospitalares, mau aparelhamento das unidades e das ambulâncias, mau atendimento, ausência de profissionais médicos, que se refletem, neste momento, na carência do atendimento às vítimas das enchentes e desabamentos.

Na época em que fiz a denúncia, 39% da população do Rio de Janeiro era de inquilinos e 61% de proprietários, contando com um déficit de 2 mil unidades habitacionais para a classe média.

Enquanto o déficit para a classe pobre é indimensionável, vivendo em favelas, pardieiros, explorados, em condições precárias quanto ao saneamento básico e infra-estrutura de serviços.

O maior bolsão de pobreza do País, com 2 milhões e 600 mil habitantes, é a Baixada Fluminense, considerado o maior estopim de uma possível reação popular à situação de abandono que caracteriza as periferias das grandes cidades brasileiras.

A Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti) tem uma rede de água precaríssima, que só chega a 30%

de sua população, dispõe de apenas três hospitais públicos gerais, apresenta um serviço de transporte urbano precário e um sistema viário que é basicamente o mesmo de 20 anos atrás, e tem, perambulando pelas ruas, cerca de 300 mil crianças sem vagas na rede escolar oficial.

Dentro desse quadro, a população pobre é, sem dúvida alguma, a mais sacrificada neste momento em que o meu Estado vive uma de suas maiores tragédias, causada pelo rigor das chuvas e pela ineficácia da ação dos homens.

Exibindo, ao mesmo tempo e lado a lado, bolsões de pobreza e bolsões de riqueza, aprofundando ainda mais a separação entre classes em eterna luta pela manutenção dessas desigualdades, o Rio de Janeiro também ostenta a condição de sétima maior metrópole do mundo, com a conseqüente carga de problemas e preocupações que isso acarreta. É, hoje, uma cidade perdida no meio de gritantes contradições, manipulada por grupos poderosos em detrimento do real interesse da maioria de sua população, que agora está sendo duramente castigada com a sucessão de catástrofes que se abateu sobre nosso Estado.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de repetir o que já afirmei em épocas passadas: o Rio de Janeiro precisa reencontrar — isto, sim — a sua vocação humanística, deixando de ser a Selva de Pedra para resgatar o título de Cidade Maravilhosa.

Era o que tinha a dizer.

DISCURSO A QUE SE REFERE A ORADORA:

“ A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Estado do Rio de Janeiro, com a sua população de cerca de 12 milhões de habitantes, em todos os seus municípios, é uma região privilegiada sob o ponto de vista geográfico e apresenta violentos contrastes quanto aos aspectos social econômico.

Na impossibilidade de, neste curto espaço de que dispomos, apresentar uma visão conjuntural de todo o Estado, abordaremos apenas alguns ângulos que nos pareçam mais nevrálgicos.

Apesar de ser considerado o grande centro cultural do País, apesar de apresentar grande desenvolvimento em algumas cidades, enorme potencialidade, conglomerados industriais, tecnologia, comércio, vida artística, atrações turísticas, marketing político, mídia sofisticada, grandes instrumentos de comunicação — falada, escrita, televisada — e de sua grande importância política, é um Estado que se vem debatendo com sérias dificuldades, estrangulado por desníveis e déficits espetaculares.

No Município do Rio de Janeiro, o mais desenvolvido, com 6 milhões de habitantes, tem 6 mil 843 km de rede de água, 28 hospitais públicos — 14 do Estado e 14 do INAMPS — e 850 mil matrículas na rede escolar de 1º grau. Isso numa situação caótica e mal-administrada.

No setor educacional, são notórias as suas deficiências, tanto na qualidade como na quantidade de ensino. A rede escolar é insatisfatória para a demanda, e a situação dos professores é caótica, havendo estado permanente de insatisfação drenada para movimentos grevistas.

A merenda escolar continua sendo a principal atração do colégio público, e o índice de repetência é assustador. Quanto à rede privada de ensino, elitizada pelas caras taxas cobradas aos usuários, ainda assim se apresenta deficitária, com variada lista de exigência e de pedidos de reajustes para sua manutenção e pagamento de professores, diga-se de passagem mal pagos e também insatisfeitos.

Há um verdadeiro círculo vicioso estrangulando o sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto à Saúde Pública, somam-se os problemas: déficit de leitos hospitalares, mau aparelhamento das unidades, mau atendimento, cobranças extras nos hospitais e nos postos médicos da Previdência, carência de profissionais da área médica, aviltamento da sua remuneração, filas de doentes madrugada adentro nos postos públicos. Eis aí outro círculo vicioso no setor de Saúde Pública do Estado. Resultado: sacrifícios dos profissionais e usuários.

O Município do Rio de Janeiro e todos os outros são vítimas da crise de um modelo econômico concentrador de renda.

Como todos os municípios brasileiros, a cidade do Rio de Janeiro é penalizada pela excessiva concentração de recursos nas mãos do Governo Federal. De cada cruzado pago pelos contribuintes do Rio de Janeiro em tributos, 78,5% vão para o Governo Federal, 16,8% vão para o Estado e somente 5,3% ficam com a Prefeitura.

O Rio de Janeiro tem 39% de inquilinos e 61% de proprietários, além de um déficit de 2 mil unidades habitacionais para a classe média. O déficit para a classe pobre é inidimensionável. Vivem eles em favelas, pardieiros, explorados, em condições precárias quanto a saneamento básico e infraestrutura de serviços.

Um dos maiores problemas, talvez o mais agudo na presente conjuntura, é a segurança. A política de segurança adotada pelo Estado é ineficiente e despolitizada. A ausência de um planejamento de combate ao crime organizado só tem levado à marginalização das populações carentes, além do fato de formar uma opinião negativa, por parte da sociedade, com relação a essas comunidades.

O problema não está em dar mais poder ao poder público, e, sim, submetê-lo a mecanismos rígidos e democráticos de obediência aos interesses da sociedade.

O maior bolsão de pobreza do País, com 1.249 quilômetros quadrados e 2 milhões e 654 mil habitantes, é a chamada Baixada Fluminense, considerado o maior estopim de uma possível reação popular à situação de abandono que caracteriza as periferias das grandes cidades brasileiras.

A Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti) tem uma rede de água precaríssima, que só chega a 30% de sua população, dispõe de apenas 3 hospitais públicos gerais, apresenta um serviço de transporte urbano precário e um sistema viário que é basicamente o mesmo de 20 anos atrás, e tem, perambulando pelas ruas, cerca de 300 mil crianças sem vagas na rede escolar oficial.

Dentro desse quadro, a população local elegeu a segurança como o mais grave problema.

A Baixada é insegura. O crescimento do índice de violência tem acontecido aos olhos das autori-

dades e com o seu consentimento e cumplicidade. Isto já não é mais novidade para ninguém. Conhecida por seus grupos de extermínio, tem um dos maiores índices de criminalidade, e os termos corrupção policial, miséria e violência são as matérias-primas de quase todos os acontecimentos traumáticos da região. Somente nos três últimos meses foram contabilizados aproximadamente 160 homicídios, quase todos não solucionados. As estatísticas e os jornais locais referem-se, diariamente, ao aumento da violência, do crime organizado e da corrupção de forma alarmante e cruel.

No entanto, nessa região conflagrada, devemos destacar um fenômeno: cerca de 70% dos moradores da Baixada são de origem negra, e isso, aliado à pobreza, vem a ser o mais novo elemento de referência na luta dos moradores da região. Há um grande movimento de criação e atuação de associações de moradores na Baixada, onde funcionam comissões, ajudadas por religiosos, encarregadas de trabalhar as diversas dificuldades dos moradores: saúde, saneamento, educação, transportes, habitação e segurança. De tão explosiva a região, provocou nos habitantes, com as referências acima, que são verdadeiros pontos de união, uma explosão de sentimentos, de revolta e de trabalho de organização incipiente que precisam ser bem administrados, sob pena de se presenciarem uma dramática explosão social.

Motivo de preocupação para todas as autoridades de segurança e de polícia do Estado, com seus grupos de extermínio e acentuada pobreza, a Baixada tem como rival de drama e sofrimento um Município de peso, que fica do outro lado da baía. Trata-se de São Gonçalo, cidade com 1 milhão e 200 habitantes — com a esmagadora maioria da classe pobre, um território de 253 km² e lugar de destaque nos altos índices estatísticos de homicídio.

Há um verdadeiro campeonato do crime, segundo estatísticas disponíveis do mês de maio passado, entre essas duas regiões conflagradas. São Gonçalo, com 58 assassinatos, aparece em 2º lugar, perdendo apenas para Nova Iguaçu, com 104 assassinatos mensais.

Com apenas 15% de ruas calçadas, São Gonçalo sofre, além de todos os dramas sociais de uma população pobre e carente, e má assistência das autoridades estaduais. Em comparação com Niterói — cidade vizinha, com 400 mil habitantes e 130 km² de área, e que conta com 7 delegacias e um batalhão para cuidar de sua segurança, São Gonçalo, com seu grande contingente populacional, tem apenas 4 delegacias, com falta de material humano e viaturas, ficando a cidade inteiramente despoliciada.

A onda de criminalidade cresce em todo o Estado do Rio de Janeiro, observando-se mesmo uma mudança no perfil do crime, com o alargamento de suas fronteiras, com uso da sofisticação e da audácia, com mercenários contratados para matar. A morte por empreitada é uma nova atividade econômica nas grandes cidades, proporcionando o surgimento do pistoleiro profissional. Antigos métodos rurais de eliminação de desafetos ou inimigos sofisticaram-se e se transplantaram para os grandes centros. A indústria do crime não é mais uma figura de retórica. No Rio de Janeiro morre muito mais gente assassinada do que em acidentes de trânsito, que estão a níveis insupor-

táveis. Nos últimos 155 dias, 1 mil e 100 pessoas foram mortas na Região Metropolitana do Rio, a maioria por grupos de extermínio, ou policiais civis e militares em ações de rotina. Somente no dia 23 de março próximo passado, só na Baixada Fluminense, 18 pessoas foram mortas em casos considerados insolúveis pela polícia.

Esses totais, que podem não representar o total efetivo, dão uma média de sete pessoas mortas por dia, uma a cada três horas.

Contrastando com esse dramático quadro social e policial, toda a sociedade assiste atônita e indignada o movimento organizado de alguns grupos de políticos, associações comerciais, empresariais, construtores civis, latifundiários e elites, que decidiram lutar pela emancipação da elitizada Barra da Tijuca, criando-se um novo município que se estenderá ao longo de 22 quilômetros de praias oceânicas. A Barra da Tijuca, responsável por 20% da arrecadação da Prefeitura (Cz\$ 360 milhões, no ano passado), forma hoje um dos maiores painéis de valas negras que se misturam a edifícios e condomínios fechados, de mansões com piscina e amplos jardins. E o plano de torná-la município pelos poderosos da região não soma Jacarepaguá, onde existem 30 favelas, gigantescos conjuntos habitacionais e a explosiva Cidade de Deus. Campanhas publicitárias só para a Barra já estão sendo criadas pelo poderoso **marketing** publicitário. O mesmo está acontecendo com a Zona Oeste, onde existe a tentativa de torná-la município.

E o que diz a população?

A comunidade está vendo a municipalização da Barra e da Zona Oeste como uma jogada política e altamente comercial. A difusão do Estado do Rio de Janeiro é vista pela população apenas como mais uma chance de ampliar a prática clientelística de setores políticos, aumentando o número de vagas em cargos públicos, que por eles seriam loteados.

Mas o pior, o inadmissível, é que se pretende criar um bolsão de riqueza, de privilegiados, verdadeiro gueto ao contrário, que tornará mais funda a vala negra que separa as classes em sua eterna luta pela desigualdade.

Tão violento e tão contraditório, o Rio de Janeiro ostenta, ao mesmo tempo, a condição de sétima maior metrópole do mundo com a consequente carga de agressividade humana que isso acarreta.

É hoje uma cidade perdida no meio de suas gritantes contradições e com a manipulação de grupos poderosos em detrimento do real interesse da maioria.

O Rio de Janeiro precisa reencontrar — isso sim — a sua vocação humanística, deixando de ser a Selva de Pedra para resgatar o título de Cidade Maravilhosa.

Era o que tinha a dizer."

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pelos jornalistas, há pouco, tive notícia de que se consumou finalmente o acordo entre o "Centrão" e a Liderança do PMDB em torno do texto inspirado e que está circulando como de autoria do Constituinte Virgílio Távora. Quero, porém, registrar que todo o processo de negociação a respeito de direitos sociais não teve a participação dos mais interessados na questão.

Tanto os segmentos do PMDB mais vinculados ao movimento sindical — refiro-me especialmente ao Movimento de Unidade Progressista — MUP — quanto os de outros partidos, que podem aqui discutir tudo, menos sua vinculação com o mundo operário e sindical — o PT, o PDT, o PCB, o PC do B, o PSB — foram inteiramente marginalizados nessa discussão e nesse processo de negociação.

É preciso ficar claro que, apesar dessa marginalização, a chamada esquerda e os representantes dos trabalhadores nesta Assembléia não aceitaram passivamente a marginalização. Procuraram insistentemente a Liderança do PMDB e outras, externando sua preocupação quanto ao resultado dos entendimentos, bem como linhas de evolução de sua posição. Para dar um exemplo, esses partidos e o MUP, com apoio do DIAP, do movimento sindical, que desde o início resistiam à idéia da inclusão da indenização no texto permanente da Constituição, evoluíram enormemente para aceitar essa inclusão. Alguns, que rejeitavam também a hipótese da remessa da questão para a lei ordinária — posição inicial da Liderança do PMDB, que se resumia na Proposta Euclides Scalco, voltando-se para o S-1 — agora admitem sua remessa parcial para a lei. Reivindicaram apenas que, uma vez convivendo-se com a idéia da indenização e com a da remessa à lei, fosse incluída também a possibilidade, ainda que posteriormente regulamentada por lei, da nulidade da rescisão contratual. Isso, de resto, não representa nenhuma novidade em relação ao *statu quo* atual, porque já existe a possibilidade da nulidade do ato de rescisão contratual nos casos de dingentes ntes e membros da Cipa.

Este acordo político-parlamentar específico na verdade repete, lamentavelmente, a história do nosso País. Mais uma vez perpetua-se, concretiza-se um acordo das elites com a exclusão premeditada, programada e consciente de um significativo segmento da sociedade brasileira.

Quero registrar ainda, Sr. Presidente, que não desistimos da luta. Temos uma proposta — e ainda ontem ela mereceu a palavra de simpatia do Presidente da Constituinte — que possibilita a fusão de todas as emendas, assegurando o mínimo de garantia e passando ao largo da discussão em torno da palavra estabilidade. Trata-se da possibilidade da rescisão contratual convivendo com o seu contrário, a indenização.

Então, queremos o que os patrões querem, juntamente com aquele mínimo que o movimento sindical também pleiteia. Nossa fórmula é a da conciliação e da unanimidade. Mas o acordo, perpetrado como mais um pacto das elites, é de exclusão, porque imposição de uma parte da sociedade contra a outra parte. (Palmas.)

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago, de recente viagem ao meu Estado, a Paraíba, a melancólica constatação da situação de penúria em que vivem os trabalhadores hoje aposentados pelo Funrural.

Recebem eles verdadeira migalha, que não dá sequer para o sustento básico de uma só pessoa, e muito menos para assistir a uma família que, na região nordestina do País, é geralmente numerosa, com seus membros, dada a falta de oferta de empregos, vivendo sob a dependência do che-

fe. Este, inúmeras vezes, é aposentado, por invalidez, em precoce idade e, desta forma, ainda com muitos dependentes menores.

Ignoro, Sr. Presidente, quais os critérios adotados pela Previdência Social na fixação dos valores da aposentadoria através do Funrural. Mas, quaisquer que sejam os fatores técnicos utilizados, os proventos da aposentadoria, não poderiam ser inferiores a um salário mínimo.

Entretanto, na Paraíba — fato que deve acontecer nos demais Estados do Nordeste — o homem do campo ainda está marginalizado, não tendo conquistado o direito legítimo de receber o tratamento assegurado aos trabalhadores das cidades. É inconcebível que haja pessoas ganhando 50, 60 ou 100 cruzados por mês, a título de aposentadoria. Trata-se de um verdadeiro ultraje à própria dignidade do ser humano!

Não procede o argumento de que a elevação do valor das aposentadorias irá desequilibrar o orçamento da instituição previdenciária, já que esta, descumprindo sua verdadeira missão, perde por completo o primordial objeto de sua existência. Uma previdência falha e impotente para assistir a seus filiados não tem o menor sentido dentro da sociedade justa que almejamos construir. É mais do que evidente que alguma coisa está errada no setor de responsabilidade do Funrural, ou devido aos próprios erros do sistema de governo, ou por culpa das distorções existentes nas estruturas sociais do País, que condenam os idosos, os aposentados e todos os que perdem condições plenas de trabalho, a vegetar como míseros párias.

Alguma coisa tem de ser feita, e com a maior urgência, para apagar essa triste mancha, que compromete seriamente o conceito do Brasil no cenário mundial.

A Constituinte está no indeclinável dever de estabelecer um mandamento imperativo que não permita, de forma alguma, esse tipo aviltante de tratamento hoje sofrido por milhões de brasileiros desassistidos pelo Funrural.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, com o encerramento da moagem da cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco, algumas usinas e destilarias dispensaram mais de sete mil operários e até o mês de março o contingente de desempregados no setor passará dos 12 mil. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Alcool, José Joventino de Mello Filho, demonstrando preocupação diante da violenta cnse no setor, tem-me telefonado e telegrafado, para que, na qualidade de Consultor Jurídico, há mais de 25 anos, do órgão da classe, tente minimizar essa crise.

Sr. Presidente, a situação dos operários do açúcar, cujo total no Estado de Pernambuco está em torno de 35 mil, torna-se grave em face de, este ano, devido à estiagem, a moagem ter-se encerrado mais cedo, resultando no mais longo período de entressafra dos últimos 30 anos. Normalmente, a moagem encerra-se no fim de maio, mas, em decorrência da seca, até 15 de março não haverá usinas funcionando. Nos anos anteriores os empregadores dispensavam apenas 15% dos seus empregados, realizando a lotação de operários em outras atividades e conservando outras na manutenção ou "aprontamento" das usi-

nas. Este ano, porém, em face da longa estiagem, demitiram e continuam dispensando em massa, por não haver atividade industrial paralela.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a estabilidade no emprego, ou indenização por tempo de serviço, é hoje tema de discussão e votação na Assembléia Nacional Constituinte. Sobre o assunto, fiz um longo pronunciamento, no dia 18 passado, inclusive, concluindo com uma modesta sugestão: estabilidade, mediante garantia contra a despedida imotivada, e fundo de compensação do tempo de serviço.

Recentemente ilustre advogado trabalhista, Dr. Edvaldo, vinculado ao Sindicato dos Contabilistas, enfocava um caso prático, de grande repercussão na Justiça do Trabalho com sede em Pernambuco. Esclarecia o brilhante causidico que, em reclamação contra o Banco do Estado de Pernambuco, certo empregado foi demitido por ter ido à Justiça do Trabalho reclamar seus direitos. Ora, sempre defendi o entendimento de que enquanto perdurar o litígio trabalhista o empregado terá direito à estabilidade provisória, mas, infelizmente, fui sempre vencido.

Concluo registrando que continuo apoiando, no sentido de sua aplicação a todos os empregados, o regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acoplado a um sistema de segurança no emprego, de forma a impedir a despedida arbitrária ou imotivada. Preconizo a adoção da teoria da nulidade da despedida arbitrária, compatibilizando-a com o FGTS. Para tanto, afigura-se recomendável norma constitucional inspirada na Convenção nº 158/82, da OIT, de cuja discussão e votação participamos em Genebra.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil é um País capitalista que nunca se preocupou seriamente com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

Um trabalhador está doente ou idoso? Os patrões ou o Estado, imediatamente e sem um mínimo de escrúpulo, o substituem por outro sadio ou mais jovem.

Este drama se agrava no caso do trabalhador aposentado, considerado peça descartada no conjunto da sociedade capitalista brasileira. Seus proventos são rebaixados já no ato da aposentadoria. E daí em diante vêm o arrocho, a manipulação dos recursos previdenciários e outros objetivos estranhos ao bem-estar do trabalhador.

Por outro lado, o PT deu importância especial às questões de seguridade social, saúde e previdência nesta Constituinte.

Neste momento quero registrar a presença, em Brasília, de delegações de aposentados de São Paulo que, coordenados pela Federação de Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo, estão fazendo manifestação hoje à tarde no Ministério da Previdência.

Ao mesmo tempo, peço a transcrição do documento da Federação, para o conhecimento geral dos Deputados e Senadores.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"São Paulo, 19 de fevereiro de 1988

Aos Senhores Constituintes:

A Federação de Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo, vem, através desta, co-

municar à diligente bancada do seu Partido que, durante as manifestações com atos públicos, passeatas, etc., em todas as regiões do Estado de São Paulo, a exemplo do que ocorreu em todo o País, realizados durante a comemoração, com luta, da Semana do Aposentado, de 20 a 25 de janeiro de 1988.

Nessa ocasião foi dado a conhecer aos constituintes e a todos os presentes a grande injustiça praticada pelos sucessivos governos contra aqueles que trabalharam na construção dessa grande nação que é o Brasil de hoje.

Infelizmente, não poderemos considerar de todo uma comemoração festiva e, sim, mais um ato de protesto, e a apresentação das mais sentidas reivindicações que levarão a integração na sociedade brasileira esse segmento marginalizado e esquecido por aqueles que governam o País, tais como:

1º) Art. — Os benefícios de prestação continuada já concedidas pela Previdência Social à data de promulgação desta Constituição terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo que ostentavam à época de sua concessão.

2º) VI — art. 236 — Pensão aos dependentes, com base no valor do salário de contribuição ou nos proventos de aposentadoria do segurado que vier a falecer.

3º) § 2º — A gestão das instituições de seguridade social terá participação obrigatória e paritária de representantes da União, das empresas e dos trabalhadores, inclusive inativos, na forma estabelecida em lei.

Esperando contar com todos os Constituintes na aprovação de nossas emendas acima citadas e já apresentadas por alguns de seus membros, firmando-nos,

Atenciosamente, — **Henos Amorina**, Presidente — **Urbano França**, Sec.-Geral."

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a partir da década de setenta, até o início do presente decênio, multiplicaram-se, no País, as agências bancárias, principalmente dos estabelecimentos oficiais de crédito, federais e estaduais, beneficiados não apenas inúmeros municípios, mas também alguns distritos longínquos, principalmente na região meridional.

O Banco do Brasil foi o pioneiro dessa expansão, criando subagências ou postos municipais e distritais, exemplo seguido por vários bancos estaduais.

Acontece que, agora, talvez por influência da crise econômico-financeira, vem sendo anunciado o fechamento de agências daquele banco oficial, provocando desassossego, desestímulo e revolta em vários municípios interioranos.

É o caso de Águas de Lindóia, uma das mais importantes estâncias hidrominerais e termais do País, que vem contando com a presença do Banco Credireal, ali instalado há vinte e cinco anos. Aquele tradicional estabelecimento bancário, que emprega vinte pessoas, não se tornou deficitário com a crise, nem teve reduzida a sua operacionalidade.

Diante disto, e atendendo aos pedidos comoventes, com explicações esclarecedoras, do povo de Águas de Lindóia, endereçamos veemente ape-

lo ao Governo de Minas Gerais e ao diretor daquele banco oficial, para sustar qualquer processo de transferência, e suspender a intervenção na agência. Com a alternativa, sugerimos seja ela transferida para a cidade mineira de Monte Sião, que fica a sete quilômetros de Águas de Lindóia, com o aproveitamento de todo o pessoal em exercício, ou seja, cerca de vinte pessoas, que ficariam desempregadas se adotada a solução drástica, que pode ter fundamentos técnicos, mas será profundamente desumana.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS (PMDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência manifestou-se, em seu Boletim nº 119, sobre a decisão do Conin de autorizar a entrada de **software** americano em nosso mercado.

Gostaria de lei este breve editorial para que constasse dos Anais.

"A decisão do Conin de autorizar a comercialização do sistema operacional MS/DOS 3.30 contraria a Política Nacional de Informática (PNI). Fere a legislação. É um retrocesso. A SBPC votou contra.

Perderam-se os investimentos de inteligência e recursos em desenvolvimento de **software**. Comprometeu-se a política até agora adotada pelo MCT. Sem ter qualquer garantia de que as retaliações seriam suspensas.

Essas retaliações são comuns no comércio internacional. Se desejamos garantir o desenvolvimento tecnológico as encontraremos muitas vezes.

Hoje, o alvo é a informática, amanhã, os fármacos, os sapatos ou... os correios (alvo preferido dos EUA na Argentina).

Para resistir, impõe-se determinação e coerência na política industrial e tecnológica e uma busca sistemática de alternativas de mercados no exterior ou no País.

É preciso também recuperar o apoio dos últimos anos ao projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, do qual a PNI é parte.

A decisão do Conin não foi condenada nas ruas ou no Congresso. É um fato e preocupa. Em um momento de crise como o que atravessamos, as contingências de política não podem atropelar objetivos permanentes. Isso significa comprometer o futuro."

Este episódio, Sr. Presidente, pelo qual o Conselho Nacional de Informática autorizou a comercialização no mercado brasileiro da versão 3.3 do **software** MS/DOS da empresa norte-americana Microsoft, assombrou a todos os brasileiros que se esforçam pela construção de uma indústria e uma tecnologia nacional no setor da informática.

O engajamento de todos os brasileiros em torno desta causa e os resultados já obtidos são animadores e representam indiscutivelmente nossa capacidade de criar condições próprias de independência e de soberania nacional.

A autorização mencionada constitui um forte revés na política nacional de informática e abre um perigoso precedente, uma via mesmo, pela qual se pode frustrar todo o esforço já feito no País em defesa dessa política.

Entretanto, não é segredo que a condescendência governamental foi estimulada pelas ameaças de retaliações comerciais contra produtos brasileiros no mercado norte-americano, baseado na seção 301 da legislação comercial daquele país. A pressão dos Estados Unidos da América põe o governo brasileiro de joelhos, fazendo-o ceder num ponto em que já se havia fechado questão em torno da reserva de mercado.

Economicamente, todos sabem, a disputa tinha um significado irrisório para a economia americana, já que o mercado potencial do **software** autorizado é de apenas uma fração mínima dos negócios americanos no Brasil.

O que estava em jogo era exatamente o princípio, que os americanos procuraram impugnar, criando um precedente rigorosamente atentatório à soberania e aos interesses brasileiros, para o qual não se constrangeram de usar um recurso tão covarde quanto à retaliação comercial.

Foi preciso, Sr. Presidente, que encontrassem neste País um governo suficientemente enfraquecido para que conseguissem mercadejar nossa soberania.

Como resposta à tibieza das autoridades, assistimos agora, ainda mais estupefatos, ao governo norte-americano vacilar na suspensão de tais retaliações, mantendo assim a espada sobre nossa cabeça. Esta espada, Sr. Presidente, não nos conforma, nem mesmo embainhada. Enquanto houver processo contra o Brasil, com base na seção 301, o governo daquele país, que se diz amigo, poderá executar a qualquer momento aquele a quem acena como amigo.

Se o Governo brasileiro se intimidou frente às ameaças, não se intimidará o Congresso Nacional, nem se intimidará a Assembléia Nacional Constituinte na defesa intransigente da nascente indústria de informática e da soberania nacional.

Fiquem certos os governos estrangeiros que querem acuar o País, de que acima de nossas dissensões internas colocaremos o interesse nacional; que a democracia que se implanta neste País oferece antidoto às vacilações dos governantes, e de que o revés que nos impõem serve para reforçar os pontos sobre os quais se unem todos os segmentos responsáveis da Nação brasileira e estimula ainda mais a luta pela preservação do mercado da informática, inclusive a ampliação da reserva para outros setores, em favor do nosso desenvolvimento.

O SR. LAEL VARELLA (PFL — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna, neste momento, para deixar bem claro que a essência que norteia os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte vem sendo minada e desestruturada, com sérios reflexos na opinião pública brasileira. Nestes últimos dias, no período pós-camavelesco, convocados pelo Presidente, Deputado Ulysses Guimarães, que temos feito? Nada mais do que ouvir meia dúzia de pronunciamentos demagógicos, de claros contornos comunizantes, feitos por congressistas que, ao se intitularem "Representantes do Povo", nada mais fazem que destilar emanações de desesperança e promover o festival dos enganoses.

Acusam-nos, a todos, de "conservadores", em contraste com seu "progressismo" discutível e vazio. Auto-intitulam-se "salvadores da Pátria",

quando nada mais são do que representantes da demagogia tola ou do pomposo e espalhafatoso complexo de Cassandra, a prenunciar desgraças, a semear desconfianças, a alimentar ilusões.

Tendem a desabafar nada mais que seu terrorismo interior, e só isso. Que aqui estivéssemos, todos, a alinhar e a compor, com garra, vontade e responsabilidade, a nossa Carta Maior. Mas, não. Estamos a perder o tempo de que dispomos para isso, tornando-nos ouvintes de discursos ociosos e de falas pouco convincentes.

A meta maior dos Constituintes, é, exatamente, sustentar seu compromisso com o povo que os elegeu, empregando-o com resolução e energia na feitura de nossa Lei Maior. Da mesma forma, precisamos nos imbuir de nossa representatividade política, em seu amplo conceito aristotélico — promover o bem comum. Em todas as horas. Em todos os minutos. Em todos os segundos. Em todos os momentos. Hoje, agora, ontem, sempre.

Apesar disso, surgem perigos a rondar o País. A insatisfação popular está gerando uma convulsão interna de consequências imprevisíveis. Nossa missão é a de dar conta disso e procurar meios de, pelo menos, minorar o problema e desarmar os espíritos, com posicionamento político que vise a controlar essa efervescência. Mas ao esquerdismo dos radicais da Assembléia Nacional Constituinte interessa outra coisa: que arda o caldeirão e que se avive o fogo institucional com o derramamento da gasolina de seus objetivos, nem sempre muito claros e pouco límpidos.

Chegamos a um ponto em que já se ouvem, por todo o País, referência à falta de caráter do Poder Constituinte e que este, por sua vez, não se autovaloriza com o seu trabalho. Esta talvez seja a mais terrível situação: a que se expõe a Constituinte, em decorrência do que acabamos de mencionar.

Os homens do passado nos legaram uma Pátria em ordem, um País respeitado, com perspectivas de melhoria política, econômica e social. Que conta daremos nós às gerações futuras? Que respostas lhes daremos nós, a quem coube a missão de lhes garantir a Constituição por que tanto esperavam? Vivemos o auge da democracia no País. Usar deste momento para fortalecê-la e ordenar a estrutura da Pátria é uma imperiosa obrigação que nos impusemos e de que temos de dar conta.

Mas não será dessa maneira que conseguiremos atingir esse objetivo. Muito menos com o desabusado desrespeito às autoridades constituídas, em especial ao Sr. Presidente da República. Quantas vezes o Presidente Sarney recebeu, neste recinto, acusações acerbas sem nunca ter tido a oportunidade imediata de a elas responder? Não é meu desejo preservá-lo das críticas que possam até engrandecê-lo, mas quero referir-me ao desacato que, muitas vezes, as substitui.

Nenhum País pode sobreviver em paz e impor-se ao mundo quando suas autoridades maiores sofrem o achincalhe e o deboche de seus concidadãos. Isso só serve à perturbação da ordem e da harmonia política, com consequências extremamente sérias na vida do País.

Os que nos elegeram e confiaram em nós não merecem essa traição vergonhosa ao mandato que nos outorgaram. A Assembléia Nacional Constituinte tem um compromisso histórico a cumprir. Esquerdismos irritantes e personalismos

exacerbados não devem ter guarida aqui. O Brasil está a nascer de novo nesta Constituinte. Não a transformemos num aborto intempestivo da esperança nacional.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PTB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, trouxe, recentemente, a esta tribuna uma denúncia contra os vendedores de ilusões, as seguradoras, que prometem tranquilidade e segurança na hora de vender o título, apresentando um elenco de benefícios sedutores, para, após anos e anos de contribuições penosas, devolver ao segurado um insulto, uma agressão, uma verdadeira violência contra sua boa-fé, sua esperança, seu longo sacrifício.

Foi exatamente isso que a Seguradora União proporcionou a D. Mercedes Mello Marques Coimbra, conforme denunciei. Os termos da carta em que a Seguradora se dirige à segurada são ultrajantes. A quitação dos direitos integrais, pelo período de 15 anos de contribuição, no valor de Cz\$ 1,29 (um cruzado e vinte e nove centavos), se faz, segundo a Seguradora, "no intuito de defender seus interesses e também evitar prejuízos".

E faz tudo isso, Srs. Deputados, amparada em lei, decretos, portarias, um verdadeiro arsenal organizado contra a economia popular para fazer crescer os lucros daqueles que se especializaram no enriquecimento pela exploração do sofrimento no nosso pobre e desvalido povo.

O que as companhias de previdência privada estão fazendo representa um perfeito ato de assalto à mão armada. Contando com normas que lhes garantem lucros exorbitantes, apresentam-se à clientela, desprovida de tudo, insegura quanto ao futuro, como a salvação. Escapole o interessado do aspecto e cai na brasa, pois fica até mesmo sem o dinheirinho das contribuições pagas com grande sacrifício. Resta a frustração, e a alguns poucos, em que ainda sobrou energia, a raiva, pela afronta e pela impunidade social com que esses pivetes organizacionais são contemplados.

É imperativa uma mudança corretiva no sistema de previdência privada, uma moralização das práticas dos que usam o dinheiro do povo, manipulam esses recursos por anos, especulam e lucram fortunas, sem o menor compromisso de devolver ao verdadeiro dono do dinheiro, sequer o principal, devidamente corrigido.

O Governo, para ter o direito de se apresentar ao povo como seu defensor, zeloso dos seus direitos, envolvido com o social, conforme afirma em seu slogan "TUDO PELO SOCIAL", precisa, com urgência, dar um basta a esses abusos.

Exigimos medidas corretivas em defesa da população, vítima da atual previdência privada.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, necessário não se faz dizer da frágil economia nordestina em relação à produtividade e desenvolvimento sulista.

Não obstante a nossa vulnerabilidade econômica, fomos surpreendidos por decisões da Diretoria de Habitação da Caixa Econômica Federal, que exige do empresário, sobretudo da construção civil, com o agravante da retroatividade, que — dezembro de 1987, janeiro e fevereiro de

1988 — 3% do valor da proposta de Cz\$ 100.000.000,00, (cem milhões de cruzados), Cz\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados) ficassem desde logo depositados nessa instituição financeira.

Ora, não é possível nem recomendável aceitar tal decisão, em face do que já expomos.

A situação do empresário nordestino em relação ao do Sul é profundamente desigual.

Observe-se ainda, que nas difíceis situações causadas pelos efeitos climáticos, secas, enchentes etc. É a construção civil que absorve maior índice de mão-de-obra. Por conseguinte, fazemos um apelo à Diretoria de Habitação, na pessoa do Dr. Flávio Peixoto, e à Diretoria de Operações, para que revoguem este dispositivo, cujo efeito retroativo agrava mais ainda o empresário da construção civil do Nordeste, descapitalizado e vulnerável mais ainda diante desta resolução.

É este o nosso veemente apelo, esperando encontrar a sensibilidade que é tão comum nessa instituição financeira que tanto nos orgulha, pela seriedade e visão social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, "o Governo Federal, os Governos Estaduais e a própria Assembléia Nacional Constituinte, se porventura deixarem mais uma vez de priorizar a educação no Brasil, estarão cometendo com a História, uma omissão criminosas".

Analizando as últimas decisões do Governo de liberar as mensalidades escolares, provocando um aumento incompatível com o rendimento do trabalhador, o que irá provocar o aprofundamento da elitização do ensino no País.

A Constituinte não pode aprovar algumas das propostas que aí estão, definindo a prioridade para a privatização do ensino em detrimento do ensino público e gratuito.

Registro que as escolas públicas, pelo descaso do Governo Federal e dos Governos Estaduais, pagando mal os professores, não cuidando de sua preservação nem ampliando suas instalações, estão fazendo com que a população deixe de procurá-las, para buscar o ensino nas escolas particulares, muito mais caras e nem sempre mais eficientes.

Criou-se uma mentalidade nacional de que as escolas públicas são ineficientes e incapazes: vivem constantemente em greve e o ensino é de baixa qualidade. Pode até ser verdade, mas o fato de que isto nem sempre foi assim nem deveria ser. Porém, a omissão do Governo Federal em priorizar este setor e o descaso dos Governos Estaduais, como é o caso do Rio Grande do Sul, levou a esta dura realidade. Estão acontecendo casos incríveis, como o da sobra de vagas nas escolas públicas e o excesso de procura nas escolas particulares. Muitos pais estão desesperados porque pretendem um ensino qualificado para seus filhos, e, como não o encontram nas escolas públicas, são obrigados a recorrer às escolas particulares, pagando simplesmente o que, na realidade, não podem, mas, infelizmente o fazem à custa de muito sacrifício.

Temos exemplos históricos de que o ensino público já foi orgulho nacional, com boas instalações, os melhores mestres e o ensino da mais

alta qualidade, exemplo para a América Latina. Hoje, graças aos descasos dos últimos governos, aumentou o número de analfabetos e a evasão dos bancos escolares.

Um governo, seja Federal ou Estadual, que não prioriza a educação, quer manter o seu povo na ignorância para poder melhor dominá-lo. Sabe-se muito bem que um povo ignorante é muito mais fácil de ser manobrado. Mentes lúcidas e esclarecidas sempre amedrontaram os ditadores e déspotas.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quem vota tem três opções. Concorda. Nega. Fica em cima do muro. Opta pelo sim. Não Abstenção.

A última alternativa se justifica somente em uma hipótese, salvo melhor juízo. Quando o legislador é parte interessada no caso. Por exemplo, se dono de emissora de rádio, tem o direito de ficar à margem da legislação de comunicação. Se médico, pode-se dar por suspeito e curvar-se à decisão de seus pares em algo que diga respeito a sua categoria. E assim por diante.

Porém, com o devido respeito, julgo hipótese quase inaceitável apertar a tecla do meio. Atirar a responsabilidade no ombro dos demais, quando recebeu voto para decidir e não para deixar os outros deliberarem em seu nome, é condenável.

Abstenção, vale notar, tem sempre o peso de voto contra.

E, no caso específico da Assembléia Nacional Constituinte, não deixa margem para qualquer outra interpretação. Quem se abstém nega. O raciocínio é primário. Nenhuma regra é colocada no texto da Grande Carta sem 280 votos. Logo, contam os positivos. Os “não”, por evidência, não valem aprovação. Os ausentes ou indefinidos acrescentam número à corrente negativa. Não se somam ao **quorum** imprescindível para a aprovação.

Não estou livre, de uma hora para outra, de cair na opção condenada. Afinal, errar é insito ao ser humano. Não obstante, nada, absolutamente nada, conforta a saída aparentemente cômoda do nem-sim-nem-não. Ou do muito-antes-pelo-contrário.

Vejamos se não me assiste razão.

1. Qual o fundamento para alguém buscar o mandato? Julgar-se apto.

2. Logo, se oferece por capaz. E o capaz, procede como? Assumindo a responsabilidade. Decidindo. Virtude, aliás, cada vez mais rara entre nós, homens públicos — por isso mesmo em contínuo descrédito.

3. Se capaz e querendo decidir, qual a regra? Concordar ou negar proposições. Lutar por idéias. Vencer ou ser derrotado. Ou, ainda, acordar. Em qualquer circunstância, votar “sim” ou “não”.

4. Na hipótese, prevista, por sinal, de suspeição, ou seja, de parte interessada, ainda assim acho legítimo participar, influir, votar validamente. Acha representação é de todos. Nunca de alguns. É de supor, mais, de ter certeza, que nenhum eleitor votou em alguém para se abster. Pelo contrário. O Constituinte ausente é o eleitor ausente. E, pertencendo à uma determinada categoria, mais do que nunca voto e pressão devem ser firmes. Fazem diferentes os empresários Constituintes?

Os médicos? Os sindicalistas? Não encontra respaldo a saída pela tangente.

A votação eletrônica — é outra observação pessoal e, portanto, passível de falhas e críticas — tem causado maior número de pessoas em cima do muro. Em contrapartida, liquidou os “comodistas”, acabando com as tendências. Público e notório, era prática tida por inteligente deixar correr a votação e, no final, votar com a maioria. A coisa mudou. O voto é de corpo inteiro. A responsabilidade assumida conscientemente.

Claro, restou a “abstenção”.

Aparentemente, o “voto do bonzinho”.

Esse tipo nunca fez história.

Homem assim é amorfo. Não marca. Não serve nem a desculpa de, por mal informado de sua ignorância, ceder passo aos mais sábios. Quem não sabe se aconselha. Escolhe um líder e vai no rumo. Tem presente que foi eleito para decidir. Jamais para, encolhido, constatar a decisão e sacudir os ombros, tal qual Pilatos lavou as mãos.

Pensou fugir da responsabilidade. Na verdade, foi quem colocou Cristo na cruz.

Pior do que decidir mal é não decidir.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece que existiu um forte preconceito em todos os governos que passaram, nos últimos 40 anos, pelo comando desta Nação, contra o transporte rodoviário de cargas, hoje, rebatizado como transporte rodoviário de bens — não mais TRC, e sim TRB.

As poucas conquistas que conseguiram os transportadores, não para seu benefício, mas para dar maior e melhor condição de operacionalidade ao setor, foram, repito, conquistadas palmo a palmo, como se existisse uma guerra entre seus operadores e nossas autoridades. Muitos que iniciaram esta cruzada já tomaram no campo de batalha sem vislumbrar dias melhores. E os que continuam acreditando que este País jamais será uma grande nação se não contar com um eficiente sistema rodoviário de bens, começam a depauperar-se com discriminações odiosas, como a que acaba de ocorrer em plena implantação do regime democrático em nosso País.

Na última reforma fiscal, o Governo voltou a taxar, com imposto de renda, as empresas de transportes coletivos de passageiros, em percentual idêntico ao do transporte rodoviário de bens, ou seja, 35% (trinta e cinco por cento). Dias após, a imprensa já noticiava que nossas autoridades fazendárias haviam ficado sensibilizadas com a argumentação apresentada pelos empresários, baixando o valor anteriormente estipulado para 17% (dezessete por cento). Recentemente, volta a imprensa a informar que, finalmente, o Governo rendeu-se aos apelos apresentados pelos transportadores de passageiros e voltou a taxar, como nos últimos anos, na base de 6% ao ano, o lucro das empresas.

Achamos justo o que foi feito, porém não podemos concordar com o descaso com que o Ministério da Fazenda trata os estudos de custo apresentados pelos transportadores de bens, quando o serviço que prestam é tão importante para a Nação, ou mais, quanto o dos companheiros transportadores de passageiros.

Como seus colegas, também sofrem eles o desgaste de suas frotas, que teriam que ser renovadas

de 5 em 5 anos, e que hoje estão com idade média de 12 anos — um atentado contra a segurança de tráfego e trânsito em qualquer país civilizado.

Em 26 de março do ano passado, a Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT), entregou ao Sr. Presidente da República, Dr. José Sarney, um documento bem elaborado sobre os problemas que afligem os transportadores de bens. Nele é demonstrada a necessidade de equiparação dos tributos para possibilitar novos investimentos no setor. Analisado pela Sepam, com parecer do IPEA/IPLAN, deixou a classe esperançosa de que a justiça seria feita em breve. Nada ocorreu até agora e, pelas dificuldades que o País atravessa, já volta a preocupação de que, mais uma vez, o setor será penalizado. O comando empresarial de transporte de bens tem procurado demonstrar que a paciência dos transportadores pode, a qualquer momento, esgotar-se e toda classe poderá exasperar-se, tomando posição de confronto, que não interessa à nossa economia.

Ouvimos de vários transportadores com potencial de arregimentação que o tratamento que recebem decorre do fato de não mostrarem sua força, parando o sistema e prejudicando fundamentalmente a economia nacional, como por várias vezes já fizeram os transportadores de passageiros. Já começam então a pensar num confronto, para serem tão respeitados como aqueles que o fazem. Sabem que o transporte é considerado serviço essencial e que é proibido por lei qualquer paralisação. Outros setores, porém, também considerados serviços essenciais, estão indo ao confronto e nada lhes tem acontecido, o que enfraquece os que no sistema rodoviário de bens defendem um diálogo, mas reconhecem que este tem que ser mais enérgico.

Na condição de Constituinte, mas também de empresário do setor, continuo conciliando, dentro do possível, mas é preciso que as reivindicações do setor sejam levadas mais a sério, o que demonstrará que nosso Governo está atento aos reclamos do setor e reconhece o quanto somos úteis à economia e ao progresso do País.

A primeira demonstração de desagrado pela indiferença com que são tratados os problemas dos transportadores de bens está marcada para o dia 7 de março, com o fechamento da fronteira do Brasil com o Paraguai, orientado pelo Sindicato do Estado do Paraná, já que o roubo de caminhões com destino àquele País continua sem a intervenção federal que o caso de há muito está a exigir.

Aproveitamos para ler, a seguir, o telex enviado pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas (NTC) e da Federação Nacional das Empresas de Transportes de Cargas (FENATAC) ao Sr. Presidente da República, versando sobre o assunto aqui enfocado, cuja resposta ou silêncio poderá determinar os rumos que os transportadores de bens terão que tomar:

“Exmº Sr. José Sarney — MD Presidente da República Federativa do Brasil — Brasília DF — Sr. Presidente — Em documento entregue a V. Exª em 26-3-87, a CNTT — Confederação Nacional dos Transportes Terrestres reiterou pleito de nossa categoria no sentido

de que as empresas de transporte de bens (Lei nº 7.092/83) paguem idêntica alíquota de imposto de renda das empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros 6% (seis por cento) sobre o lucro real.

Em 9-10-87, elaboramos trabalho intitulado "O Transporte Rodoviário de Bens e a Conjuntura Nacional" que dentre outros destacou esta reivindicação. O trabalho enviado a SEPLAN, mereceu profunda análise, tendo a SEPLAN, através do DF. ATESP/NR 012/88, de 7-1-88 respondido a esta entidade, anexando parecer do IPEA/IPAN, que sobre o assunto afirmou: "Quanto à reivindicação para que as empresas de transporte de bens sejam beneficiadas com alíquota especial é uma questão deve ser analisada em virtude de terem sido incluídos neste benefício não somente, as concessionárias de serviços públicos, como serviços de energia elétrica, serviços públicos de telecomunicações e serviços de saneamento básico (17% sobre o lucro real não excedente a 12% do capital remunerável), como também empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros (6% sobre o lucro real) e empresas rurais (6%), deixando o poder público a descoberto no que tange à contra-argumentação." Na última reforma fiscal, o Governo taxou novamente as empresas de transporte coletivo de passageiros em percentual idêntico ao das empresas de transporte de bens — 35% (trinta e cinco por cento). Entretanto, Excelência, a imprensa nos últimos dias tem divulgado que o Governo revendo a medida acima beneficiadora as empresas de transporte coletivos de passageiros e as empresas de transporte aéreo com a alíquota de 17% (dezesseis por cento). Consideramos, Sr. Presidente, que no momento em que a própria Secretaria de Planejamento da Presidência da República considera difícil a contra-argumentação do Governo para não atender o nosso pleito de isonomia, principalmente quando o Governo preocupa-se com o alarmante índice de acidentes de trânsito, resultantes principalmente pelo uso de uma frota de caminhões com idade média acima de 12 anos, é difícil para os transportadores rodoviários de bens, aceitarem novamente esta discriminação. Contando com a costumeira atenção de V. Exª para o nosso pleito, e certos de que a sensibilidade política de V. Exª poderá aquilatar a justeza do nosso pleito, transmitimos a consideração e o apreço dos transportadores rodoviários de bens brasileiros. Cordiais saudações — Alfredo Peres da Silva — Diretor Executivo da NTC/FENATAC — Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas — Federação Nacional das Empresas de Transportes de Cargas."

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a Associação Brasileira de Produtores de Maçã, sediada em Lages, Estado de Santa Catarina, congregando os produtores nacionais de maçã, desenvolve incansável luta na defesa da produção nacional, porque está sendo ameaçada por ino-

portunas e intempestivas importações do similar argentino.

Neste sentido, o produtor Joaquim Goulart Júnior, Presidente da ABPM, ouvindo à classe, estabeleceu com o Governo Federal uma série de contactos, resultando nos seguintes expedientes:

a) Ao Sr. Presidente José Sarney:

"Estando o setor da produção de maçãs cumprindo integralmente o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs, do Ministério da Agricultura, teremos em 1988 a maior e melhor safra brasileira.

Hoje a produção de maçãs nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo envolve em torno de 100.000 pessoas e é uma cultura que exige mão-de-obra por hectares. Até agora o setor está tranquilo, em fase de estruturação com ampliação de pomares, construção de câmaras frigoríficas e ampliação do mercado. No entanto, com o desaquecimento do mercado de modo geral, prevemos para este ano uma superoferta nos meses de safra e para agravar o acordo Brasil/Argentina prevê a entrada de maçãs daquele país em plena safra brasileira. Isto posto, solicitamos a Vossa Excelência gestões junto ao Ministério de Relações Exteriores no sentido de se aplicar cláusula de salvaguarda sobre o produto argentino, disciplinando a importação para complementação de mercado, conforme o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs, ou sejam:

Permitir somente 200 mil caixas em janeiro/88, zero de importações de fevereiro a maio, e 250 mil caixas de junho a agosto, com mercado livre de setembro a dezembro/88.

Com isto o Brasil não diminuirá o volume de importações daquele país, mas disciplinará as datas de entrada do produto, não coincidindo com a produção nacional. Faltam-nos estruturas frigoríficas para armazenar nossa maçã e teremos que ter o mercado livre para não perdermos parte da produção e não haver desestímulo aos produtores."

b) Ao Sr. Ministro das Relações Exteriores:

"Tendo como base o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs—1987/1990, que prevê a redução de importações deste produto, proporcionalmente ao aumento da produção brasileira, solicitamos a Vossa Excelência a aplicação de Cláusula de Salvaguarda disciplinando a entrada da maçã da Argentina.

Nossa solicitação prende-se ao fato de que o acordo Brasil/Argentina não cumpre os números estabelecidos pelo Pronama/MA, permitindo a entrada de frutas argentinas em plena safra nacional.

Como agravante enfrentamos o sistema de **dumping** utilizado pelos exportadores argentinos que na sua grande maioria são também estabelecidos no Brasil como importadores e por esta característica manipulam os preços conforme suas conveniências. Exemplo disto é o fato de que a maçã argentina na entressafra é comercializada a US\$ 16,00 a caixa de 20 quilos e na safra baixam

para US\$ 6,50, concorrendo deslealmente com a maçã brasileira em nosso mercado. O setor de maçãs na Argentina tem mais de oitenta anos e por isto plenamente estruturado com armazenagem frigorífica, enquanto que no Brasil ainda é um setor em fase de capitalização, deficiente em armazenagem tendo, portanto, uma superoferta nos meses de safra.

Assim sendo, pedimos que o Itamaraty utilize os termos previstos no acordo bilateral e aplique a Cláusula de Salvaguarda, disciplinando a entrada de maçãs da Argentina, sem, no entanto, diminuir a quantidade, conforme estabelece o Pronama/MA, ou seja:

- 200 mil caixas em janeiro/88;
- suspensão total das importações de 1º de fevereiro a 31 de maio/88;
- 200 mil caixas de 1º de junho a 31 de agosto/88 e

— livre importação de 1º de setembro a 31 de dezembro/88.

Informamos a Vossa Excelência, com muita satisfação, que esta será a maior e melhor safra brasileira. Entretanto, prevemos problemas de comercialização, pois o mercado está retraído pela crise econômica e a possibilidade da entrada de maçãs importadas virá sem dúvida agravar este quadro, com desestímulo e prejuízos para os produtores nacionais. — Antes de o Brasil produzir maçãs, a fruta argentina custava ao nosso consumidor US\$ 616,00 p/tonelada, mas, com a concorrência com a fruta brasileira, este valor, hoje, é de US\$ 312,00 p/tonelada.

Não queremos subsídios nem proteções exageradas para o setor, mas necessitamos disciplinar o mercado."

c) Aos Srs. Ministros do Trabalho, da Agricultura, ao Sr. Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ao Sr. Secretário-Geral dos Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores e ao Sr. Ministro Secretário Executivo da Comissão Nacional da Aladi foi remetido expediente no mesmo teor.

Ao registrar estes fatos, não obstante a permanente vigilância e os incansáveis esforços do Ministro Iris Rezende, da Agricultura, devo lamentar que, anualmente, os produtores brasileiros de maçã fazem verdadeira peregrinação aos gabinetes de Brasília, apenas porque estão cumprindo o Programa Nacional da Maçã, elaborado pelo Ministério da Agricultura, que prevê a auto-suficiência para 1990. Trava-se, portanto, um duelo dentro do próprio Governo Federal: de um lado, o Ministério da Agricultura incentivando melhor qualidade e maior produção, e, de outro, outros setores, deixando de controlar as importações da Argentina, colocando em risco tão importante e promissor setor da economia nacional.

Destarte, compete ao Governo Federal adotar medidas sadias e coerentes para evitar o sacrifício da produção nacional, num programa transparente, onde sempre prevaleça o interesse nacional. Aqui fica, pois, meu insistente e reiterado apelo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, tanto na teoria quanto na prática, um dos conceitos que mais vitoriosamente se vêm impondo, ultimamente, em matéria de Administração Pública, é o da descentralização administrativa. Tudo o que seja de interesse local, quando gerenciado pela União ou pelo Estado, costuma ser significativamente mais oneroso e com índice elevado de desperdício. É menos eficiente e, não raras vezes, pelo seu caráter geral, desatende aos interesses específicos da comunidade beneficiada. Desatende tais interesses, quase sempre, porque não leva em conta as peculiaridades locais.

Esse fenômeno é especialmente sensível em se tratando de serviços públicos, que nos últimos anos passaram a ser crescentemente estandarizados e padronizados, definidos e impostos em esquemas padrões, sem qualquer tipo de consulta às comunidades destinatárias. Afastadas do processo de elaboração e de definição de tais programas, que afetam a fundo seus interesses, as comunidades locais normalmente não se sentem responsáveis nem engajadas particularmente na sua defesa e implementação. E o que garante a manutenção, a qualidade e a eficiência de um serviço público é o interesse conjugado da comunidade beneficiada e do governo local em dar-lhe sustentação.

Torna-se indispensável, de outro lado, dentro da visão já pacífica nesta Constituinte, que é a de valorizar e tomar cada vez mais auto-suficientes os municípios, como entidades políticas e administrativas, ampliar a competência municipal para esses assuntos de seu peculiar interesse — entre os quais o dos serviços públicos que afetem suas comunidades respectivas. Ademais, vale aqui recordar que a inclusão desse inciso no art. 32 teria o mérito adicional de eliminar os indesejáveis e perniciosos conflitos que vez por outra surgem quando se levantam questões de competência concorrente na prestação de serviços públicos locais, conflitos que normalmente redundam em prejuízos sérios para as comunidades envolvidas.

Cada um dos colegas Constituintes conhece pelo menos um caso em que a população de uma localidade se viu prejudicada por conflitos de competência da municipalidade com órgãos federais ou estaduais. E cada um sabe, muito mais que nós, que quem melhor conhece as condições, os anseios e as necessidades locais é a própria administração municipal, para cuja afirmação se torna essencial este inciso, que representa, em verdade, em termos práticos e efetivos, sua verdadeira e autêntica autonomia administrativa.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a a transcrição, nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte, da seguinte nota:

“A estabilidade no emprego faz parte da paisagem italiana. Ao contemplar um monumento da época do Império Romano, um turista, em viagens diferentes, num considerável espaço de tempo, muito provavelmente encontrará o mesmo guardião e o mesmo bilheteiro. Se for uma pessoa atenta, reconhecerá, ao ser atendido, a mesma balconista nas grandes lojas de departamentos. Não é raro ser reconhecido na rua pelo carteiro ou por um garçom de um restaurante

que se frequenta há anos, mesmo em cidades grandes como Roma, com seus 8,5 milhões de habitantes.

A estabilidade no país de um dos sindicalismos mais fortes da Europa é uma conquista relativamente recente. O tema aparece de modo genérico na Constituição, que data de 1947. O primeiro artigo da Carta define a Itália como uma república fundada no trabalho. Em artigos seguintes, se garante o trabalho como um direito fundamental do indivíduo e que este deve assegurar-lhe dignas condições de vida. Mas a estabilidade só foi garantida de modo definitivo em 1970, com a Lei 300 — o chamado “Estatuto dos Trabalhadores”.

O texto da Lei 300 nasceu de um acordo das três grandes centrais sindicais — CGIL, de maioria comunista; CISL, de maioria democrata-cristã; e UIL, de maioria socialista. A forma jurídica final foi dada pelo especialista em Direito do Trabalho, Gino Giugni, vítima, por este motivo, de um atentado dos terroristas das Brigadas Vermelhas, em 1983. Com exceção do neo-fascista MSI, todos os outros partidos aprovaram o “Estatuto dos Trabalhadores”.

Com 35 artigos, a Lei 300 garante ao trabalhador, depois dos seis meses regulamentares de experiência, um emprego vitalício. Ele só poderá ser despedido por justa causa ou justo motivo. Nesta definição, entram casos de furto, crimes graves punidos pela lei, reestruturação ou crise econômica da empresa quando reconhecida como necessária pelo Estado. Os impasses são julgados pelo Tribunal do Trabalho, no caso das empresas privadas, e pelo Tribunal Administrativo nas empresas estatais.

O “Estatuto dos Trabalhadores” só é aplicado nas empresas com mais de 15 empregados. Há oito meses as três centrais sindicais estão negociando com o Governo e a Confindustria a extensão da Lei 300 às empresas de até 15 funcionários.”

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Constituintes, as duras críticas e as malévolas insinuações que o Presidente Sarney e seus serviços, de dentro do Palácio e fora dele, vêm lançando sobre a Constituinte, não podem deixar calados os membros deste Poder, sob pena de vê-lo sucumbir amanhã.

Inicialmente, veio o Presidente dizer que esta Assembleia estaria produzindo uma Carta de proteção ao crime e de alforria aos criminosos.

O que esteve por trás dessa acusação, Sr. Presidente? Ignorância ou má-fé?

Ora, Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Constituintes, a redação dada ao § 4º do art. 6º do Anteprojeto de Constituição, cujo texto serviu de pretexto e inspiração às acusações do Presidente, quase nada acrescentou ao que já figura, tradicionalmente, nas demais Constituições brasileiras, inclusive na Carta vigente outorgada pelo regime autoritário.

Efetivamente, a norma contida no § 12 do art. 153 da atual Constituição, segundo a qual “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente”, é das mais conhecidas, cantadas e decantadas.

A sua adoção e o aprimoramento que lhe pretende dar a futura Constituição, longe de ser uma regalia de delinquentes, como denunciou o Presidente, é uma conquista do Estado de Direito democrático, uma conquista da sociedade oprimida para se proteger da opressão do Estado onipotente.

Admitir que a gafe cometida pelo Presidente Sarney teria sido resultado de sua desinformação acerca do Direito Constitucional pátrio seria subestimar, ao extremo, sua cultura política.

Quem foi Governador de Estado e Senador da República, antes de assumir a Presidência, não tem o direito de ignorar a evolução das normas constitucionais do País e tropeçar em tamanho equívoco.

Nesta circunstância, emerge a má fé como móvel de inspiração da fala presidencial.

Na medida em que se vão exaurindo as esperanças de conquistar o mandato de cinco anos que o seu ego reclama, cresce a sua ira contra os insubmissos.

Foi como esse sentimento que institucionalizou o fisiologismo, seja dando à prática administrativa o caráter de “Ação entre amigos”, seja penalizando os seus desafios com a retaliação, a intimidação e a chantagem.

Nada se consegue licitamente deste Governo, se o postulante estiver no lado oposto das ambições presidenciais. Aos seus aliados, até o imoral se dá.

E disso não fazem segredo os próprios beneficiários e os mercadores de consciências.

Lembrando o garoto que ameaça tirar a bola de campo, caso não seja escalado para jogar, o presidente defendeu a convocação de eleições gerais, visando a fazer refluir a crescente tendência pró-quatro anos.

Como a Emenda do então poderoso Centrão acalentou seus sonhos continuistas, não se falou mais em eleições gerais.

Quando recrudesce a inclinação desta Assembleia pela adoção do parlamentarismo e pela redução do mandato presidencial, novas munições são disparadas.

Depois de fracassar no seu intento de conseguir a votação do mandato antes que o Centrão entrasse em coma, surgiu a ameaça de divulgação de um suposto dossiê envolvendo pecaminosas relações entre parlamentares e empresários, na época das eleições.

Ora, Sr. Presidente, se o Governo tem informações sobre a conduta ilícita de quem quer que seja, é seu dever determinar a rigorosa apuração dos fatos e o julgamento dos eventuais infratores. O imobilismo do Governo diante de uma situação como essa indica conivência com a prática delituosa ou prevaricação dos seus deveres de ofício. No entanto, o cheiro que exala dessa cortina de fumaça não é outra coisa senão mais uma chantagem, visando a estancar novas baixas do seu reduto eleitoral.

A proposta para “zerar” a Constituinte, e entregar a tarefa de escrever a nova Constituição a uma comissão de juristas, mostra até onde pode chegar a insensatez do Governo Sarney.

Depois de delirar com o cinismo dessa idéia, o Ministro Antônio Carlos, o sinistro “Rasputim Caboclo”, verbera a decisão do Presidente desta Assembleia, no sentido de apressar os seus trabalhos e convocar sessões nos fins de semana.

Que autoridade tem o rasputim Antônio Carlos para se intrometer nos assuntos desta Assembléia Constituinte?

A decisão do presidente Ulysses Guimarães é a decisão do conjunto desta Assembléia, é a decisão do povo brasileiro, que quer celeridade nos trabalhos deste poder, mas quer, também, legitimidade da Constituição que vier a ser promulgada.

As crescentes investidas contra o Poder Constituinte mostram que Ulysses tem razão.

Se os Drs. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Saulo Ramos e outros herdeiros de Chico Campos estão se habilitando ao espólio do velho mestre, cabe aos homens lúcidos desta Constituinte impedir a abertura do inventário jurídico da ditadura.

Quanto mais rápido aprovarmos a nova Carta, mais depressa afugentaremos o embuste e a aventura que ameaçam a transição democrática.

Quanto mais rápido promulgarmos a Constituição do País, mais depressa apagaremos brasileiro continuísta que ameaça incendiar nossas frágeis instituições democráticas.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é do conhecimento geral que no Nordeste brasileiro estamos vivendo mais um ano de seca, com graves repercussões econômicas e sociais. Sabe-se que a atual irregularidade climática deveu-se à concentração de chuvas num período muito curto março/abril do ano passado — quando houve pequena produção agrícola e pouco crescimento das pastagens.

Para piorar o drama sofrido pelo nordestino, o plano de emergência desenvolvido em nosso Estado, Pernambuco, foi insuficiente para atender às necessidades mínimas dos nossos irmãos residentes no semi-árido. Além da quantidade de alistados ser pequena, cerca de 200.000 homens, quando em anos anteriores, de igual calamidade, foi superior a 800.000 pessoas, a distribuição de água através dos caminhões-pipa foi feita precariamente. O pagamento dos salários, com baixa remuneração, e ainda com atraso, para não falar na falta de distribuição de gêneros alimentícios, e na falta de uma política para aquisição de ração animal a fim de diminuir a mortandade dos nossos rebanhos etc. Houve grande número de distorções, já denunciadas através da imprensa, como o alistamento e a distribuição de água obedecendo a critérios políticos.

Porém, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o mais grave é que ainda não tivemos uma definição de inverno no corrente ano. As chuvas caídas no sertão de Pernambuco e, cremos, na maioria dos Estados nordestinos, não permitem uma desativação das frentes de emergência para o engajamento de seus integrantes na atividade agropecuária.

Assim, não entendemos o que se pretendeu realizar quando a Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco desativou as frentes de emergência que se encontravam na região do Araripe. Além disso, segundo informações que nos chegaram estariam programando desativá-la também na região do Pajeú, no final do corrente mês. Ora, realmente, na região do Araripe houve algumas precipitações pluviométricas, porém não "choveu" milho, feijão, arroz etc, enquanto na re-

gião do Pajeú as chuvas caídas ainda não deram condições para plantar.

Portanto, fazemos um apelo às autoridades governamentais de Pernambuco, para que não permitam que se cometa tamanha injustiça contra o sofrido homem sertanejo, desativando as frentes de trabalho, fato que, se concretizado ocasionará, certamente, muitos saques nessas áreas, o que não queremos que aconteça.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se procuro tratar com a máxima seriedade e zelo todas as questões e problemas que afligem a Nação brasileira, consciente dos meus deveres como parlamentar, tenho ainda mais especial preocupação quando está envolvido o interesse e o bem-estar do povo de meu Estado.

Por essa razão, não posso, de forma alguma, aceitar patrulhamento ou fiscalização de meus atos, especialmente por parte de alguém cujo compromisso com as causas populares acha-se camuflado pelo perigoso nevoeiro da demagogia.

Digo isso a propósito de pronunciamento feito pelo Deputado Ademir Andrade, no qual S. Ex^a arrola meu nome entre aqueles que, segundo ele, estariam interessados em acobertar os responsáveis pela tragédia ocorrida em 29-12-87, no meu Estado, quando um confronto entre garimpeiros e policiais resultou em violência e na morte de alguns trabalhadores.

Na verdade, foi um acontecimento que causou profunda tristeza e revolta a toda a Nação, carecendo, efetivamente, de elucidação e identificação dos responsáveis.

Sou favorável a uma ampla e profunda investigação, que busque a verdade sobre o ocorrido, que perquiria suas causas e que aponte as medidas legais porventura aplicáveis, quaisquer que sejam as pessoas, grupos ou instituições envolvidas.

Vou além, proponho que se aproveite a ocasião para se promover uma ampla revisão da política de exploração mineral do País, onde se discuta as condições de trabalho dos garimpeiros, a repartição do produto da lavra e a participação de empresas nacionais e multinacionais.

O que não posso admitir entretanto, em nenhuma hipótese, é que um fato que tanta dor causou ao povo de meu Estado que ceifou as vidas de trabalhadores, venha a ser manipulado por pessoas comprometidas com interesses menores, pessoais, mesquinhos até.

Usar o sangue derramado pelos garimpeiros para promover ataques gratuitos e irresponsáveis a autoridades e instituições, motivados por desavenças estranhas ao caso concreto e com a finalidade de promoção política pessoal é indigno, ignominioso, repulso.

Estou plenamente de acordo que se constitua uma Comissão Parlamentar de Inquérito que promova uma apuração independente e responsável do ocorrido, levando em conta toda a complexidade e amplitude do fato, mas sou definitivamente contra o espírito maniqueísta e apriorístico com que alguns se armam para reduzir toda a questão e ataques pessoais, a arengas de quem é pequeno no fazer política.

Não estou aqui para advogar a causa de quem quer que seja. Meu compromisso é com a verdade e com a justiça.

Tampouco estou preocupado em garantir favores ou vantagens, pois meu mandato eu o recebi do povo paraense e só a ele devo satisfação.

Não posso permitir, todavia, que um problema dessa natureza seja conduzido tendenciosamente, de modo a render dividendos a uns poucos mercenários da política, em prejuízo da verdade, da honradez administrativa e da boa aplicação da justiça.

Finalmente, devo dizer que não reconheço no mencionado colega autoridade política para envolver meu nome em suas propalações, que, de resto, trazem o ranço do oportunismo e não correspondem à verdade.

O SR. FÁBIO FELDMANN (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assistimos, traumatizados, aos recentes episódios de soterramento de centenas de pessoas, em virtude dos deslizamentos de morros sobre áreas populosas em Petrópolis, Ubatuba e na Cidade Maravilhosa. Eventos similares estão ocorrendo no Acre, provocados por enchentes que deixam como rastro centenas de vítimas. Em Cubatão, por sua vez, toneladas de lama e pedras ameaçam, perigosamente, soterrar várias indústrias do pólo petroquímico, o que irá apenas confirmar a condição assumida por aquele município, de símbolo maior de nossa "ecologia".

Se esses episódios servem para extravasar o sentimento de solidariedade presente em nossa sociedade, devem servir também para apontar a causa real de tais catástrofes: a péssima administração do meio ambiente por parte das nossas autoridades.

Essas tragédias em si mesmos nada trazem de novo, estando perfeitamente inseridas nas previsões de um relatório apresentado em outubro último às Nações Unidas, no que foi dramaticamente registrado que na década de 70 o número de pessoas afetadas por catástrofes naturais praticamente dobrou em relação à década anterior, tendência essa que já se confirmou no atual decênio e, provavelmente, irá agravar-se nos anos 90.

É preciso inicialmente descaracterizar tais fenômenos como meras catástrofes naturais, cuja manifestação dar-se-ia fora do âmbito de controle da ação humana. Ao contrário, de maneira geral, as catástrofes ocorrem e seus efeitos se agravam em função da desconsideração dos aspectos ambientais e ecológicos dessa mesma ação humana: são, em última instância, sua própria expressão. Nem sempre é fácil, entretanto, estabelecer, com perfeita nitidez, a existente relação causa-efeito entre os fatos, à medida que entre a ação e a catástrofe decorre um tempo relativamente longo, circunstância particularmente importante em países desmemoriados como o nosso.

Nas recentes tragédias, entretanto, parece fácil suprimir as causas, sobretudo no Rio de Janeiro e Ubatuba: a ocupação indevida das encostas da Serra do Mar, cuja natural instabilidade é por todos conhecida, do ponto de vista ecológico. Outrossim, a remoção da cobertura vegetal potencializa os riscos em funções exponencial, já que a vegetação exerce relevante papel na estabilização das encostas, vez que as raízes, entre outras coisas, fixam o solo, evitando a erosão e o arraste de

sedimentos; as folhas, por sua vez, atuam como verdadeiros amortecedores do impacto dos pingos da chuva. Mesmo que fosse possível proceder-se a um reflorestamento nas áreas desmatadas, dificilmente seria alcançada a qualidade ambiental e ecológica primitiva, já que o conhecimento e a tecnologia disponíveis não são suficientes para se atingir aquele desejável objetivo, além de representar custos econômico-financeiros insuportáveis.

Mas não basta apontar as causas e deixar de nominar os verdadeiros responsáveis pelas catástrofes: nossos governantes que, de modo ostensivo e contumaz, violam a legislação florestal vigente, estimulando a ocupação das vertentes das serras, em busca obstinada por currais eleitorais. E, nessa perversa prática política, não se distinguem governos de esquerda e de direita, pois ambos se igualam ao se deixarem seduzir pela expectativa do voto certo e fácil. Quem, em sã consciência, pode contestar tal afirmação? Afinal de contas, quem permitiu a ocupação indevida das encostas? Quem a elas estendeu infra-estrutura urbanística, como luz elétrica, água encanada, vias de acesso transformadas sem qualquer respeito aos requisitos mais elementares de engenharia?

Enquanto a opinião pública vibra com as imagens heróicas dos salvamentos, os governantes se revezam em pronunciamentos demagógicos de promoção de auxílio às vítimas... A Constituinte, por sua vez, foi tomada de assalto por veementíssimos discursos ambientalistas que enfaticamente apontam a desordem ecológica como fator detonador da tragédia. Ora, nesta altura dos acontecimentos, o mínimo que se espera dos governantes é a substituição dessa tão decantada retórica por uma razoável gestão ambiental, que evite as "catástrofes naturais" com todas as suas nefastas consequências. Aos Constituintes, por fim, cabe um único e relevante papel na mudança de nossa política ambiental, a começar pela garantia às presentes e futuras gerações de mínima e desejável segurança ambiental, mediante ordenação jurídico-constitucional correspondente à dor das vítimas das recentes enchentes e deslizamentos.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece-nos que vamos votar hoje a estabilidade no emprego, uma das reivindicações mais importantes dos trabalhadores brasileiros. Sem a garantia no emprego, sem saber o trabalhador se seu cartão estará no quadro amanhã, um chefe de família nunca terá tranquilidade no trabalho.

A falta de respeito ao trabalhador, usando-o como objeto descartável, tem sido uma constante. Por qualquer razão, ou sem razão alguma, um operário é despedido. Não raro, essas demissões ocorrem para que, no lugar de um trabalhador se admita outro, de salário menor. Nas grandes fábricas, onde o relacionamento entra a alta administração e os trabalhadores é pior, verifica-se o absurdo de um encarregado ou um gerente, por questões pessoais, ou por antipatia, levar ao chefe o nome de um trabalhador para demissão. O trabalhador, sem nada, vai embora e, portanto a punição se estende à mulher e aos filhos. Um massacre do capitalismo, uma selvageria do capital sobre o trabalho, quando este é a razão da existência do capital.

Que sociedade é esta que não pode garantir ao homem o direito ao trabalho, a garantia no emprego?

Que empresariado é este do nosso País? Que atraso é este? Será que os empregadores só podem existir e crescer se dispuserem do trabalhador como objeto?

Sabemos que as forças mais reacionárias da direita estão nesta Assembléia, representadas pelo "Centrão". São os banqueiros, os latifundiários e toda a nata de retrógrados, que querem uma Constituição para as minorias e não para todo povo brasileiro.

Acordos são naturais, e até desejáveis. No entanto, aceitar imposições da direita, não. Não devemos aceitar o que nos querem impor os direitistas, os representantes do empresariado atrasado.

Devemos manter desfraldada, a bandeira da luta pela estabilidade. Não importa que o "Centrão" nos derrote. Podem os trabalhadores ser derrotados aqui, onde a maioria, contrária aos interesses do povo, foi eleita a peso de dinheiro. A luta, porém, vai continuar. E continuaremos a denunciar todos aqueles que votarem contra os trabalhadores.

Mais cartazes denunciando os traidores dos trabalhadores, em todo o País!

O SR. MATHEUS IENSEN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, fui surpreendido, ao ler a "Folha de S. Paulo", do dia 9 deste, com a entrevista de uma autoridade da Igreja Católica Apostólica Romana, o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom Lucas Moreira Neves, em que aquela autoridade eclesiástica fez alusão à minha igreja, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus. E somente por esta razão é que estou comentando a entrevista desta tribuna.

Inicialmente, Sr. Presidente, em minha opinião, o referido arcebispo deveria manter-se na mesma atitude de silêncio que adotou, quando, há duas semanas um repórter do mesmo jornal de São Paulo quis saber sua opinião a respeito do tremendo avanço numérico de algumas denominações evangélicas em todo o Brasil, nas últimas décadas. Naquela oportunidade, referida autoridade católica disse que preferia ficar calado, por enquanto, pelo fato de ter vivido muitos anos fora do Brasil, servindo diretamente na sede de sua igreja, em Roma, e que por essa razão não conhecia bem a realidade brasileira. Entretanto, agora, julgando haver encontrado, em tão pouco tempo, respostas para as indagações daquele repórter, o arcebispo equivocou-se, proferindo algumas inverdades, em meio a uma ou outra informação correta.

Ao dizer que "é preciso distinguir entre as igrejas reformadas (a luterana, a metodista, a episcopal ou anglicana e a presbiteriana) e as seitas, entre elas a Assembléia de Deus, que, segundo ele, "São mais movimentos que propriamente igrejas", o primaz não foi tão feliz quanto se supõe. Se não, vejamos.

Primeiro: não é correta a conceituação que o arcebispo faz de minha igreja, denominando-a pejorativamente de "seita". O referido dignitário, embora tenha passado tantos anos no Vaticano, ainda não aprendeu tudo e não sabe, por exemplo, que a Assembléia de Deus não é um mero grupo,

uma seita ou mesmo um movimento qualquer, como se referiu. Ao contrário do que pensa, a Assembléia de Deus é uma Igreja organizada, contando atualmente com cerca de doze milhões de membros, constituindo, desta forma, a maior denominação evangélica no Brasil.

Segundo: de fato, há distinções marcantes entre as igrejas reformadas citadas e a Assembléia de Deus. Uma delas é exatamente o fato de que a Assembléia de Deus tem apresentado, nas últimas décadas, não só no Brasil, mas no mundo todo, um crescimento espantoso, que tem perturbado tanto a Igreja Católica quanto as demais. Não compete a mim, entretanto, nem mesmo a Assembléia de Deus, explicar as razões de tal crescimento. Compete-se, isto sim, continuar pregando o evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo em sua pureza e simplicidade.

A razão de a Igreja evangélica Assembléia de Deus se mostrar interessada em manter diálogo com a Igreja Católica reside no fato de que a Assembléia de Deus não comunga com o ecumenismo exigido pela Igreja Católica, que impõe, antes de mais nada, a autoridade única do Papa. Se a Assembléia de Deus está tendo um crescimento acentuado é porque vem atendendo às necessidades espirituais do povo.

Quis justificar o Primaz que os católicos brasileiros "tornam-se presa fácil" de movimentos religiosos, pela falta de sacerdotes e religiosas que poderiam atender melhor a seus fiéis. No entanto, ousar dar um conselho ao Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil: que se utilize do acervo de sabedoria que foi capaz de sorver no Vaticano, nos longos anos em que ali trabalhou, e promova, pelo menos na Igreja Católica no Brasil, já que é o seu Primaz, uma séria volta aos princípios fundamentais da Igreja do Novo Testamento, a fim de que essa igreja possa justificar o lugar que ainda deseja ocupar, de única orientadora espiritual do povo brasileiro. Assim sendo, os fiéis não serão mais considerados "presa fácil" para ninguém.

Era o que tinha para dizer.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, permanece ainda sem solução a pretendida iniciativa governamental relacionada com a instalação, no Nordeste, das chamadas Zonas de Processamento de Exportações, patrocinadas pelo Ministério da Indústria e do Comércio, como alternativa para impulsionar o desenvolvimento daquela área do território brasileiro.

Embora o Presidente José Sarney tenha, publicamente, assegurado a efetivação da medida, no pronunciamento que fez ao visitar a Usina de Xingó, até agora as ZPE's nada mais são do que um mero anteprojeto, apesar de defendido, com empenho, por importantes segmentos do empresariado nordestino, que se encontram no aguardo da decisão oficial.

Ao ocupar, recentemente, a tribuna desta Assembléia, formulei apelo ao Ministro José Hugo Castello Branco e ao próprio Chefe da Nação para que concretizassem aquela justa reivindicação, que veio a suscitar uma expectativa extremamente favorável, especialmente no Estado do Ceará.

Hoje o titular do MIC, diante de manifestações contrárias à idéia, entendeu oportuna a divulgação

do primeiro de uma série de artigos de sua lavra, no **Correio Braziliense**, sobre a significação das ZPE's, apontando, com argumentos lúcidos e irrefutáveis, as razões que determinaram o surgimento da proposta de criação de tais organismos na esfera de seu Ministério.

O referido artigo está assim concebido:

"ZPE: CONCEITO E PRECONCEITO (I)

José Hugo Castello Branco

A história é farta em exemplos: o grande obstáculo que uma idéia nova enfrenta é justamente a ignorância que, inevitavelmente, há em torno dela. Desse desconhecimento servem-se os adversários da idéia, buscando liquidá-la, receosos de que corram riscos os seus interesses consolidados. Uma nova idéia, em princípio, questiona interesse, incomoda, impõe transformações, quebra círculos viciosos. Daí o incômodo que produz.

Tais digressões ajudam a esclarecer as razões do cerrado bombardeio com que alguns setores políticos e empresariais saudaram o anúncio da implantação, no Brasil, das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE). A iniciativa, proposta pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), dentro do projeto de nova política industrial do Brasil, foi classificada, por seus adversários, como uma "aberração", destinada a criar entre nós "zonas de contrabando".

Trata-se de enorme disparate, que depõe contra a inteligência de quem o formula. Por isso, em toda essa discussão, a primeira tarefa que se impõe é a de definir o que é uma ZPE — instrumento de política industrial e comercial largamente usado em diversos países de todo o mundo, com grande sucesso.

Antes, porém, conceituemos o que hoje se convencionou chamar de "zonas de livre comércio". São áreas geograficamente delimitadas, com acesso a portos ou aeroportos, sujeitas a regras cambiais e tributárias especiais, que procuram garantir as relações de comércio internacional, e nas quais bens podem ser estocados, inspecionados, recondicionados, etiquetados e reexportados — ou, ainda, utilizados como insumos em atividades de industrialização, cujos produtos são exportados.

As ZPE's nada mais são que uma forma particular de zona de livre comércio. Nas ZPE's, permite-se apenas atividades industriais destinadas a exportação. Por assegurar a agregação de maior valor aos produtos exportados e utilizar mais intensivamente mão-de-obra local, as ZPE's acabaram sendo o modelo preferido nos países em desenvolvimento, sem prejuízo do sucesso de que desfrutaram nos países industrializados.

As regras cambiais e tributárias aplicadas às ZPE's buscam garantir a eficiência das empresas nelas instaladas, de modo que seus produtos tenham efetiva capacidade de competição no mercado internacional. A idéia inspira-se nos cânones da livre iniciativa — em nossa opinião, a única forma de racionalizar a atividade empresarial, na busca de

padrões de competitividade, que assegurem sobrevivência no mercado.

Por isso mesmo, o sucesso das ZPE's pressupõe o atendimento do princípio da não-interferência do Governo na atividade empresarial. Com isso, em contrapartida, o Estado não assume quaisquer ônus — especialmente aqueles relacionados com a necessidade de cobertura cambial decorrentes da instalação ou operação das empresas.

O papel do Estado de resume ao de guarda de regras administrativas estáveis, por prazo determinado, sem assumir qualquer risco ou conceder qualquer benesse.

Tem sido comum, nesta etapa de introdução no Brasil do debate em torno das ZPE's, confundir-las com Zonas Francas, como a de Manaus. Nada a ver. A Zona Franca de Manaus presume a internação de larga parcela da produção, produção, por sua vez, viabilizada graças a uma sistemática especial de tratamento tributário. E ainda: enquanto as ZPE's são necessariamente superavitárias em seu balanço de divisas, a Zona Franca de Manaus necessita buscar junto ao Governo os dólares imprescindíveis às suas compras externas. Em resumo, a Zona Franca de Manaus é uma ZPE invertida.

A confusão entre essas áreas de comércio tem sido promovida deliberadamente por alguns adversários das ZPE's, o que serve para dar uma pálida idéia da "isenção" com que essas personagens vêm conduzindo o debate.

Não pretendemos ter esgotado a questão neste primeiro artigo. Trata-se apenas de uma introdução ao tema, que iremos aprofundar em outras abordagens neste espaço, oportunamente."

Sr. Presidente, volto ao tema, hoje, estimulado pelo posicionamento que vem de assumir o Ministro José Hugo Castello Branco, através de artigos que começam a ser divulgados na imprensa da Capital da República.

Estou convicto de que, mesmo diante da inexplicável reação de setores do Sul do País, as ZEP's, no Nordeste, serão implantadas, contribuindo para acelerar o crescimento regional.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a recente descoberta de uma jazida petrolífera de grandes proporções, algo em torno de 100 quilômetros de extensão e 38 metros de profundidade, pela Texaco, na ilha de Marajó, reacendeu a velha discussão nacionalista em torno da prospecção de petróleo no Brasil. De um lado, os que defendem os contratos de risco e a participação do capital estrangeiro no refinamento e na exploração de petróleo. Do outro, os que condenam, veementemente, esta atuação, como o próprio texto da Comissão de Sistematização que, em seu art. 207, afirma que constitui monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro, assim como a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos, gases raros e gás natural.

Na verdade, quem está com a razão? A Frente Parlamentar Nacionalista defende a expulsão da Texaco da área e o cancelamento do contrato entre a Petrobrás e a empresa americana. A Texa-

co, por sua vez, propõe à Petrobrás ceder a metade dos direitos sobre 70 por cento da área e conservar os direitos integrais nos outros 30 por cento.

É claro que o argumento da Frente Parlamentar Nacionalista é válido e corresponde à realidade. Não é correto que a empresa americana queira inverter um contrato no qual acordou com a Petrobrás cumprir um determinado papel que agora deseja devolver à empresa brasileira. Por esta razão, não há outra solução que não seja a suspensão do contrato, pois está nítida a intenção da Texaco de lograr o Brasil.

Deve-se pôr fim, na realidade, a todos os contratos de risco. Criados pelo Governo Geisel, na década de 70, justificava-se sua criação com o argumento de que serviriam como os recursos para proporcionar ao País a descoberta de poços de petróleo que tornassem o Brasil auto-suficiente no produto.

No entanto, o que constatamos é que, desde 1976, ano em que foram assinados os primeiros contratos, não foi encontrada uma só gota de petróleo. A descoberta da jazida da ilha de Marajó, porém, coloca o País diante de um novo panorama, ou seja, pela primeira vez um contrato de risco dá certo, e seus resultados podem, verdadeiramente, dar ao País a auto-suficiência desejada ou, até mesmo, tornar o Brasil num exportador de petróleo.

Creio que este é o momento propício para denunciarmos e rompermos, de uma vez por todas, com os contratos de risco, pois, enquanto ainda não foi perfurado nenhum poço e a quantidade da produção de óleo e gás na ilha de Marajó é uma incógnita, possibilita o rompimento em melhores condições.

Devemos lembrar que, caso a Texaco inicie, em março, a perfuração dos primeiros poços sem estar associados à Petrobrás e surja, como é esperado, um resultado bastante positivo, os termos da negociação se tornarão muito mais difíceis para a empresa brasileira.

Por esta razão, é urgente uma mobilização por parte da classe política brasileira no sentido de aprovar, na Assembléia Nacional Constituinte, o fim da prática de contratos de risco no Brasil. Situações como esta que vemos entre a Texaco e a Petrobrás, na ilha de Marajó, só vêm provar que não há nenhum tipo de vantagem para o Brasil, ao contrário, como agora, acabam possibilitando que o risco seja assumido pelos brasileiros.

O SR. LUIZ MARQUES (PFL — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, continuando a análise que vimos efetuando sobre as emendas por nós apresentadas, gostaríamos, hoje, de tecer comentários sobre uma que trata da intervenção estatal.

O Governo tem abocanhado grande parte das atividades econômicas mais importantes. A máquina estatal tem crescido tanto que vem sendo chamada de "monstrengo" por observadores mais atentos.

A intervenção do Governo na economia, da forma como se verifica hoje, é extremamente prejudicial. A atuação governamental, em vários setores, tem dado demonstração de ineficiência, o que pode ser constatado se verificarmos que as maiores empresas do Governo são hoje deficitárias. O déficit público se verifica, em grande

parte, pela inoperância de determinadas estatais, que apenas lesam o povo brasileiro.

Sendo assim, apresentamos emenda, nesta última fase dos trabalhos constitucionais, estabelecendo que a intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio estatal só seja permitida quando necessária para atender a imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse social, conforme definição em legislação ordinária.

A iniciativa privada tem dado demonstração de competência nos diversos setores da economia nacional. O Governo ganharia muito mais se apenas fiscalizasse e tornasse mais eficiente o sistema de recolhimento de impostos. Quanto mais se produz, com mais eficiência, menores os custos finais dos produtos e maior a arrecadação de impostos.

Isso sem falar na vantagem de o Governo não ter que sustentar com altos salários aqueles que nada produzem ou manter determinadas empresas apenas como cabide de empregos.

Se o Governo não passar à condição de mero fiscalizador, deixando que a economia se desenvolva pelas mãos da iniciativa privada, teremos sempre que conviver com o déficit público, hoje um dos maiores causadores da disparada inflacionária.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Constituintes, dentro de alguns instantes, daremos início à discussão e votação do capítulo, sem dúvida, mais polêmico do projeto da Constituição: o que trata dos direitos sociais.

Um dos males dos nossos dias é falar mais em direitos do que em deveres. E não há deveres sem direitos, nem direitos sem deveres. Se, de um lado, o trabalho tem deveres, tem-nos também o capital. Tantos que só defendem direitos para os empregados quanto os que só defendem direito para os empregadores partem de um erro ridículo e terrível: o de que as duas classes são inimigas natas uma da outra, "como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para que se combatessem mutuamente, num duelo obstinado". (L.XIII)

Isso, segundo o Papa Leão XIII, é uma aberração tal que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta. Assim como no corpo humano, os membros, apesar de sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo a formarem um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas, pela natureza, a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente no perfeito equilíbrio. (Rerum Novarum.)

E continua o grande Pontífice Leão XIII: "Elas têm imperiosa necessidade uma da outra; não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, de um conflito perpétuo não pode resultar senão a confusão e lutas selvagens".

Não compreendo como homens sensatos que somos, muitas vezes na exaltação dos debates, perdemos o equilíbrio de nossas emoções.

E Leão XIII adverte:

"De um modo geral recordem-se os patões que explorar a pobreza e a miséria e

especular com indigência, são coisas reprovadas pelas leis divinas e humanas e que seria um crime de clamar vingança ao céu defraudando a qualquer no preço de seus labores. "Eis que o salário, que tendes estorquido por fraude aos nossos operários, clama contra vós, e o seu clamor subiu até aos ouvidos de Deus".

Os operários, os trabalhadores, os brasileiros, que, em sua maioria, somos operários, temos o dever de, antes de tudo, sermos honestos e encarar o trabalho como direito, mas também como um dever sagrado.

"O primeiro princípio a pôr em evidência — continua Leão XIII é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas, mas contra a natureza todos os esforços são vão. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas, diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de forças; diferenças necessárias e de onde nasce espontaneamente a desigualdade de condições. Esta desigualdade, por seu turno, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo bem variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é principalmente a diferença de suas respectivas condições."

Sr^{te} e Srs. Constituintes, essas palavras de Leão XIII vêm muito a propósito neste momento, em que todos nós precisamos de equilíbrio e muita sensatez para votarmos matéria da qual depende o bem-estar social da Pátria. Todos queremos estabilidade que não gere, mais tarde, instabilidade. Queremos tranquilidade para os trabalhadores e para as empresas. E tranquilidade só se consegue longe de todo o radicalismo.

Os agoureiros estão aí. Observando-nos. Torcendo para que o circo pegue fogo e que o radicalismo entorne o caldo, em discussões estérteis e que conduzam aos caos.

Graças a Deus, ainda não é o caos. Está em nossas mãos, de homens inteligentes e prudentes, salvar este País.

Para isso, cumpre renunciar ao ranço de radicalismo das nossas idéias. Renunciar a um pouco de nós mesmos. Porque, Senhores, o que está em jogo é a salvação do Brasil. Quantos estão por aí, esperando que ele sucumba às crises, para se locupletarem com a sua miséria! Não permitamos que o Brasil chegue ao indesejável clima de discórdia, de lutas de classes, e venha perder sua unidade, até agora objeto de inveja de outras nações.

Vamos votar. Mas cada qual vai votar com a sua consciência. Vamos votar pela garantia de empregos de nossos trabalhadores, pois todos nós o somos. Votar contra a garantia de emprego — chame-se estabilidade ou não — é votar contra o Brasil, porque os trabalhadores do Brasil são o Brasil.

Iniciamos nosso pronunciamento citando o grau de pontífice da questão social, o insigne autor

da Encíclica "Rerum Novarum". E vamos terminar, citando o testemunho de Abraham Lincoln.

Espero que esses depoimentos nos induzam ao bom senso e ao equilíbrio. É de equilíbrio e bom senso que a Pátria nesta hora mais precisa:

"Não criarás a prosperidade se desestimulares a poupança. Não fortalecerás os fracos por enfraqueceres os fortes. Não ajudarás o assalariado, se arruinares aquele que paga. Não estimularás a fraternidade humana, se alimentares o ódio de classes. Não ajudarás os pobres, se eliminares os ricos. Não poderás criar estabilidades permanente baseada em dinheiro emprestado. Não evitarás dificuldades, se gastares mais do que ganhas. Não fortalecerás a dignidade e o ânimo, se subtrares ao homem a iniciativa e a liberdade. Não poderás ajudar aos homens de maneira permanente, se fizeres por eles aquilo que eles podem e devem fazer por si próprios."

O SR. JOÃO DA MATA (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Constituintes, tivemos a oportunidade de ocupar esta tribuna, recentemente, para solicitar do Presidente Sarney concessão de isenção do Imposto Territorial Rural às propriedades de até 3 módulos rurais. Sensibilizado com o quadro de miséria e fome que se registra hoje no Nordeste, o Presidente da República atendeu ao nosso pleito, beneficiando milhares de pequenos e médios agricultores daquela castigada área.

Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Constituintes, voltamos à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte a fim de pedir ao Presidente Sarney igual procedimento em relação às demais propriedades localizadas no Polígono das Secas, isentando-as do pagamento do Imposto Territorial Rural, em face do agravamento da situação provocada pela seca.

Recebemos, esta semana, telex do Presidente da Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba, Sr. Rubens Guerreiro de Lucena, informando que neste final da safra de 1987/88 "tem-se registrado uma redução de aproximadamente 40% da produção da cana-de-açúcar, em virtude da seca que vem assolando os nossos canaviais, trazendo com isso prejuízos irreversíveis para os produtores".

Levando em conta que os produtores de cana-de-açúcar têm contribuído não apenas para a balança de pagamentos, com a exportação de seus produtos em troca de dólares, mas principalmente têm colaborado para a produção de álcool, necessário ao abastecimento de veículos, dentro da política energética do Governo, evitando a importação de maior volume de petróleo dos países árabes, solicitamos que o nosso apelo seja considerado.

A situação dos produtores de cana-de-açúcar tem-se agravado a cada dia, e o pedido se justifica diante das perdas irreversíveis na área plantada. Por isto, acreditamos que o Presidente Sarney será mais uma vez sensível ao nosso apelo.

Muito obrigado.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistindo ao programa "Fantástico", da Rede Globo de Televisão, no domingo passado, dia 21 deste fevereiro, tive o desprazer de

comprovar, mais uma vez, como é séria e grave a discriminação contra Israel em muitos segmentos da imprensa brasileira.

O meu interesse primordial em ver aquele programa naquele domingo, Sr. Presidente, se prendeu ao desejo de conhecer um pouco melhor a grandiosidade do comportamento do povo brasileiro, no atendimento aos apelos dramáticos que foram feitos e atendidos, graças a Deus — no sentido de que o povo ajudasse a socorrer as vítimas das tremendas enchentes que assolaram Petrópolis, a Baixada Fluminense e, por fim, a própria cidade do Rio de Janeiro.

Em meio a narrativas tão pungentes e tão dramáticas, Srs. Deputados, de repente o locutor daquele programa tão conhecido no Brasil todo, falando no domingo à noite para quase todo o Brasil, transmutou sua face e, quase sorrindo, leu a notícia talvez forjada: "O exército de Israel mata mais dois palestinos". Uma frase só, dita em alguns segundos, para depois voltar novamente à tragédia das enchentes no Estado do Rio.

Ao ver de novo essa incrível discriminação propositada e tendo lido um excelente artigo na edição da primeira quinzena de fevereiro do jornal *Resenha* (Judaira, de São Paulo, à página 3, intitulado "Recado: quando os meios de comunicação divulgam os fatos pela metade", desejei ler nesta tribuna aquele artigo na íntegra, para que faça parte de nossos Anais:

"Quando algum problema ocorre no Chile, na África do Sul ou em qualquer outro país onde as relações entre populações ainda não chegaram a um acordo pacífico, as pessoas desta ou daquela nacionalidade que vivam em outras localidades sofrem apenas o choque natural de saber que seus compatriotas estão em dificuldades, sem que, por exemplo, brancos sul-africanos sejam acusados de racistas pelo simples fato de terem nascido naquele país.

Mas, o caso do Oriente Médio e, mais propriamente, de Israel e dos territórios árabes por ele administrados torna uma outra conotação, talvez pela própria maneira como é divulgado pelos meios de comunicação."

Uma das razões para isso é o fato de que judeus brasileiros sejam facilmente confundidos com cidadãos israelenses, devido à sua ligação emocional com Israel. Juntem-se esse pormenor os relatos resumidos, feitos principalmente pelas emissoras de televisão ao tratarem do delicado problema das populações residentes nas regiões administradas, transformando de maneira simplista o Estado judeu num opressor digno da censura e do desprezo mundiais, e chega-se facilmente aos comentários jocosos que judeus do resto do mundo ouvem a respeito do que o seu pessoal está fazendo por lá.

Ver-se desta forma ligado às ações político-militares de um outro país que não o de moradia já é um tanto incômodo, mas esta situação seria facilmente contornável se os meios de comunicação se dessem ao menos o trabalho de esclarecer seus leitores e espectadores dos vários lados da questão, para que os cidadãos de outros países, envolvidos ou não, possam julgar com isenção e conhecimento, vilões e mocinhos."

Era o que tinha para dizer.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que nos traz hoje a esta tribuna são as notícias de que tomamos conhecimento, através da imprensa, quanto ao propalado sumiço de 900 kg de ouro dos cofres do Banco Central. Esse ouro pertencia aos garimpeiros de Serra Pelada, representados por sua cooperativa, e estava sob a custódia do Banco Central, depositado, segundo as notícias, na Casa da Moeda. É mais um escândalo na República de Sarney. O que houve com esse ouro? Quem ficou com ele?

Sempre que a Caixa Econômica Federal compra ouro dos garimpeiros de Serra Pelada, ela desconta previamente um percentual para cobrir possíveis impurezas do ouro. Depois do refinamento do ouro, verifica-se que aquele percentual foi em excesso. Daí a sobra. Esta é depositada pela CEF na Casa da Moeda, sob os cuidados do Banco Central, em nome da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada.

Acontece que essas sobras já tinham atingido o volume de 900 kg. E esses 900 kg desapareceram da Casa da Moeda. Esta acusa o Banco Central, que acusa a CEF, que, por sua vez, acusa a Casa da Moeda.

Quem está por trás de mais este escândalo?

Será que este também vai para o escaminho da impunidade?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a gratuidade da escola pública, em todos os níveis, é medida que venho defendendo nesta Casa desde que aqui cheguei, credenciado nas urnas de 1986 pelo voto popular.

A primeira proposta de emenda por mim apresentada à nova Constituição abrangia todo o capítulo sobre educação e ensino. E dela constava expressamente que o ensino público seria gratuito, do primeiro ao terceiro grau, assim como na chamada pré-escola e nos cursos universitários de pós-graduação. E mais, que o ensino de primeiro grau, acoplado ao antigo curso ginasial, continuaria, além de gratuito, obrigatório para todos os brasileiros, dos sete aos catorze anos de idade. No caso do ensino superior, o que se poderia admitir, através da legislação ordinária, seria exigir dos diplomados por faculdade ou universidade de ensino gratuito a retribuição (depois que estivessem já trabalhando) do recebido dos cofres públicos, mediante bolsa por eles custeada a jovens carentes, ou ainda, o que melhor seria, a prestação de serviço público, na área de sua especialidade, e remunerado, ou não, a critério da necessidade social, no interesse público.

Na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, durante meses, e, posteriormente, na oitava comissão temática, como também, já na condição de suplente, na Comissão de Sistematização, sustentei a luta em defesa da escola pública, batilhando por sua quantidade e qualidade. Insisti na garantia do ensino público gratuito em todos os níveis. Neste Plenário, sustento a mesma causa, assegurando o acesso de todos os brasileiros à escola mantida pelos cofres públicos.

A gratuidade da escola pública é condição básica para que se acelere a educação popular em

nosso País. E é também a via própria para abrir caminho às pessoas que, em todas as camadas sociais — independentemente de condição econômica, financeira, racial, religiosa, ideológica, política ou partidária — dependam do ensino para, desenvolvendo plenamente suas potencialidades, definindo *in totum* sua personalidade, realizar-se inteiramente e poder ser úteis e felizes, na comunidade de que fazem parte. Por isto, trago de novo à tribuna meu apelo pela gratuidade da escola pública no Brasil, dentro do projeto nacional de educação, como primeira prioridade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com grande tristeza que constatamos em São Paulo, o que a Previdência está fazendo com os aposentados e pensionistas, expostos às intempéries, em longas filas, para o recadastramento, que na verdade de quase nada lhes valerá.

Os aposentados por invalidez não são submetidos a exame médico. Portanto, se a invalidez foi atestada de forma inidônea, de nada valerá o recadastramento.

Os aposentados por tempo de serviço não apresentam obrigatoriamente a carteira profissional; se tiver ocorrido qualquer fraude, continuarão aposentados.

Só no caso dos benefícios pagos a procuradores justifica-se o recadastramento, pois o titular poderá ter falecido. Só para esse fim deveria ter sido elaborado o recadastramento. Não era necessário ter-se armado esse circo, para submeter os aposentados e pensionistas à condição de palhaços. A palhaçada está do outro lado, e não é feita pelos verdadeiros artistas, que merecem todo o nosso respeito.

Além do mais, precipita-se a Previdência, pois na Constituinte definem-se novas situações de benefícios. Só então valerá o recadastramento. Em razão disto, requeiro à Mesa ofício ao Ministério pertinente para que tome consciência de várias propostas, existentes na Constituinte, de alterações previdenciárias.

Se o computador da Previdência tem capacidade de armazenar dados, aparelhe-se para processar rapidamente os pagamentos, que são feitos com atraso superior a 60 dias.

Além dessas distorções, existe um dispêndio incalculável: quem se recadstra recebe 35 cruzados. Tomando-se por base o número médio de 10 milhões de beneficiários, teremos um dispêndio de trezentos e cinquenta milhões de cruzados com o recadastramento.

Chega! Tenham responsabilidade! Tenham respeito!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, votaremos hoje o dispositivo constitucional que trata da garantia do empregado na empresa. Este me parece um dos principais itens da futura Constituição da República. Dele dependerá a tranquilidade do empregado e de sua família. Ao longo dos séculos, o que se tem visto no mundo inteiro é uma luta sem quartel entre o capital e o trabalho, como se um pudesse sobreviver sem o concurso do outro.

Diversos avanços já puderam ser conquistados na relação empregador/empregado. O 13º salário, o auxílio-desemprego, férias de 30 dias, vale-trans-

porte etc. Mas tudo isto praticamente nada significa ante a magnitude do sofrimento dos que ganham menos. Eu próprio apresentei uma emenda garantindo participação dos trabalhadores nos lucros da empresa a que servem. Penso que aí encontramos a melhor maneira de fazer com que o lucro seja um bem do empresário, mas também daquele que o ajudou a obtê-lo.

Quem quer que tenha sido, em algum momento, empregado, conhece a extensão do tormento que significa a perda do emprego. Na França essa angústia do empregado foi minimizada graças a leis que lhe oferecem garantias. Na Itália praticamente não há despedida; as leis garantem completa estabilidade no emprego. A Alemanha buscou resolver esse grave problema oferecendo um regime de pleno emprego, possibilitando ao empregado procurar o emprego que melhor lhe convier, assim como ao empregador melhorar seu quadro de servidores. Nos Estados Unidos, nenhuma estabilidade existe.

Sou, portanto, favorável a um entendimento entre as diversas correntes em confronto na Assembleia Nacional Constituinte. É preciso que encontremos uma solução que seja a um só tempo capaz de garantir a estabilidade do trabalhador na empresa, sem, todavia, levá-la a dificuldades operacionais e à inviabilidade econômica.

É a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, há necessidade de registrar dois problemas que julgo de vital importância para a sociedade. O primeiro deles refere-se ao cadastramento de aposentados e pensionistas.

Os jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** reproduzem hoje reportagens mostrando a grande dificuldade existente para que os aposentados e pensionistas possam cadastrar-se. A situação é precaríssima, e há necessidade de se fazer uma reformulação para agilizar o processo e facilitar o cadastramento. O serviço eleitoral deu magnífico exemplo de como é possível fazer um trabalho dessa natureza sem sacrificar a comunidade.

Devido a gravidade da situação, sugiro a imediata modificação do esquema de atendimento, para ajudar aqueles que são sempre sacrificados, os aposentados e pensionistas.

Solicito transcrição nos Anais da Constituinte dos artigos de **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, trago ainda a esta Assembleia assunto referente a Itatiba, onde a Santa Casa está fechada, causando não só à cidade como a toda a região dificuldades para o atendimento médico.

Recebi telegrama assinado por duas ilustres figuras da nossa querida Itatiba, o Prefeito Roberto Lanhoso e o Presidente do PDS, Genésio Canal, que denunciaram o acontecido, afirmando ser decorrente da falta de pagamento do INPS àquela Santa Casa.

Solicito, com empenho, que o Sr. Ministro da Previdência providencie a regularização do pagamento à Santa Casa, para que retorne a tranquilidade à cidade de Itatiba e à região.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

"APOSENTADOS SOFREM NAS FILAS DO RECADASTRAMENTO

O ex-lavrador Salvador de Campos, de 82 anos, saiu de Perus às 3h30 para ir ao posto de benefícios do INPS no bairro da Pompéia tentar receber sua aposentadoria. Doente e cansado, ele ficou sentado no chão durante mais de oito horas, até ser atendido. Havia tomado apenas um cafezinho antes de sair de casa e, por volta das 13 horas, já não conseguia ficar em pé.

Salvador recebe Cz\$ 1.680,00 por mês. E precisa desse dinheiro para comer e comprar remédios. "A gente trabalha a vida inteira e depois não consegue nada. Deixam a gente aqui, como se fosse um animal", disse Salvador, já com muita dificuldade.

Brigas, desmaios e confusões continuam ocorrendo diariamente nos postos de benefícios do INPS, onde milhares de aposentados estão sendo recadastrados "para se saber quantos são e quantos estão ganhando", como informa a direção do órgão federal. Na Pompéia, uma fila de quase um quilômetro se estende pela avenida Francisco Matarazzo e ruas Ministro Godoy e Dr. Candido Espinheira.

Os primeiros da fila têm chegado ao local a partir das 20 horas do dia anterior e, ao final da "tortura", como diz a dona de casa Maria José Honório, muitos não conseguem ser atendidos. A confusão aumentou a partir de ontem. Na imensa fila, estavam misturados os aposentados que iam fazer o cadastramento e os que pretendiam receber pensão ou outros benefícios. Os guardas não sabiam dar orientação e muitos aposentados, já nervosos e irritados, ficavam perdendo tempo na fila durante horas.

O cadastramento é feito das 14 às 18 horas, enquanto o atendimento para os outros casos deveria continuar normalmente no período da manhã. "Mas o pessoal chega cedo demais, sem necessidade, e entra na mesma fila, provocando confusão e atrapalhando o andamento do trabalho", diz a chefe do setor de Manutenção de Benefícios, Maria Dolores Borges Stuani.

"APOSENTADOS RECLAMAM DO RECADASTRAMENTO

Da Reportagem Local — Enfrentando filas e desinformados, muitos dos aposentados de São Paulo se queixavam ontem em alguns dos 19 postos que o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) mantém na capital — no interior existem outros 123 — para o cadastramento que se iniciou no dia 4 passado e continuará até o dia 31 de julho. As filas já eram grandes no início da manhã, apesar do cadastramento estar sendo feito somente das 14h às 18h, o que era desconhecido por muitos segurados.

A confusão era aumentada pela ausência de funcionários do lado externo dos prédios para prestar informações. A coordenadora de Comunicação Social do INPS em São Paulo, Denise Pereira, atribuiu o alto movimento nos postos ao fato de fevereiro ser um mês com poucos dias úteis. Ela afirma que está sendo estudada a formação de equipes de recadastradores que atuariam no período da manhã, nos postos de maior movimento.

Muitos aposentados correram aos postos baseados em informações de que se não se apresentassem no mês previsto teriam seus benefícios cancelados. Isto não ocorrerá, afirmou o Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Previdência Social, José Monserrat Filho. Segundo ele, os benefícios só serão "suspensos e não necessariamente cancelados". Ele disse que as pessoas que não passarem pelo recadastramento poderão fazê-lo posteriormente. "O escalonamento serve apenas para organizar e não para punir", afirmou.

Os aposentados para se recadastrarem devem levar apenas um documento de identificação (carteira de identidade ou profissional), o número de CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e do PIS/FPA-SEP, quando tiver. Os pensionistas devem também levar a certidão de óbito e um documento da pessoa que morreu. O recadastramento vai formar um banco de dados com 8 milhões de segurados (2 milhões no Estado de São Paulo) e é apenas preliminar, segundo José Monserrat.

Fila no quarteirão

Um dos postos que registrou maior número de procura pelos aposentados foi o da Lapa, na Av. Francisco Matarazzo, na zona oeste, chegando a dar voltas no quarteirão."

O SR. JORGE UQUEDE (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao votarem o Título II do Capítulo II do art. 7º do Projeto de Constituição, os Constituintes devem ter uma visão racional e histórica da atual situação brasileira.

O quadro proposto para os trabalhadores deve ser de avanço e aprimoramento das relações entre o capital e o trabalho. Não será aceito pela sociedade nenhum retorno e nenhuma frustração às expectativas de avanço constitucional.

A atual indenização pelo pagamento puro e simples de 10% sobre o FGTS é um prejuízo e uma grande injustiça e punição contra os trabalhadores.

A Constituição deve garantir o emprego. Deve valorizar o trabalho.

Uma carta duradoura deve fazer crescer os direitos dos trabalhadores para ampliar a produção, melhorar sua qualidade e a qualidade de vida dos trabalhadores. A Carta deve garantir contra o desemprego e aprimorar o relacionamento entre o capital e trabalho.

Não creio em Carta duradoura que não atenda aos legítimos interesses dos trabalhadores.

O SR. FERES NADER (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Bendito, Sr. Presidente e laboriosos membros desta Assembleia, nossa convivência ao longo do ano de 1987. Lídimo operários dos anseios do povo, sentimo-nos recompensados, pois o balanço final de nossas atividades neste 1987 nos anima a persistir na busca de novos mananciais alternativos de soluções para os problemas que cingem nosso País. Há que trazer água nova, haurida nas fontes da preferência popular, para que o manancial ressurgja límpido e a todos, indistintamente, acolha.

Camus, em momento de inspiração luminar, disse que "aos contemporâneos já se não destina refazer o mundo, mas impedir que o mundo se destrua" no meio do encontro de seus próprios problemas. Em nossa faina do dia-a-dia, impe-

lidos pelo desejo de servir ao povo, procuramos robustecer as estruturas, do amor pela nossa Pátria, do sagrado dever de servir ao nosso povo, através do nosso labor legislativo.

Os que fazem, os que aplicam, os que comemoram, divergem ou aprovam as leis, são afluentes que se juntam, nesta encruzilhada da história, para formar o largo rio de vozes, espalhado por todos os quadrantes, na ânsia de deter multidões insatisfeitas, às vezes sem fé e até sem destino. Vigiar os leitos das soluções tem sido a missão dos homens que aqui labutam, evitando que o tropel das águas revoltas ameace perigosamente as instituições democráticas ou seja contido pelas sombrias comportas do silêncio.

Se uma vocação irrefreável me empurra para os duros debates da vida pública, desde sempre me dessedentei na fonte humana da realidade, em busca às vezes tormentosa, mas inflexivelmente tenaz, de outras soluções para uma sociedade em acelerada transformação. As angústias que tentei diminuir e as veredas que procurei de-vassar, ora molhadas de lágrimas de desespero, ora saudadas com lágrimas de esperança, eu as recolhi no trato diário com as súplicas e os dramas que subiam ao meu conhecimento.

Fui sempre voz, antes de ser voto. A voz tem extensão maior do que o voto. A voz expõe, sustenta, contesta, replica, e, afinal, quando conveniente, se converte em voto. O voto termina na urna, a voz vive e se pereniza no memorial, no livro, no debate e na tribuna. E, por ter sido sempre voz clara, autônoma, esclarecida e livre, permito-me envaidecer por integral a Câmara dos Deputados, templo da democracia, ao lado de figuras luminárias da vida pública brasileira.

O legislador é a voz dos que em regra não têm voz, pois é um operário das causas populares, um trabalhador da liberdade. Rui Barbosa, na Conferência de Haia, disse que: "No mundo político, operam forças específicas, que constituem, entretanto, fatores determinantes do curso de seus eventos e, como tal, têm, ou podem ter, uma efetiva eficiência". E este tem sido o nosso fanal.

Assim, quando alhamos para um ano de trabalho que se findou, devemos olvidar todas as paixões, todos os ressentimentos que porventura possam ter restado dos debates mais acalorados, as divergências fluidas na luta pelos ideais e propósitos que nos alimentam.

Certos de que estamos cumprindo nosso dever, iremos, sem sombra de dúvida, legar aos nossos patrícios uma Carta Magna que traduza as legítimas aspirações do nosso povo.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o povo brasileiro assiste estarelecido as denúncias de corrupção que grassam no País, estourando na maioria dos órgãos públicos e nas empresas estatais. Mais uma vez, nada é apurado, e quem tem a pagar é o trabalhador, a dona de casa, o profissional liberal os altíssimos impostos sobre os salários, sobre a comida, sobre os remédios, enfim, sobretudo aquilo que o povo sacrificado produz.

Assistimos agora ao escândalo do Banco da Amazônia — BASA, um estouro de mais de 3 bilhões de cruzados. À corrupção na Cosipa — Companhia Siderúrgica Paulista, de mais de 25

bilhões de cruzados, e nada é apurado. Quem paga é o povo.

A castástrofe se abateu sobre o Estado do Rio de Janeiro, com centenas de mortos e milhares de desabrigados. Milhares de famílias que perderam todo o fruto do seu trabalho, que perderam a casa em que moravam recebem do Governo do Estado a insignificante quantia de 60 milhões de cruzados repassados pelo Governo Federal. Se compararmos a corrupção apenas nessas duas empresas, veremos a disparidade entre o que o Estado do Rio, nesta hora tão amarga, recebe de ajuda, ou seja, 60 milhões de cruzados, contra um total de mais de 25 bilhões de cruzados, apenas nesses dois escândalos. Esses absurdos têm que acabar.

Chega de corrupção! Chega de impunidade! Chega de imoralidade! Abaixo a estatização! Eleições já!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Encerrado o horário destinado ao Pequeno Expediente.

Passa-se ao período destinado às

V — COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O Sr. Farabulini Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Farabulini Júnior, que falará pela Liderança do PTB.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os aposentados não foram atendidos nem pela Comissão de Sistematização e muito menos pelo Centrão. Os aposentados somam 14 milhões de seres humanos neste País. Passaram pelos meus olhos nada menos do que 1.500 emendas específicas, desde a origem dos tempos, quando do trabalho das Subcomissões. Então, percebo que o Plenário da Constituinte está bem afinado para dar solução aos problemas que afligem os aposentados.

A Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, sob a presidência do valoroso líder Osvaldo Lourenço, e mais as federações do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, fazem, a uma só voz, a defesa de seus direitos e lutam pelas suas justas reivindicações. O que querem os aposentados? Vale dizer: o que precisamos votar para o bem dos aposentados e pensionistas? Porque é assim que se deve colocar a questão. Querem que os benefícios de prestação continuada, já concedida pela Previdência Social, tenham seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo existente à época de sua concessão. Reivindicam também revisão da pensão dos dependentes, a fim de que ela seja calculada com base no valor do salário de contribuição ou dos proventos de aposentadoria dos segurados que vierem a falecer.

Vejo já em destaque mais ou menos 20 propostas de ilustres Constituintes. Um deles está aqui ao meu lado, o Constituinte Antônio de Jesus. O homem que mandou colocar a Bíblia sobre a Mesa é também autor de emenda que atende

aos aposentados. E há outros ilustres Constituintes com semelhantes propostas, como Jorge Lequed e Arnaldo Farude Sá, do PMDB, Adylson Motta e Manoel Moreira. Numerosos Constituintes estão aqui para fazer justiça aos aposentados.

O restante do tempo do PTB é da ilustre Constituinte Dirce Tutu Quadros.

Era o que tinha a dizer.

A Sra. Dirce Tutu Quadros — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Concedo a palavra à nobre Constituinte Dirce Tutu Quadros, que completará o tempo destinado à Liderança do PTB.

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PTB — SP. Sem revisão da oradora.) — Exmº Sr. Presidente, prezados colegas, insisto aqui em um tema que está sendo negociado no momento entre as lideranças que escreveram a futura Constituição brasileira. Trata-se da licença remunerada à gestante, com duração de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

Sr. Presidente, essa licença diz respeito à qualidade de vida, à importância da nutrição, ao futuro do povo brasileiro e à produção do nosso País. Não acredito que algum industrial possa falir por conceder quatro meses de licença a uma gestante. Isso será pago pela Previdência Social.

Este País tem que se encaminhar para uma opção democrática de controle de natalidade. As mulheres devem evitar ter filhos todos os anos. Esta é uma questão de muita importância para o País. Insisto, pois, em que esse texto permaneça exatamente como está: licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração mínima de 120 dias (Palmas.)

O Sr. Lysâneas Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel, que falará pela Liderança do PDT.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, teceremos algumas considerações sobre o que há, na realidade, em relação às lutas contra a garantia de estabilidade dos trabalhadores no emprego.

A primeira alegação, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é a de que a manutenção da estabilidade do trabalhador teria cunho socializante ou esquerdista. Lembro-me, então, de que em 1964, quando se perpetuou o golpe militar, a alegação da calasse dominante era a de que ela não se posicionava contra as reformas que o País propugnava, mas contra a sua origem ou inspiração socializante, esquerdista ou mesmo comunista. Idêntica alegação se repete hoje. Há os que são contra a estabilidade do trabalhador porque, segundo eles, a sua inspiração esquerdista poderia causar a desestabilização da economia brasileira.

Gostaria de lembrar aos prezados companheiros que a estabilidade, na verdade, não vai causar a desestabilização da economia nacional.

Ainda naquela época houve outra alegação no sentido de que o País estava em franco desenvolvimento e, por isso, não se poderia permitir a realização de greves nem de reivindicações trabalhistas, porque estas viriam a prejudicar o desen-

volvimento — ainda que o conceito a propósito — que não poderemos apreciar plenamente aqui — abrangesse apenas o desenvolvimento de determinado setor da sociedade brasileira.

Então, foram tomadas várias medidas visando a conter as reivindicações dos trabalhadores. A partir de 1964, foram editados vários decretos-lei: em abril, contra os ferroviários; em maio, contra os aeronautas; em junho suprimiu-se o direito de greve no Brasil, a pretexto de regulamentá-lo, através do Decreto nº 4.330, e reduziu-se o salário dos empregados das estatais. E assim foram sendo tomadas várias medidas contra os direitos adquiridos de classes trabalhadoras, a pretexto de manter o desenvolvimento do País.

Verifica-se agora — embora não seja coisa recente — que há um estado de crise, de verdadeiro descalabro financeiro, de dificuldades de toda ordem. E novamente invoca-se aqui a restrição aos direitos dos trabalhadores a fim de que o Brasil saia da crise ou retorne o processo de desenvolvimento.

Recordo, Sr. Presidente, que no caso de estabilidade há um aspecto mais grave exatamente porque, no fundo, não se trata apenas da concessão da estabilidade; não é apenas a garantia do trabalhador nem de sua família. Por trás do desejo de negar esse direito está a questão do passivo das empresas. É a mesma questão que se propôs em 1966, quando o Governo, depois de adotar várias medidas contra as legítimas reivindicações dos trabalhadores, criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E qual a finalidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço?

Aquela época tive uma discussão na Comissão de Minas e Energia, da qual eu era Presidente, com o então Ministro da Fazenda. Eu disse a S. Ex^a que aquela lei se destinava a permitir a aquisição das empresas brasileiras sem ônus dos encargos sociais e trabalhistas. Respondeu-me S. Ex^a que eu era um Deputado competente, mas conhecido pelo meu radicalismo.

Li então a introdução da exposição de motivos do ilustre Senador Roberto Campos, que dizia literalmente o seguinte: "Essa lei se destina a atrair o capital estrangeiro sem os ônus e os encargos sociais e trabalhistas". Portanto, por trás da negativa da estabilidade, permite-se uma combinação com a transformação da dívida externa em capital de risco, a fim de que as empresas nacionais não tenham a garantia da sua continuidade. São estes os motivos reais. Não se trata apenas de derrubar a estabilidade, que é um bem não somente do trabalhador, mas também de sua família. Por trás disso, Sr. Presidente, há o intuito de facilitar a desnacionalização.

Naquela época mais de 500 empresas foram tomadas com base nessa lei — emanada da lavra do Senador Roberto Campos, aqui presente —, com o objetivo de atrair o capital estrangeiro sem os ônus e encargos sociais e trabalhistas. Agora a meta é transformar em capital de risco a dívida externa e permitir, novamente, a continuidade da desnacionalização, sendo que os trabalhadores é que vão pagar.

Por trás disso que votaremos hoje, Sr. Presidente, no fundo, há muito mais do que a simples negativa da garantia dos trabalhadores.

ANEXO AO DISCURSO DO CONSTITUINTE LYSÁNEAS MACIEL:

"A alegação dos grupos que são contra a estabilidade dos trabalhadores é que na realidade não são contra ela, mas combatem seu propósito socializante e esquerdista e ameaçam com a completa desestabilização da economia brasileira, caso ela seja mantida."

A mesma alegação dos grupos que tomaram o poder em 64 — convém não esquecer história tão recente — era a de que ninguém era contra as reformas, mas sim que elas seriam feitas com propósitos comunistas por elementos ligados a Moscou ou Pequim. E agora que esses elementos foram afastados, que falta para que determinadas medidas sejam tomadas?

As respostas estereotipadas de que estamos em crise ou não podemos interromper o desenvolvimento, não serão mais discutidas aqui, visto que não consideramos desenvolvimento um crescimento desordenado de certos setores de nossa economia: o aumento de nossa dependência econômica — que, repetimos, nunca vem só — e uma desigual distribuição de riquezas.

Reforçando tudo isso citaremos ainda, e para surpresa de muitos, as palavras de Adam Smith, homem símbolo do liberalismo, a propósito de nossa insistência de que desenvolvimento só poderá ser alcançado com participação do povo, mas não daquilo que é interpretado como sendo do povo.

Diz ele em "An Inquiry Into the Nature and Cause of the Wealth of Nations":

"A proposta de qualquer nova lei ou regulamentação do comércio, vinda desta ordem (dos que vivem do lucro), deve ser sempre ouvida com grande preocupação e nunca deve ser adotada até ser examinada longa e cautelosamente, não só com atenção mais escrupulosa, como também suspeitosa. Ela (a proposta) vem de uma ordem de homens cujo interesse não é nunca exatamente o mesmo do público, ordem que geralmente tem interesse em decepcionar, e mesmo em oprimir o público, ao qual tem, em muitas ocasiões, tanto decepcionado quanto oprimido."

É óbvio que não havendo equilíbrio de forças no mundo econômico e na distribuição de riquezas, a centralização excessiva poderá engendrar injustiças — e inevitavelmente o fará — criando ressentimentos graves e situações de desespero. Torna-se necessário lembrar que nos Estados Unidos o que equilibrava a cupidez dos industriais e dos homens do mundo das finanças foi exatamente o controle e distribuição do poder através dos sindicatos — que continuam a exercer o direito de greve — da lei antitruste e do imposto de renda, que afugentou tantos milionários e os obrigou a um emprego mais humano do capital. Veja-se bem: obrigou. Qualquer programa político que não leve em conta a ambiguidade das intenções humanas é ingênuo ou mal-intencionado.

Os trabalhadores sempre pagam a partir de 64

1964 — Abril — A Rede Ferroviária Federal S/A declara nulos todos os contratos coletivos de trabalho dos ferroviários, suspendendo vantagens conquistadas ao longo dos anos.

Maio — Por determinação do Marechal Castello Branco, o Ministro do Trabalho assina portaria que suspende a cláusula de abono de 30% dos aeroviários e aeronautas, homologada pela Justiça do Trabalho.

Junho — O Congresso Nacional transforma na Lei nº 4.330 o projeto do Marechal Castello Branco, que suprime de fato o direito de greve no Brasil, a pretexto de regulamentá-lo.

Julho — O Poder Executivo baixa o Decreto nº 54.018, que, a pretexto de reorganizar o Conselho Nacional de Política Salarial, estabelece o sistema de redução salarial para os empregados nas empresas de economia mista.

Agosto — O Ministro da Viação baixa a Portaria nº 494, que suprime vários direitos dos armadores dos portos.

1965 — Janeiro — A Comissão de Marinha Mercante baixa portaria que anula diversos direitos e vantagens dos estivadores.

Março — O Ministro da Viação proíbe o desconto do Imposto Sindical e das mensalidades sindicais nas autarquias da Marinha Mercante, sob o argumento de que o trabalhador autárquico não pode ser sindicalizado. O ato viola o Decreto nº 7.889-45 e a Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Dezembro — O Marechal Castello Branco baixa o Decreto nº 57.627, que, a pretexto de regulamentar a Lei nº 4.725, anula qualquer acordo salarial cujas cláusulas de reajustamento infrinjam as Leis nºs 4.725 e 4.903. O Governo passa a ditar os salários.

1966 — Abril — O Marechal Castello Branco assina o Decreto-Lei nº 5, que abre caminho para a dispensa em massa de ferroviários, marítimos e portuários; transfere esses servidores do regime do Estatuto do Funcionalismo (Lei nº 1.711) para o regime da CLT; limita as vantagens dos acordos coletivos aos dispositivos da CLT, impedindo que qualquer classe obtenha um direito não previsto por esta.

A troca dessa opressão salarial, que poderíamos continuar citando ininterruptamente até o fim do expediente, veio o Governo da Revolução, sentindo talvez o peso da consciência, e outorgou como um grande trunfo para os trabalhadores, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que segundo a introdução do próprio autor do projeto, o poderoso Ministro do Planejamento, Roberto Campos, se destinava a atrair o capital estrangeiro, sem os ônus e os encargos sociais trabalhistas. Aí a razão maior da derrubada da estabilidade, dar continuidade ao processo de desnacionalização da indústria brasileira. Observem o perigo se a dívida externa for transformada em capital de risco.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1988."

O Sr. Sotero Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sotero Cunha, que falará pela Liderança do PDC.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, os prejuízos causados pelas enchentes no Rio de Janeiro já se transformaram numa rotina, alcançando a população quase que de improviso.

Se voltarmos às notícias de alguns dias atrás, por exemplo, aos 16 do corrente, leremos o seguinte trecho publicado no jornal "O Globo", sob este título que bem ilustra o assunto: "Há 22 anos, chuvas já assolavam o Rio".

E prossegue:

"Os primeiros dias de 1966 no Rio de Janeiro foram típicos de verão com muito sol. As praias estavam cheias e o Serviço de Meteorologia anunciava a alta da temperatura em torno de 36 graus, prevendo pancadas de chuvas nos fins de tardes. Naquela segunda-feira, dia 10 de janeiro, não seria diferente. O que ninguém esperava é que essas pancadas se transformassem no maior temporal a que o Rio de Janeiro já assistira. E, apesar do alerta de geotécnicos, no ano seguinte a tragédia se repetiria.

Foram 1.803 milímetros de água que, em 1966, transformaram a cidade e colocaram literalmente abaixo as encostas secas pela longa estiagem que se abriram em profundas fendas.

As consequências de tanta chuva que caíram em poucas horas foram trágicas."

As reportagens dos últimos dias, como, por exemplo, de ontem, domingo, são as mais estarecedoras.

Os acontecimentos mais dramáticos amplamente difundidos acerca de Petrópolis e de toda a Baixada Fluminense passaram como de menor importância ante as notícias pertinentes à cidade do Rio de Janeiro.

Não é possível retratar aqui todos os pormenores. Todavia, façamos alguma referência. **O Globodo** último dia 21, domingo, sob o título de "Tragédia no Rio: mais de cem mortos", inicia dizendo:

"A primeira avaliação feita ontem à tarde pela Defesa Civil Municipal indicava que mais de cem pessoas morreram no temporal de sexta-feira. O maior número de vítimas foi registrado em Santa Teresa, onde um pavilhão da Clínica Santa Genoveva desabou, soterrando 40 pessoas. O temporal atingiu o Maciço da Tijuca, pondo em risco todos os morros entre o Alto do Sumaré e o Borel... "e"...deixou 20 mil desabrigados."

"Nos bairros mais atingidos pela enchente, a situação era de verdadeiro caos. De manhã, dezenas de carros estavam abandonados na Tijuca, Maracanã, Santa Teresa, Rio Comprido, Vila Isabel e Engenho Novo. No Grajaú, num só edifício, 38 carros foram inteiramente destruídos pelas águas que invadiram a garagem."

Mais adiante se lê:

"Foi como se um furacão - conforme definiu um morador - tivesse passado pelo Morro da Formiga, na Tijuca... o quadro era aterrador: crianças mortas estiradas em frente ao Destacamento da Polícia Militar; barracos destruídos por toneladas de pedras e lama que deixaram nas encostas, por quase 500 metros, as marcas da avalanche; centenas de desabrigados só com a roupa do corpo, ainda molhada, chorando e pedindo comida."

A mais recente catástrofe difundida foi o desabamento de um prédio que vitimou várias famílias, com a perda de todos os seus bens, relevando-se que foram vidas importantes, traduzindo-se num quadro altamente lamentável.

Os detalhes divulgados pelas reportagens da imprensa falada e escrita são por demais assustadores e aterradorantes.

Seria um castigo, como é pronunciado por alguns? Ou seria tanta reação da natureza apenas uma advertência ao "homem louco" dos nossos dias? Como, a exemplo, ocorreu com a morte do Nazareno, há quase dois milênios?

É, pois, a própria Escritura Sagrada que nos informa que a turbamulta, após insistentes e lacerantes brados de crucifica-o, crucifica-o, arrastou-o, pelas ruas da cidade de Jerusalém. E crucificaram o Cristo, o Deus-Homem, sobre uma infamante cruz, levantado entre dois dos piores malfetores. E, depois de três horas de densas trevas sobre a face da terra, Ele, ao render o espírito ao Pai, ou, como está escrito, literalmente: Jesus clamando... com grande voz entregou o espírito. E eis que o véu do templo se rasgou em duas partes, de alto a baixo: tremeu a terra, fenderam-se as rochas...

Fazemos bem em atentar para estas verdades.

Pelo menos, os vaticínios escriturísticos, prevendo o incremento da desobediência humana, pecados como a violência e a rebelião, anunciam muitas e variadas catástrofes. O próprio homem moderno, não conformado com sua desobediência espiritual e não se regendo por determinados princípios técnicos, agrediu por instinto a própria natureza, incomensuravelmente, a qual, como um revide, está querendo, em contrapartida, reclamar e ressarcir os seus direitos.

Voltando ao nosso ponto inicial no tocante às calamidades que se desenrolam pelo Estado do Rio de Janeiro, externamos os mais justos encômos ao Sr. Governador Moreira Franco por todas as providências tomadas junto às demais autoridades, dentro de seu Estado e fora dele assim como toda a cooperação e mobilização prestadas pela população. Notícias também têm sido veiculadas de verbas emergenciais liberadas pelo Presidente da República. Nenhum obstáculo poderá ser criado à viabilização de todas estas providências. Antes, pelo contrário, deve ser cercada de todas as facilidades.

Noticiava a imprensa que o Governador Moreira Franco já havia obtido quase 8 bilhões para atendimento às populações da cidade de Petrópolis e da Baixada Fluminense atingidas pelas enchentes.

Não iremos discutir o mérito das responsabilidades que sempre pesam sobre os governantes. Solicitamos, porém, todo o empenho no sentido da utilização daquilo que se publica ter sido obtido. E fazemos nesta oportunidade, ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, conternado apelo para apressarem a viabilização, o mais rápido possível, dos valores já divulgados, além da utilização de outros recursos constantes das rubricas orçamentárias, como a fundo perdido, e serem exatamente direcionados às vítimas dessa contundente tragédia.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Flávio Palmier da Veiga — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Flávio Palmier da Veiga, que falará pela Liderança do PMDB.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, depois de assistirmos, no Rio de Janeiro, a essa catástrofe horrível, temos que tirar desse fato lamentável uma lição: a necessidade da ecologia, de se preservar a natureza, as árvores, as florestas, as paisagens do nosso País.

Como colaboração à Constituinte, apresentei uma emenda que quero defender agora, para a qual peço o apoio dos nobres Colegas Constituintes, que proíbe em todo o território nacional qualquer tipo de corte de floresta onde exista, comprovadamente, a necessidade de se preservar a fauna, a flora, as belezas cênicas. Somente ficarão isentas dessa proibição as propriedades que, por sua natureza, numa extensão nunca superior a 20 hectares, necessitam proceder ao desmatamento com o objetivo de utilizar a área para fins de agricultura e pecuária, visando ao sustento dos habitantes dessa região, devendo esta isenção ser autorizada pelo prefeito municipal em cujo município esteja a referida propriedade, depois de ouvida a Câmara de Vereadores.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há necessidade de a Lei Magna do País, a Constituição, proteger o que de mais belo temos, a natureza. Considerando o excessivo desmatamento que vem ocorrendo no território nacional, causando graves prejuízos ecológicos ao País e trazendo perspectivas desanimadoras para as próximas gerações quanto às condições climáticas e à fertilidade das terras que o integram, o que afetará irremediavelmente a produtividade e a economia do Brasil, imprescindível é a imediata adoção de medidas decisivas que impeçam o desmatamento, a fim de preservarmos a fauna, a flora e as belezas naturais que, até agora, têm feito da terra brasileira um importante pólo paisagístico. As denúncias contra o desmatamento, lidas nos jornais, revistas, apresentadas na televisão e que já dominam a opinião pública, que se revolta contra este estado de coisas, obriga-nos a defender o sentimento do nosso povo em favor da preservação de nossa área paisagística. As encostas desmatadas, que tiveram como consequência vítimas no Rio de Janeiro, inicialmente eram cobertas por florestas.

Portanto, há necessidade de se criar aqui na Constituinte uma consciência em defesa da ecologia, da paisagem e da floresta nacionais.

O Sr. Jorge Leite — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Leite, que também falará pela Liderança do PMDB.

O SR. JORGE LEITE (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituinte, mais uma tragédia se abate sobre o Estado do Rio de Janeiro e sua população.

Desde 1966, quando uma tragédia de tal monta se abateu sobre a cidade, o então Governo do Embaixador Francisco Negrão de Lima, no qual tive a honra de trabalhar exercendo a função de Subchefe do Gabinete Civil, criou mecanismos e condições para que a cidade pudesse enfrentar todos os temporais que sobre ela viessem a aba-

ter-se. Foi também criado o Instituto de Geotécnica, que além de ter a competência de prevenir os desastres, tinha também a obrigação de conter as pedras que podiam rolar, proceder ao desmatamento, à limpeza de rios e ao escoramento de várias barreiras que o Rio de Janeiro tem pelo seu contorno, já que é uma cidade imprensada entre o mar e a montanha. As medidas que foram tomadas, sustentaram aquela cidade e evitaram as enchentes, até chegarmos à situação calamitosa em que ela ficou, a partir do momento em que os governantes do Rio de Janeiro esqueceram que a cidade é cortada por rios, riachos e cachoeiras, e que nela existem centenas de favelas, onde seus moradores substituíram os barracos de zinco e de madeira por casas de alvenaria, que construíram às suas expensas, aumentando substancialmente seus pesos por tonelagem. Esqueceram-se esses governantes, Srs. Constituintes, de que aquela cidade tinha um equipamento de limpeza das galerias de águas pluviais, máquinas que poderiam trabalhar 24 horas por dia, mecanicamente, limpando as galerias por onde saíam as águas das chuvas.

Sr. Presidente, a grande verdade é que a cidade do Rio de Janeiro ficou abandonada. O Rio de Janeiro é hoje uma cidade sitiada. Vamos acabar com a posição de vítimas. É preciso que o Governo do Município tenha a coragem de enfrentar o problema e mande sustentar as encostas, limpar os rios e dragá-los, para que as chuvas não atinjam altos índices pluviométricos, como se verificou. Não se diga que faltaram recursos, não se diga isto ou aquilo. Diga-se, isto sim, Sr. Presidente, que a incúria, a incompetência e o abandono deixaram a cidade do Rio de Janeiro entregue à sua própria sorte e, desta vez, temos vítimas em demasia a lamentar.

Por isso, Sr. Presidente, quero transcrever aqui o editorial de hoje do jornal *O Globo*, que tem o título "Crime e covardia contra os humildes", que retrata a incúria dos governantes, o estado de abandono em que os administradores deixaram o município, hoje cidade do Rio de Janeiro, largando-o à sua própria sorte.

Não podemos permitir que isso continue acontecendo. É necessário que se tenha coragem de praticar uma política que coloque aquela população, que vive sob risco diário, em lugar seguro, onde tenha transporte, habitação, creches, hospitais, escolas e, se possível, um trabalho próximo de sua moradia.

Temos o exemplo da Vila Kennedy e o da Vila Aliança, que foram, por coragem dos governantes da época, transferidas para lugares seguros. Nesta catástrofe que se abate sobre o Rio de Janeiro, nem a Vila Aliança, nem a Vila Kennedy tiveram vítimas. Os governantes tiveram a coragem de orientar nossos irmãos que moravam nas encostas, no sentido de que ali não havia condições de habitação. Não era um estímulo à demagogia eleitoral.

Encerro, Sr. Presidente, lamentando não ter mais tempo, mas sei que falo em nome da bancada do PMDB do Rio de Janeiro, protestando contra o estado de calamidade, a incúria, a incompetência e o conseqüente abandono em que aquela cidade se encontra.

Já em certa época houve a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio. O nosso Estado é um laboratório de experiências. O Rio

de Janeiro é hoje o quintal do Brasil, uma cidade abandonada e sitiada.

Assim, Sr. Presidente, não poderíamos calar diante de tantas vítimas, de tantos acidentes e do estado de abandono em que aquela cidade-estado se encontra.

Em 1960, criou-se o Estado da Guanabara, com o surgimento e a transferência da Capital.

Em 1964, violentaram o direito do povo carioca e, sem plebiscito, transformando um Estado próspero, um Estado que era o segundo da Federação, o maior mercado consumidor deste País, o Estado da Guanabara, num município pobre, embotado pela lei complementar votada aqui, às sombras da ditadura. E o Estado da Guanabara desapareceu.

Agora, é o Município do Rio de Janeiro que desaparece debaixo das chuvas. Não bastasse isso, ainda há aqueles que têm o desprazer de querer subdividir a Cidade do Rio de Janeiro, criando um município em cada bairro, em cada ponto, em cada esquina.

Vamos dar um basta. A população do Rio de Janeiro há de se levantar contra isso. Espero que os governantes tenham a coragem de praticar uma política habitacional que venha defender a vida daqueles que vivem e moram nas encostas e que estão nas mãos dos incompetentes, que não sabem o que é respeitar o direito do povo.

Portanto, registro aqui o editorial de "O Globo", que retrata, com muita lealdade, a atual situação de calamidade do Rio de Janeiro.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"CRIME E COVARDIA CONTRA OS HUMILDES

Os temporais atingem o Rio de duas maneiras. Em áreas planas, há a enchente de ruas, provocada pelo entupimento de bueiros. O problema é de engenharia e de limpeza dos bueiros. Perturba terrivelmente a vida da cidade, causa grandes prejuízos, mas raramente mata. Ele é causado em muitos bairros pelo descomunal volume de lixo e destroços que desce das favelas situadas nos morros.

Nos morros, a situação é muito diferente. As encostas são atingidas por aluviões que espalham a morte por onde passam. Em diversos pontos, obras de contenção são necessárias. Muitas foram realizadas depois das chuvas de 1966 e 67 pelo Governo Negrão de Lima mas, 20 anos depois, é evidente que novo esforço de grandes proporções se faz outra vez necessário.

Não está aí, entretanto, o grande problema. Na verdade, o Rio tem sido vítima da covardia e da demagogia de Governos que temem o preço político a ser pago por uma atitude corajosa em face da proliferação de favelas nos morros, com a ocupação irracional do solo. E coragem, no caso, significa apenas uma coisa: desmascarar a farsa de que as favelas são inevitáveis e que protegê-las seria ato de "justiça social" em face da carência de moradias populares.

É urgente um plano sério de construção de casas populares, como parte de uma política habitacional que reconheça a impossibilidade de urbanização das favelas situadas nos morros.

Basta ao carioca ter boa memória para concordar com a necessidade dessas providências. O

temporal dos últimos dias — um dos mais violentos de que se tem notícia na história da Cidade — não fez vítimas na Vila Aliança ou na Vila Kennedy. Elas foram construídas, no Governo Carlos Lacerda, para abrigar a população removida das favelas do Morro do Pasmado e do Morro da Catacumba. E, desta vez, a fúria das águas também não causou dano algum nas áreas urbanizadas à volta desses morros.

As duas piores tragédias do fim de semana — o prédio que ruíu na Abolição e o sanatório atingido em Santa Teresa — não são aparentemente ligadas ao problema das favelas. Mas só aparentemente: a destruição vem sempre do alto, das encostas corroídas pela ocupação insensata.

Não devemos, também, levados pela comoção das cenas dos últimos dias, esquecer o número de vezes em que chuvas de menor intensidade têm provocado vítimas fatais nas favelas. A soma dos episódios isolados deve reforçar a preocupação que a catástrofe generalizada provocou.

O problema social dos favelados está na raiz da ocupação irregular das encostas, sem dúvida. Mas é preciso dar-lhe solução justa, humanitária e sensata. Está agora mais do que provado que a falsa solução do populismo e da acomodação é um crime. Um crime contra o Rio; principalmente, contra os seus mais humildes habitantes.

Quem constrói o seu barraco ou a sua casa de alvenaria no alto de um morro não tem obrigação de saber o perigo que corre e o perigo que provoca. Mas o administrador que fecha os olhos à ocupação ilegítima dos terrenos, que, mesmo sabendo que o desmatamento rompe o equilíbrio ecológico, cria uma situação de permanente risco — este é o responsável. Responsável pelo pior crime que hoje se comete contra a cidade e contra a população carente, exposta à repetição das tragédias que temos presenciado estes dias.

Nenhum Governo se equiparou no cometimento desse crime ao Governo Brizola, que encontrou sua continuidade espiritual no imobilismo do Prefeito Saturnino Braga. Enquanto, por oportunismo político, Brizola praticamente incentivava a proliferação dos barracos — numa tentativa de transformação das favelas em fontes de votos — ao mesmo tempo retardava, num festival de corrupção, a solução alternativa da construção de moradias populares em lugar seguro.

Assim foi que, naquele Governo, assistiu-se à escandalosa administração da Cehab, que culminou com a compra de glebas onde não era possível construir conjuntos habitacionais. Assim também na delituosa gestão do Banerj, em particular o Banerj Crédito Imobiliário, sob a responsabilidade do Diretor Paulo Júdice, que apenas numa operação liberou financiamento de Cz\$ 411 milhões (valores de hoje) para firma inidônea, contrariando todos os pareceres técnicos. Segundo foi apurado em inquérito, até hoje (a operação data do final de 1986) apenas se executaram 18 por cento da obra de construção do conjunto habitacional a que se destinavam os recursos.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Jorge Leite, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O Sr. Leite Chaves — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Leite Chaves, que falará no tempo destinado à Liderança do PMDB.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, estou preocupado com este acordo que se está tentando fazer em torno da estabilidade, e digo por quê: para o PMDB, a estabilidade é um compromisso programático. Toda nossa campanha, de 1974 para cá, tem sido feita em torno da estabilidade. Temos compromissos com ela. Não é a estabilidade que assegura resultados financeiros, mas padrões de dignidade ao trabalhador. Esta é a estabilidade que pleiteamos e que está no projeto do nosso Relator. Ela não visa aumentar as margens de tranquilidade econômica do trabalhador. Ela visa a dar-lhe dignidade moral no emprego. O que não se quer é que, por seu intermédio eventualmente, numa despedida, tenha o trabalhador maior ou menor resultado financeiro. O que se quer é assegurar, num único e determinado tempo de emprego, o direito de ele não ser despedido por uma atitude impensada ou emocional do patrão.

Este projeto que se pretende aprovar — e eu o tenho visto aí sob algumas formas — representa, em primeiro lugar, uma ofensa ao direito. Uma norma constitucional, como se pretende, que se refere a uma lei anterior, significa um instante de recuo.

Então, Sr. Presidente, a estabilidade desde já existiu no País e ainda existe. O que torna grave a atual estabilidade é a forma de sua apuração. É o inquérito para apuração de falta grave. Poderíamos simplesmente — e esta Constituinte tem um compromisso com o trabalhador — assegurar a estabilidade na forma da lei, e regularíamos isso de forma tranqüila, mudando, inclusive, o procedimento do inquérito para apuração de falta grave, que existe na Consolidação das Leis do Trabalho, porque isso não leva a resultado algum. É muito difícil a apuração de falta grave cometida. Então, se fizermos qualquer simulacro de acordo apenas para aumentar a rapidez dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, isso poderá nos levar a uma situação de perplexidade. O PMDB, que surgiu depois de 1974, na ânsia dos interesses das classes trabalhadoras, não poderá votar esse acordo ou qualquer outro que procure enxovalhar, transfigurar ou transmutar a natureza da estabilidade, isto é, aquele direito que, depois de algum tempo, assegura ao trabalhador não ser despedido por qualquer motivo.

Quero advertir as nossas lideranças, sobretudo as que têm algum conhecimento de direito, para não virem com mixórdias que comprometam a altivez desta Assembléia Nacional Constituinte. Temos que votar a estabilidade. Se houver derrota ou vitória, que se chegue, depois, a uma composição; mas não entremos nesse saco de gatos que compromete no meu partido, pelo menos, o que ele tem de mais fundamental: a honrabilidade dos seus compromissos em relação à classe trabalhadora brasileira.

O Sr. Aluizio Campos — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos, no horário destinado à Liderança do PMDB.

O SR. ALUIZIO CAMPOS (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, à medida que desenvolvemos entendimentos para a solução de divergências maiores nos campos econômico, social e político, verificamos, com certo pesar, que o nosso poder originário continua demasiadamente influenciado por normas sedições de certa legislação ordinária, superada e perversa que precisamos simplesmente liquidar.

Essa inversão de hierarquia está contribuindo para fazermos uma Constituição amarrada ao passado, ao invés de a deixarmos marcado por inovações objetivas e sem condicionamentos.

Hoje mesmo iniciaremos a votação do capítulo referente aos direitos sociais, quase todo regulado com a mera transposição de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e de alguns outros diplomas esparsos.

Quando se pretendeu fazer a primeira inovação nas disposições referentes à estabilidade, logo se verificou o primeiro choque, que dificultou os entendimentos em virtude das oposições radicais: de um lado, a direita empedernida, que considera a relação de trabalho um favor das decisões empresariais; do outro, uma esquerda radical, que viveu sempre a anunciar direitos fictícios em favor dos trabalhadores.

Ainda não alcançamos, nesta Assembléia Nacional Constituinte, a sedimentação de uma pragmática filosofia do poder, voltada para realidades futuras de fácil previsão.

Reforo-me, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, aos modernos padrões de comportamento democrático que a cada dia mais concorrem para modificar as características do capitalismo e do socialismo.

O que precisamos firmar claramente em todos os pontos fundamentais da Constituição que estamos elaborando é a defesa da livre atividade econômica e da organização de um Estado política e administrativamente estruturado para assegurar o efetivo exercício dos direitos sociais. São metas perfeitamente compatíveis, que devem ser perseguidas através de ações integradas. O importante será proteger a sociedade brasileira contra qualquer forma de espoliação que possa impedir ou comprometer o seu acesso ao bem-estar.

Todos sabemos que emprego não é favor. Nenhuma empresa pode sobreviver ou prosperar sem o concurso da força de trabalho. Essa óbvia constatação os patrões não devem pretender camuflar. Quanto aos empregados, eles também sabem que o desenvolvimento e a solidez da atividade econômica constituem a verdadeira e real garantia da sua estabilidade no emprego.

Fundados nessas evidências é que teremos de negociar. Nem podemos impor à empresa a obrigação de manter empregos desnecessários ou inúteis, nem tampouco estabelecer condições que lhe permitam usar injustamente a rotatividade como instrumento de desestabilização e de insegurança contra os trabalhadores.

Resolvido esse ponto, novas soluções de bom senso acontecerão, revigorando a esperança de conseguirmos montar um bom e realmente democrático edifício constitucional.

Embora, Sr. Presidente, não esteja inteiramente de acordo com a redação que foi encontrada para

o entendimento a respeito da estabilidade, pois acho que ela poderia ser simplificada, creio que devemos apoiá-la pelo fato de encontrarmos o caminho do entendimento, que deverá ser seguido nas outras definições que haveremos de tomar em todos os campos de interesse nacional.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaral Netto, que falará pela Liderança do PDS.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, conheci aqui, em 1963, um homem pelo qual tenho uma grande admiração: Fernando Santana. Um homem sério, que não se afasta de suas posições, que, embora contrárias às minhas, merecem todo o meu respeito. Depois conheci o Constituinte Roberto Freire, outro grande companheiro.

Ontem, o Constituinte Roberto Freire, no restaurante da Câmara dos Deputados, pedia-me desculpas porque, segundo me dizia, à noite eu iria aparecer no programa do PCB.

Assisti a esse programa em que apareci durante 20 segundos, e o Constituinte Roberto Cardoso Alves, durante uns 15 segundos. Gostaria de dizer ao PCB que fomos homenageados.

Digo a V. Ex.^a que a minha bancada, cujo pensamento acredito externar, teve a oportunidade e o prazer de ver o seu Líder — até amanhã, pelo menos, quando novo líder será eleito — criticado pelo Partido Comunista Brasileiro.

Quero dizer hoje ao meu amigo Roberto Freire, a quem continuo respeitando da mesma maneira, que há duas soluções para a minha aparição e a do colega Roberto Cardoso Alves: ou S. Ex.^a nos manda a fatura pelo que nos concedeu de publicidade, ou lhe cobramos o direito de imagem, que foi votado nesta Assembléia Nacional Constituinte pelo próprio PCB, pois a nossa imagem foi usada sem autorização e está previsto nesta nova Constituição, com o voto do PCB — repetito — que não se pode usar a imagem nem a palavra de quem quer que seja sem lhe pagar direitos autorais. Portanto, decidamos: ou recebo a fatura da publicidade — e pago com prazer, porque valeu a pena — ou remeto a relativa ao uso da minha imagem, e o colega Roberto Cardoso Alves também o faz.

Sinto-me hoje, Sr. Presidente, de alma lavada, porque em meio a tantos Parlamentares de valor, Deputados e Senadores, Roberto Cardoso Alves e eu fomos escolhidos praticamente como representantes do anticomunismo brasileiro, o que é uma honra para mim. Vanglorio-me disso, e a bancada do PDS também, porque somos anticomunistas, como somos antifascistas. Hoje apoiamos o comunismo de Gorbachev, aquele mesmo que o querido amigo Haroldo Lima considera traidor e covaide. Pois bem, digo a V. Ex.^a: nestas minhas palavras não vai qualquer rancor. Gostei da minha aparição; eu estava bonito na tribuna; rejuvenesci. O colega Cardoso Alves ficou satisfeito, embora eu duvide que estivesse mais bonito do que eu. Ambos temos uma decisão a tomar: ou pagamos uma fatura ao PCB, ou o PCB nos paga o direito de imagem. De qualquer maneira, aqui fica o nosso agradecimento.

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Constituinte Ademir Andrade, que falará pelo seu partido, o PSB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, hoje deveremos iniciar a votação do Capítulo II, Dos Direitos Sociais.

Esta etapa de elaboração constitucional caracteriza, de forma nítida e clara, a luta do interesse de classes; a divisão entre aqueles que defendem o interesse do capital e aqueles que defendem o interesse do trabalho. Há naturalmente um meio termo, que quer um capitalismo mais moderno, mais moderado e mais justo. Têm havido entendimentos no sentido de votação que se processará hoje. Há quase um mês discussões ocorrem, principalmente em torno da estabilidade no emprego.

Desejo deixar claro, Sr. Presidente, que os partidos mais vinculados aos trabalhadores deste País, os partidos de esquerda que compõem a Assembléia Nacional Constituinte, praticamente foram deixados de lado na elaboração dos entendimentos que se processarão naturalmente entre os representantes da direita, comandados pelo Centrão, e representantes do PMDB. A posição do Partido Socialista Brasileiro é de votar contra a emenda do Centrão, porque, ao discutirmos profundamente essa questão, entendemos que só haveria uma hipótese de votar essa emenda. Colocamos seis pontos básicos para a negociação, como, por exemplo, a questão da estabilidade no emprego. A propósito, nesse sentido, há uma proposta do DIAP, apoiada pelas centrais sindicais e pelas Confederações de Trabalhadores. A questão do *caput* do art. 7º é fundamental para nós, porque a Comissão de Sistematização estabeleceu que o direito do trabalhador rural é igual ao do trabalhador urbano. O Centrão não admite esta hipótese e substituiu o *caput* deste artigo, tratando o trabalhador rural de maneira desprezível. Aliás, ao trabalhador rural nunca foram dados direitos neste País.

O Sr. Cardoso Alves — Permite-me V. Ex^a um aparte? Ressalve minha posição.

O SR. ADEMIR ANDRADE — Ressalvo a posição do Constituinte Roberto Cardoso Alves, que é de admirar.

Mas esta é a posição do Centrão, que não admite a igualdade de direitos entre o trabalhador rural e o urbano.

Quanto à questão da hora extra em dobro concedida aos trabalhadores, hoje dada pelo próprio Tribunal do Trabalho, o Centrão também não admite esta hipótese e marcha para a concessão de 50% da hora extra.

Com relação ao salário mínimo, queremos que o assunto seja definido, em como a questão do direito ao lazer, à saúde, à educação, enfim todos aqueles direitos que compõem a necessidade de uma família.

Quanto ao direito de greve, defendemos, de maneira intransigente, a posição da Comissão de Sistematização. Finalmente, há a imprescritibilidade das questões trabalhistas.

Segundo nos informa a própria Liderança do PMDB, o Centrão não aceitou negociar nenhum

desses seis pontos, que consideramos fundamentais dos direitos dos trabalhadores. Se o Centrão não aceita, não vemos qualquer razão, ou motivação, para votar a sua emenda substitutiva. Por isso, votaremos contra ela condenando, inclusive, a forma como este acordo foi desenvolvido, pois feito sem a participação dos partidos de esquerda e das centrais sindicais, que representam os interesses dos trabalhadores no nosso País. Se o PMDB vai defender pontos como esses que aqui colocamos, por que então votar o substitutivo do Centrão? Seria mais fácil enfrentá-lo como um todo e que cada um, nesta Casa, assumisse sua posição de radical defensor do capital ou do interesse da classe trabalhadora.

Esta é a posição do Partido Socialista Brasileiro.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima, que falará pela Liderança do PC do B.

O SR. HAROLD LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje esta Assembléia vai examinar uma questão da máxima importância, que diz respeito aos direitos dos trabalhadores.

Na verdade, depois que a Comissão de Sistematização fixou algumas posições de interesse das camadas trabalhadoras do Brasil, observou-se uma movimentação muito grande, oriunda de setores empresariais, com a participação de setores políticos, com o objetivo, efetivamente, de tentar desestabilizar aquelas posições e derrotá-las no plenário da Constituinte.

Na verdade, o "Centrão" articulou-se e organizou-se para derrotar essas propostas que hoje serão aqui votadas. Mas temos visto tentativas de se fazer um entendimento, um acordo entre diversos setores desta Casa para se votar o art. 7º, que hoje começa a ser posto em discussão e votação.

Sr. Presidente, o PC do B, nessa busca de entendimento, tem a registrar que ficou marginalizado nessa procura de acordo, juntamente com o PT, o PDT, o PSB e setores do MÚP do PMDB. Hoje pela manhã constatou-se que nessa tentativa de se buscar um acordo, esses setores ficaram à margem. Isso é absolutamente surpreendente porque seguramente os setores que mais estão afeitos a essa democracia trabalhista, a essa democracia de direitos dos trabalhadores são aqueles ligados exatamente aos partidos a que acabo de me referir: os progressistas e o setor do MÚP do PMDB. Estando esses Constituintes marginalizados do processo de articulação dos direitos dos trabalhadores, isto significa, objetivamente, que setores vinculados aos trabalhadores não participaram das articulações exatamente no ponto em que tinham mais condição de contribuir.

Por outro lado, seria uma insensatez, uma temeridade se o "Centrão" e setores do PMDB tentassem impor a esta Casa, à revelia de todos esses trabalhadores, os chamados direitos dos trabalhadores. Já sabemos de antemão que haveria a oposição, de ponta a ponta, de todos esses setores.

Ora, ainda há algum tempo, um parlamentar representante de grande propriedade agrícola — em outras palavras, latifundiário — que tem lugar

nesta Casa, me procurou e disse que, do ponto de vista do latifúndio sensato, é uma temeridade imaginar que vamos impor um preceito constitucional contra toda a esquerda no Brasil, porque esse princípio não vingaria, seria contestado no dia seguinte. Sr. Presidente, imaginar-se que hoje à tarde vai-se votar à revelia do PC do B, do PT, do PDT, do PSB, do MÚP do PMDB e do PCB, e contra todos esses setores, o chamado direitos dos trabalhadores é estabelecer-se nesta Constituinte uma situação em que esses direitos serão contestados imediatamente exatamente pelos trabalhadores brasileiros.

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Adolfo Oliveira, que falará pelo Partido Liberal.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, temos tomado conhecimento, através dos jornais, de manifestações de ilustres colegas, feitas desta tribuna. São denúncias de corrupção, que se avolumam. Mas confesso a V. Ex^a, Sr. Presidente, que fiquei estarecido — e a Casa certamente também ficará — com a denúncia contida nesta publicação, que rapidamente me permitirei ler:

"E, até recentemente, quando o controle de preços era muito rigoroso — levando as empresas a reclamarem dos prejuízos a que eram submetidas pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços) —, essas comissões eram conhecidas como "100 por 1".

Explicando melhor. Com a camisa de força do CIP, as empresas andavam recebendo aumentos de preços baixos dos custos de produção. Pelo menos era o que alegavam. A empresa pedia um aumento de 10% e o CIP só autorizava um aumento de 5%. Mas, para espanto geral, nesse período algumas empresas do setor farmacêutico e de motocicletas começaram a receber autorização de aumentos bem acima dos concedidos para os demais segmentos da economia. Por exemplo: enquanto a indústria automobilística recebia uma autorização de aumento de preços de 5%, a indústria de motocicletas — que tem praticamente os mesmos custos e os mesmos fornecedores — recebia um aumento de 10%.

Ninguém entendia os critérios, até que alguns empresários descobriam a fórmula maligna. Era a conhecida "100 por 1". Traduzindo: US\$ 100 mil para cada 1% de aumento. Ou seja, se a empresa desejasse um aumento de 10% acima daquilo que seria liberado, ela teria que contribuir com US\$ 1 milhão.

Foi por essa razão que um grupo de 10 empresas da área farmacêutica conseguiu aumentos substanciais em outubro. Comenta-se que esse "consórcio" reuniu US\$ 1,3 milhão e enviou para o "homem da mala preta", em Brasília. Uma fábrica de motocicletas chegou a desembolsar US\$ 300 mil."

Sr. Presidente, se uma denúncia desta ordem passar sem apuração definitiva, o escândalo não

será apenas a compra destes favores, mas também o da cumplicidade, do silêncio e da omissão. O órgão em que ela está publicada é registrado, sob a responsabilidade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, e se intitula "Unidade".

Peço a V. Exª que encaminhe ao grande homem público, o jovem Senador José Ignácio, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção, instalada no Senado Federal, este libelo, para que não se diga que a consciência moral deste País está irremediavelmente doente, calcificada, insensível, e não se deixa impressionar por coisa alguma.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência diligenciará o encaminhamento solicitado por V. Exª

O Sr. Luiz Gushiken — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Gushiken, que falará pela Liderança do PT.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT — SP Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, colegas Constituintes, portador de experiência no movimento sindical, uma vez que fiquei à testa, por mais de dez anos, de um dos maiores sindicatos deste País, quero dizer que a proposta a ser aprovada pela maioria desta Assembléia Nacional Constituinte não apenas inviabiliza a garantia no emprego, mas impede que os trabalhadores tenham o direito de por ela lutar. Isto é um absurdo.

Chamo a atenção para a hipocrisia de que está eivada esta discussão. Hoje, por estímulo desta Assembléia, toda a sociedade brasileira discute a garantia no emprego. Entretanto, a maioria dos Constituintes está prestes a enfiar goela abaixo uma forma jurídica que impede definitivamente a luta por essa garantia, e, o que é pior, retira qualquer possibilidades de luta.

Colegas Constituintes, a fórmula de indenização compensatória é antagônica ao direito de garantia no emprego mas é pior — insisto neste aspecto — pois ela retira dos trabalhadores, inclusive, o direito de sonhar um dia com a garantia de emprego.

Más, companheiros e companheiras, há hipocrisia. E nossa perplexidade vai mais longe ainda. Não consigo admitir que o partido majoritário, o PMDB, liderado por essa figura notável, o Senador Mário Covas, homem que carrega nas costas a esperança de milhões de pessoas, como constantemente S. Exª costuma frisar 7 milhões de pessoas, das quais provavelmente 5 milhões são de assalariados — uma figura com tanta força política seja capaz de viabilizar uma formulação jurídica que retira de classe trabalhadora o direito de lutar. Pois, consagrada esta formulação, não teremos, inclusive, o direito de sonhar.

O PT chama a atenção dos Srs. Constituintes para a temeridade da proposta que está prestes a ser aprovada, porque não se trata apenas de retirar a garantia de emprego mas inclusive o direito de luta.

Como sindicalista, invoco aqui uma experiência que, de certo modo, passou despercebida da sociedade brasileira. Em 1986 a categoria bancária foi vítima da maior demissão em massa ocorrida

na história de uma categoria profissional. Cerca de cento e quarenta mil bancários foram demitidos por força do Plano Cruzado. E eles lutavam, naquele momento, pela garantia de emprego, o que é legítimo.

O assalariado deve ter, pelo menos, o direito de sonhar.

Essa proposição do "Centrão", com a conivência do PMDB, impede esse direito.

Nobres Constituintes, isto é uma temeridade. Chamo a atenção para a insensatez dessa proposta, porque ela é tremendamente perigosa e de conteúdo explosivo nas relações trabalhistas que estabeleceremos através dessa norma constitucional

Muito obrigado.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Roberto Freire, que falará pelo seu partido, o PCB.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, nós, do Partido Comunista Brasileiro, reconhecemos, na liderança do PMDB, papel importante no processo constituinte, nas conquistas democráticas, que já fizemos e que ainda faremos.

Entendemos também, junto com essa liderança, que o entendimento se faz necessário, até por conta do impasse criado pela articulação chamada "Centrão", inviabilizando concretamente a aprovação de uma Carta, somente tornando-a uma realidade através da negociação, do entendimento e não do voto, com a reforma regimental.

Mas é evidente que o acordo, a negociação e o entendimento não é algo que se ter de admitir **a priori** particularmente nas questões que definem posições de princípio programático de partido. É o caso concreto, agora, na questão do Capítulo dos Direitos Sociais. Preliminarmente não podemos aceitar o acordo. Iríamos para o entendimento, buscando exatamente o que se convençiou chamar de "buraco negro". A partir daí, sim, revelado o impasse, o entendimento seria o caminho. Antes da definição concreta do que é majoritário como pensamento na questão social nesta Constituinte, não cabia o acordo. Daí a nossa ausência nesse acordo; o voto contrário do PCB ao substitutivo do "Centrão" e ao que se convencionou, através do acordo, em torno da questão da estabilidade no emprego. Taticamente, consideramos precipitado o acordo. Era fundamental que o PMDB, que tem responsabilidade ou pelo menos se presume, através de seu programa, fizesse valer suas questões de princípio para, tornando-se inviável sua imposição pelo voto, partir para a discussão de uma possível negociação e entendimento.

Portanto, contrário ao acordo, o Partido Comunista Brasileiro votará contra o texto acordado entre o PMDB e o "Centrão" e, mais, contra o substitutivo apresentado pelo "Centrão".

Passo a outro assunto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, os jornais de todo o País vêm de noticiar, com detalhes, as recentes inundações que atingiram várias regiões do Estado do Rio de Janeiro, principalmente a cidade de Petrópolis.

O cenário que se vê é o de uma cidade arrasada pelas chuvas e deslizamentos, soterrada sob os escombros e lama, onde a população tenta resgatar, das casas destruídas, o que restou dos desabamentos e das quedas de barreiras.

Providências foram tomadas pelo governo local, pelo Governo Estadual e pelo Presidente em exercício, Ulysses Guimarães, ao convocar de imediato uma reunião ministerial de emergência, com o objetivo de agilizar auxílio ao governo local e às vítimas das enchentes.

Mais uma vez, estamos diante de um quadro, cuja tendência é a de se repetir, na medida em que se continue a enfocar a questão urbana, por meio de uma abordagem setorial e emergencial, trabalhando as variáveis como unidades estanques, sem buscar a articulação das demandas sociais com um projeto maior da Nação.

É fato mais que notório, para qualquer brasileiro, a crescente perda da qualidade de vida em nossas cidades, nos últimos 40 anos, examinada sob qualquer ponto de vista, seja a da habitação, seja dos serviços de transporte coletivo e saneamento, seja o do equilíbrio ambiental. Pode-se afirmar, com segurança, que todas as classes sociais, ricos e pobres, se ressentem da insegurança nas cidades. Convive-se, hoje, com o flagelo da violência urbana, entendida essa sob suas mais diversas formas de manifestação.

E o que ora ocorre em Petrópolis é a mera repetição de exemplos, que reproduzem a visão factual, setorial e emergencial, que se insiste em praticar, em detrimento do equacionamento de instrumentos que visem ao ordenamento das cidades, compreendidas num conjunto de políticas de projeto nacional.

Estamos diante de um problema da maior complexidade, cuja superação está intimamente ligada à ordem econômica e social. De fato, a questão habitacional, a insuficiência do transporte coletivo e do saneamento básico, o desequilíbrio ambiental são reflexos da dimensão urbana, do problema social e, atendidos desarticulados, não encaminham uma solução. A melhoria das condições de moradia do povo brasileiro, vista **latu sensu**, depende, em última instância, da percepção que se tenha da questão urbana e da organização territorial da população e suas atividades, circunscrevendo aspectos como os dos desequilíbrios regionais, das disparidades inter e intraurbanas e o equacionamento da propriedade da terra, dentro de uma perspectiva de prevalência do interesse social sobre o interesse privado.

Mas é no conceito de propriedade que reside o nó górdio da questão.

A situação vivenciada pelos petropolitanos, que infelizmente tende a se refazer em outros locais, é sem dúvida fruto do aprofundamento da crise urbana, cujos origens identificam-se com a ausência de uma política urbana, a nível nacional, com a falta de planejamento e de uma legislação de uso de solo e, ainda, com a excessiva dependência dos Municípios ao poder central. Todos esses fatores esbarram sistematicamente com o conceito conservador e predominante de propriedade, atribuindo-lhe um caráter absoluto, cujo exercício, sem limites de função ou bem-estar social, é atentatória à dignidade humana.

Nem bem concluo este pronunciamento, constatamos que o que foi dito até então não se baseia numa acentuada premonição, que me confere

poderes paranormais. O espetáculo oferecido pela imprensa televisada, nos dois últimos dias, nos demonstra a justeza das colocações aqui expressadas. Os bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro e, ainda, o espetáculo trágico de Santa Teresa, também no Rio, nos remetem à avaliação de que não houve variação quanto às vítimas e quanto aos responsáveis. Os mortos integram maciçamente a população mais pobre da cidade, que se dirige para as encostas dos morros, empurrada pela especulação imobiliária — com a conivência criminosa das autoridades — tomando proibitivo, para a maioria, os terrenos mais adequados à edificação. A ganância do capitalismo selvagem, praticado em nosso País, equiparou ao padrão-ouro o metro quadrado da terra urbana, dando lugar a uma ocupação desenfreada do solo e obrigando as populações mais carentes a buscar as periferias e as encostas dos morros.

O que está ocorrendo no Rio de Janeiro é regra, não é exceção, como muitos querem fazer acreditar. Ninguém pode estar tranqüilo. Nem mesmo os moradores de locais privilegiados, em cidades onde a ocupação se deu, sistematicamente, à custa do equilíbrio ecológico, com o sacrifício das encostas.

Técnicos responsáveis, das diversas áreas profissionais, vêm alertando para as condições desumanas, oferecidas nas cidades brasileiras. Os fatores meteorológicos e climáticos provocam, sem dúvida, alterações, mas a irresponsabilidade permanente, o descaso, a ganância, coadjuvados pela ausência total de planejamento e instrumentos ordenadores do espaço urbano, encaminham a tragédia.

Não podemos compactuar ou mesmo ajudar a referendar, pela omissão, medidas do mais rasteiro fisiologismo político, que possibilitem a autorização de recursos públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, como instrumento de barganha para assegurar alguma sobrevida a candidaturas conservadoras e antipopulares. A nossa omissão, neste momento, nos fará cúmplice do futuro.

Nesse sentido, o Partido Comunista Brasileiro, consciente da gravidade dos problemas urbanos em nosso País e entendendo o momento decisivo em que nos encontramos, insiste no debate público dos pontos atinentes à organização do espaço habitado, com o objetivo de possibilitar ao Estado brasileiro instrumentos que permitam e o comprometam, de fato, a formular uma real política urbana.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, encaminhei requerimento à Mesa, dirigido ao Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de que informe por que está procedendo ao cadastramento dos beneficiários da Previdência Social antes do término da Constituição, que certamente irá estabelecer uma nova série de benefícios e reescalonar os hoje existentes. Penso que se deveria deixar o cadastramento para depois, e fazê-lo de forma mais humanitária

do que hoje, quando se expõe os aposentados e pensionistas a filas imensas, perdendo um tempo inútil, que a nada levará.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**

Acival Gomes — PMDB; Adauto Pereira — PDS; Aécio de Borba — PDS; Aécio Neves — PMDB; Afif Domingos — PL; Agassiz Almeida — PMDB; Ailton Cordeiro — PFL; Ailton Sandoval — PMDB; Alarico Abib — PMDB; Albano Franco — PMDB; Alébrico Filho — PMDB; Alcení Guerra — PFL; Alécio Dias — PFL; Alexandre Puzyna — PMDB; Alfredo Campos — PMDB; Aloysio Teixeira — PMDB; Aluizio Bezerra — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Álvaro Pacheco — PFL; Álvaro Valle — PL; Alysson Paulinelli — PFL; Arnílcar Moreira — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Annibal Barcellos — PFL; Antero de Barros — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antonio Farias — PMB; Antonio Ferreira — PFL; Antonio Gaspar — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Antonio Salim Curjati — PDS; Antonio Ueno — PFL; Arnaldo Faria de Sá — PTB; Arnaldo Prieto — PFL; Arnold Fioravante — PDS; Aroldo de Oliveira — PFL; Artenir Werner — PDS; Artur da Távola — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Átila Lira — PFL; Augusto Carvalho — PCB; Benito Gama — PFL; Bezerra de Melo — PMDB; Bocayuva Cunha — PDT; Bosco França — PMDB; Carlos Alberto — PTB; Carlos Alberto Caó — PDT; Carlos Cardinal — PDT; Carlos Mosconi — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Carrel Benevides — PMDB; Cássio Cunha Lima — PMDB; César Cais Neto — PDS; Chagas Duarte — PFL; Chagas Neto — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Cláudio Ávila — PFL; Cleonânio Fonseca — PFL; Dálton Canabrava — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Darcy Pozza — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Délio Braz — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Dionísio Hage — PFL; Divaldo Suruagy — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; Edésio Frias — PDT; Eduardo Moreira — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eunice Michiles — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Ézio Ferreira — PFL; Fábio Feldmann — PMDB; Fausto Fernandes — PMDB; Fausto Rocha — PFL; Felipe Cheidde — PMDB; Felipe Mendes — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Fernando Gasparian — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Flávio Rocha — PL; Floriceno Paixão — PDT; França Teixeira — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Dornelles — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Gabriel Guerreiro — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Geovah Amarante — PMDB; Geraldo Campos — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gil César — PMDB; Gilson Machado — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Haroldo Sabóia — PMDB; Hélio Costa — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Irajá Rodrigues — PMDB; Ismael Wanderley — PMDB; Itamar Franco — PDS; Ivo Cersósimo — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; Jairo Azi — PFL; Jairo Carneiro — PFL; Jamil Haddad — PSB; Jayme Paliarín — PTB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL;

Joaci Góes — PMDB; João Alves — PFL; João Carlos Bacelar — PMDB; João Castelo — PDS; João Cunha — PMDB; João Lobo — PFL; João Menezes — PFL; João Natal — PMDB; Joaquim Bevilacqua — PTB; Joaquim Francisco — PFL; Jonival Lucas — PFL; Jorge Hage — PMDB; Jorge Leite — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Camargo — PFL; José Carlos Sabóia — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Elias — PTB; José Elias Murad — PTB; José Fernandes — PDT; José Fogaça — PMDB; José Freire — PMDB; José Jorge — PFL; José Luiz de Sá — PL; José Luiz Maia — PDS; José Maranhão — PMDB; José Maria Eymael — PDC; José Melo — PMDB; José Mendonça Bezerra — PFL; José Paulo Bisol — PMDB; José Richa — PMDB; José Santana de Vasconcelos — PFL; José Tinoco — PFL; José Ulisses de Oliveira — PMDB; José Viana — PMDB; Jovanni Masini — PMDB; Koyu Iha — PMDB; Leite Chaves — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Levy Dias — PFL; Louremberg Nunes Rocha — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Freire — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Marques — PFL; Luiz Salomão — PDT; Luiz Soyer — PMDB; Luiz Viana — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Marcondes Gadelha — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Matheus Iensen — PMDB; Maurício Campos — PFL; Maurício Correa — PDT; Maurício Nasser — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Campos — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Meira Filho — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendes Canale — PMDB; Messias Góis — PFL; Messias Soares — PTR; Milton Barbosa — PMDB; Milton Lima — PMDB; Mirdalio Gomes — PMDB; Miro Teixeira — PMDB; Moema São Thiago — PDT; Myrian Portella — PDS; Nabor Júnior — PMDB; Narciso Mendes — PDS; Nelson Aguiar — PDT; Nelson Seixas — PDT; Nelson Wedekin — PMDB; Nestor Duarte — PMDB; Noel de Carvalho — PDT; Octávio Elísio — PMDB; Olívio Dutra — PT; Onofre Corrêa — PMDB; Osmar Leitão — PFL; Osmir Lima — PMDB; Osmundo Rebouças — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Osvaldo Sobrinho — PMDB; Ottomar Pinto — PTB; Paulo Marques — PFL; Paulo Roberto — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Paulo Silva — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Percival Muniz — PMDB; Raimundo Lira — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Raquel Cândido — PFL; Raquel Capiberibe — PMDB; Raul Belém — PMDB; PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Renato Viana — PMDB; Rita Camata — PMDB; Rita Furtado — PFL; Roberto Brant — PMDB; Rodrigues Palma — PMDB; Ronaldo Aragão — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rose de Freitas — PMDB; Rospide Netto — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB; Rubem Medina — PFL; Ruberval Pilotto — PDS; Salatiel Carvalho — PFL; Samir Achôa — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sarney Filho — PFL; Sérgio Brito — PFL; Sérgio Spada — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Severo Gomes — PMDB; Sívio Abreu — PMDB; Simão Sessim — PFL; Stélio Dias — PFL; Telmo Kirst — PDS; Teotônio Vilela Filho — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS; Vasco Alves — PMDB; Victor Fontana — PFL; Vieira da Silva — PDS; Vingt Rosado — PMDB; Wagner Lago — PMDB; Waldeck Ornêlas

— PFL; Waldyr Pugliesi — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Wilson Campos — PMDB; Ziza Valadares — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 458 Srs. Constituintes.

VI — APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo
Apresenta proposição o Senhor

MÁRIO LIMA — Requerimento de informações ao Gabinete Civil da Presidência da República sobre recursos da caderneta de poupança.

— Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre Plano de Cargos e Salários que cria a Carreira de Auditoria de Indústria e Comércio e propõe o redimensionamento dos recursos da Sunab.

O Sr. Osvaldo Macedo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Macedo, pela ordem.

O SR. OSVALDO MACEDO (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no dia 12 de agosto de 1987, apresentei à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte pedido de informação dirigido ao Sr. Ministro das Minas Energia, sobre quantos contratos de risco haviam sido assinados, quais seus prazos e condições, e quantos ainda estavam por assinar? Soube depois que o requerimento havia permanecido nas dependências desta Casa, de dois a três meses, e apenas em dezembro fora encaminhado ao Ministério das Minas e Energia. Portanto, ele aqui ficou mais de dois meses, quando, pelo Regimento, o prazo para resposta a pedido de informação é de trinta dias.

Neste instante, Sr. Presidente, em que se descobre um ponto petrolífero de altas proporções no Brasil, e estamos chegando às vésperas de discutir e examinar a questão dos contratos de risco, não posso entender, nem admitir que o Ministério das Minas e Energia não tenha cumprido ainda o que consta da Constituição e do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

Cobro, portanto, da Mesa da Constituinte instâncias junto àquele Ministério, para que cumpra essa obrigação, sob pena de incorrer nas responsabilidades que a sua omissão provoca. Esta matéria é muito importante e relevante; não pode ser relegada com tanta descortesia pelas autoridades, que têm de responder, por obrigação legal, a pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa adotará as providências reclamadas pelo

nobre Líder Osvaldo Macedo e diligenciará, nos termos previstos no § 5º do art. 62 do Regimento, no sentido de obter as informações solicitadas ao Ministério das Minas e Energia.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos votar o art. 7º do Projeto de Constituição, e há um acordo para votação desta matéria polêmica já divulgado entre nós e pela imprensa. No entanto, levanto questão de ordem, para que fique bem claro ao Plenário desta Casa que a redação do acordo não permitirá a vigência do art. 7º, de imediato. Ele só entrará em vigor após a elaboração de lei, que irá, além de complementar a Constituição, regulamentar o dispositivo cuja votação ocorrerá daqui a pouco.

Faço essa advertência porque o acordo, de certo modo, significa uma verdadeira capitulação daqueles que defenderam os direitos dos trabalhadores. Como Constituinte quero deixar bem claro que não desejo capitular nem seguir esse acordo, para não deixar um verdadeiro *vacatio legis* no art. 7º, agravado pelas Disposições Transitórias, que apenas ressaltam os direitos financeiros, deixando em dúvida as conquistas dos trabalhadores, existentes neste momento na legislação nacional. Seria este um brutal retrocesso. Penitencio-me por não seguir, pela primeira vez, a liderança do PMDB, porque prefiro não tergiversar diante das minhas promessas, feitas nos palanques, de defender os trabalhadores brasileiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A casa recolhe a manifestação de V. Exª, Constituinte Cid Sabóia de Carvalho.

A Presidência determinará o imediato acionamento das campanhas, a fim de que os Srs. Constituintes que se encontram nas dependências do Congresso Nacional, nos respectivos gabinetes, cheguem a este Plenário, dentro de cinco minutos, para a votação de importantes matérias inseridas na Ordem do Dia de hoje.

A sessão fica suspensa por cinco minutos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está reaberta a sessão.
Passa-se à

VII — ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II, Capítulo II, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos votar o Capítulo II, porque o Capítulo I foi encerrado ontem.

Colocarei em votação o substitutivo ao Capítulo II do Título II. É a Emenda nº 2.038, ressalvados os destaques

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte:

Emenda Substitutiva Nº 2.038 (Aff Domingos)

Título II, Capítulo II, ressalvados os Destaques.

CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais

Art. 7º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, o aparo à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição.

Art. 8º São direitos dos trabalhadores:

I — estabilidade no emprego, após doze meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa, e, nos casos de força maior, de indenização na forma da lei;

II — seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

III — fundo de garantia do tempo de serviço;

IV — salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer às Necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim;

V — piso salarial conforme convenção ou acordo coletivo;

VI — irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII — garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII — décimo terceiro salário;

IX — remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

X — participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XI — salário-família aos dependentes;

XII — duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais;

XIII — jornada especial de trabalho para turnos de revezamento, ininterruptos, conforme convenção ou acordo coletivo;

XIV — repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XV — serviço extraordinário com remuneração cinquenta por cento acima do normal ou conforme convenção ou acordo coletivo;

XVI — gozo de férias anuais, com remuneração integral;

XVII — licença à gestante, com duração de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário;

XVIII — aviso prévio;

XIX — redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XX — adicional de remuneração para as atividades insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXI — aposentadoria;

XXII — assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos de idade, em creches e pré-escolas;

XXIII — reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXIV — proteção em face da automação, na forma da lei;

XXV — seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador;

XXVI — imprescritibilidade da ação trabalhista no prazo de até dois anos a partir do dia em que foi o direito violado;

XXVII — proibição de diferença de salários e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXVIII — proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXIX — igualdade de direitos concernentes a segurança social, entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo 1º A lei protegerá o salário e definirá como crime a sua retenção dolosa.

Parágrafo 2º É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

Parágrafo 3º A lei disporá sobre a intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, inclusive mediante locação.

Parágrafo 4º Os direitos sociais dos trabalhadores rurais, previstos nos incisos III, IX, X, XII, XV, XVII, XX e XXII, bem como no parágrafo anterior, serão disciplinados em lei, que os adaptará às peculiaridades de sua atividade.

Parágrafo 5º Os direitos sociais dos trabalhadores domésticos assim como a sua integração à previdência social serão definidos em lei.

Art. 9º O produtor rural e o pescador artesanal, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social e obterão seus benefícios, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único Equiparam-se ao produtor rural, para os efeitos da previdência social, o parceiro, o meeiro e o arrendatário.

Art. 10. É livre a associação profissional ou sindical.

Parágrafo 1º É vedado ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente e o disposto neste artigo.

Parágrafo 2º Não será constituída mais de uma entidade sindical, representativa de categoria econômica, em uma mesma base territorial. Esta será definida pelos empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

Parágrafo 3º Se mais de uma entidade sindical, representativa de categoria profissional, se constituir em uma mesma base territorial, definida pelos trabalhadores, conforme preceituado no parágrafo anterior, somente uma terá direito a representação nas convenções e dissídios coletivos, na forma da lei.

Parágrafo 4º Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da

categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Parágrafo 5º A assembleia geral fixará a contribuição da categoria, que, se profissional, será descontada em folha, para custeio de sua representação sindical.

Parágrafo 6º A lei não obrigará a filiação aos sindicatos, e ninguém será obrigado a mantê-la.

Parágrafo 7º Aplicam-se à organização dos sindicatos rurais e das colônias de pescadores os princípios adotados para os sindicatos urbanos, nas condições da lei.

Parágrafo 8º O sindicato participará, obrigatoriamente, nas negociações coletivas de trabalho.

Parágrafo 9º O aposentado, se filiado, terá direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Art. 11. É assegurado o direito de greve, nos termos da lei, que ressaltará aquelas decididas sem prévia negociação. A lei limitará o direito de greve quando se tratar de serviços ou atividades essenciais e inadiáveis à comunidade. Compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses trabalhistas da categoria que devam, por meio dela, defender.

Parágrafo único. Os abusos cometidos e os danos causados sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 12. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos dos serviços públicos para os quais contribuem diretamente e onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi para encaminhar a votação.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a matéria da Ordem do Dia compreende o substitutivo inteiro ao Capítulo II do Título II, exatamente o capítulo que versa sobre os direitos dos trabalhadores, os direitos sociais.

Ele se inicia com a previsão de estabilidade no emprego ou de proteção ao emprego. Ninguém mais do que eu e do que meu partido, neste plenário, tem compromissos com a História e com o povo brasileiro. A estabilidade nasceu de reivindicações antigas, brotadas no seio do trabalhismo brasileiro, emergiu para a legislação por via da figura histórica de Getúlio Vargas e atravessou o tempo, até que o golpe de 1964 tornou a estabilidade **tábula rasa** e fê-la substituir por um fundo de garantia que se, de uma parte, possibilitou uma reserva de numerário ao operário, de outra, desfez os anéis da classe trabalhadora, no sentido de terem garantido o seu emprego, o seu trabalho.

Queremos, inicialmente, declarar que o PTB não foi consultado e, portanto não apóia esse acordo que tem curso em plenário. O PTB está contra ele e não concorda em transacionar, ainda mais pela maneira absolutamente insensata e irresponsável como foi feito.

O dispositivo que este acordo pretende impor é absolutamente inaceitável. Aí não se garante ao trabalhador indenização ou estabilidade alguma ou emprego qualquer. Posterga-se isso tudo para uma legislação futura, que talvez os trabalha-

dores jamais vejam e, quiçá, seja a espada de Dâmocles a impedir ao empresariado seu desenvolvimento ou novos investimentos no País.

Por outro lado, o PTB daqui quer também trazer o seu repúdio aos enganadores da oponião pública, a esses traidores da classe trabalhadora que aqui vieram e têm vindo defender essa estultice que é o projeto da Comissão de Sistematização em relação à proteção do emprego. Pela primeira vez, em toda a história jurídica brasileira, viu-se uma aberração teratológica como essa que consta do projeto da Comissão de Sistematização. Ali está inserido — pasmem! e aqui vieram pseudo-sindicalistas, representantes do PT, defender este absurdo — o direito de o trabalhador ser posto na rua sem indenização, sem satisfação, sem coisa alguma, desde que ocorra infortúnio na empresa. Aos que não sabem, infortúnio quer dizer falta de fortuna, falta de sorte. A falta de sorte na empresa traz, como consequência, um pé no traseiro do trabalhador. Está ali o Lula, que defende essa aberração, esse crime monstruoso contra os trabalhadores. Dizem que o PT é o defensor da classe trabalhadora, e traidores são os outros, que não podem conviver com essa estultice.

Estultice também é permitir que o trabalhador seja posto na rua sem qualquer ressarcimento ou direito quando ocorre dificuldades financeiras para a empresa. É a aberração das aberrações! O risco da empresa é ônus do empresário, porque é a ele que compete o lucro de sua empresa. Como querer transferir o ônus das dificuldades financeiras para os mais humildes, o trabalhador, se ele não tem a competência gerencial, ou não está à frente da administração da empresa? **Que monstruosa aberração!** E os traidores da classe trabalhadora aqui têm vindo defender essa monstruosidade. E pior: permitem que as dificuldades tecnológicas possibilitem que alguém dê um chute nos fundilhos do trabalhador, sem que ele tenha direito à indenização ou a ressarcimento. **Nunca** se viu na História do Direito brasileiro ousadia e agressão iguais. E os pseudolíderes sindicais, ex-líderes sindicais traidores, eles, sim, têm vindo aqui lutar contra a classe trabalhadora. Contra isso estará o PTB. Temos emendas sobre o assunto, mas nos opomos ao acordo espúrio que aqui foi feito. Opomo-nos ao servilismo, ao farisaísmo de sustentar a emenda hedionda oriunda da Comissão de Sistematização. Iremos, através de nossas emendas, defender o direito do trabalhador à estabilidade, que deverá ser convertida em indenização que a lei venha a fixar, e que se estabeleça desde já o mínimo de 50% sobre o Fundo de Garantia, ou então a indenização de 1 mês de salário a cada ano de serviço ou fração — tudo claro e límpido, nada escondido ou escamoteado. A classe trabalhadora precisa saber o que está ganhando, o que está obtendo, porque ela, hoje, nada tem. O que hoje existe é o direito do empresário à rotatividade gratuita, podendo despedir quem quiser e quando bem entender. Há uma arbitrariedade total, plena, e contra isso nos opomos. É preciso que isso tenha um custo, ou seja, a indenização do trabalhador. Porque todos os direitos se resolvem em indenização. Quando houver atentado contra o direito à liberdade, à propriedade, à própria vida, à integridade física, à honra ou à dignidade, tudo se resolve em indenização.

Portanto, falcia e mentira é o que pregam os que dizem o contrário do que estou afirmando. O PTB honrará sua tradição histórica e estará com a classe trabalhadora, votando pela estabilidade no emprego, contra o acordo espúrio e contra a proposta enganosa, mentirosa dos **soi-disants** partidos de esquerda, que querem essa aberração, essa monstruosidade que é a proposta enganosa da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire, para encaminhar contrariamente.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{es} e Srs. Constituintes, iniciamos a votação de algo inovador no Direito Constitucional brasileiro, que representa conquista muito importante para os trabalhadores: a inserção de um capítulo especial sobre os direitos dos trabalhadores. Não se trata de direitos sociais, embora seja esse o título; trata-se, mais concretamente, da definição dos direitos dos trabalhadores. Isso significa a conquista da cidadania por parte dos trabalhadores brasileiros, cidadania essa que se expressava apenas na sociedade política, mas sem ter vez nas relações de trabalho. A partir dessa definição e do que se inscreveu na Comissão de Sistematização, têm hoje os trabalhadores deste País a capacidade de exercer plenamente a cidadania.

Agora votaremos um projeto alternativo, oriundo de uma articulação e que não passou por discussão nas comissões, não foi produto de trabalhos constituintes, não recebeu o respaldo da discussão em Plenário e da votação dos Constituintes, não recebeu o beneplácito de um processo de debates. O Substitutivo do "Centrão" que é um retrocesso — embora não possa, ele próprio, retroceder a nossa realidade —, já representa a manutenção de conquistas que podem não ser as desejadas, ou aquelas que aqui conquistamos na Comissão de Sistematização, mas também não são aquelas que desejavam os reacionários e retrógrados, que emprestam à classe dominante brasileira uma característica de autoritarismo ímpar, nas sociedades capitalistas com o grau de desenvolvimento da nossa. Não são conquistas que inviabilizem o processo de crescimento capitalista, ou que não tenham parâmetro, ou não apresentem analogia com aquelas obtidas por trabalhadores em sistemas capitalistas outros com o mesmo grau de desenvolvimento do brasileiro. Não se inviabiliza o próprio sistema capitalista com as conquistas que hoje pretendemos inserir na Constituição do País.

É importante salientar isso, para demonstrar o grau de autoritarismo, de reacionarismo e de tentativa de manter uma superexploração dos trabalhadores, como pretende a classe dominante brasileira, aqui representada por articuladores de lideranças do chamado "Centrão". Por conta disso, é necessário que os homens de esquerda, os democratas — termo mais amplo do que simplesmente esquerdistas — votem contra este substitutivo. Precisamos manter a conquista da Comissão de Sistematização, para, a partir daí, termos condição até de negociar, de acordo com a modernidade que a sociedade brasileira exige. É necessário votarmos contra este Substitutivo, não admitindo este acordo, não admitindo que a Assembléia Nacional Constituinte deixe de criar

um instituto fundamental, que significa modernizar o País, mesmo dentro do capitalismo, com a aprovação dos direitos sociais, nos termos propostos pela Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para encaminhar a votação, contra.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabei de escutar a fala do nobre Constituinte Gastone Righi, defendendo o substitutivo do "Centrão". Ouvi-o dizer que votaria a favor do projeto do "Centrão", porque, melhor do que ninguém, defendia ele a classe trabalhadora. Não poderia ser diferente, pois não conheci um único político, na face da terra, que ousasse dizer que não defende a classe trabalhadora.

O cidadão é contra as multinacionais, é contra a empresa nacional, é contra o fazendeiro, é contra o jogo do bicho, mas jamais se ouviu um político, seja qual for a sua concepção ideológica, dizer que é contra a classe trabalhadora.

Para não perdermos muito tempo com o assunto, queremos dizer ao nobre Constituinte Gastone Righi que a emenda defendida por S. Ex.^a com unhas e dentes ampara uma classe trabalhadora que não conhecemos, porque o trabalhador quer a estabilidade no emprego após um ano de serviço, bem como a indenização.

Queremos lembrar aos nobres Constituintes que 40 ou 50% da classe trabalhadora brasileira, principalmente os que não têm profissão, os da construção civil, os que trabalham nos piores serviços no País, não conseguem completar um ano de serviço — são mandados embora com quatro, cinco, seis, sete ou oito meses.

Isso já basta para mostrar que sobre o trabalhador o nobre Constituinte Gastone Righi parece entender muito pouco.

A segunda questão fundamental que precisamos abordar que é o projeto do "Centrão" significa um retrocesso daquilo que foi o motivo da vinda da grande maioria dos Constituintes a esta Casa — a promessa efetiva de que lutaríamos para que a classe trabalhadora tivesse um mínimo de direitos sociais, porque, de acordo com o projeto do "Centrão", a classe trabalhadora está predestinada a ter apenas deveres; os direitos ficam outra vez com o poder econômico no País.

É importante salientarmos que a chamada esquerda nesta Casa, da qual o Partido dos Trabalhadores faz parte, fez todo o possível para que conseguíssemos um acordo sobre a questão da estabilidade e os direitos sociais. É verdade que, por diversas vezes, sequer fomos ouvidos sobre o que pensávamos a respeito de questões importantes contidas nos direitos sociais. Achamos que o acordo feito é espúrio e não interessa ao conjunto da classe trabalhadora brasileira. Aqueles que votarem com o projeto do "Centrão", porque faz parte do acordo, haverão de saber, num futuro bem próximo, que o povo brasileiro não aceita o que está escrito aqui e não aceita boa parte daquilo que foi acordado. É importante saber que a classe trabalhadora precisa de indenização quando é mandada embora, mas muito mais importante é saber que a classe trabalhadora não pode ser descartada feito papel higiênico, como

acontece hoje no País. Na hora de admitir, o patrão submete o trabalhador a um **check up**, ocasião em que por vezes até dente o companheiro é obrigado a arrancar; mas, na hora de despedir, basta que o chefe não vá com a cara do empregado, basta que o patrão cisme que ele é descartável. É por isso que o Partido dos Trabalhadores apela para os Constituintes, que ainda têm esperança de aprovar alguma coisa de útil com relação aos direitos sociais para a classe trabalhadora, no sentido de que votem contra o projeto do "Centrão", contra este Substitutivo, porque significa a negação de tudo aquilo em que muitos de nós acreditamos a vida inteira e defendemos durante a campanha eleitoral.

Muito nos surpreende o fato de os partidos considerados minoritários — o PT, PDT, o PC do B, os companheiros do PSB e — por que não dizer? — os companheiros do MDP, como me falou aqui o companheiro Domingos Leonelli — terem sido deixados para escanteio pelas Lideranças dos partidos majoritários, porque somos considerados radicais, sectários. Queremos dizer aos companheiros Constituintes que nem sempre a maioria representada nesta Casa, a números de votos, é maioria no movimento social que está nas ruas, às vezes muito mais forte do que nós. É importante dizermos aos companheiros que, se for aprovado aqui algo que não contemple grande parcela da classe trabalhadora organizada no País, iremos aprovar uma Constituição que alguns meses depois será desrespeitada pela classe trabalhadora, como ocorre agora. É importante que cada um de nós entenda que não podemos repetir o erro cometido por outros no passado: garantir, nos Princípios Gerais, tudo à classe trabalhadora, mas, na hora do pão-pão, queijo-queijo, na hora de dar à classe trabalhadora aquilo que ela merece — porque é ela que trabalha para pagar o nosso salário, porque é ela que paga tudo que se gasta no País — na hora de se fazer uma legislação condizente com as aspirações da classe trabalhadora, percebemos com clareza que, mais uma vez, o poder econômico se une, mais uma vez a Casa está cheia. E por que a Casa está cheia? A Casa não está cheia porque de repente os Constituintes descobriram que é preciso vir aqui votar, porque o povo está cobrando, mas porque hoje se vai votar o cérebro e o coração da Constituição, porque hoje se vai votar aquilo que é mais sagrado na Constituição: os direitos da classe trabalhadora. E a maioria dos Constituintes que vieram para cá assim o fizeram possivelmente com o interesse de derrubar as aspirações da classe trabalhadora. (Palmas e apupos). Pouco nos preocupa serem algumas pessoas de nível universitário tão mal-educadas a ponto de não repetirem um orador na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Esgotou-se o seu tempo, nobre orador. A Mesa pede a V. Ex.^a que colabore.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA — Sr. Presidente, na semana passada, o Líder Mário Covas, sem pretexto algum, utilizou este microfone durante 20 minutos, e ouvimos S. Ex.^a, porque achamos que o assunto interessava aos Constituintes. (Palmas.) É preciso acabar com a mania de as pessoas só quererem ouvir aquilo que soa bem aos seus ouvidos.

Terminamos, Sr. Presidente, dizendo que V. Ex.^a também tem responsabilidade perante a História do País e perante a classe trabalhadora. Esse acordo — firmado possivelmente à uma hora da manhã, em sua residência, Sr. Presidente, sem que os partidos de esquerda tenham sido chamados — na verdade não passa de uma empulhação a tudo aquilo que prometemos em praça pública à classe trabalhadora brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vai-se passar, como é do conhecimento da Casa, ao Substitutivo ao Capítulo II do Título II, Emenda nº 2.038, ressaltados os destaques.

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, oportunamente farei menção às referências ouvidas há pouco.

No momento, tendo em vista o fato de que V. Ex.^a irá colocar em votação o conjunto, quero dizer que, em relação à grande parte do texto global, houve acordos, embora parciais. Para que eles possam ser cumpridos, votaremos a favor, votaremos “sim”. Mais do que isso, há certos textos sobre os quais não houve acordo; por isso o PMDB oportunamente se manifestará sobre eles com total liberdade para votar.

Quanto às referências, sejam as de natureza pessoal, sejam as de natureza partidária, quando ocuparmos a tribuna para encaminhar as votações teremos oportunidade de tecer considerações a respeito.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, mais ou menos na linha do que foi colocado pelo Líder Mário Covas, gostaria que V. Ex.^a, à guisa de esclarecimento, informasse se o que vamos votar é a emenda coletiva, sem alterações, ou seja, sem os tais chamados acordos. É a emenda em seco ou nela se inclui algum acordo posterior?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Não vamos votar agora o chamado Substitutivo do “Centrão”, sem os destaques, é claro, que serão examinados posteriormente.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, queremos informar à Casa, especialmente à nossa bancada, que não participamos desse acordo, portanto não votaremos com a emenda do “Centrão”, uma vez que entendemos que ela representa, evidente-

mente, uma profunda negação do direito dos trabalhadores. Dada a origem do nosso partido, não podemos votar a favor desta emenda.

Sr. Presidente, durante o encaminhamento de votação, vou levantar uma questão de ordem para falar sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos passar à votação.

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, reclamaram lá de trás pedindo-me para dizer que o voto do PMDB é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Trata-se do chamado Substitutivo do “Centrão” ao Capítulo II, ressaltados os destaques. A Mesa pede que registrem os códigos.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM — 339

NÃO — 163

ABSTENÇÃO — 10

TOTAL — 512

O substitutivo foi aprovado.

VOTARAM OS SRs. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção.

Abigail Feitosa — Não.

Acival Gomes — Não.

Adauto Pereira — Sim.

Ademir Andrade — Não.

Adhemar de Barros Filho — Não.

Adolfo Oliveira — Sim.

Adroaldo Streck — Abstenção.

Adylson Motta — Sim.

Aécio de Borba — Sim.

Aécio Neves — Sim.

Afonso Camargo — Sim.

Afif Domingos — Sim.

Agassiz Almeida — Não.

Agripino de Oliveira Lima — Sim.

Airton Cordeiro — Sim.

Airton Sandoval — Sim.

Alarico Abib — Não.

Albano Franco — Sim.

Albérico Cordeiro — Sim.

Alceni Guerra — Sim.

Aldo Arantes — Não.

Alércio Dias — Sim.

Alexandre Costa — Não.

Alexandre Puzyna — Sim.

Alfredo Campos — Sim.

Almir Gabriel — Sim.

Aloisio Vasconcelos — Sim.

Aloysio Chaves — Sim.

Aloysio Teixeira — Sim.

Aluizio Bezerra — Não.

Álvaro Antônio — Sim.

Álvaro Pacheco — Sim.

Álvaro Valle — Sim.

Alysson Paulinelli — Sim.

Amaral Netto — Sim.

Amaury Müller — Não.

Amílcar Moreira — Sim.

Ângelo Magalhães — Sim.

Anna Maria Rattes — Não.

Annibal Barcellos — Sim.

Antero de Barros — Não.

Antônio Brito — Sim.

Antônio Câmara — Sim.

Antônio Carlos Franco — Sim.

Antôniocarlos Konder Reis — Sim.

Antoniocarlos Mendes Thame — Não.

Antônio de Jesus — Sim.

Antonio Farias — Sim.

Antonio Ferreira — Sim.

Antonio Gaspar — Sim.

Antonio Mariz — Não.

Antonio Perosa — Sim.

Antonio Salim Curiati — Sim.

Arnaldo Faria de Sá — Não.

Arnaldo Martins — Sim.

Arnaldo Moraes — Sim.

Arnaldo Prieto — Sim.

Arnold Fioravante — Sim.

Arolde de Oliveira — Sim.

Artur da Távola — Sim.

Asdrubal Bentes — Sim.

Assis Canuto — Sim.

Átila Lira — Sim.

Augusto Carvalho — Não.

Aureo Mello — Sim.

Basílio Villani — Sim.

Benedicto Monteiro — Não.

Benedita da Silva — Não.

Benito Gama — Sim.

Bernardo Cabral — Sim.

Beth Azize — Não.

Bezerra de Melo — Sim.

Bocayuva Cunha — Não.

Bonifácio de Andrada — Sim.

Brandão Monteiro — Não.

Caio Pompeu — Sim.

Cardoso Alves — Sim.

Carlos Alberto — Não.

Carlos Alberto Caó — Não.

Carlos Benevides — Sim.

Carlos Cardinal — Não.

Carlos Chiarelli — Não.

Carlos Cotta — Não.

Carlos Mosconi — Não.

Carlos Sant'Anna — Sim.

Carlton Vinagre — Sim.

Carrel Benevides — Sim.

Célio de Castro — Não.

Celso Dourado — Não.

César Cals Neto — Sim.

César Maia — Não.

Chagas Duarte — Sim.

Chagas Neto — Sim.

Chagas Rodrigues — Não.

Chico Humberto — Não.

Christóvam Chiaradia — Sim.

Cid Carvalho — Sim.

Cid Sabóia de Carvalho — Não.

Cláudio Ávila — Sim.

Cleonânio Fonseca — Sim.

Costa Ferreira — Sim.

Cunha Bueno — Sim.

Dálton Canabrava — Sim.

Darcy Deitos — Sim.

Darcy Pozza — Sim.

Daso Coimbra — Sim.

Del Bosco Amaral — Sim.

Delfim Netto — Sim.

Denisar Arneiro — Sim.
 Dionísio Dal Prá — Sim.
 Dionísio Hage — Sim.
 Dirce Tutu Quadros — Não.
 Dirceu Carneiro — Sim.
 Divaldo Suruagy — Abstenção
 Djenal Gonçalves — Sim.
 Domingos Juvenil — Sim.
 Domingos Leonelli — Não.
 Doreto Campanari — Não.
 Edésio Frias — Não.
 Edison Lobão — Sim.
 Edivaldo Motta — Não.
 Edme Tavares — Não.
 Edmilson Valentim — Não.
 Eduardo Bonfim — Não.
 Eduardo Jorge — Não.
 Eduardo Moreira — Sim.
 Egídio Ferreira Lima — Sim.
 Elias Murad — Não.
 Eliel Rodrigues — Sim.
 Eliézer Moreira — Sim.
 Enoc Vieira — Sim.
 Eraldo Tinoco — Sim.
 Eraldo Trindade — Sim.
 Erico Pegoraro — Sim.
 Ervin Bonkoski — Sim.
 Euclides Scalco — Sim.
 Eunice Michiles — Sim.
 Evaldo Gonçalves — Não.
 Expedito Machado — Sim.
 Ézio Ferreira — Sim.
 Fábio Feldmann — Sim.
 Fábio Raunheiti — Sim.
 Farabulini Júnior — Não.
 Fausto Fernandes — Sim.
 Fausto Rocha — Sim.
 Felipe Cheidde — Sim.
 Felipe Mendes — Sim.
 Feres Nader — Não.
 Fernando Bezerra Coelho — Sim.
 Fernando Cunha — Sim.
 Fernando Gasparian — Sim.
 Fernando Gomes — Sim.
 Fernando Henrique Cardoso — Sim.
 Fernando Lyra — Sim.
 Fernando Santana — Não.
 Fernando Velasco — Sim.
 Firmo de Castro — Sim.
 Flavio Palmier da Veiga — Sim.
 Flávio Rocha — Sim.
 Florestan Fernandes — Não.
 Floriceno Paixão — Não.
 França Teixeira — Sim.
 Francisco Amaral — Não.
 Francisco Benjamim — Sim.
 Francisco Carneiro — Sim.
 Francisco Dornelles — Sim.
 Francisco Küster — Não.
 Francisco Pinto — Não.
 Francisco Rollemberg — Sim.
 Francisco Rossi — Não.
 Furtado Leite — Não.
 Gabriel Guerreiro — Sim.
 Gastone Righi — Sim.
 Genebaldo Correia — Sim.
 Genésio Bernardino — Sim.
 Geovah Amarante — Sim.
 Geovani Borges — Sim.
 Geraldo Alckmin Filho — Sim.
 Geraldo Bulhões — Sim.

Geraldo Campos — Não.
 Geraldo Fleming — Sim.
 Geraldo Melo — Não.
 Gerson Camata — Abstenção
 Gerson Marcondes — Não.
 Gidel Dantas — Sim.
 Gil César — Sim.
 Gilson Machado — Sim.
 Gonzaga Patriota — Não.
 Guilherme Palmeira — Sim.
 Gumercindo Milhomem — Não.
 Gustavo de Faria — Sim.
 Harlan Gadelha — Não.
 Haroldo Lima — Não.
 Haroldo Sabóia — Não.
 Hélio Costa — Não.
 Hélio Duque — Não.
 Hélio Manhães — Não.
 Hélio Rosas — Sim.
 Henrique Córdova — Sim.
 Henrique Eduardo Alves — Sim.
 Heráclito Fortes — Sim.
 Hermes Zaneti — Não.
 Hilário Braun — Sim.
 Homero Santos — Sim.
 Humberto Lucena — Sim.
 Humberto Souto — Sim.
 Iberê Ferreira — Sim.
 Ibsen Pinheiro — Sim.
 Inocêncio Oliveira — Sim.
 Iram Saraiva — Não.
 Irapuan Costa Júnior — Sim.
 Irma Passoni — Não.
 Ismael Wanderley — Sim.
 Itamar Franco — Não.
 Ivo Cersósimo — Sim.
 Ivo Lech — Sim.
 Ivo Mainardi — Não.
 Ivo Vanderlinde — Sim.
 Jacy Scanagatta — Sim.
 Jairo Azi — Não.
 Jairo Carneiro — Abstenção
 Jalles Fontoura — Sim.
 Jamil Haddad — Não.
 Jarbas Passarinho — Sim.
 Jayme Paliarin — Não.
 Jayme Santana — Sim.
 Jesualdo Cavalcanti — Sim.
 Jesus Tajra — Sim.
 Joaci Góes — Sim.
 João Agripino — Não.
 João Calmon — Sim.
 João Carlos Bacelar — Sim.
 João Castelo — Sim.
 João Cunha — Não.
 João da Mata — Sim.
 João de Deus Antunes — Sim.
 João Lobo — Sim.
 João Machado Rollemberg — Sim.
 João Menezes — Sim.
 João Natal — Não.
 João Paulo — Não.
 João Rezek — Sim.
 Joaquim Bevilacqua — Não.
 Joaquim Francisco — Sim.
 Jofran Frejat — Sim.
 Jonas Pinheiro — Sim.
 Jonival Lucas — Sim.
 Jorge Arbage — Sim.
 Jorge Bornhausen — Sim.
 Jorge Hage — Não.

Jorge Leite — Sim.
 Jorge Medauar — Sim.
 Jorge Queved — Não.
 Jorge Vianna — Sim.
 José Agripino — Sim.
 José Camargo — Sim.
 José Carlos Coutinho — Sim.
 José Carlos Grecco — Sim.
 José Carlos Martinez — Sim.
 José Carlos Sabóia — Não.
 José Carlos Vasconcelos — Não.
 José Costa — Sim.
 José da Conceição — Não.
 José Dutra — Não.
 José Elias — Sim.
 José Fernandes — Não.
 José Fogaça — Não.
 José Genoio — Não.
 José Geraldo — Sim.
 José Guedes — Sim.
 José Jorge — Sim.
 José Lins — Sim.
 José Lourenço — Sim.
 José Luiz de Sá — Abstenção.
 José Luiz Maia — Sim.
 José Maranhão — Sim.
 José Maria Eymael — Abstenção.
 José Maurício — Não.
 José Melo — Sim.
 José Mendonça Bezerra — Sim.
 José Moura — Sim.
 José Paulo Bisol — Não.
 José Queiroz — Não.
 José Richa — Sim.
 José Santana de Vasconcellos — Sim.
 José Serra — Sim.
 José Tavares — Sim.
 José Teixeira — Sim.
 José Thomaz Nonô — Sim.
 José Tinoco — Sim.
 José Ulisses de Oliveira — Sim.
 José Viana — Não.
 Jovanni Masini — Sim.
 Juarez Antunes — Não.
 Júlio Campos — Sim.
 Júlio Costamilan — Não.
 Jutahy Magalhães — Não.
 Koyu Iha — Não.
 Lael Varella — Sim.
 Lavoisier Maia — Sim.
 Leite Chaves — Não.
 Lélío Souza — Sim.
 Leopoldo Bessone — Sim.
 Leopoldo Perez — Sim.
 Leur Lomanto — Sim.
 Levy Dias — Sim.
 Lezio Sathler — Não.
 Lídice da Mata — Não.
 Louremberg Nunes Rocha — Sim.
 Lourival Baptista — Sim.
 Lúcia Braga — Não.
 Lúcia Vânia — Sim.
 Lúcio Alcântara — Sim.
 Luís Eduardo — Sim.
 Luís Roberto Ponte — Sim.
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim.
 Luiz Freire — Não.
 Luiz Gushiken — Não.
 Luiz Inacio Lula da Silva — Não.
 Luiz Leal — Sim.
 Luiz Marques — Sim.

Luiz Salomão — Não.
 Luiz Soyer — Sim.
 Luiz Viana — Sim.
 Luiz Viana Neto — Sim.
 Lysâneas Maciel — Não.
 Maguito Vilela — Sim.
 Maluly Neto — Sim.
 Manoel Castro — Sim.
 Manoel Moreira — Sim.
 Manoel Ribeiro — Sim.
 Mansueto de Lavor — Não.
 Manuel Viana — Sim.
 Marcelo Cordeiro — Sim.
 Márcia Kubitschek — Sim.
 Márcio Braga — Sim.
 Márcio Lacerda — Sim.
 Marco Maciel — Sim.
 Marcondes Gadelha — Sim.
 Marcos Lima — Sim.
 Maria de Lourdes Abadia — Não.
 Maria Lúcia — Sim.
 Mário Assad — Não.
 Mário Bouchardet — Sim.
 Mário Covas — Sim.
 Mário de Oliveira — Sim.
 Mário Lima — Abstenção.
 Mário Maia — Não.
 Marluce Pinto — Sim.
 Matheus Iensen — Sim.
 Maurício Campos — Sim.
 Maurício Corrêa — Não.
 Maurício Fruct — Não.
 Maurício Pádua — Sim.
 Maurílio Ferreira Lima — Não.
 Mauro Benevides — Sim.
 Mauro Campos — Sim.
 Mauro Sampaio — Sim.
 Max Rosenmann — Sim.
 Meira Filho — Sim.
 Melo Freire — Não.
 Mendes Botelho — Não.
 Mendes Canale — Sim.
 Mendes Ribeiro — Não.
 Messias Góis — Sim.
 Messias Soares — Sim.
 Michel Temer — Sim.
 Milton Barbosa — Sim.
 Milton Reis — Sim.
 Miraldo Gomes — Sim.
 Miro Teixeira — Não.
 Moema São Thiago — Não.
 Moysés Pimentel — Não.
 Mozarildo Cavalcanti — Sim.
 Mussa Demes — Sim.
 Myrian Portella — Não.
 Nabor Júnior — Sim.
 Naphtali Alves de Souza — Sim.
 Narciso Mendes — Sim.
 Nelson Aguiar — Não.
 Nelson Carneiro — Sim.
 Nelson Jobim — Sim.
 Nelson Sabrá — Abstenção.
 Nelson Seixas — Não.
 Nelson Wedekin — Não.
 Nelton Friedrich — Não.
 Nestor Duarte — Sim.
 Nilso Sguarezi — Não.
 Nilson Gibson — Sim.
 Nion Albemaz — Sim.
 Noel de Carvalho — Não.
 Nyder Barbosa — Sim.

Octávio Elísio — Não.
 Olívio Dutra — Não.
 Onofre Corrêa — Sim.
 Orlando Pacheco — Não.
 Oscar Corrêa — Sim.
 Osmar Leitão — Sim.
 Osmir Lima — Não.
 Osmundo Rebouças — Sim.
 Osvaldo Bender — Sim.
 Osvaldo Coelho — Sim.
 Osvaldo Macedo — Sim.
 Osvaldo Sobrinho — Sim.
 Oswaldo Almeida — Sim.
 Oswaldo Lima Filho — Não.
 Oswaldo Trevisan — Sim.
 Ottomar Pinto — Sim.
 Paes de Andrade — Não.
 Paes Landim — Sim.
 Paulo Delgado — Não.
 Paulo Macarini — Sim.
 Paulo Marques — Sim.
 Paulo Paim — Não.
 Paulo Pimentel — Sim.
 Paulo Ramos — Não.
 Paulo Roberto — Sim.
 Paulo Roberto Cunha — Sim.
 Paulo Zarzur — Sim.
 Pedro Canedo — Sim.
 Pedro Ceolin — Sim.
 Percival Muniz — Sim.
 Pimenta da Veiga — Sim.
 Plínio Arruda Sampaio — Não.
 Plínio Martins — Sim.
 Pompeu de Sousa — Sim.
 Rachid Saldanha Derzi — Sim.
 Raimundo Bezerra — Sim.
 Raimundo Lira — Sim.
 Raimundo Rezende — Sim.
 Raquel Cândido — Sim.
 Raquel Capiberibe — Não.
 Raul Ferraz — Não.
 Renan Calheiros — Não.
 Renato Johnsson — Sim.
 Renato Vianna — Sim.
 Ricardo Fiúza — Sim.
 Ricardo Izar — Sim.
 Rita Camata — Sim.
 Rita Furtado — Sim.
 Roberto Augusto — Sim.
 Roberto Brant — Sim.
 Roberto Campos — Sim.
 Roberto D'Ávila — Não.
 Roberto Freire — Não.
 Roberto Jefferson — Sim.
 Roberto Rollemberg — Não.
 Roberto Torres — Sim.
 Roberto Vital — Sim.
 Robson Marinho — Sim.
 Rodrigues Palma — Sim.
 Ronaldo Aragão — Sim.
 Ronaldo Carvalho — Sim.
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim.
 Ronan Tito — Sim.
 Ronaro Corrêa — Sim.
 Rosa Prata — Sim.
 Rose de Freitas — Não.
 Rospide Netto — Sim.
 Rubem Branquinho — Sim.
 Rubem Medina — Sim.
 Ruben Figueiró — Sim.
 Ruberval Pilotto — Sim.

Ruy Bacelar — Sim.
 Ruy Nadel — Não.
 Sadie Hauache — Sim.
 Salatiel Carvalho — Sim.
 Samir Achôa — Sim.
 Sandra Cavalcanti — Sim.
 Santinho Furtado — Não.
 Sarney Filho — Sim.
 Saulo Queiroz — Sim.
 Sérgio Brito — Abstenção.
 Sérgio Spada — Não.
 Sérgio Wernick — Sim.
 Severo Gomes — Sim.
 Sigmaringa Seixas — Não.
 Sílvia Abreu — Sim.
 Simão Sessim — Sim.
 Siqueira Campos — Sim.
 Sólón Borges dos Reis — Sim.
 Sotero Cunha — Sim.
 Stélio Dias — Sim.
 Tadeu França — Não.
 Telmo Kirst — Sim.
 Teotônio Vilela Filho — Sim.
 Theodoro Mendes — Não.
 Tito Costa — Sim.
 Ubiratan Aguiar — Sim.
 Ubiratan Spinelli — Sim.
 Uldurico Pinto — Não.
 Valmir Campelo — Sim.
 Valter Pereira — Sim.
 Vasco Alves — Não.
 Vicente Bogo — Não.
 Victor Faccioni — Sim.
 Victor Fontana — Sim.
 Vilson Souza — Não.
 Vingt Rosado — Sim.
 Vinicius Cansanção — Sim.
 Virgildásio de Senna — Não.
 Virgílio Galassi — Sim.
 Virgílio Guimarães — Não.
 Virgílio Távora — Sim.
 Vitor Buaiz — Não.
 Vivaldo Barbosa — Não.
 Vladimir Palmeira — Não.
 Wagner Lago — Sim.
 Waideck Ornêlas — Sim.
 Waldyr Pugliesi — Não.
 Walmyr de Luca — Não.
 Wilma Maia — Não.
 Wilson Campos — Sim.
 Wilson Martins — Sim.
 Ziza Valadares — Sim.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo votado contra o acordo, encaminho à Mesa declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Peço a V. Ex^a que a encaminhe à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vem à Mesa e vai a publicação as seguintes.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Por longos anos advogado de Sindicato dos Trabalhadores, natural o vínculo com as classes obreiras.

Duas fórmulas surgiram, por derradeiro, para a definição do Constituinte, no que respeita a propalada estabilidade no emprego.

Votou-se em primeiro lugar, a proposta chamada oriunda do Centrão.

Velho advogado trabalhista, no confronto das duas propostas, senti que como a mais completa e justa a segunda, resultante de uma unificação de propostas liderada pelo Constituinte Domingos Leonelli, não poderia deixar de optar por essa segunda fórmula, e para se chegar a ela, ter-se-ia que derrotar a proposta unificada encabeçada pelo Constituinte Afif Domingos.

Voto, assim contrariamente a emenda unificada Afif Domingos, única maneira de permitir eventual apreciação da segunda fórmula, que melhor resguardaria os trabalhadores, inclusive, prevendo a possibilidade de nulidade da despedida, ainda que se tivesse que recorrer à Justiça do Trabalho para que dita nulidade fosse declarada.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1988. — **Francisco Amaral.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

No limiar do século 21 tivemos a oportunidade única de assinar a Lei Áurea dos Trabalhadores, proibindo a demissão imotivada, a demissão arbitrária, a chamada denúncia vazia pelo empresário.

Os trabalhadores brasileiros, hoje mais de 60 milhões, estão de olho na Assembléia Nacional Constituinte, e o comportamento de todos e de cada um de nós em face desta questão, será contado, medido e pesado pela opinião pública.

Por falta de grandeza e de perspectiva histórica, a maioria desta Casa deixou escapar esta oportunidade única de resgatar a credibilidade para os nossos trabalhos, submetendo a nossa decisão sobre a estabilidade, aos interesses mesquinhos e retrógrados de alguns.

A primeira coisa a ressaltar, é que não se tratava de aprovar a estabilidade absoluta, sofisma espalhado pelos representantes do Centrão, mas, apenas, de limitar o poder arbitrário dos empresários, os quais continuarão podendo demitir, toda vez que o ato da rescisão tenha motivação razoável e suficiente, como, aliás estava previsto no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

As alegações de que a proibição de demissão imotivada iria causar desorganização da produção, fuga de capitais estrangeiros e transtornos maiores para os trabalhadores, são absolutamente falsas.

A Espanha, um país cuja inflação anual não é superior a 3%, registrou nos últimos 5 anos o maior fluxo de investimentos estrangeiros, o mais alto índice de crescimento econômico, em média superior a 7%, já acolheu na sua legislação social, a proibição da demissão imotivada, ratificando oficialmente, a Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho, que proíbe a despedida sem causa justificada, ou seja, a demissão que não seja relacionada com a conduta ou capacidade do empregado ou baseada na necessidade de funcionamento da empresa.

Os atos jurídicos, sejam na órbita administrativa, seja na esfera privada, devem ter motivação

suficiente e razoável, sob pena de se revestirem de intolerável e antijurídico abuso de direito, que a tradição liberal da lei brasileira não admite.

A demissão imotivada, sem motivação suficiente ou razoável, configura um abuso de direito por parte do empresário.

A propriedade, em consequência a empresa, tem função social, conforme já foi aprovado ao discutirmos o artigo 6º. Toma-se, portanto, intolerável que o empresário no exercício do seu poder discricionário promova demissões imotivadamente, arbitrariamente, sem causa justificada, pois isto equivale a um abuso de direito, e todos os direitos devem ter no seu exercício, como limite, o bem comum.

O direito internacional já encara a questão da demissão imotivada como atentatória ao direito que toda pessoa tem ao trabalho, e ao direito à proteção contra o desemprego.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada em 1948, já estabelecia em seu art. 22, que toda pessoa tem direito ao trabalho e à proteção contra desemprego.

A Conferência da Organização Internacional do Trabalho de 1946 aprovou uma Resolução declarando ser dever dos Estados "adotarem medidas destinadas a tornarem estável a relação de emprego".

No mesmo sentido, se orienta a Carta Internacional Americana das Garantias Sociais, que em seu art. 19 diz expressamente: "a lei garantirá a estabilidade dos trabalhadores em seus empregos" de acordo com as características das indústrias e profissões e as justas causas de desligamento.

A recomendação 119 da OIT, de 1963, traduz o princípio geral de que o ato de rescisão unilateral da relação de trabalho requer razoabilidade e justa causa, enumerando e indicando os casos de rescisão injustificável, que teriam como consequência a reintegração do trabalhador no seu emprego.

A Convenção da OIT nº 158 proíbe expressamente a despedida sem causa justificada, ou seja, salvo causa justificada relacionada com a capacidade ou conduta do empregado ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa (art. 4º).

A Convenção admite as seguintes ressalvas ao princípio:

- 1) contrato para realização de determinada tarefa
- 2) período de experiência
- 3) contratos ocasionais em períodos de curta duração e ainda a exceção em função do tamanho das empresas, excluindo as microempresas.

Despedida arbitrária, despedida imotivada ou sem justa causa ou denúncia vazia pelo empregador é prática inaceitável, à luz das Convenções da OIT e do Direito Internacional.

O texto da Sistematização apenas incorpora à Constituição as recomendações da OIT, já adotadas em grande número de países.

As hipóteses para a demissão previstas no projeto da Sistematização são idênticas às da Convenção da OIT, a saber:

- 1) conduta do trabalhador
- 2) incapacidade do trabalhador
- 3) ausência ou incapacidade resultante de enfermidade
- 4) motivos econômicos, tecnológico, estrutural ou similar.

A proteção contra a despedida imotivada ou arbitrária se aplica apenas nos contratos por prazo indeterminado, estando condicionada ao decurso de prazo de experiência.

Por todos esses fatos, o Partido Democrático Trabalhista, não pode aderir ao acordo celebrado pelo PMDB com o Centrão para derrogar a proibição da demissão imotivada. Acordo pressupõe concessões recíprocas, transigências de lado a lado até que se encontre um ponto de equilíbrio entre as posições divergentes.

O que houve não foi acordo, foi uma capitulação do PMDB às imposições da Fiesp e do Centrão. Nós participamos de inúmeras reuniões e tentativas de acordo porque não nos interessava apostar no impasse. Mas a intransigência sempre esteve do lado do Centrão que parece ter interesse em criar impasses na Constituinte.

Por esse motivo, o PDT que procurou em todos os momentos, fazer um acordo e preservar os direitos dos trabalhadores, não pode com seu voto coonestar essa capitulação em detrimento dos reais interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Que cada um assuma a sua responsabilidade perante os trabalhadores brasileiros e perante a história.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1988. — **Brandão Monteiro** — Líder do PDT — **Bocayuva Cunha** — **Roberto D'Ávila** — **Moema São Thiago** — **Nelson Seixas** — **José Fernandes** — **Floriceno Paixão** — **Carlos Vinagre** — **Noel de Carvalho** — **Juarez Antunes** — **César Maia.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ao votar o art. 7º do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, que regula a garantia de emprego dos trabalhadores, votarei pela aprovação da Emenda nº 542 de autoria do Deputado Domingos Leonelli do PMDB — BA.

Não poderei acompanhar a Liderança do meu Partido, o PMDB, que realizou um acordo com as forças retrógradas da Constituinte para limitar a garantia de emprego a uma ilusória indenização permissiva do abuso da demissão imotivada do trabalhador sem qualquer fundamento ético ou jurídico.

Pela emenda aprovada, o pagamento da indenização permitirá a despedida injusta do empregado sem remédio legal.

Brasília, 23 de fevereiro de 1988. — **Osvaldo Lima Filho.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ao votar contra a emenda do "Centrão", no tocante ao art. 7º do Projeto, posicionei-me de acordo com os objetivos mais altos do PMDB que tem a estabilidade como matéria programática. A estabilidade é instituída em nome da honra do trabalhador e não apenas em razão de seus interesses financeiros transitórios.

Qualquer posição contrária que a Liderança do Partido venha assumir com relação a este projeto constituirá deserção aos princípios programáticos do PMDB.

Plenário da Assembléia, 23 de fevereiro de 1988. — **Leite Chaves.**

Brasília, 23/2/88

A Sua Excelência o Presidente
Ulysses Guimarães

Sr. Presidente

Encareço a Vossa Excelência que faça constar em Ata meu equívoco de votação em referência ao Substitutivo do Capítulo II do Título II.

Minha intenção de voto era Não, tendo aparecido Sim no painel.

Agradeço a Vossa Excelência. — **Alceni Guerra**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos passar ao **caput** do art. 7º do Capítulo II.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Nº D-2 1231, deferido pelo Sr. Presidente.

Requeiro destaque pela votação em separado do seguinte dispositivo: art. 7º da Emenda nº 2P 02038-1.

Autor: Mário Covas e outros.

O PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa pede a atenção do eminente Líder Mário Covas. Trata-se de uma emenda coletiva, tendo como primeiro subscritor o Líder Mário Covas; votar em separado o art. 7º, **caput**.

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a emenda tem como objetivo a votação em separado do **caput** do art. 7º, cujo texto é "Direitos dos Trabalhadores". O texto que pretendemos é o da Sistematização, que diz o seguinte:

"São direitos do trabalhador urbano e rural, além de outros que visam à melhoria de sua condição social..."

Portanto, requeremos a votação em separado para o texto que acaba de ser aprovado. Se tiver 280 votos, será mantido; caso contrário, em seguida será votado o texto da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Passamos à votação.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero elucidar uma questão a respeito do encaminhamento de votação. Sei que o Regimento permite e explicita que no encaminhamento de votação os Constituintes se inscrevam para falar a favor ou contra, mas, evidentemente, penso — e é o esclarecimento que solicito à Mesa — que na estrutura desta Casa existam as Lideranças e as Vice-Lideranças. Verifiquei que o PMDB inscreve,

em quase todas as emendas, o Constituinte Mário Covas para encaminhar a favor e seus Vice-Líderes para encaminhar contra, o que impossibilita o debate democrático nesta Casa. Gostaria de saber de V. Exª se esse expediente é usual e normal, porque no próximo capítulo vamos nos juntar para falar a favor e contra, impedindo o debate democrático nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa, sob o testemunho desta Casa, tem cumprido o Regimento, que admite que dois Constituintes falem a favor e dois contra, e a inscrição é pessoal. Observa-se sempre a ordem da inscrição. É a orientação que a Mesa tem dado, fiel ao Regimento.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sr. Presidente, esse procedimento é usual? Então passaremos a proceder da mesma forma que aqueles que querem impedir o debate.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reclamação na mesma linha do nobre Líder Brandão Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra para uma reclamação.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, hoje, ao chegarmos à mesa para a inscrição, constatamos um fato curioso. Alguns ilustres Constituintes estavam junto à secretária, que atenciosamente preparava a relação de inscritos, e verificamos que S. Exªs se inscreviam em todas as emendas a serem discutidas. Veja V. Exª, portanto, que quatro Constituintes podem ocupar todos os horários e, quando chegar a sua vez de falar, simplesmente cedem seu turno a outro colega. Esse fato restringiu a minha inscrição a um único item. Isto não pode continuar. É preciso haver o princípio do sorteio. A presidência precisa impor outro sistema, senão virei à primeira hora e me inscreverei em todas as questões, o que seria um absurdo. Os demais Constituintes não teriam o direito de participar dos debates.

A segunda questão que desejo formular é se votaremos a seguir o requerimento de preferência do Líder Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Exatamente.

O SR. GASTONE RIGHI — Haverá encaminhamento para o requerimento de preferência?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Perfeitamente.

O SR. GASTONE RIGHI — Permita-me V. Exª encaminhar contra?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Não; o requerimento para falar terá de ser feito mediante inscrição anterior, sendo dois favoráveis e dois contra.

Quanto às ponderações formuladas pelo nobre Líder Brandão Monteiro, depois com o apoio do nobre Constituinte Gastone Righi, examinaremos o assunto.

É claro que a Mesa deseja dar oportunidade equânime a que se manifestem realmente as forças representativas desta Casa a propósito da matéria.

O Sr. Carlos Sant'Anna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra para um esclarecimento sobre o mecanismo de votação. Trata-se de uma preferência ou de um destaque para a votação em separado?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Em primeiro lugar, teremos de votar se a Casa concede a preferência para o destaque. A votação é simbólica, a não ser que peçam verificação. Posteriormente, entraremos no mérito, então, do assunto, se for aprovado, é claro.

O nobre Líder Mário Covas deseja que no texto já aprovado do "Centrão", permaneça a redação anterior do projeto e não a de S. Exª Eu esclarecerei à Casa a matéria no momento da votação.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Sr. Presidente, está em votação um simples destaque ou o destaque para a votação em separado?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É o destaque para a votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Em votação o destaque. Os Srs. Constituintes que desejam aprová-lo mantenham-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vou submeter a votos a seguinte

Matéria destacada, artigo 7º do Capítulo II, Título II.

Art. 7º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, o amparo à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está com a palavra o nobre Constituinte Mário Covas, para encaminhar a votação.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero esclarecer algumas coisas. Creio que repetimos, agora quando votamos o Capítulo II, o que se fez no Capítulo I do Título II. Pelo menos para o PMDB e para a sua Liderança, isso representa que nenhum pedido de destaque será rejeitado. Sobre alguns temas houve acordo; sobre outros, não. Portanto, onde não houve, tal como aconteceu, por exemplo, na questão da propriedade e na do mandato de segurança coletivo, quando da votação do capítulo anterior, haverá votos. Não conheço outra maneira de procedermos, e acho que a Casa me fará justiça ao reconhecer que, se houve alguém que há lutado contra essa medida regimental, foi esta Liderança.

Não há outra maneira de votarmos, em face do Regimento: ou votamos todo o substitutivo, para depois discuti-lo mediante destaque e emendas, ou não o votamos e teremos então de votar o projeto da Comissão de Sistematização. Relativamente ao Capítulo II, como os textos da Comissão de Sistematização e do "Centrão" correspondem, em grande parte, a igual medida, e como

fizemos acordo quanto a outros textos, votaremos favoravelmente para aprovar o conjunto. Votaremos separadamente, ou em conjunto, temas sobre os quais não houve acordo, ou mesmo os que já tenham acordo. Não vejo outra maneira de se fazer isso, a não ser que se faça voltar o Regimento à sua forma primitiva.

Em segundo lugar, nessas condições votamos o conjunto do parecer do "Centrão" e, portanto, agora cabe votar os destaques e as emendas.

O PMDB é contrário ao texto do **caput** do artigo, que diz o seguinte: "São direitos dos trabalhadores:"

Preferimos o texto da Comissão de Sistematização, que está assim redigido:

"São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visam à melhoria de sua condição social:"

E aí vem o elenco de medidas.

Para atingir esse objetivo há dois métodos regimentais: ou um destaque para aprovação do texto da Comissão de Sistematização, o que nos faria, desde logo, votar o texto da Comissão de Sistematização — e se ele obtiver 280 votos substituirá o texto do "Centrão" — ou um destaque para votação em separado, quando se votaria o texto do "Centrão", que, por sua vez, obtendo 280 votos, estará aprovado; não os tendo, cumprirá então votar o texto da Comissão de Sistematização.

Portanto, o que se votará agora é o destaque para votação em separado do **caput** do artigo, que diz: "São direitos dos trabalhadores." Se esse texto não alcançar 280 votos — e o PMDB votará contra — em seguida votaremos o texto da Comissão de Sistematização, que, por sua vez, alcançando 280 votos, estará aprovado. Não os alcançando, caberá ao Relator cuidar de nova redação.

Estas as alternativas de um Regimento contra o qual lutei, mas é o que esta Assembléia, por sua maioria, aprovou. O voto do PMDB para o pedido de destaque e votação em separado será "não". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação da matéria. A Mesa pede a atenção do Plenário. Trata-se de destaque para votação em separado. Inverte-se, portanto, o sistema normal de votação.

O que quer o nobre Líder Mário Covas? S. Ex^a deseja que para o **caput** do art. 7º prevaleça o texto do projeto da Comissão de Sistematização.

Portanto, quem votar "não" estará dizendo "sim" à proposta do nobre Líder Mário Covas, isto é, votará no sentido de que, em lugar da redação do substitutivo do "Centrão", fique o texto do **caput** do artigo com a redação do projeto da Comissão de Sistematização.

Assim, o voto "não" quem dizer isto: não ao texto do **caput** do projeto do "Centrão" e sim ao texto do projeto da Comissão de Sistematização.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, pela ordem.

Há pedido — é certo — para votação do texto da Comissão de Sistematização. Mas estou recebendo aqui informação de que estariam todos de acordo em que, retirado o destaque, se vote o texto da Comissão de Sistematização. No que

toça a esta Liderança, estamos inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Retirado o destaque. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vem à Mesa e vai a publicação o seguinte: -

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Nº D-1.223, deferido pelo Sr. Presidente

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para aprovação do **caput** do art. 7º do Projeto de Constituição.

Autor: Augusto Carvalho

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação do Destaque nº 1.223, de autoria do nobre Constituinte Augusto Carvalho, que quer a mesma coisa, isto é, a manutenção do **caput** do art. 7º. Aquilo que se queria antes, através de uma votação em separado, quer-se agora pelo meio tradicional de um destaque.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, seria interessante, já que não vai haver encaminhamento de votação, porque houve acordo, votarmos o texto da Comissão de Sistematização nos termos do destaque solicitado pelo Constituinte Augusto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Havendo acordo, vamos passar à votação.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim."

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a posição do PMDB se inverteu. Agora o que se vai votar é o texto da Comissão de Sistematização. De forma que nosso voto agora é "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Quem disser "Sim", estará votando pelo texto do **caput** do art. 7º do substitutivo da Comissão de Sistematização. Logo, "Sim" quer dizer isto: prevalecerá o texto do projeto da Comissão de Sistematização.

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir um esclarecimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, votaremos "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Muito bem. Vamos aos votos. Peço aos nobres Constituintes que tomem seus lugares no Plenário para facilitar a votação. Temos um longo caminho a percorrer.

O SR. JOSÉ LINS (PFL — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o que estamos votando é o **caput** do art. 7º do Centrão ou da Comissão de Sistematização?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Estamos votando o texto da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação.

Quem desejar, preferencialmente, o texto do art. 7º, **caput**, votará sim. Obviamente, quem for contrário e desejar que prevaleça o texto do "Centrão", votará não.

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Mauro Miranda — Sr. Presidente, pela ordem. Trata-se do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto não foi registrado no painel eletrônico. Peço, pois, a V. Ex^a que faça registrar meu voto, que é sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa registrará o voto de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM — 503
NÃO — 10
ABSTENÇÃO — 5
TOTAL — 518

Foi aprovada a redação da Comissão de Sistematização.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção.

Abigail Feitosa — Sim.

Acival Gomes — Sim.

Adauto Pereira — Sim.

Ademir Andrade — Sim.

Adhemar de Barros Filho — Sim.

Adolfo Oliveira — Sim.

Adroaldo Streck — Abstenção.

Adyson Motta — Sim.

Aécio de Borba — Sim.

Aécio Neves — Sim.

Afonso Camargo — Sim.

Afif Domingos — Sim.

Agassiz Almeida — Sim.

Agripino de Oliveira Lima — Sim.

Airton Cordeiro — Sim.

Airton Sandoval — Sim.

Alarico Abib — Sim.

Albano Franco — Sim.

Albérico Filho — Sim.

Alceni Guerra — Sim.
 Aldo Arantes — Sim.
 Alécio Dias — Sim.
 Alexandre Costa — Não.
 Alexandre Puzyna — Sim.
 Alfredo Campos — Sim.
 Almir Gabriel — Sim.
 Aloisio Vasconcelos — Sim.
 Aloysio Chaves — Sim.
 Aloysio Teixeira — Sim.
 Aluizio Bezerra — Sim.
 Aluizio Campos — Sim.
 Álvaro Antônio — Sim.
 Álvaro Pacheco — Não.
 Álvaro Valle — Sim.
 Alysson Paulinelli — Sim.
 Amaral Netto — Sim.
 Amaury Müller — Sim.
 Amílcar Moreira — Sim.
 Ângelo Magalhães — Sim.
 Anna Maria Rattes — Sim.
 Annibal Barcellos — Sim.
 Antero de Barros — Sim.
 Antônio Britto — Sim.
 Antônio Câmara — Sim.
 Antônio Carlos Franco — Sim.
 Antônio Carlos Konder Reis — Sim.
 Antônio Carlos Mendes Thame — Sim.
 Antônio de Jesus — Sim.
 Antonio Farias — Sim.
 Antonio Ferreira — Sim.
 Antonio Gaspar — Sim.
 Antonio Mariz — Sim.
 Antonio Perosa — Sim.
 Antonio Salim Curiati — Sim.
 Antonio Ueno — Sim.
 Arnaldo Faria de Sá — Sim.
 Arnaldo Martins — Sim.
 Arnaldo Moraes — Sim.
 Arnaldo Prieto — Sim.
 Arnold Fioravante — Sim.
 Arolde de Oliveira — Sim.
 Artenir Werner — Abstenção.
 Artur da Távola — Sim.
 Asdrubal Bentes — Sim.
 Assis Canuto — Sim.
 Átila Lira — Sim.
 Augusto Carvalho — Sim.
 Basílio Villani — Sim.
 Benedicto Monteiro — Sim.
 Benedita da Silva — Sim.
 Benito Gama — Sim.
 Bernardo Cabral — Sim.
 Beth Azize — Sim.
 Bezerra de Melo — Sim.
 Bocayuva Cunha — Sim.
 Bonifácio de Andrada — Sim.
 Brandão Monteiro — Sim.
 Cardoso Alves — Sim.
 Carlos Alberto — Sim.
 Carlos Alberto Caó — Sim.
 Carlos Benevides — Sim.
 Carlos Cardinal — Sim.
 Carlos Chiarelli — Sim.
 Carlos Cotta — Sim.
 Carlos Mosconi — Sim.
 Carlos Sant'Anna — Sim.
 Carlos Vinagre — Sim.
 Carlos Virgílio — Sim.
 Carrel Benevides — Sim.
 Cássio Cunha Lima — Sim.

Célio de Castro — Sim.
 Celso Dourado — Sim.
 César Cals Neto — Sim.
 César Maia — Sim.
 Chagas Duarte — Sim.
 Chagas Rodrigues — Sim.
 Chico Humberto — Sim.
 Christóvam Chiaradia — Sim.
 Cid Carvalho — Sim.
 Cid Sabóia de Carvalho — Sim.
 Cláudio Ávila — Sim.
 Cleonânio Fonseca — Sim.
 Costa Ferreira — Sim.
 Cunha Bueno — Sim.
 Dálton Canabrava — Sim.
 Darcy Deitos — Sim.
 Darcy Pozza — Sim.
 Daso Coimbra — Sim.
 Del Bosco Amaral — Sim.
 Delfim Netto — Sim.
 Délio Braz — Sim.
 Denisar Arneiro — Sim.
 Dionísio Dai Prá — Sim.
 Dionísio Hage — Sim.
 Dirce Tutu Quadros — Sim.
 Dirceu Carneiro — Sim.
 Divaldo Suruagy — Sim.
 Djenal Gonçalves — Sim.
 Domingos Juvenil — Sim.
 Domingos Leonelli — Sim.
 Doreto Campanari — Sim.
 Edésio Frias — Sim.
 Edison Lobão — Sim.
 Edivaldo Motta — Sim.
 Edme Tavares — Sim.
 Edmilson Valentim — Sim.
 Eduardo Bonfim — Sim.
 Eduardo Jorge — Sim.
 Eduardo Moreira — Sim.
 Egídio Ferreira Lima — Sim.
 Elias Murad — Sim.
 Eliel Rodrigues — Sim.
 Eliézer Moreira — Sim.
 Enoc Vieira — Sim.
 Eraldo Tinoco — Sim.
 Eraldo Trindade — Sim.
 Erico Pegoraro — Sim.
 Ervin Bonkoski — Sim.
 Euclides Scalco — Sim.
 Eunice Michiles — Sim.
 Evaldo Gonçalves — Sim.
 Expedito Machado — Sim.
 Ézio Ferreira — Sim.
 Fábio Feldmann — Sim.
 Fábio Raunheitti — Sim.
 Farabulini Júnior — Sim.
 Fausto Fernandes — Sim.
 Felipe Cheidde — Sim.
 Felipe Mendes — Sim.
 Feres Nader — Sim.
 Fernando Bezerra Coelho — Sim.
 Fernando Cunha — Sim.
 Fernando Gasparian — Sim.
 Fernando Gomes — Sim.
 Fernando Henrique Cardoso — Sim.
 Fernando Lyra — Sim.
 Fernando Santana — Sim.
 Fernando Velasco — Sim.
 Firmo de Castro — Sim.
 Flavio Palmier da Veiga — Sim.
 Flávio Rocha — Sim.

Florestan Fernandes — Sim.
 Floriceno Paixão — Sim.
 França Teixeira — Sim.
 Francisco Amaral — Sim.
 Francisco Benjamim — Sim.
 Francisco Carneiro — Sim.
 Francisco Coelho — Sim.
 Francisco Dornelles — Sim.
 Francisco Küster — Sim.
 Francisco Pinto — Sim.
 Francisco Rollemberg — Sim.
 Francisco Rossi — Sim.
 Furtado Leite — Sim.
 Gabriel Guerreiro — Sim.
 Gastone Righi — Sim.
 Genebaldo Correia — Sim.
 Genésio Bernardino — Sim.
 Geovásio Amarante — Sim.
 Geovani Borges — Sim.
 Geraldo Alckmin Filho — Sim.
 Geraldo Bulhões — Sim.
 Geraldo Campos — Sim.
 Geraldo Fleming — Sim.
 Geraldo Melo — Sim.
 Gerson Marcondes — Sim.
 Gidel Dantas — Sim.
 Gil César — Sim.
 Gilson Machado — Sim.
 Gonzaga Patriota — Sim.
 Guilherme Palmeira — Sim.
 Gumercindo Milhomem — Sim.
 Gustavo de Faria — Não.
 Harlan Gadelha — Sim.
 Haroldo Lima — Sim.
 Haroldo Sabóia — Sim.
 Hélio Costa — Sim.
 Hélio Duque — Sim.
 Hélio Manhães — Sim.
 Hélio Rosas — Sim.
 Henrique Córdova — Sim.
 Henrique Eduardo Alves — Sim.
 Heráclito Fortes — Sim.
 Hermes Zaneti — Sim.
 Hilário Braun — Sim.
 Homero Santos — Sim.
 Humberto Lucena — Sim.
 Humberto Souto — Sim.
 Iberê Ferreira — Sim.
 Ibsen Pinheiro — Sim.
 Inocêncio Oliveira — Sim.
 Irajá Rodrigues — Sim.
 Iram Saraiva — Sim.
 Irupuan Costa Júnior — Sim.
 Irma Passoni — Sim.
 Ismael Wanderley — Sim.
 Itamar Franco — Sim.
 Ivo Cersósimo — Sim.
 Ivo Lech — Sim.
 Ivo Mainardi — Sim.
 Ivo Vanderlinde — Sim.
 Jacy Scanagatta — Sim.
 Jairo Azi — Sim.
 Jairo Carneiro — Sim.
 Jalles Fontoura — Sim.
 Jamil Haddad — Sim.
 Jarbas Passarinho — Sim.
 Jayme Paliarin — Sim.
 Jayme Santana — Sim.
 Jesualdo Cavalcanti — Sim.
 Jesus Tajra — Sim.
 Joaci Góes — Sim.

João Agripino — Sim.
 João Calmon — Sim.
 João Carlos Bacelar — Sim.
 João Castelo — Sim.
 João Cunha — Não.
 João da Mata — Sim.
 João de Deus Antunes — Sim.
 João Lobo — Sim.
 João Machado Rollemberg — Sim.
 João Menezes — Não.
 João Natal — Sim.
 João Paulo — Sim.
 João Rezek — Sim.
 Joaquim Bevilacqua — Sim.
 Joaquim Francisco — Sim.
 Joaquim Sucena — Sim.
 Jofran Frejat — Sim.
 Jonas Pinheiro — Sim.
 Jonival Lucas — Sim.
 Jorge Arbage — Sim.
 Jorge Bornhausen — Sim.
 Jorge Hage — Sim.
 Jorge Leite — Sim.
 Jorge Medauar — Sim.
 Jorge Queved — Sim.
 Jorge Vianna — Não.
 José Agripino — Sim.
 José Camargo — Sim.
 José Carlos Coutinho — Sim.
 José Carlos Grecco — Sim.
 José Carlos Martinez — Sim.
 José Carlos Sabóia — Sim.
 José Carlos Vasconcelos — Sim.
 José Costa — Sim.
 José da Conceição — Sim.
 José Dutra — Sim.
 José Elias — Sim.
 José Fernandes — Sim.
 José Fogaça — Sim.
 José Genoio — Sim.
 José Geraldo — Sim.
 José Guedes — Sim.
 José Ignácio Ferreira — Sim.
 José Jorge — Sim.
 José Lins — Sim.
 José Lourenço — Sim.
 José Luiz de Sá — Sim.
 José Luiz Maia — Sim.
 José Maranhão — Sim.
 José Maria Eymael — Sim.
 José Maurício — Sim.
 José Melo — Sim.
 José Mendonça Bezerra — Sim.
 José Moura — Sim.
 José Paulo Bisol — Sim.
 José Queiroz — Sim.
 José Richa — Sim.
 José Santana de Vasconcellos — Sim.
 José Serra — Sim.
 José Tavares — Sim.
 José Teixeira — Sim.
 José Thomaz Nonó — Sim.
 José Tinoco — Sim.
 José Ulisses de Oliveira — Sim.
 José Viana — Sim.
 Jovanni Masini — Sim.
 Juarez Antunes — Sim.
 Júlio Campos — Sim.
 Júlio Costamilan — Sim.
 Jutahy Magalhães — Sim.
 Koyu Iha — Sim.

Lael Varella — Sim.
 Lavoisier Maia — Não.
 Leite Chaves — Sim.
 Lélío Souza — Sim.
 Leopoldo Bessone — Sim.
 Leur Lomanto — Sim.
 Levy Dias — Sim.
 Lezio Sathler — Sim.
 Lídice da Mata — Sim.
 Louremberg Nunes Rocha — Sim.
 Lúcia Braga — Sim.
 Lúcia Vânia — Sim.
 Lúcio Alcântara — Sim.
 Luís Eduardo — Abstenção.
 Luís Roberto Ponte — Sim.
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim.
 Luiz Freire — Sim.
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim.
 Luiz Leal — Sim.
 Luiz Marques — Sim.
 Luiz Salomão — Sim.
 Luiz Soyer — Sim.
 Luiz Viana — Sim.
 Luiz Viana Neto — Sim.
 Lysâneas Maciel — Sim.
 Maguito Vilela — Sim.
 Maluly Neto — Sim.
 Manoel Castro — Sim.
 Manoel Moreira — Sim.
 Manoel Ribeiro — Sim.
 Mansueto de Lavor — Sim.
 Manuel Viana — Sim.
 Marcelo Cordeiro — Sim.
 Márcia Kubitschek — Sim.
 Márcio Lacerda — Sim.
 Marco Maciel — Sim.
 Marcondes Gadelha — Sim.
 Marcos Lima — Sim.
 Maria de Lourdes Abadia — Sim.
 Maria Lúcia — Sim.
 Mário Assad — Sim.
 Mário Covas — Sim.
 Mário de Oliveira — Sim.
 Mário Lima — Sim.
 Mário Maia — Sim.
 Marluce Pinto — Sim.
 Matheus Iensen — Sim.
 Maurício Campos — Sim.
 Maurício Corrêa — Sim.
 Maurício Fruet — Sim.
 Maurício Pádua — Sim.
 Maurílio Ferreira Lima — Sim.
 Mauro Benevides — Sim.
 Mauro Borges — Sim.
 Mauro Campos — Sim.
 Mauro Sampaio — Sim.
 Max Rosenmann — Sim.
 Meira Filho — Sim.
 Mello Reis — Sim.
 Melo Freire — Sim.
 Mendes Botelho — Sim.
 Mendes Canale — Sim.
 Mendes Ribeiro — Sim.
 Messias Góis — Não.
 Messias Soares — Sim.
 Michel Temer — Sim.
 Milton Barbosa — Sim.
 Milton Reis — Sim.
 Miraldo Gomes — Sim.
 Miro Teixeira — Sim.
 Moema São Thiago — Sim.

Moysés Pimentel — Sim.
 Mozarildo Cavalcanti — Sim.
 Mussa Demeis — Sim.
 Myrian Portella — Sim.
 Nabor Júnior — Sim.
 Naphtali Alves de Souza — Sim.
 Narciso Mendes — Sim.
 Nelson Aguiar — Sim.
 Nelson Carneiro — Sim.
 Nelson Jobim — Sim.
 Nelson Sabrá — Sim.
 Nelson Seixas — Sim.
 Nelson Wedekin — Sim.
 Nilton Friedrich — Sim.
 Nestor Duarte — Sim.
 Nilso Sguarezi — Sim.
 Nilson Gibson — Sim.
 Nion Albemaz — Sim.
 Noel de Carvalho — Sim.
 Nyder Barbosa — Sim.
 Octávio Elísio — Sim.
 Olívio Dutra — Sim.
 Onofre Corrêa — Sim.
 Orlando Pacheco — Sim.
 Oscar Corrêa — Sim.
 Osmar Leitão — Sim.
 Osmir Lima — Sim.
 Osmundo Rebouças — Sim.
 Osvaldo Bender — Sim.
 Osvaldo Coelho — Sim.
 Osvaldo Macedo — Sim.
 Osvaldo Sobrinho — Sim.
 Oswaldo Almeida — Sim.
 Oswaldo Lima Filho — Sim.
 Oswaldo Trevisan — Sim.
 Ottomar Pinto — Sim.
 Paes de Andrade — Sim.
 Paes Landim — Abstenção.
 Paulo Delgado — Sim.
 Paulo Macarini — Sim.
 Paulo Marques — Sim.
 Paulo Mincaroni — Sim.
 Paulo Paim — Sim.
 Paulo Pimentel — Sim.
 Paulo Ramos — Sim.
 Paulo Roberto — Sim.
 Paulo Roberto Cunha — Sim.
 Paulo Zarzur — Sim.
 Pedro Canedo — Sim.
 Pedro Ceolin — Sim.
 Percival Muniz — Sim.
 Pimenta da Veiga — Sim.
 Plínio Arruda Sampaio — Sim.
 Plínio Martins — Sim.
 Pompeu de Sousa — Sim.
 Rachid Saldanha Derzi — Sim.
 Raimundo Bezerra — Sim.
 Raimundo Lira — Sim.
 Raimundo Rezeride — Sim.
 Raquel Capiberibe — Sim.
 Raul Ferraz — Sim.
 Renan Calheiros — Sim.
 Renato Johnsson — Sim.
 Renato Vianna — Sim.
 Ricardo Fiuza — Sim.
 Ricardo Izar — Sim.
 Rita Camata — Sim.
 Rita Furtado — Sim.
 Roberto Augusto — Sim.
 Roberto Brant — Sim.
 Roberto Campos — Não.

Roberto D'Ávila — Sim.
 Roberto Freire — Sim.
 Roberto Jefferson — Sim.
 Roberto Rollemberg — Sim.
 Roberto Torres — Sim.
 Roberto Vital — Sim.
 Robson Marinho — Sim.
 Rodrigues Palma — Sim.
 Ronaldo Aragão — Sim.
 Ronaldo Carvalho — Sim.
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim.
 Ronan Tito — Sim.
 Ronaro Corrêa — Sim.
 Rosa Prata — Sim.
 Rose de Freitas — Sim.
 Rospide Netto — Sim.
 Rubem Branquinho — Sim.
 Rubem Medina — Sim.
 Ruben Figueiró — Sim.
 Ruberval Pilotto — Sim.
 Ruy Bacelar — Sim.
 Ruy Nedel — Sim.
 Sadie Hauache — Sim.
 Salatiel Carvalho — Sim.
 Samir Achôa — Sim.
 Sandra Cavalcanti — Sim.
 Santinho Furtado — Sim.
 Sarney Filho — Sim.
 Saulo Queiroz — Sim.
 Sérgio Brito — Sim.
 Sérgio Spada — Sim.
 Sérgio Werneck — Sim.
 Severo Gomes — Sim.
 Sigmaringa Seixas — Sim.
 Sílvio Abreu — Sim.
 Simão Sessim — Sim.
 Siqueira Campos — Sim.
 Sólton Borges dos Reis — Sim.
 Sotero Cunha — Sim.
 Stélio Dias — Sim.
 Tadeu França — Sim.
 Telmo Kirst — Sim.
 Teotônio Vilela Filho — Sim.
 Theodoro Mendes — Sim.
 Tito Costa — Sim.
 Ubiratan Aguiar — Sim.
 Ubiratan Spinelli — Sim.
 Uldurico Pinto — Sim.
 Valmir Campelo — Sim.
 Valter Pereira — Sim.
 Vasco Alves — Sim.
 Vicente Bogo — Sim.
 Victor Faccioni — Sim.
 Victor Fontana — Sim.
 Vieira da Silva — Sim.
 Vilson Souza — Sim.
 Vingt Rosado — Sim.
 Vinicius Cansação — Sim.
 Virgildásio de Senna — Sim.
 Virgílio Galassi — Sim.
 Virgílio Guimarães — Sim.
 Virgílio Távora — Sim.
 Vitor Buaiz — Sim.
 Vladimir Palmeira — Sim.
 Wagner Lago — Sim.
 Waldeck Ornêlas — Não.
 Waldyr Pugliesi — Sim.
 Walmor de Luca — Sim.
 Wilma Maia — Sim.
 Wilson Campos — Sim.
 Wilson Martins — Sim.
 Ziza Valadares — Sim.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em função do resultado desta votação, solicito à Mesa que considere prejudicado o § 4º do art. 8º do Substitutivo do "Centrão", por fazer discriminação entre trabalhador urbano e rural. Como igualamos esses direitos no **caput** do art. 7º, evidentemente fica prejudicado o artigo que discrimina o trabalhador urbano do rural. O mesmo ocorreu na Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Parece que V. Exª tem razão. A Mesa vai examinar devidamente a questão levantada por V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Passa-se ao inciso I do art. 7º. Diz respeito ao art. 8º referente à estabilidade. Existe matéria a propósito desse inciso I; na conceituação e nas garantias, na relação de trabalho.

Estão sobre a mesa, tendo entrado regularmente antes da votação, proposições referentes à fusão.

Vou anunciar à Casa o material existente, que terá de ser submetido à decisão do Plenário.

Há uma proposição do seguinte teor, resultado de fusão:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional Constituinte:

Os firmatários, autores dos destaques e emendas abaixo indicados, vêm requerer, nos termos do § 2º do art. 3º da Resolução nº 3/88, além da co-autoria, a fusão das proposições para efeito de ser votada, como texto substitutivo do inciso I do art. 7º do projeto ou inciso I do art. 8º do substitutivo, a seguinte redação:

"Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos."

Afif Domingos, E.2038 — **João Resek**, D.716, E.2P00232-3; art. 13, IV — **José Geraldo**, D.181, E.2P01728 — **Flávio Palmier da Veiga**, D.278, E.2P01137 — **Ronaldo Cezar Coelho**, D.1293, E.2P01778 — **Mário Covas**, D. 2248, D. 2159 — E.2P01955 — **Darcy Pozza**, D.1256, E.2P00153-0 — **Luís Roberto Ponte**, D.214, E.2P02025 — **Artenir Werner**, D.1085, E.2P00983 — **José Lourenço** — **José Richa** — D.1660, E.2P00929 — **Basílio Villani**, D.1521 — **Saulo Queiróz** — D.19, E.2P01304 — **José Maria Eymael**, D.249, E.2P01304 — **Antônio C. Franco**, D.1149, E.2P01509 — **Genebaldo Correia**, E.2P00800 — **Jesualdo Cavalcanti**, D.29, E.2P00196-3 — **Percival Muniz**, D.256, E.2P00678 — **Albano Franco**, D.943, E.2P01508/E.2P01509 — **José Dutra**, D.1167, E.2P00988

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Existe também uma proposta de fusão, concebida nos seguintes termos:

FUSÃO DE EMENDAS

Os Constituintes que subscrevem a presente apresentam pedido de fusão de suas emendas,

para que reste o seguinte texto, relativamente ao inciso I, do art. 7º, do Projeto de Constituição, que corresponde ao art. 8º da Emenda nº 2.038, do "Centrão":

"Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, definida em lei, com nulidade do ato de demissão e os casos de indenização, sem prejuízo de outros direitos."

Brasília, 23 de fevereiro de 1988. — **Domingos Leonelli** — Dest. 542, sem compromisso de voto e para efeito regimental e democrático de permitir a fusão sem prejuízo de outros direitos. — **José Maria Eymael** — Dest. 249 — **Luiz Inácio Lula da Silva** — Dest. 1.787 — **Jorge Hage** — Dest. 1.594 — **Lídice da Mata** — Dest. 1.334 — **Brandão Monteiro** — Dest. 2.225 — **Oswaldo Lima Filho**.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão de ordem que levanto é da maior importância para a discussão desta matéria.

A Casa recebeu oficialmente a planilha com a indicação da votação exatamente da parte relativa à estabilidade. E na planilha oferecida pela Mesa, como tem sido a norma, em relação ao Capítulo I do Título II, ao Preâmbulo e ao Capítulo I do Título I, após a votação do texto-base votar-se-ão os destaques para votação em separado. A planilha está aqui, com a indicação da votação do destaque em separado: em primeiro lugar, o Destaque nº 1957, e, em segundo lugar, o Destaque nº 2248. Após esses destaques é que vêm as emendas, agora fundidas, para serem substitutivas ao texto.

O que pretende a fusão de emendas? Substituir o texto básico do "Centrão"; é uma emenda substitutiva. O que é DVS? O Destaque de Votação em Separado é exatamente o requerimento para que sejam separados da votação do inciso I do art. 7º algumas expressões básicas do texto aprovado, o texto básico.

Sr. Presidente, tenho em mãos as normas que V. Exª, em reunião com todas as lideranças, indicou por ordem de votação. Primeiro, após a votação do texto-base, ressaltados os destaques, votam-se, em primeiro lugar, os requerimentos de destaque com votação em separado. Em segundo lugar, votam-se os destaques supressivos, substitutivos, modificativos e aditivos. Por último, os blocos de emendas com parecer favorável e contrário.

O que está ocorrendo neste momento, Sr. Presidente? Uma emenda substitutiva de fusão será votada como substitutiva e automaticamente irá prejudicar o destaque de votação em separado. Ela está anulando o destaque de votação em separado. Em seu art. 347, o Regimento Interno do Senado, que deve ser usado subsidiariamente para a questão da votação em separado da Resolução nº 3º, coloca claramente em ordem de votação: primeiro, aquilo que constitui projeto autônomo; em segundo lugar, votação em separado; e em terceiro, aprovação ou rejeição.

Portanto, Sr. Presidente, o requerimento de votação em separado precede, porque objetiva consultar o Plenário, numa votação, sobre qual o texto-base para o art. 7º, inciso I. Esse requerimento terá de ser votado e será votado antes da fusão de emendas. Que haja fusão de emendas e que os Constituintes não queiram expor-se aqui a votar contra o destaque de votação em separado é um direito deles. Mas não podemos usar um casuismo regimental para não votar a favor desse destaque, porque estaríamos votando globalmente a proposta do "Centrão", nos termos em que ela está.

Há outra consequência política: se votarmos o destaque de votação em separado e permanecer o texto do "Centrão", sem as expressões que pretendo retirar, abrir-se-á um processo, já definido por V. Exª como "buraco". Vai-se negociar, mas a partir de determinada situação. Não vamos escamotear as questões políticas em torno de um casuismo regimental. Vote-se em primeiro lugar o requerimento para o destaque de votação em separado.

É o que requero a V. Exª neste momento: votemos o requerimento; depois a matéria do destaque de votação em separado.

O Sr. Nelson Jobim Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta Casa conhece a competência com que se porta o Constituinte José Genoíno em questões regimentais. E como esta Casa respeita o Constituinte José Genoíno, e eu próprio o respeito, é a primeira vez que venho discordar de S. Exª no que diz respeito à sua citação em questão de ordem. Todo o raciocínio do Constituinte José Genoíno está perfeito, não fora o fato básico seguinte que pasarei a analisar.

O destaque do Constituinte José Genoíno incide sobre o texto do "Centrão" para suprimir, evitar, obter a votação em separado de expressões do texto, ou emenda do "Centrão", Emenda Afif Domingos. Diz o inciso I:

"Estabilidade no emprego, após 12 meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa e nos casos de força maior de indenização na forma da lei."

Procura o Constituinte José Genoíno, hábil competentemente, como é sua forma de agir, obter destaques para votar em separado as seguintes expressões:

"Após 12 meses mediante garantia" — somente a letra d e não e; depois: "...sem justa causa, e, nos casos..." e "...de indenização na forma da lei."

Se a Casa aprovasse o requerimento para votação em separado destas expressões, votaríamos a seguir as expressões, remanesecendo do texto aquilo que não foi destacado para votar separadamente. Se viessem na votação da matéria separada estas expressões, e a Casa viesse a não dar 280 votos favoráveis, o texto do "Centrão", remanesceria com a seguinte redação:

"Estabilidade no emprego e indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado nos casos de demissão de força maior."

Portanto, o destaque do Constituinte José Genoíno tem como base o texto do Constituinte Afif Domingos ou da emenda coletiva do "Centrão".

V. Exª deseja fazer alguma colocação, Constituinte José Genoíno?

O Sr. José Genoíno — Não, assim está ótimo.

O SR. NELSON*JOBIM — Mas acontece, Sr. Presidente, que esta emenda já foi votada em globalidade, sem prejuízo dos destaques. Quando se vai votar exatamente o inciso I, sobre o qual se baseia fundamento do destaque do eminente Constituinte José Genoíno, é apresentado um requerimento de fusão, que tem como base o texto do Constituinte Afif Domingos, um dos primeiros firmatários do requerimento, juntamente com os demais Constituintes, com base no § 3º da Resolução nº 3, que visa a dar nova redação:

"Relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, aposentadoria nos termos de lei complementar que preverá indenização compulsória dentre outros direitos."

Este o texto que remanesce como base.

Ora, se o texto que remanesce como base, porque é o texto fusionado, não tem as expressões que pretende o Constituinte José Genoíno votar separadamente, seu destaque está prejudicado, porque não tem base para essa votação. (Palmas.)

Aliás, devo lembrar que esta Casa assim se comportou, distintamente, na questão do direito de propriedade. E nesta questão foi feita, aqui nesta Casa, uma fusão de emendas. Essa fusão de emendas determinou a aprovação do texto.

O Constituinte Aldo Arantes tinha um destaque para votação em separado da palavra "dinheiro". A Mesa concedeu a palavra a S. Exª para encaminhar a votação, ocasião em que retirou o destaque. Por que concedeu a palavra? Porque as expressões que S. Exª pretendia fossem votadas em separado permaneciam no texto fusionado, e este foi votado em primeiro lugar. Depois, o Constituinte Aldo Arantes desistiu de seu requerimento.

No caso em espécie, esse comportamento remanesce impossível, a expressões que pretende o Constituinte José Genoíno votar separadamente já desapareceram do texto fusionado, ou seja, não tem sobre o que incidir. Daí por que contradito sua questão de ordem, manifestando, pessoalmente, o meu respeito à sua competência.

É isso, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos passar à votação da matéria, mas antes a Presidência vai decidir a questão de ordem.

A Mesa entende que o que se vai votar resulta do instituto da fusão, em boa hora aventado nesta Casa. Até o momento da votação, vários Constituintes podem compor várias ou muitas emendas para serem submetidas à soberania do Plenário, e este tomar a decisão em última instância. Aceitando-se este processo, evidentemente, este será o caminho a ser seguido em benefício do trabalho dos Constituintes. Não se trata de decisão da Mesa, portanto, mas, sim, da soberania do Plenário,

que fixará o restabelecimento da sequência de destaques, Destaques para Votação em Separado — DVS, e assim por diante.

De maneira que não cabe à Mesa elidir a apresentação das emendas à soberania do Plenário, mesmo baseada em precedentes. A Mesa não interfere nas decisões que cabem ao Plenário, e é este que vai decidir sobre uma emenda que tem como primeiro signatário um membro do "Centrão", o Substitutivo do "Centrão", aprovado e que está servindo de base, de referencial às decisões do Plenário. Esta característica tem prioridade. O Constituinte Afif Domingos e mais cerca de 20 Parlamentares, apresentaram proposição fusionada a respeito da matéria. De maneira que esta será submetida à apreciação do Plenário, e este dará a palavra definitiva a respeito do assunto.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem anterior à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a emenda apresentada como substitutiva, decorrente da fusão de várias emendas, está estatuída nos termos do que prescreve o § 2º do art. 3º da Resolução nº 3, de 1988.

Sr. Presidente, às vezes nos cansamos por causa das questões de ordem solicitadas neste Plenário, mas nos cansamos muito mais pela não solução das questões suscitadas. Além deste fato, é preciso termos uma decisão soberana. Esta emenda de fusão está estabelecendo um desrespeito exatamente ao que prescreve o § 2º do art. 2º da Resolução nº 3, de 1988, porque o texto que tenho, contrariando o raciocínio do Constituinte Nelson Jobim, não poderia ser base para fusão, pois sofre inovação.

O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, de conformidade com a Resolução nº 3 — repito — proíbe inovação no texto de emendas substitutivas que venham a ser englobadas para ser formar uma só emenda.

Sr. Presidente, V. Exª há de resolver esta questão, para não entrarmos na escalada do casuismo. Na verdade, é uma ilegalidade. Há expressões que não constam de qualquer das emendas que são produtos da fusão final à emenda substitutiva.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão de ordem suscitada pelo eminente Constituinte Brandão Monteiro circunscreve-se ao fato de que a emenda fusionada não teria expressões contidas em outras.

Devo dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que na leitura deste texto há efetivamente uma expressão não encontrável em qualquer das outras emendas, objeto de fusão, que é a expressão "dentre".

O final do texto diz:

"... nos termos de lei complementar que preverá indenização compensatória dentre outros direitos."

Efetivamente, de um lado, a expressão "dentre" não tem referência alguma em qualquer das emendas fusionadas. Por outro lado, também o termo "preverá" não tem a sua origem em uma emenda, no que diz respeito ao tempo do verbo prever, mas a Emenda nº 1.509, de autoria de Antônio Carlos Franco, Destaque nº 1.149, tem a palavra "prevista" com o mesmo radical e a mesma origem, é um cognato.

Restaria, portanto, a expressão "dentro". Mas é de se lembrar — e gostaria que o Constituinte Brandão Monteiro atentasse para este fato — que a expressão "dentre" nada mais é que a contração das proposições "de" com "entre", e o texto do art. 3º, § 2º, da Resolução nº 3, diz o seguinte:

"Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas, desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto de fusão..."

Seria uma inovação a circunstância de se colocar um vocábulo que é nada mais que uma contração de duas preposições?

O texto do § 2º desta Resolução diz respeito a inovações de natureza material, ou seja, a emendas fusionadas que criam outras soluções que não as previstas nas emendas. É esta efetivamente a interpretação possível, ou seja, não poderá a fusão criar soluções materialmente não contidas nas outras emendas fusionadas. Mas o uso de uma preposição, ou de uma contração de duas preposições, não representa absolutamente uma inovação de conteúdo material; representa, isto sim, um ajustamento para que os conteúdos matérias das emendas fusionadas retem com sentido dentro do texto produto da fusão.

Portanto, não tem razão o Constituinte Brandão Monteiro, porque não houve inovação material. Houve, pura e simplesmente, um ajustamento de redação.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Celso Dourado — Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

O SR. CELSO DOURADO (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a fusão de emendas assinada pelos Constituintes Domingos Leonelli, José Maria Eymael e outros companheiros está basicamente baldeada numa emenda assinada por mim.

Portanto, peço a V. Exª que meu nome também conste como Constituinte que apóia esta fusão de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acho que V. Exª, ao decidir a questão de ordem dando preferência à emenda fusionada, está indo contra a interpretação que sempre se deu ao Regimento. Acho, inclusive, que se abre um precedente muito grave, e isto poderia ser resolvido do ponto de vista político. Se a maioria rejeitasse o requerimento de destaque para votação em separado,

a questão estaria resolvida. Mas não se abriria o precedente relativamente a não se admitir que o destaque para a votação em separado com 187 assinaturas, nos termos do Regimento, tenha preferência sobre todas as outras.

O Sr. Domingos Leonelli — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes mesmo que V. Exª decida sobre a validade ou não da fusão de emendas encabeçada pelo Constituinte Afif Domingos e encampada pelo PMDB e outras lideranças, gostaria de apresentar a V. Exª uma outra proposta.

Enquanto V. Exª averigua se esta emenda, encabeçada pelo Constituinte Afif Domingos, está perfeitamente legal, se está em condições de ser votada, coloque em votação o requerimento de destaque do nobre Constituinte José Genoíno, ou outra fusão de emendas, como V. Exª já leu, encabeçada por nós, que atende exatamente aos objetivos de assegurar a indenização, ao mesmo tempo em que assegura a nulidade do ato de rescisão contratual.

Temos, então, duas emendas. A emenda encabeçada por nós, assinada pelos Constituintes José Maria Eymael, Luís Inácio Lula da Silva, Jorge Hage, e apoiada pelas centrais sindicais e nove confederações sindicais, está perfeitamente legal; ela contém todas as palavras existentes, nas emendas apresentadas. A nossa emenda — e desafio todos quantos queiram examiná-la — está rigorosamente perfeita. Peço então, a V. Exª que lhe dê preferência. Muito obrigado.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, entendemos que a decisão de V. Exª expressa o entendimento correto do Regimento Interno Quando o Regimento Interno fala em fusão, o que ele pressupõe é o acordo, o entendimento dos vários grupos dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Ora, se V. Exª — como, aliás, fundamenteou — não coloca a proposição de fusão para ser apreciada em primeiro lugar, acaba com o instituto de fusão, que perde seu sentido. No caso, V. Exª, com base na questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Nelson Jobim, disse muito bem: a fusão toma um caráter mais significativo e importante, porque tem a assinatura do nobre Constituinte Afif Domingos, que é justamente aquele que já recebeu a consagração da Casa ao ter aprovado um capítulo de sua autoria para a votação do Plenário.

De modo que a fusão, em primeiro lugar, consagra o intuito do acordo, do entendimento do grupo majoritário, porque tem a assinatura dos Líderes Mário Covas e José Lourenço e de vários outros ilustres representantes da Casa. Além de acordo das forças majoritárias, queremos justamente procurar a vontade da maioria. Esta fusão tem a assinatura daquele Constituinte autor do capítulo e já consagrado pela Casa. A decisão de ordem de V. Exª, e que aliás se baseia também

em precedentes anteriores — e a praxe é muito importante para a vida parlamentar — realmente merece os aplausos generalizados do plenário. (Palmas.)

O Sr. Plínio Arruda Sampaio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, trago três elementos para decisão de V. Exª

Onde está, no Regimento Interno, a afirmação de que a fusão tem precedência sobre o destaque para a votação em separado?

Toda a argumentação do Constituinte Bonifácio de Andrada é no sentido de que, ainda que a maioria faça um acordo e uma fusão, esse acordo tem precedência sobre o que no Regimento tem preferência. Exatamente para evitar um rolo compressor, para garantir o direito da maioria, queremos que se vote o destaque para votação em separado, a fim de definir as questões aqui na Casa; caso contrário, os acordos escamoteiam as definições e as decisões.

Não tem base regimental o argumento do Constituinte Bonifácio de Andrada. O argumento do Constituinte Jobim é curioso, porque admite prejudicialidade antes da votação. Está S. Exª fazendo com que ocorra prejudicialidade em tese.

O Regimento estabelece que o destaque que conseguir 187 assinaturas é privilegiado, e tem o direito de ser votado ou não por V. Exª

Se já foi feito um acordo, colocarmos em votação o destaque, e esta maioria que fez o acordo derrotará, mas ficará marcado para a História quem ganhou e quem perdeu.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, chamo a atenção de V. Exª para o que diz o art. 8º da Resolução nº 3.

"Art. 8º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, poderá ser votado requerimento de destaque, para votação em separado de partes do texto do projeto ou do substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes."

Para que 187 assinaturas entrem na frente das fusões das emendas. As 187 assinaturas dão preferência automáticas. Foi isso que o "Centrão" quis e aqui colocou. Agimos dentro da regra do "Centrão". Mudaram o Regimento Interno e agora mudam o que mudaram. Assim não é possível, Sr. Presidente. Que façam o acordo; que votem o mérito; mas não vamos criar um biombo casuístico para não dizer a verdade nesta Casa. Se o meu destaque de votação em separado não for votado — e nunca tomo tais atitudes — a Resolução nº 3 merecerá ser rasgada, porque não é possível aceitar. (Apupos.) A vontade majoritária do Plenário é votar o requerimento. Se o Plenário não quer apreciar o mérito do destaque, que rejeite o requerimento. Não votá-lo é inaceitável, é um casuismo que agora está

denunciado. Vamos votar e dizer quem é quem nesta Casa:

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos passar à votação da matéria. A Mesa anuncia que a fusão, como já foi dito anteriormente, resulta de proposições de Parlamentares cujos nomes já foram enunciados. Inclusive, o primeiro subscritor é autor, com número também regimental de assinaturas, do substitutivo aprovado. Quanto às palavras que não constam formalmente do texto, materialmente não trazem alteração alguma. A Mesa recorda que as proposições aprovadas em redação final, freqüentemente sofrem, em face de razões de sononímia, modificações.

Assim, decidida a questão de ordem, passemos à votação da matéria.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recorro da decisão de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será encaminhado o recurso de V. Exª, nos termos regimentais.

O Sr. Erico Pegoraro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte Erico Pegoraro.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há uma emenda da qual gostaria constasse minha co-autoria, porque foi tirado dela o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não há, de maneira alguma, desrespeito à Mesa nem a V. Exª, mas, depois da decisão casuística, onde se vai buscar a gramática para tentar encontrar valor material onde não existe, eu me penitencio de ter aqui anotado o Parlamentar que votou pelo Constituinte Sarney Filho. E o que votou por mim está absoldido, depois da decisão de V. Exª (apupos.)

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas declarar que o Partido Liberal vota favoravelmente ao acordo.

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC vota favoravelmente ao acordo e esclarece que a nossa assinatura na Emenda Dórmings Leonelli é apenas para tornar possível regimentalmente, pela fusão de emendas, a alteração da expressão "sem prejuízo de outros direitos", que está contida na emenda de minha autoria, também alterada no acordo. Não representa, assim, a minha assinatura compromisso de voto e, sim, mera formalidade regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Líder José Lourenço para encaminhar a votação favoravelmente.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mais uma vez surpreendemos aqueles que não acreditam no diálogo; mais uma vez surpreendemos aqueles que não gostam de perseguir o entendimento, mais uma vez o bom senso prevaleceu, para que a Constituição de amanhã seja a face de muitos e não a vontade de alguns. O entendimento a que chegamos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, significa, sem dúvida alguma, a expressão da vontade de uma grande maioria. Quero, nesta oportunidade, em nome do meu partido e do grupo ao qual pertenço ... (Apupos.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa pede aos Srs. Constituintes a colaboração, a fim de que, democraticamente, continuemos nossos trabalhos, ouvindo os que falam contra ou a favor.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — ... cumprimentar o ilustre Constituinte Mário Covas, Líder do PMDB, que teve participação destacada para que chegássemos a este resultado. (Palmas.) Quero, também, cumprimentar os Constituintes José Geraldo e Luís Roberto Ponte, nossos negociadores, que se houveram com competência e habilidade para que chegássemos a uma conclusão positiva. Isto significa para o Brasil, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a tranquilidade de que o trabalhador terá assegurada a sua proteção, mas também de que o investidor estará estimulado a continuar acreditando neste País, e investindo mais para gerar mais empregos. A melhor forma de se conseguir melhores salários ainda é a oferta, cada dia maior, de empregos, com mais investimentos agrícolas, com a abertura de mais fábricas e de maior número de lojas comerciais. Este sim, será o instrumento gerador de mais empregos e de mais altos salários, dentro de uma competição natural. É esse o caminho que perseguem os homens inteligentes, competentes, com a visão da próxima geração e não a da próxima eleição. Quero dizer, em nome de todos quantos compartilham das nossas idéias, que estamos aqui representando a voz da maioria da Nação e não a de minorias radicais. Em nome dessa vontade e dessa maioria, vou ler aqui, agora, o entendimento a que chegamos:

"Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Nos termos da lei complementar, que preverá in-

denização compensatória entre outros direitos."

Além deste dispositivo, que fará parte da Constituição em caráter permanente nas Disposições Transitórias, constará que até que aprovemos a legislação complementar, promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, inciso I, desta Constituição, a proteção ali referida, qualquer que seja o tempo de serviço, cingir-se-á ao aumento para quatro vezes da porcentagem prevista no art. 6º, § 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é essa a conclusão a que chegamos. Esse é o entendimento que perseguíamos e a que chegaram os homens que têm compromisso permanente e solene com a grandeza deste grande País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte Domingos Leonelli.

Vai S. Exª manifestar-se contra.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho ocupado muito pouco a tribuna nesta fase do processo constituinte. No entanto, estamos aqui hoje não diante de mais uma decisão legislativa constitucional, mas examinando apenas as opções entre a fusão de emenda encabeçada pelo Constituinte Afif Domingos e apoiada, lamentavelmente, pela Liderança do meu partido, e a fusão de emenda encabeçada por nós, com assinaturas de Luiz Inácio Lula da Silva, Brandão Monteiro, Jorge Hage, Lídice da Mata e José Maria Eymael, como apoio, para possibilitar a tramitação e a legalidade plena de nossa emenda, a fim de que aqui estejamos todas as palavras de que precisamos para compô-la.

Estamos votando hoje se os trabalhadores brasileiros participam ou não desse pacto político que aqui está sendo escrito. O que estamos decidindo hoje é se mais uma vez as elites brasileiras farão um pacto contra os trabalhadores, excluindo um segmento reconhecido por todos como fundamental na sociedade. O que estamos examinando e decidindo neste instante é, também, de alguma forma, a sorte, o rumo e o norte daquele partido que construiu a resistência — o PMDB — que resistiu à ditadura e que pautou toda a sua vida em favor dos trabalhadores. Estamos decidindo entre a opção ampla, flexível, proposta pelos representantes do PT, PDT, PC, PC do B, PSB, representada por uma emenda que teve até a simpatia do Presidente desta Assembléia, o Constituinte Ulysses Guimarães, e chegou a ser examinada e adotada parcialmente para discussão pelo Constituinte Ronaldo César Coelho, empresário ilustre, autor de uma das emendas. Estamos tentando contrapor. Por isso defendo o voto contra a fusão de emenda do chamado acordo do PMDB com o "Centrão", pois temos uma emenda que não será votada, se esta outra, resultante do acordo, for aprovada. Nossa emenda, Sr. Presidente, seria a glória desta Assembléia, podendo ser aprovada pelos empresários e pelos trabalhadores, porque diz o seguinte:

"Relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa defi-

nida em lei, com nulidade do ato de demissão e os casos de indenização, sem prejuízo de outros direitos."

Nesta nossa emenda está o que os empresários do "Centrão" exigiram desde o começo, e aquilo a que a esquerda resistiu no início, que é exatamente a inclusão da indenização no texto permanente. Nela consta a primeira ponderação do Líder Mário Covas, que exigia fosse a matéria remetida à lei ordinária — e aqui também está capitulada a remissão à lei ordinária. Nossa emenda, portanto, atende ao "Centrão", atende ao PMDB liderado pelo Constituinte Mário Covas, mas atende também aos trabalhadores e aos segmentos que nesta Assembléia representam, indiscutivelmente, os interesses dos trabalhadores e que foram excluídos tanto da negociação final como do processo de negociação do acordo.

Nesse sentido, Srs. Constituintes, faço um apelo para que votem contra a emenda resultante do acordo, em má hora, equivocadamente assinada pelo Constituinte Mário Covas, que não honrou e não ilustrou a bela história do PMDB, que é a sua própria história, e a ela não correspondeu. (Não apoiado.) Ao firmar esse acordo, o Constituinte Mário Covas não acompanhou a sua história nem a do PMDB. (Não apoiado.)

Sr. Presidente, nossa emenda, a favor da história de Mário Covas, representa a posição do meu grupo, que sempre apoiou e impulsionou a Liderança de S. Ex.^a Neste instante, na tentativa de recuperar o PMDB para a sua própria história, apresentamos emenda a favor do interesse empresarial, mas que também contempla o interesse dos trabalhadores.

Dirijo apelo a todos os companheiros do PMDB, ao próprio Líder Mário Covas, para que renunciem a esse acordo e votem, possibilitando a decisão unânime desta Assembléia, pela nossa emenda, que contempla a indenização e a rescisão do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Líder Mário Covas, que se vai manifestar a favor.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, outro dia, por entender que o ataque a um Congressista, sobretudo sendo ele Constituinte, exigia, para reparo desta Casa, uma explicação, ocupei indevidamente esta tribuna, para uma série de justificativas. Nesta tarde, não o farei, mas direi que vivemos, neste instante, um momento tão dramático, de tal carga emocional, que querer situá-lo no plano pessoal é diminuí-lo a um limite insuportável. (Palmas.) Portanto, não têm qualquer significado as referências que me faço. Mas, como estamos fazendo História, quero aqui deixar bem claro, Sr. Presidente — e não faço isto com qualquer intuito de provocação, mas apenas porque gosto de assumir minhas idéias, na dimensão da posição que ocupo — que, independentemente de discutir o mérito da decisão de V. S.^a, se apreciássemos o requerimento do Constituinte José Genoíno, eu votaria contra. (Palmas.) Assim agiria não propriamente por ser contra o que ele dispõe, mas porque, autorizado pela vontade majoritária da minha bancada, tentei ajudar a transpor uma barreira que me parecia fundamental que esta Constituinte superasse, sobretudo neste instante em que contra ela, de for-

ma iniludível, vozes, algumas vezes até altamente situadas, têm dito coisas que têm exigido a resposta de V. Ex.^a.

Portanto, o tema que agora, vamos discutir não se circunscreve aos limites da própria palavra. Não estamos fazendo uma Consolidação das Leis de Trabalho ou escrevendo um dicionário a respeito de proposições trabalhistas, mas sim participando de uma tarefa de dimensão política inenarrável, que se chama Constituinte, onde nem sempre se pode ter o que se quer. (Palmas.)

Senhor Presidente, o PMDB, nesta questão, manteve absoluta coerência, desde a Comissão de Sistematização, pelo menos através da voz da sua Liderança. Falo à vontade porque sequer estava aqui, naquele momento, oportunidade em que o partido estava melhor representado por um de seus Vice-Líderes, o Constituinte Euclides Scalco, que me substituiu com ampla vantagem. Na Comissão de Sistematização, a posição sustentada pela Liderança do PMDB foi a de defender o Cabral I — isto é, relação de emprego garantida contra a despedida imotivada, sem justa causa, nos termos da lei. Ora, o que significava isso? Simplesmente que a lei teria, quando feita, arbítrio total para definir de que forma a demissão se poderia dar. Poderia até mesmo — e este era o pecado da defesa — circunscrever-se apenas a garantir o emprego através da indenização.

Por outro lado, não é menos verdade que a posição do "Centrão" e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, aqui, foi sempre a de vincular a relação do emprego a uma única coisa: a indenização. Essa sempre foi a exigência contida em tudo aquilo que possa identificar como emendas originárias desse setor. Nosso companheiro Constituinte Albano Franco tem uma emenda que diz exatamente isso. Sempre ouvi, nesta Casa, dizer que a única alternativa com a qual o "Centrão" concordava era a de que a relação de emprego só poderia ter uma contrapartida para a sua manutenção: a indenização.

E nós? Exigimos o contrário. Não conheço qualquer emenda que, de alguma forma, não tenha falado em indenização. Nem a do companheiro Lula, que também a contempla, embora a critério do trabalhador. Não ouvi ninguém falar que uma das hipóteses não fosse a indenização.

Não discuto vinculações, não discuto sequer votos. Não discuto até preferências. Também não admito que se diga que minha vida pública não tem sido voltada para o objetivo da justiça social e da garantia dos direitos. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

Recentemente, tomei parte em várias conversações. Fi-lo simultânea ou sucessivamente com o "Centrão" e com os partidos ditos de esquerda. Nos instantes subseqüentes ou no inverso, a todo instante dizia-lhes que não havia acordo. Dando conta do teor do desenvolvimento das propostas, a eles eu afirmava, em determinados instantes, que consultaria minha bancada, porque é com ela o meu primeiro compromisso. (Palmas.) Por maior que seja o respeito que devo a cada um dos demais Líderes desta Casa, é com a minha bancada o meu primeiro compromisso.

Recebi, neste intervalo, proposta subscrita por setores sindicalistas que merecem o maior respeito. O que dizem esses setores? Que seriam capazes de ir até o seguinte limite: "Relação do empre-

go protegida contra despedidas arbitrárias ou sem justa causa na forma da lei, que disporá sobre a nulidade do ato de demissão e sobre os casos de indenização". Parece-me que falta aqui acrescentar "e outros direitos".

Então, Sr. Presidente, temos exatamente três posições, e meu partido, na Comissão de Sistematização, defendeu a seguinte posição: garantia de emprego contra demissões imotivadas, nos termos da lei. O "Centrão" defendeu a seguinte posição: garantia de emprego, garantia através da indenização.

Os sindicalistas chegaram a aceitar o seguinte limite: garantia de emprego, nos termos da lei, desde que incluída a nulidade e a indenização.

Finalmente, consultada a bancada, chegamos a um texto julgado suportável, que não é, em hipótese alguma, nenhuma forma de desprestígio à classe trabalhadora. É um texto que diz o seguinte:

"Relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar..."

Redação igual a todas as demais.

"... que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos."

A posição do PMDB deixava a lei em aberto. Está estabelecido parâmetros. De um lado, a indenização compensatória no mesmo nível dos direitos. Não sei como isso será estabelecido. Esta é uma luta a ser travada em lei complementar, para a qual esta Casa, em outra oportunidade, será chamada.

Então, como ficamos até lá? Acrescentamos outra garantia? Até à lei ser votada há uma disposição transitória em que fica garantido um acréscimo nos 10% sobre o total do Fundo de Garantia, que hoje é de 40%. Mais do que isso: ouvi alguns líderes sindicais, pelos quais tenho o maior respeito, dizer em que, eventualmente, a aprovação do dispositivo agora poderia eliminar, até que a lei viesse, a possibilidade da garantia que deles têm hoje, de estabilidade real, como líderes sindicais que não podem ser demitidos durante o prazo de vigência do seu mandato, ou como a gestante, ou como os trabalhadores da CIPA. Pois bem, temos a concordância inclusive do Relator. Para que não paire nenhuma dúvida, isso também estará inscrito na disposição transitória. (Palmas.)

Portanto, Sr. Presidente, o PMDB afirma sua decisão de votar esta emenda, claro, alto e bom som, com o mesmo respeito que sempre teve à classe trabalhadora, sem entender que nada lhe esteja tirando. Ainda assim admitir que melhor seria, ou que da preferência de muitos de nós seria forma prevista pelo Regimento.

Ao final desta Constituição, Sr. Presidente, se ela for a Constituição dos meus sonhos, ou a Constituição dos sonhos de V. Ex.^a, então haverá coisa de errado. Ela há de ser necessariamente o corte, a projeção, a soma de uma sociedade plural e ambiciosa.

Por isso, Sr. Presidente, fizemos o acordo. Peço à bancada que simplesmente reafirme o que ontem me dizia. Não pude convocá-la, mas ouvi 165 dos seus membros e deles 148 me determinaram que caminhasse nesta direção. Por isso, votaremos a favor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, que se manifestará contrariamente

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Constituintes, a questão da estabilidade no emprego diz respeito a uma relação de classe na sociedade brasileira, que sempre, ao longo da nossa História e dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, foi marcada pela truculência, pelo obscurantismo e pela visão de que cabe às classes trabalhadoras brasileiras fornecerem aquilo que é essencial para a acumulação máxima do capitalismo neste País. O que estamos discutindo aqui não é a limitação do lucro dos capitalistas. Os socialistas vêm à tribuna não para defender a diminuição do poder absoluto dos capitalistas, mas para dizer uma coisa bem simples, ou seja, que os patrões não podem ter o poder absoluto de demitir os trabalhadores na hora que quiserem. Esta Casa e o nobre Constituinte Mário Covas são testemunhas disso: juntaram-se forças, nasceu o "Centrao", mudaram o Regimento Interno.

Hoje, impediram que fosse votado um requerimento que cria condições para que essa questão seja decidida sem muito trauma, sem desgaste, para que as elites brasileiras consigam o que sempre aconteceu na nossa História: que haja um acordo entre elas, fazendo de conta que estão mudando alguma coisa, para que nada mude — aí trabalhadores e assalariados brasileiros serão enganados por esse jogo de cena.

Aquilo que hoje uniu as três centrais sindicais, vários Parlamentares e vários partidos políticos desta Casa, em torno da defesa do direito à estabilidade é remetido para a lei e estabelecidas algumas condições para a indenização.

E qual o objetivo da emenda agora defendida na tribuna? Exatamente o de substituir a estabilidade pela indenização. Ao invés de uma indenização fica prevista e ser discutida na lei em determinados casos, como, por exemplo, queria o meu destaque em caso de força maior, o princípio da estabilidade é trocado pela indenização. E é isso que já ocorre hoje, quando se fala em outros direitos em relação à indenização. Que outros direitos são esses? Podem ser interpretados como aviso-prévio, férias indenizáveis, Fundo de Garantia, hoje já assegurados em lei. Aí levanta-se outra questão: remeter à lei ordinária a discussão sobre o princípio da estabilidade e também a definição da indenização. Mas, acredito, não haverá lei ordinária que garanta o princípio da estabilidade, porque nenhuma irá dispor sobre algo que fira a indenização.

Já foi dito desta tribuna, Sr. Presidente, que alguém foi intransigente. Quero o testemunho do relator da Comissão de Sistematização e da Constituinte, do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e de todos os partidos políticos, para que fique claro: quem foi intransigente nesta matéria? Negociamos nas Comissões temáticas, na Comissão de Sistematização, e a emenda agora apresentada pelo nosso partido, através do Líder da bancada, é uma prova de transigência. Intransigente foi o capital, foi o "Centrao", foram os advogados de São Paulo, que aqui vieram para dar a palavra de ordem da FIESP e da UBE. Essa intransigência não partiu da esquerda, não partiu

dos democratas, mas, nobre Líder Mário Covas, daqueles que, na votação do Regime Interno, queriam derrotar V. Ex.^a por considerá-lo um inimigo. Naquela oportunidade, V. Ex.^a era xingado e escorregento. Esses hoje o aplaudem porque V. Ex.^a irá um acordo que, fundamentalmente, é a proposta que originou esses movimentos reacionário e de ultradireita. Nós, o Partido dos Trabalhadores como vários nesta casa...

Sr. Presidente, não quero entrar numa polêmica com V. Ex.^a a propósito do relógio. Entretanto, quero apenas que o tempo seja igual para todos que assomam a esta tribuna para defender emendas. (Apupos no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sabe V. Ex.^a da simpatia, do apreço e do encanto que tenho por sua pessoa, tanto que até me esqueço do relógio quando ouço, inclusive nas questões de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, só lamento que esse encanto que V. Ex.^a tem por este Constituinte não se tenha transformado na atitude democrática de votar meu pedido de destaque de votação em separado e que não seja agora que me dá o mesmo tempo teve a liderança do partido de V. Ex.^a

Sr. Presidente, o destaque que vai ser votado agora, fruto da fusão de emendas, é um acordo contrário aos interesses dos trabalhadores, pois ele negocia a estabilidade. Nesta tarde, se ele for aprovado, a estabilidade estará sendo colocada na lata de lixo.

Amanhã, Sr. Presidente, quando os trabalhadores e os sindicatos colocarem a verdade nas ruas sobre quem votou contra ou a favor da estabilidade, virão aqui aos gritos contra a CUT, contra os sindicatos, porque os trabalhadores, que são sugados, que vivem nas favelas e, agora, sofem com as enchentes, como no Rio de Janeiro, que são dispensados, jogados na rua, serão tratados por este acordo como uma peça secundária. Então lhes darão algumas migalhas, como foi sempre o pensamento da burguesia brasileira: dar migalhas aos de baixo e nunca aceitar dar a dignidade, a cidadania àqueles que constroem a riqueza deste País. Não queremos tudo para os trabalhadores. Há uma emenda apresentada aqui pelo Deputado Domingos Leonelli que possibilita um acordo: concede alguma coisa aos trabalhadores e não tudo ao capital. Este é o nosso objetivo. Por isso, encaminho contra e peço que derrote-mos a emenda do grande acordo contra os interesses dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Relator da matéria, para depois passarmos à votação.

Mais tarde ouvirei a questão de ordem solicitada.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Constituintes, talvez minha palavra, como sempre, não venha carregada de emoção. Trata-se de saber se este acordo, ainda há pouco estigmatizado na tribuna, fere ou concede direitos aos trabalhadores. O que se põe aqui em discussão não é a agressão desnecessária, descabida e imotivada sofrida pelo líder Mário Covas, que acabou de demonstrar que nenhuma liderança

se afirma pela omissão, quando assumiu o ônus, a responsabilidade de ser patrono de um acordo que eventualmente possa não estar agradando a certo setor. Cabe-me isto sim, fazer a dedução do que existe no texto, motivo do chamado acordo. O que ouvi durante vários dias, noites seguidas, quando se pretendia estabelecer um acordo entre todas as lideranças? Que, quando não fosse possível, quando não se chegasse a uma meta final, pelo menos conseguíssemos aportar o barco do acordo no chamado Cabral I, aquele que dizia, no seu texto, que ficava garantido o emprego contra a despedida imotivada, nos termos da lei. Pois bem, Srs. Constituintes, ousou dizer-lhes que este texto dá muito mais do que dá o Cabral I. Observem, é uma questão de leitura: "Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa" vírgula: Aqui está um período, que inscreve, esculpe com letras de ouro a garantia contra a despedida imotivada, porque só depois da vírgula é que se diz: "...nos termos da lei complementar, que proverá indenização compensatória". A lei complementar é que cuidará da indenização. E mais, dentre outros direitos, o que esse texto assegura? Que a lei complementar cuide da indenização, sem que isto prejudique outros direitos já adquiridos pelo trabalhador. Portanto, não cabe aqui discutir se isso é prejudicial para o trabalhador.

Louvo, em primeiro lugar, o cidadão que, digo e repito, é o patrono da conciliação, o Sr. Constituinte Presidente Ulysses Guimarães (palmas) e os que tiveram a coragem de verificar que, nesta tarde, neste plenário, há um vitorioso e um perdedor. O vitorioso é o acordo, em função do que a sociedade pode caminhar. O perdedor é o impasse. Não há perdedor entre os Constituintes. Não há vitoriosos entre nós. Vitoriosa será a sociedade civil, que não se verá submergir em um caminho que não sabíamos para onde poderia correr.

Como Relator, honra-me dar parecer favorável à aprovação do acordo até para que não me perca na omissão em que tanto se perde. (Palmas.)

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta votação abre um precedente (apupos no plenário) — pretendo usar da palavra e espero que V. Ex.^a, Sr. Presidente, me assegure este direito — no que diz respeito à votação dos destaques para a votação em separado. A se manter este critério, a minoria na Assembléia Nacional Constituinte não terá mais possibilidade de fazer com que suas opiniões sejam objeto de voto. Esta é a primeira questão que coloco para que V. Ex.^a reflita, porque isso faz parte do processo democrático e do Regimento Interno aprovado.

A segunda questão trata da posição da bancada do Partido Comunista do Brasil: manifestamos-nos contra esse acordo, porque estamos aqui para defender os interesses da classe operária. Desde o começo, os trabalhadores defendem a estabilidade no emprego. Admitimos, na Comissão de Sistematização, negociar a proibição da demissão imotivada. Para mostrar flexibilidade, chegamos a admitir a proposta submetida à Mesa

Quero, em nome do Partido Comunista do Brasil, dizer que discordamos desse acordo por considerar que ele fere os interesses da classe operária brasileira.

O Sr. Eraldo Tinoco — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ERALDO TINOCO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na qualidade de autor da Emenda nº 1.804, pertinente à matéria, encaminhei requerimento a V. Exª, no sentido de que figure como co-autor da emenda, já que a matéria reflete o interesse dos verdadeiros trabalhadores brasileiros.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, já declinei, desta tribuna, minha posição de Líder do Partido Trabalhista Brasileiro contra o acordo, mas surge uma questão de ordem: votaremos contra essa emenda, fruto de acordo e fusão de várias. É necessário que fique claro que sua aprovação tornará prejudicadas todas as demais referentes à estabilidade.

Por fim, quero esclarecer ao Sr. Relator: está dito, ao que parece, segundo o resultado da fusão, que a lei poderá vir a dispor. Se essa emenda não existisse, se não existisse texto algum, a lei poderia continuar ou vir a dispor, o que equivale a dizer que nada estamos votando, absolutamente nada, a favor da classe trabalhadora. Isso é um embuste. (Palmas.)

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra apenas para dizer que a nossa bancada votará contra e, como disse o ilustre Líder do PMDB, também estamos fazendo História. Vamos encaminhar uma declaração de voto à Mesa, que representa o pensamento da bancada do PDT neste momento.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, encaminho declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vai-se proceder à votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vem à Mesa e vai à publicação o seguinte:

REQUERIMENTO

Concessão de co-autoria

Senhor Presidente,
Comunico a V. Exª que, nos termos regimentais (§ 3º, art. 3º, da Resolução nº 3/88-ANC), estou concedendo co-autoria ao senhor Constituinte Arnaldo Faria de Sá com referência à Emenda nº 1.778.

Brasília — DF, 23 de fevereiro de 1988. — **Ronaldo César Coelho.**

Instrumento de coautoria

Os Constituintes infra-assinados, através do presente instrumento de Co-Autoria, assinam na condição de autores a Emenda nº 2P01310-4, conforme § 3º inciso II artigo 3º da Resolução nº 3 de 1988.

Brasília, de janeiro de 1988. — **Saulo Queiroz — José Maria Eymael.**

Senhor Presidente da
Assembléia Nacional Constituinte
Dr. Ulysses Guimarães

Solicito à V. Exª ser firmatária (como de fato foi) da fusão apresentada pelo 1º signatário Constituinte Afif Domingos.

Plenário da ANC. — 22-2-88. — **Erico Pegoraro.**

Senhor Presidente,
Na qualidade de autor da Emenda nº 1.804, Destaque nº 162, que trata dos Direitos dos Trabalhadores, inclusive a proteção ao emprego, na forma do Inciso I, requeiro a V. Exª a inclusão do meu nome como co-autor da Emenda de fusão, objeto do entendimento entre as várias lideranças, inclusive a do meu Partido, o PFL.

N termos
P. deferimento
Sala das sessões, 23 de fevereiro de 1988. — **Eraldo Tinoco.**

O Sr. Mauro Miranda — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que constasse meu voto "sim", omitido por defeito do placar, por se tratar de votação importante como esta.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O voto de V. Exª constará nos Anais.

O SR. MAURO MIRANDA — Pediria que o placar fosse consertado.

A Sr. Irma Passoni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Constituinte.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, não tenho certeza se meu voto foi registrado, porque no momento não consegui registrá-lo. Gostaria de anunciar com atencendência que votei "não", se, por acaso, aparecer meu voto como abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Constará dos Anais o voto de V. Exª

O Sr. Simão Sessim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. SIMÃO SESSIM (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, queria comunicar a V. Exª que votei "sim" e na hora de registrar o voto apareceu "abstenção".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM — 373

NÃO — 151

ABSTENÇÃO — 4

TOTAL — 528

A Emenda foi aprovada, ficando prejudicada a segunda fusão.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção.

Abigail Feitosa — Não.

Acival Gomes — Não.

Adauto Pereira — Sim.

Ademir Andrade — Não.

Adhemar de Barros Filho — Não.

Adolfo Oliveira — Sim.

Adroaldo Streck — Abstenção.

Adylson Motta — Sim.

Aécio de Borba — Sim.

Aécio Neves — Sim.

Afonso Camargo — Sim.

Afif Domingos — Sim.

Agassiz Almeida — Não.

Agripino de Oliveira Lima — Sim.

Airton Cordeiro — Sim.

Airton Sandoval — Sim.

Alarico Abib — Sim.

Albano Franco — Sim.

Albérico Cordeiro — Sim.

Albérico Filho — Sim.

Alceni Guerra — Sim.

Aldo Arantes — Não.

Alércio Dias — Sim.

Alexandre Costa — Sim.

Alexandre Puzyna — Sim.

Alfredo Campos — Sim.

Almir Gabriel — Não.

Aloísio Vasconcelos — Sim.

Aloysio Chaves — Sim.

Aloysio Teixeira — Sim.

Aluizio Bezerra — Sim.

Aluizio Campos — Sim.

Álvaro Antônio — Sim.

Álvaro Pacheco — Sim.

Álvaro Valle — Sim.

Alysson Paulinelli — Sim.

Amaral Netto — Sim.

Amaury Müller — Não.

Amílcar Moreira — Sim.

Ângelo Magalhães — Sim.

Anna Maria Rattes — Não.

Annibal Barcellos — Sim.

Antero de Barros — Não.

Antônio Britto — Sim.

Antônio Câmara — Sim.

Antônio Carlos Franco — Sim.

Antônio Carlos Konder Reis — Sim.

Antônio Carlos Mendes Thame — Não.

Antônio de Jesus — Sim.

Antonio Farias — Sim.

Antonio Ferreira — Sim.

Antonio Gaspar — Sim.
 Antonio Mariz — Não.
 Antonio Perosa — Sim.
 Antonio Salim Curiati — Sim.
 Antonio Ueno — Sim.
 Arnaldo Faria de Sá — Não.
 Arnaldo Martins — Sim.
 Arnaldo Moraes — Sim.
 Arnaldo Prieto — Sim.
 Arnold Fioravante — Sim.
 Arnolde de Oliveira — Sim.
 Artenir Werner — Sim.
 Artur da Távola — Sim.
 Asdrubal Bentes — Sim.
 Assis Canuto — Sim.
 Átila Lira — Sim.
 Augusto Carvalho — Não.
 Basílio Villani — Sim.
 Benedicto Monteiro — Não.
 Benedita da Silva — Não.
 Benito Gama — Sim.
 Bernardo Cabral — Sim.
 Beth Azize — Não.
 Bezerra de Melo — Sim.
 Bocayuva Cunha — Não.
 Bonifácio de Andrada — Sim.
 Bosco França — Sim.
 Brandão Monteiro — Não.
 Cardoso Alves — Sim.
 Carlos Alberto — Sim.
 Carlos Alberto Caó — Não.
 Carlos Benevides — Sim.
 Carlos Cardinal — Não.
 Carlos Chiarelli — Abstenção
 Carlos Cotta — Não.
 Carlos De'Carli — Sim.
 Carlos Mosconi — Não.
 Carlos Sant'Anna — Sim.
 Carlos Vinagre — Sim.
 Carlos Virgílio — Sim.
 Carrel Benevides — Sim.
 Cássio Cunha Lima — Sim.
 Célio de Castro — Não.
 Celso Dourado — Não.
 César Cals Neto — Sim.
 César Maia — Não.
 Chagas Duarte — Sim.
 Chagas Neto — Sim.
 Chagas Rodrigues — Não.
 Chico Humberto — Não.
 Christóvam Chiaradia — Sim.
 Cid Carvalho — Sim.
 Cid Sabóia de Carvalho — Não.
 Cláudio Ávila — Sim.
 Cleonânio Fonseca — Sim.
 Costa Ferreira — Não.
 Cunha Bueno — Sim.
 Dálton Canabrava — Sim.
 Darcy Deitos — Sim.
 Darcy Pozza — Sim.
 Daso Coimbra — Sim.
 Del Bosco Amaral — Sim.
 Delfim Netto — Sim.
 Délio Braz — Sim.
 Denisar Arneiro — Sim.
 Dionísio Dal Prá — Sim.
 Dionísio Hage — Sim.
 Dirce Tutu Quadros — Não.
 Dirceu Carneiro — Sim.
 Divaldo Suruagy — Sim.
 Djenal Gonçalves — Sim.

Domingos Juvenil — Sim.
 Domingos Leonelli — Não.
 Doreto Campanari — Não.
 Edésio Frias — Não.
 Edison Lobão — Sim.
 Edivaldo Motta — Sim.
 Edme Tavares — Não.
 Edmilson Valentim — Não.
 Eduardo Bonfim — Não.
 Eduardo Jorge — Não.
 Eduardo Moreira — Sim.
 Egídio Ferreira Lima — Sim.
 Elias Murad — Não.
 Eliel Rodrigues — Sim.
 Eliézer Moreira — Sim.
 Enoc Vieira — Sim.
 Eraldo Tinoco — Sim.
 Eraldo Trindade — Sim.
 Erico Pegoraro — Sim.
 Ervin Bonkoski — Sim.
 Euclides Scalco — Sim.
 Eunice Michiles — Sim.
 Evaldo Gonçalves — Sim.
 Expedito Machado — Sim.
 Ézio Ferreira — Sim.
 Fábio Feldmann — Sim.
 Fábio Raunheitti — Sim.
 Farabulini Júnior — Não.
 Fausto Fernandes — Sim.
 Fausto Rocha — Sim.
 Felipe Cheidde — Sim.
 Felipe Mendes — Sim.
 Feres Nader — Não.
 Fernando Bezerra Coelho — Sim.
 Fernando Cunha — Sim.
 Fernando Gasparian — Sim.
 Fernando Gomes — Sim.
 Fernando Henrique Cardoso — Sim.
 Fernando Lyra — Sim.
 Fernando Santana — Não.
 Fernando Velasco — Sim.
 Firmo de Castro — Sim.
 Flavio Palmier da Veiga — Sim.
 Flávio Rocha — Sim.
 Florestan Fernandes — Não.
 Floriceno Paixão — Não.
 França Teixeira — Sim.
 Francisco Amaral — Não.
 Francisco Benjamim — Sim.
 Francisco Carneiro — Sim.
 Francisco Coelho — Sim.
 Francisco Dornelles — Sim.
 Francisco Kuster — Não.
 Francisco Pinto — Não.
 Francisco Rollemberg — Sim.
 Francisco Rossi — Não.
 Furtado Leite — Sim.
 Gabriel Guerreiro — Sim.
 Gastone Righi — Não.
 Genebaldo Correia — Sim.
 Genésio Bernardino — Sim.
 Geovah Amarante — Sim.
 Geovani Borges — Sim.
 Geraldo Alckmin Filho — Sim.
 Geraldo Bulhões — Sim.
 Geraldo Campos — Não.
 Geraldo Fleming — Sim.
 Geraldo Melo — Não.
 Gerson Camata — Não.
 Gerson Marcondes — Sim.
 Gidel Dantas — Sim.

Gil César — Sim.
 Gilson Machado — Sim.
 Gonzaga Patriota — Sim.
 Guilherme Palmeira — Sim.
 Gumercindo Milhomem — Não.
 Gustavo de Faria — Sim.
 Harlan Gadelha — Não.
 Haroldo Lima — Não.
 Haroldo Sabóia — Não.
 Hélio Costa — Não.
 Hélio Duque — Não.
 Hélio Manhães — Não.
 Hélio Rosas — Sim.
 Henrique Córdova — Sim.
 Henrique Eduardo Alves — Sim.
 Heráclito Fortes — Sim.
 Hermes Zaneti — Não.
 Hilário Braun — Sim.
 Homero Santos — Sim.
 Humberto Lucena — Sim.
 Humberto Souto — Sim.
 Iberê Ferreira — Sim.
 Ibsen Pinheiro — Sim.
 Inocêncio Oliveira — Sim.
 Irajá Rodrigues — Sim.
 Iram Saraiva — Não.
 Irupuan Costa Júnior — Sim.
 Irma Passoni — Não.
 Ismael Wanderley — Não.
 Itamar Franco — Não.
 Ivo Cersósimo — Sim.
 Ivo Lech — Sim.
 Ivo Mainardi — Não.
 Ivo Vanderlinde — Sim.
 Jacy Scanagatta — Sim.
 Jairo Azi — Não.
 Jairo Carneiro — Sim.
 Jalles Fontoura — Sim.
 Jamil Haddad — Não.
 Jarbas Passarinho — Sim.
 Jayme Paliarín — Não.
 Jayme Santana — Sim.
 Jesualdo Cavalcanti — Sim.
 Jesus Tajra — Sim.
 Joaci Góes — Sim.
 João Agripino — Não.
 João Calmon — Sim.
 João Carlos Bacelar — Sim.
 João Castelo — Sim.
 João Cunha — Não.
 João da Mata — Sim.
 João de Deus Antunes — Sim.
 João Lobo — Sim.
 João Machado Rollemberg — Sim.
 João Menezes — Não.
 João Natal — Não.
 João Paulo — Não.
 João Rezek — Sim.
 Joaquim Bevilacqua — Não.
 Joaquim Francisco — Sim.
 Joaquim Sucena — Sim.
 Jofran Frejat — Sim.
 Jonas Pinheiro — Sim.
 Jonival Lucas — Sim.
 Jorge Arbage — Sim.
 Jorge Bornhausen — Sim.
 Jorge Hage — Não.
 Jorge Leite — Sim.
 Jorge Medauar — Sim.
 Jorge Queved — Não.
 Jorge Vianna — Sim.

José Agripino — Sim.
José Camargo — Sim.
José Carlos Coutinho — Sim.
José Carlos Grecco — Sim.
José Carlos Martínez — Sim.
José Carlos Sabóia — Não.
José Carlos Vasconcelos — Não.
José Costa — Sim.
José da Conceição — Não.
José Dutra — Sim.
José Elias — Sim.
José Fernandes — Não.
José Fogaça — Não.
José Genoíno — Não.
José Geraldo — Sim.
José Guedes — Sim.
José Ignácio Ferreira — Sim.
José Jorge — Sim.
José Lins — Sim.
José Lourenço — Sim.
José Luiz de Sá — Sim.
José Luiz Maia — Sim.
José Maranhão — Sim.
José Maria Eymael — Sim.
José Maurício — Não.
José Melo — Sim.
José Mendonça Bezerra — Sim.
José Moura — Sim.
José Paulo Bisol — Não.
José Queiroz — Não.
José Richa — Sim.
José Santana de Vasconcellos — Sim.
José Serra — Sim.
José Tavares — Sim.
José Teixeira — Sim.
José Thomaz Nonô — Sim.
José Tinoco — Sim.
José Ulisses de Oliveira — Sim.
José Viana — Sim.
Jovanni Masini — Sim.
Juarez Antunes — Não.
Júlio Campos — Sim.
Júlio Costamilan — Não.
Jutahy Magalhães — Sim.
Koyu Iha — Sim.
Lael Varella — Sim.
Lavoisier Maia — Sim.
Leite Chaves — Não.
Lélio Souza — Sim.
Leopoldo Bessone — Sim.
Leopoldo Peres — Sim.
Leur Lomanto — Sim.
Levy Dias — Sim.
Lezio Sathler — Não.
Lídice da Mata — Não.
Lourenberg Nunes Rocha — Sim.
Lourival Baptista — Sim.
Lúcia Braga — Não.
Lúcia Vânia — Sim.
Lúcio Alcântara — Sim.
Luís Eduardo — Sim.
Luís Roberto Ponte — Sim.
Luiz Alberto Rodrigues — Sim.
Luiz Freire — Não.
Luiz Gushiken — Não.
Luiz Inácio Lula da Silva — Não.
Luiz Leal — Sim.
Luiz Marques — Sim.
Luiz Salomão — Não.
Luiz Soyer — Sim.
Luiz Viana — Sim.

Luiz Viana Neto — Sim.
Lysâneas Maciel — Não.
Maguito Vilela — Sim.
Maluly Neto — Sim.
Manoel Castro — Sim.
Manoel Moreira — Sim.
Manoel Ribeiro — Sim.
Mansueto de Lavor — Não.
Manuel Viana — Sim.
Marcelo Cordeiro — Sim.
Márcia Kubitschek — Sim.
Márcio Lacerda — Sim.
Marco Maciel — Sim.
Marcondes Gadelha — Sim.
Marcos Lima — Sim.
Maria de Lourdes Abadia — Não.
Maria Lúcia — Sim.
Mário Assad — Não.
Mário Covas — Sim.
Mário de Oliveira — Sim.
Mário Lima — Sim.
Mário Maia — Não.
Marluce Pinto — Sim.
Matheus Iensen — Sim.
Maurício Campos — Sim.
Maurício Corrêa — Não.
Maurício Fruet — Sim.
Maurício Nasser — Sim.
Maurício Pádua — Sim.
Maurílio Ferreira Lima — Não.
Mauro Benevides — Sim.
Mauro Campos — Sim.
Mauro Sampaio — Não.
Max Rosenmann — Sim.
Meira Filho — Sim.
Mello Reis — Sim.
Melo Freire — Sim.
Mendes Botelho — Não.
Mendes Canale — Sim.
Mendes Ribeiro — Não.
Messias Góis — Sim.
Messias Soares — Sim.
Michel Temer — Sim.
Milton Barbosa — Sim.
Milton Reis — Sim.
Miraldo Gomes — Sim.
Miro Teixeira — Não.
Moema São Thiago — Não.
Moysés Pimentel — Não.
Mozarildo Cavalcanti — Sim.
Mussa Demes — Sim.
Myrian Portella — Não.
Nabor Júnior — Sim.
Naphtali Alves de Souza — Sim.
Narciso Mendes — Sim.
Nelson Aguiar — Não.
Nelson Carneiro — Sim.
Nelson Jobim — Sim.
Nelson Sabrá — Sim.
Nelson Seixas — Não.
Nelson Wedekin — Sim.
Nelton Friedrich — Não.
Nestor Duarte — Sim.
Nilso Sguarezi — Não.
Nilson Gibson — Sim.
Nion Albernaz — Sim.
Noel de Carvalho — Não.
Nyder Barbosa — Sim.
Octávio Elísio — Não.
Olívio Dutra — Não.
Onofre Corrêa — Sim.

Orlando Pacheco — Sim.
Oscar Corrêa — Sim.
Osmar Leitão — Sim.
Osmir Lima — Sim.
Osmundo Rebouças — Sim.
Oswaldo Bender — Sim.
Oswaldo Coelho — Sim.
Oswaldo Macedo — Sim.
Oswaldo Sobrinho — Não.
Oswaldo Almeida — Sim.
Oswaldo Lima Filho — Não.
Oswaldo Trevisan — Sim.
Ottomar Pinto — Sim.
Paes de Andrade — Não.
Paes Landim — Sim.
Paulo Delgado — Não.
Paulo Macarini — Sim.
Paulo Marques — Sim.
Paulo Mincaroni — Sim.
Paulo Paim — Não.
Paulo Pimentel — Sim.
Paulo Ramos — Não.
Paulo Roberto — Sim.
Paulo Roberto Cunha — Sim.
Paulo Zarzur — Sim.
Pedro Canedo — Sim.
Pedro Ceolin — Sim.
Percival Muniz — Sim.
Pimenta da Veiga — Sim.
Plínio Arruda Sampaio — Não.
Plínio Martins — Não.
Pompeu de Sousa — Sim.
Rachid Saldanha Derzi — Sim.
Raimundo Bezerra — Sim.
Raimundo Lira — Sim.
Raimundo Rezende — Sim.
Raquel Cândido — Sim.
Raquel Capiberibe — Não.
Raul Ferraz — Não.
Renan Calheiros — Não.
Renato Johnsson — Não.
Renato Vianna — Sim.
Ricardo Fiuza — Sim.
Ricardo Izar — Sim.
Rita Camata — Não.
Rita Furtado — Sim.
Roberto Augusto — Sim.
Roberto Brant — Sim.
Roberto Campos — Sim.
Roberto D'Ávila — Não.
Roberto Freire — Não.
Roberto Jefferson — Não.
Roberto Rollemberg — Sim.
Roberto Torres — Sim.
Roberto Vital — Sim.
Robson Marinho — Sim.
Rodrigues Palma — Sim.
Ronaldo Aragão — Sim.
Ronaldo Carvalho — Sim.
Ronaldo Cezar Coelho — Sim.
Ronan Tito — Sim.
Ronaro Corrêa — Sim.
Rosa Prata — Sim.
Rose de Freitas — Não.
Rospide Netto — Sim.
Rubem Branquinho — Sim.
Rubem Medina — Sim.
Ruben Figueiró — Sim.
Ruberval Pilotto — Sim.
Ruy Bacelear — Sim.
Ruy Nedel — Sim.

Sadie Hauache — Sim.
 Salatiel Carvalho — Sim.
 Samir Achôa — Sim.
 Sandra Cavalcanti — Sim.
 Santinho Furtado — Não.
 Sarney Filho — Sim.
 Saulo Queiroz — Sim.
 Sérgio Brito — Sim.
 Sérgio Spada — Não.
 Sérgio Wernick — Sim.
 Severo Gomes — Sim.
 Sigmarina Seixas — Não.
 Sílvia Abreu — Não.
 Simão Sessim — Abstenção.
 Siqueira Campos — Sim.
 Sólton Borges dos Reis — Não.
 Sotero Cunha — Sim.
 Stêlio Dias — Sim.
 Tadeu França — Não.
 Telmo Kirst — Sim.
 Teotônio Vilela Filho — Sim.
 Theodoro Mendes — Não.
 Tito Costa — Sim.
 Ubiratan Aguiar — Sim.
 Ubiratan Spinelli — Sim.
 Uldurico Pinto — Não.
 Valmir Campelo — Sim.
 Valter Pereira — Sim.
 Vasco Alves — Não.
 Vicente Bogo — Não.
 Victor Faccioni — Sim.
 Victor Fontana — Sim.
 Vilson Souza — Não.
 Vingt Rosado — Sim.
 Vinícius Cansanção — Sim.
 Virgildásio de Senna — Sim.
 Virgílio Galassi — Sim.
 Virgílio Guimarães — Não.
 Virgílio Távora — Sim.
 Vitor Buaiz — Não.
 Vivaldo Barbosa — Não.
 Vladimir Palmeira — Não.
 Wagner Lago — Sim.
 Waldeck Omélas — Sim.
 Waldyr Pugliesi — Não.
 Walmor de Luca — Não.
 Wilma Maia — Não.
 Wilson Campos — Sim.
 Wilson Martins — Sim.
 Ziza Valadares — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vem à Mesa e vai à publicação as seguintes:

DECLARAÇÕES DE VOTOS

Declaração de voto apresentada, pelo Deputado Constituinte Virgildásio de Senna, ao inciso I, do art. 7º, do Projeto de Constituição.

A estabilidade no emprego, a garantia do emprego, a proteção do emprego contra despedidas sem justa causa, qualquer que seja o nome pelo qual a questão seja apresentada, transformou-se num dos temas mais polêmicos e mais discutidos pela Assembléia Nacional Constituinte.

Durante meses foi a matéria discutida em longas e, às vezes, tediosas reuniões, produzindo-se argumentos e contra-argumentos em defesa de uma ou outra posição.

Ao longo desse período cristalizou-se em minha consciência a convicção de que.

a) não existe viabilidade, no momento em que estamos vivendo, de apoio de constituintes em número que assegure a aprovação de um dispositivo estabelecendo o princípio da estabilidade no emprego, como é hoje praticado no Japão e como desejam ver aplicado no Brasil, grupos políticos e algumas organizações sindicais;

b) não existe viabilidade, por outro lado, para o patronato romper, impunemente sem motivação ou justa causa, contratos de trabalho, como desejavam e desejam setores intransigentes e reacionários do empresariado e representantes políticos a eles vinculados na Constituinte.

Em face do impasse, forças que sempre agem contra a existência da democracia no Brasil e pregam o retrocesso político-institucional — os autoritários, os fascistas, os aproveitadores, os inconformados com a possibilidade do avanço democrático — querem fazê-lo pretexto para garrotear as liberdades públicas e desestabilizar a Assembléia Nacional Constituinte.

Foi com esse propósito que o Ministro Antônio Carlos Magalhães propôs “zerar o trabalho da Constituinte e nomear uma comissão de juristas para elaborar uma nova Constituição, tendo por base a de 1946”.

Consciente e alertado do trabalho e das articulações dos inimigos da democracia, as forças mais responsáveis da Constituinte, aquelas que não desejam, apenas, votar para marcar posição e agradar determinados segmentos da sociedade, enfim as forças que têm compromissos com o futuro democrático do País, juntaram seus esforços para desarmar as articulações que se forjavam e preparar um texto que mesmo representando um recuo em relação às nossas expectativas, permitisse abrir espaços a futuros avanços nessa área.

Com tais fundamentos venho declarar que embora preferisse o texto elaborado pelo DIAP votei pela proposta do “acordo” que mereceu o apoio do PMDB, por ser aquele, que nas atuais circunstâncias, sem significar recuo, assegura às classes trabalhadoras a possibilidade de ampliar sua faixa de direitos podendo, inclusive, num futuro que espero não seja remoto, conquistar a desejada estabilidade.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1988. — **Virgildásio de Senna.**

Pena que não fosse possível adotar-se, nesta oportunidade, um texto que compatibilizasse a relação de emprego com o já disposto em outras legislações, como a da França e a Itália. Negar meu voto ao texto acordado poderia contribuir, entretanto, para protelar o curso dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, com grave ameaça à normalidade constitucional. Mas não me posso comprometer com a redação anunciada para as Disposições Transitórias, com base no FGTS. A melhor solução estaria, a meu ver, neste caso, no pagamento de um mês por ano de trabalho. Finalmente inclui entre “outros direitos” a possibilidade da reintegração do trabalhador arbitrariamente despedido ou sem justa causa.

Sala da Assembléia Nacional Constituinte, 23 de fevereiro de 1988. — **Nelson Carneiro** — PMDB.

Considero altamente lesiva aos legítimos direitos do trabalhador a proposta de fusão de emendas destinadas a constituir o texto substitutivo do inciso I do art. 7º do Projeto (ou inciso I do art. 8º do substitutivo). Rendo-me, entretanto, à evidência de que a intransigência dos componentes do grupo autodenominado “centrão” torna praticamente impossível a aprovação de um texto razoável diante desta situação e da necessidade de aprovar-se, com a devida urgência, o Projeto de Constituição. Submeto-me à contingência de votar de acordo com a liderança do meu Partido, na esperança de que possamos, em curto prazo, elaborar uma lei complementar que torne as relações de trabalho menos injustas em nosso País.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1988. — **Pompeu de Souza.**

Registro nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte, que o texto aprovado por acordo entre o PMDB, PFL e PDS acerca das condições de demissão, da forma que está disposto, impede que os “outros direitos” que seguem a indenização, em qualquer momento venham a substituir aquela ou ter sobre ela procedências via lei complementar.

É da responsabilidade daqueles Partidos tal aprovação. Responsabilidade histórica. — **César Maia** — PDT — RJ.

O Sr. Virgildásio de Senna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para manifestar que votei “sim”, com declaração de voto. Peço a V. Exª que faça publicá-la nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Poderá V. Exª encaminhá-la.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa anuncia a próxima emenda, que resulta de uma fusão. (Pausa.)

Passamos ao inciso IV da matéria.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou vendo que V. Exª desistiu de anunciar a próxima emenda, que é o resultado da fusão de outras emendas, por tê-la considerado prejudicada pela votação que acabamos de fazer. Mas chamaria a atenção de V. Exª para o seguinte: a emenda aprovada, na sua parte final, encerra a idéia de imposição à futura lei. Se promulgada uma nova lei sobre a matéria, esta lei há de contemplar a indenização compensatória de outros direitos. A emenda que V. Exª está considerando prejudicada encerra outra idéia, além desta. A emenda resultado da fusão dispõe sobre a futura lei ordinária ou complementar, que, além dos casos de indenização compensatória já assegurados na emenda, tratará dos de nulidade dos atos de demissão e dará também uma nova forma de encerrar a indenização e os caso de indenização. Não há dúvida, Sr. Presidente, de que esta emenda é adi-

va à emenda anterior. Ela pode ser apreciada pelo Plenário, no seu componente aditivo. Portanto, a parte que ela adiciona à idéia da emenda aprovada não pode estar prejudicada.

Encareço a V. Ex.^a que submeta a parte aditiva dessa emenda à apreciação do Plenário. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa não pode atender à solicitação de V. Ex.^a, uma vez que a matéria resultante da fusão definiu o que deveria constar o texto constitucional a respeito dos direitos e garantias dos trabalhadores De maneira que toda a matéria anterior está prejudicada.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ao ser aprovada esta matéria, tornam-se prejudicadas, é claro, nas emendas referentes ao mesmo item. Mas tenho emenda que, no seu *caput*, estabelece coisa semelhante. Ela reza que, enquanto não houver lei, a indenização será de 50 % do Fundo de Garantia. É a Emenda nº 1.994.

Minha pergunta é a seguinte: sendo que essa parte da emenda não está prejudicada, porque se aplica e se adapta ao texto que agora foi votado, como se procede? Quando ela entra em votação?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa terá de examinar o assunto levantado por V. Ex.^a. À primeira vista, entendemos que o assunto deverá ser resolvido quando votarmos o capítulo das Disposições Transitórias. Enquanto não há lei a respeito, vigoraria a preceituação de V. Ex.^a. Em todo o caso, a matéria será examinada quando apreciarmos as Disposições Transitórias

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.^a a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, houve uma prática, por sinal muito salutar para os trabalhos constitucionais, na Comissão de Sistematização. É que, antes da votação ou do enunciado de votação de emendas, o autor podia solicitar a retirada de expressões ou a votação de determinada expressão como adição a algo que foi aprovado, quando não o contrariava. Este procedimento foi muito importante porque conseguimos elaborar alguns textos significativos na Comissão de Sistematização. O que propomos agora é que seja colocado como aditiva à emenda do Constituinte Domingos Leonelli a emenda que foi apresentada com a expressão "nulidade", que é algo que não coube no acordo geral que foi feito. Como se trata de uma adição, a Casa bem poderia votá-la, porque votaria no mérito, sem prejuízo do que já se aprovou no acordo. Proporia a V. Ex.^a que aceitasse como aditiva a expressão "nulidade", constante da emenda destacada pelo Constituinte Domingos Leonelli.

O Sr. Domingos Leonelli — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a para considerar minha a solicitação feita pelo Constituinte Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Relator da matéria, em primeiro lugar, para que se manifeste a respeito do assunto.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como ressaltou o eminente Constituinte Roberto Freire, foi utilizado muitas vezes esse procedimento na Comissão de Sistematização.

O que me corre agora, Sr. Presidente, é indagar se este seria o momento azado, porque, a meu juízo, o que se pretende é escapar de uma prejudicialidade. Se V. Ex.^a aceitar o argumento do Constituinte Roberto Freire de que a emenda é aditiva, ela terá de ser levada à votação. Se entende que há prejudicialidade da matéria, como é meu entendimento, Sr. Presidente, uma vez que não foi levada no devido tempo, V. Ex.^a terá de rejeitar o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa acolhe o parecer do Relator, inclusive quanto à intempestividade de a matéria ter sido levantada.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria contraditar, entendendo a argumentação do Relator. O problema é que esta adição não é de artigo, nem de parágrafo, mas de termo, a algo que já foi votado. Portanto, teria de ser votada agora. E digo mais, seria quase uma definição dos outros direitos. Já in a definir-se no corpo constitucional algo que a legislação complementar amanhã regulamentará. É tipicamente uma adição. Não há qualquer predialidade, porque o acordo não votou contra a questão de nulidade. Ela poderá ser votada agora. Nenhuma das emendas falava em questão de nulidade. Portanto, não há prejudicialidade concreta em termos de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa não vê como atender à solicitação, eis que não foi apresentada tempestivamente. A emenda foi apresentada como substitutiva; como tal, com esta tipificação — a Mesa pede a compreensão dos interessados — não pode submetê-la à votação.

O Sr. Domingos Leonelli — Sr. Presidente, solicito então que seja transformada em aditiva para o final deste Capítulo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Não será possível porque já passou a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vem à Mesa e vai a publicação o seguinte:

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional Constituinte

Requeremos a V. Ex.^a, nos termos regimentais (§ 2º, do art. 3º da Resolução nº 3/88—ANC), a fusão das Emendas Nºs 2P00633 — 7, 2P00814 — 3, 2P00825 — 9, 2P01.826 — 2, 2P01.887 — 4, 2P01.059 — 8, resultando no seguinte texto: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos, de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1988. — **Marcelo Cordeiro** — **Walmor de Luca** — **Nelson Sabrá** — **Henrique Eduardo Alves** — **Vasco Alves** — **Nelton Friedrich**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa anuncia a fusão das emendas referentes ao inciso IV com o seguinte texto:

"Salário mínimo, fixado em lei nacional, unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais, básicas, e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos, de modo a preservar o poder aquisitivo, vetadas as vinculações sob qualquer fim."

A emenda é analítica ao texto, que era sintético, sobre a área de cobertura social do salário mínimo. Estabelece-se os itens moradia, educação, saúde etc.

A fusão decorre das emendas dos nobres Constituintes Marcelo Cordeiro, Nelson Sabrá, Vasco Alves, Walmor de Luca, Henrique Eduardo Alves e Nelton Friedrich.

Para encaminhar a proposição, concedo a palavra a um dos autores da fusão, Constituinte Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO CORDEIRO (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Constituintes, compareço à tribuna para discutir matéria que inevitavelmente teria de integrar o corpo da nossa Carta Magna. Resulta ela de um longo e trabalhado processo de debates que se desenrola desde as Subcomissões da Constituinte.

Seis autores — Constituintes Nelson Sabrá, Vasco Alves, Walmor de Luca, Henrique Eduardo Alves, Nelton Friedrich e eu — fundiram esta emenda, que nada mais é do que uma compilação da experiência histórica brasileira, desde que em meados deste século se instituiu entre nós o salário mínimo.

Não haverá progresso, alterações substanciais na economia brasileira, nas relações de produção do País, se neste Capítulo da Constituição brasileira não se incluírem direitos que renovem, alterem, revolucionem por completo as arcaicas e atrasadas relações de trabalho entre nós. E dentre estas transformações é fundamental que se retirem do reino do arbítrio, das decisões pessoais

da técnico-burocracia — muitas vezes irresponsáveis — as decisões sobre matéria tão substantiva que constitui o dia-a-dia, a vida, o bem-estar, as garantias mínimas dos trabalhadores brasileiros. Entre estas matérias está a definição do salário mínimo. Sempre deferimos ao trabalhador o salário mínimo. Ao longo do tempo, todavia, nunca se deu ao salário mínimo as garantias, as características definidoras que lhe conferissem estabilidade e permanência. Assim é que esta emenda, se não inova no sentido de construir, de inventar e de imaginar um texto novo, agrega, compila, reflete o que há de melhor na experiência legislativa sobre essa questão.

O salário mínimo fixado em lei é uma conquista recente, porque durante o período ditatorial foi fixado por decreto-lei. Somente a partir do último período ditatorial, logrou-se, por pressão do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, que o salário mínimo viesse a ser definido a partir de lei votada no Congresso Nacional. Para que o salário mínimo fosse nacionalmente unificado — hoje felizmente em vigor — foi necessário que, desde 1984, por um processo gradual, fosse introduzido para sanar uma discrepância, uma discriminação odiosa entre as regiões do País, como se através da lei o salário pudesse consolidar as odiosas diferenciações regionais que entre nós ainda prevalecem. Foi a partir de uma decisão do Congresso Nacional, quando votava as leis salariais, em 1984, por iniciativa de uma emenda do Senador Mauro Benevides, que logramos estabelecer o salário mínimo unificado. E hoje, com esta emenda, o transportamos para o texto da nossa Carta Magna. Além de estar nacionalmente unificado, o salário mínimo, desde que criado, sempre teve como finalidade principal satisfazer às necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Todavia, essas necessidades eram definidas pelo arbítrio do burocrata que elaborasse a proposta governamental. É necessário que esse arbítrio seja substituído por um elenco claramente definido dos componentes do cálculo do salário mínimo no País. E essa emenda, agora fundida por seis Constituintes, determina, como itens componentes do salário mínimo: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Como um consenso que se vem estabelecendo entre trabalhadores e empresários, verificou-se que o arbítrio que existia sobre o salário mínimo terminava por prejudicar não apenas a classe trabalhadora, mas também as diferenciações dos itens que calculavam o valor nominal do salário, infringindo perdas substanciais ao poder aquisitivo do povo e, em consequência, esvaziando o mercado interno brasileiro.

É da essência do desenvolvimento capitalista que ele se dê de tal forma que não faleçam os meios de compra, que não se diminua a capacidade da economia de alimentar o investimento interno.

Esta matéria, portanto, diz respeito aos interesses fundamentais da classe trabalhadora; é estratégica em qualquer processo de desenvolvimento global da economia e da sociedade brasileira.

Por outro lado, Sr. Presidente, ainda propomos que esses reajustes sejam periódicos, a fim de que seja mantido o poder aquisitivo do salário e que lhe seja vedado vinculação para qualquer fim.

Obtivemos, com a emenda que apresentamos, parecer favorável do Relator e acrescentamos — enriquecendo-a mais — contribuições dos demais Constituintes, especialmente do colega Nelson Friedrich, que acrescenta a este item a higiene — elemento essencial à conservação da vida, bem-estar e satisfação das necessidades básicas do trabalhador e sua família.

Assim sendo, Sr. Presidente, esperamos que este Plenário, esteja à altura dos anseios de modernidade e consolide uma concepção justa, uma concepção moderna, uma concepção democrática para o salário mínimo no Brasil, para que ele não seja mais instrumento de humilhação, mas de promoção efetiva, de direito totalmente assegurado na Carta Magna de todos dos brasileiros.

O Sr. Carlos Sant'Anna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, uma única dúvida permanece entre vários Constituintes: a emenda fundida refere-se a salário mínimo fixado em lei, “para atender às suas necessidades vitais básicas,” e fala em Previdência Social. Ficamos na dúvida se, neste caso, para o cálculo do salário mínimo, cabe apenas ao empregador pagar à Previdência Social, e não como ocorre atualmente, a Previdência tem uma parte paga pelo empregador e outra pelo empregado. Minha colocação é importante, porque, com as dificuldades de caixa da Previdência Social isso poderá, evidentemente, representar um problema muito sério. Por isto, acho que a questão merece uma informação especial.

O Sr. Marcelo Cordeiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação complementar, em face da colocação do Deputado Carlos Sant'Anna, que considero justa e oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª para o devido esclarecimento.

O SR. MARCELO CORDEIRO (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o trabalhador de salário mínimo, como qualquer assalariado, contribui para a Previdência Social. No momento em que o salário mínimo for fixado, que se ponha como item do cálculo a parte que lhe é descontada como contribuição previdenciária, de forma que não se exclua nem omita aquilo que ele paga como se não fosse um pagamento e não saísse da parte que compõe o seu próprio salário. A contribuição à Previdência é um desconto do salário; não é algo além ou fora do salário. É parte integrante dele, como, de resto, de qualquer salário. Mas, no cálculo do salário mínimo, que visa a garantir condições mínimas de vida ao trabalhador e sua família, que não se deixe de computar este item, para que o salário mínimo seja elaborado com base nos itens reais que, efetivamente, sobre ele incidem.

O Sr. Carlos Sant'Anna — Neste caso, é o empregador que paga o salário do empregado.

O SR. MARCELO CORDEIRO — Diria ao trabalhador, porque o trabalhador para uma parte, e o patrão, outra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos continuar ouvindo as opiniões favoráveis ou contrárias.

Dou a palavra ao Constituinte Luiz Soyer para se manifestar contrariamente.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Constituintes, quanto ao espírito da matéria, não há a menor dúvida de que todos somos favoráveis. O que me preocupa é este desdobramento, porque o texto da Comissão de Sistematização diz, de maneira genérica, que o salário mínimo nacionalmente unificado terá de satisfazer a todas as necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Poder-se-á entender esta especificação da emenda Marcelo Cordeiro até como uma limitação, porque se amanhã passar a existir, com o desenvolvimento tecnológico e científico, outra necessidade para o trabalhador, precisará ser somada no cálculo do salário mínimo. Não estando ela especificada na Constituição, parece-me que o trabalhador será prejudicado, porque esta necessidade não poderá ser adicionada no cálculo do salário mínimo, já que não está explicitada na Constituição. O texto da Comissão de Sistematização é mais abrangente e poderá cobrir toda e qualquer necessidade, independentemente da discriminação existente na Constituição.

Quero levantar esta hipótese porque, no caso em tela, está-se restringindo tão-somente a estes valores: alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde, transporte, previdência social, lazer e, agora, higiene, que também é um valor que precisa ser acobertado. Não constando do Texto Constitucional, será vetada a soma do valor correspondente a esta necessidade para a composição do cálculo do salário mínimo. Por isto o texto da Comissão de Sistematização satisfaz, por não especificar quais as necessidades, mas deixar aberta esta possibilidade para cobertura de todas as necessidades. Qualquer necessidade básica atualmente existente, ou que venha a existir, não contida na Emenda Marcelo Cordeiro, não poderá ser coberta pelo cálculo.

Esta a observação que gostaria de fazer, visando tão-somente a uma melhoria para a classe trabalhadora.

É este o aspecto que queria salientar, para a consideração dos nobres Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está com a palavra o nobre Constituinte Nelson Friedrich, um dos autores da fusão.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Constituintes, como autor originário desta proposta, agora agregada à fusão, à subscrição e à co-autoria de diversos outros Constituintes, cujos nomes lerei no final, desejo neste instante fazer um apelo à reflexão de todos os membros da Assembléia Nacional Constituinte. Não podemos passar à margem, neste momento, de uma realidade que hoje atinge 42% da força de trabalho neste País. São milhões de brasileiros que ganham até um salário mínimo. Não há um Constituinte que, durante a campanha eleitoral, durante sua trajetória político-partidária, não tenha feito pregação da necessidade de melhoria das condi-

ções de vida do trabalhador e de que o salário mínimo não é de fome. Não se pretende, através da lei, fazer grandes alterações, mas não podemos deixar, nesta Constituição, de anunciar as necessidades básicas, porque há um compromisso de cada Constituinte no sentido de que tais necessidades tenham como ponto mínimo estabelecer uma vida digna ao trabalhador. O salário mínimo no Brasil é um dos menores do mundo. É uma violência social. Um engraxate, na Holanda, em dois dias, percebe o que um brasileiro ganha em um mês; um lixeiro, em Paris, em dois dias percebe o que um brasileiro de salário mínimo recebe em 30 dias. Precisamos, pois, preservar, acima de tudo, o valor real do salário e, para isso, é necessário que na Constituição definamos os fatores de cálculo do salário mínimo. Hoje, Sr. Presidente, quando a tecnocracia se fecha em gabinetes, com base em artigo da CLT, apenas computa cinco fatores, quais sejam: moradia, alimentação, vestuário, higiene e transporte. Pergunto: pode um Constituinte aqui deixar de votar uma proposta que prevê que também deve ser fator de cálculo para o salário mínimo a educação? ou por acaso o filho do trabalhador não tem direito de comprar um lápis? É possível não computar saúde como fator de cálculo do salário mínimo? Não há o que comentar. É possível não computar o lazer? Ou por acaso o trabalhador de salário mínimo não pode ao menos uma vez por mês ir ao campo de futebol? E a Previdência Social? Sr. Presidente, ouvimos há pouco uma intervenção que não subsiste à mínima análise. Imaginemos que, se hoje o salário mínimo fosse oito mil cruzados, de imediato já não seriam oito mil cruzados, porque há o desconto de 8%, que é a parte que cabe ao trabalhador descontar para a Previdência. Portanto, propomos que antes de aferição ou projeção do lucro que se possa obter na atividade econômica se incluam no cálculo do salário mínimo pelo menos os fatores básicos para proporcionar uma vida digna ao trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, esta proposta, que a própria Liderança do PMDB entendeu como prioritária para a definição do salário mínimo, felizmente agora tem a subscrição de todos os demais Constituintes que apresentaram emendas nessa fase. Portanto, é com prazer que incorporamos à nossa proposta a co-autoria, a fusão de trabalhos dos Constituintes Marcelo Cordeiro, Nelson Sabrá, Vasco Alves, Walmor de Luca e Henrique Alves. E, mais do que isto: além da co-autoria, inclusive da própria liderança do PMDB, o apoio do próprio DIAP e das centrais sindicais. Estamos tratando de um assunto fundamental; por isso, é preciso ter o aceno, o assentimento, inclusive das forças expressivas do sindicalismo brasileiro.

Sr. Presidente, apelo a todos os Constituintes para que, ao elaborarmos uma Constituição que haverá de ultrapassar o milênio que se aproxima do fim, não nos esqueçamos de que o salário mínimo fixado em lei, e nacionalmente unificado, deve ser capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e às de sua família: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social, com reajustes periódicos, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada a sua vinculação a qualquer fim.

Somos pela justiça social, pela aprovação da proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Menezes, que falará contra a proposta.

Depois ouviremos o Relator e passaremos à votação.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o bom senso nos aconselha ocupar o menor tempo possível nesta tribuna, pois pouco se escuta do que aqui se profere. Mas há muito tempo estamos debatendo o assunto salário mínimo.

Quando o salário mínimo era variável, de acordo com as regiões do País — cada região tinha um determinado salário mínimo — apresentamos projeto de lei que, depois, foi transformado em lei, para que o salário mínimo fosse unificado em todo País. Felizmente, chegou-se a esse resultado, e o salário mínimo ficou igual, seja no Pará, no Rio Grande do Sul, ou em São Paulo. Hoje vejo uma emenda interessante que diz o seguinte: "Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado". Quer dizer, o salário mínimo igual em todo País, mas incapaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, transporte e Previdência Social, com reajustes periódicos de modo a preservar o poder aquisitivo.

Imaginem os Srs. Constituintes como determinar esse salário mínimo. Fosse para uma família composta de um casal, não seria difícil cumprir o que está aqui. Mas se a família tiver dez pessoas, como será determinado o valor do salário mínimo? Seria muito mais interessante — e eu quis apresentar uma emenda no sentido de que o salário mínimo fosse determinado pelo valor do trabalho que o cidadão prestasse — que se acabasse com essa história de salário mínimo. Isso é uma balela, não representa nada, porque se tal salário dá para uma pessoa viver, como é que vai dar para dez, doze ou quinze pessoas? Isso é uma mentira, e seria muito mais interessante que se remunerasse o trabalho de acordo com a capacidade de cada um. Temos defendido esse ponto de vista há longo tempo. Consideramos essa emenda folclórica e a ela não podemos dar o nosso apoio. Votaremos contra, Sr. Presidente.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria ouvir a palavra de S. Ex.^a, o Sr. Relator, sobre o texto da emenda que fala que devem ser incluídos no salário vários itens ou fatores relativos à vida social. Mas inclui entre esses fatores a Previdência Social e dá a entender que dentro do salário mínimo deverá estar o quantitativo que se vai pagar à Previdência Social, não só na parte referente ao empregador, como também na concorrente ao empregado. Então, deturpamos o conceito da contribuição à Previdência Social ao inserir no salário um elemento novo. Peço ao Sr. Relator que esclareça esse ponto, porque nosso voto será contrário à inclusão do item Previdência Social, porque será desfigurada

a conceituação social do salário, por conter um elemento administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a indagação do Constituinte Bonifácio de Andrada é procedente. Quando ofereci parecer à emenda apresentada em plenário, busquei na justificativa do eminente Constituinte Marcelo Cordeiro exatamente esse esclarecimento. O que S. Ex.^a quer é que 18%, que são descontados do empregado para a Previdência Social, sejam levados em consideração por ocasião do cálculo do salário mínimo, e não aquilo que poderia parecer um contra senso também. Portanto, Sr. Presidente, para que conste nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte, esta é a idéia do Constituinte Marcelo Cordeiro, para que não se burle amanhã a Previdência Social. Está S. Ex.^a ouvindo e concorda que os 8% são descontados apenas para servir de efeito de arbitragem do salário mínimo.

Por estas razões, o meu parecer foi favorável.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, agradeço ao eminente Relator a colaboração mas continuo em dúvida. Suas palavras não foram de fato perfeitamente indicativas; e para mim fica a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A consciência de cada um decidirá, em face do debate travado.

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB-SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB votará a favor da emenda.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, falo em nome da Liderança do PDT. O PDT tem orientação de votar "sim" para que o salário mínimo atenda às necessidades básicas do trabalhador.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — Pe. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para o nosso partido este voto é livre.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos proceder à votação. Queiram selecionar votos. Quem for favorável à emenda sobre o salá-

rio mínimo, resultante da fusão, selecione "sim", "não", os que forem contrários. Há possibilidade de abstenção.

(Procede-se à votação.)

O Sr. Mauro Miranda — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto. O meu voto é "sim". O painel está com defeito.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa recomenda, mais uma vez, que se faça a correção reclamada por V. Ex^a. Constará a declaração de V. Ex^a como votante.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa, enquanto votam os Constituintes avulsos, roga a compreensão e a boa vontade, que aliás não têm faltado, dos Srs. Constituintes para votarmos até às 20 horas.

Convoco uma sessão para amanhã de manhã, às 8 horas. Das 8 às 9h 15 min. haverá Comunicações das Lideranças e o Pequeno Expediente. Depois, no resto do dia, trataremos apenas de matérias que dizem respeito à votação da Constituição. (Palmas.)

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Constituinte José Serra.

O Sr. José Serra (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há pouco V. Ex^a convocou reunião para amanhã, dia 24, às 8h, sendo uma hora e quinze minutos destinados ao "Pinga-fogo" e às Comunicações de Lideranças. A votação começaria, então, às 9h 15min?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Havendo dúvidas, esclareço que a votação hoje irá até às 20h e, amanhã, sessão às 8 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa pede desculpas aos Srs. Constituintes, mas em face de razões técnicas e recomendação do encarregado, teremos de repetir totalmente a votação, para que se possa verificar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos repetir a votação. Todos sabem que se

trata do texto que, de forma analítica, dá cobertura ao salário mínimo. Todos já conhecem o texto, que procura substituir o inciso IV, de autoria do "Centrão", inciso esse que é sintético.

O Sr. Nilton Friedrich — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, pelo fato de que a votação foi paralisada por alguns instantes, gostaria que fossem acionadas mais uma vez as câmpainhas, porque muitos colegas se retiraram do Plenário, foram tomar cafezinho. A matéria é importante, tem parecer favorável do Relator. É conveniente, pois, que todos os Constituintes estejam presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa atenderá V. Ex^a. Já fizemos acionar as campainhas, assim como o fizemos anteriormente, para que aqueles que se encontram fora do recinto retornem ao Plenário. Portanto, se houver alguém que chegue depois da votação do Plenário, poderá votar nos postos avulsos.

(Procede-se à votação.)

O Sr. Mauro Miranda — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar que o meu voto é "sim". O painel está com defeito.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa providenciará a correção reclamada por V. Ex^a. Constará a declaração de V. Ex^a como votante.

O Sr. Vasco Alves — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra pela ordem o nobre Constituinte.

O SR. VASCO ALVES (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, registrei meu voto no posto de votação e meu nome não está aparecendo no painel. Gostaria que V. Ex^a consignasse que votei "sim", pois inclusive sou um dos autores da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Srs. Constituintes, a Mesainforma, segundo dados

técnicos, para maior segurança da votação, que está sendo instalado um equipamento **no-break** para corrigir eventuais quedas de energia. Possivelmente, como está ocorrendo esta instalação, tenha havido alguma interferência no processo de votação.

Em face disso e para que não se repita a votação, tendo em vista que hoje já votamos matérias da maior importância histórica, encerrarei a sessão, confirmando que a próxima se realizará amanhã, às 8, para continuação da votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —

NO DECORRER DA ORDEM DO DIA, COMPARECERAM MAIS OS SRS:

Antonio Carlos Franco — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; José Carlos Martinez — PMDB; Mussa Demes — PFL; Oswaldo Almeida — PL; Roberto Campos — PDS; Roberto Jefferson — PTB.

VIII — ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afonso Arinos — PFL; Áureo Mello — PMDB; Caio Pompeu — PMDB; Carlos De'Carli — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; David Alves Silva — PDS; Etevaldo Nogueira — PFL; Francisco Diógenes — PDS; Francisco Sales — PMDB; Gandi Jamil — PFL; Gerson Peres — PDS; Jessé Freire — PFL; João Herrmann Neto — PMDB; Joaquim Haickel — PMDB; José Egreja — PTB; Márcio Braga — PMDB; Mário Bouchardet — PMDB; Matos Leão — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Victor Trovão — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Encerro a sessão, designando para amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Votação, em primeiro turno, do Título II, Capítulo II, do Projeto de Constituição. (Votação iniciada.)

Encerra-se a Sessão às 19 horas e 17 minutos.

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

MESA

Presidente:
ULYSSES GUIMARÃES

1º-Vice-Presidente:
MAURO BENEVIDES

2º-Vice-Presidente:
JORGE ARBAGE

1º-Secretário:
MARCELO CORDEIRO

2º-Secretário:
MÁRIO MAIA

3º-Secretário:
ARNALDO FARIA DE SÁ

1º-Suplente de Secretário:
BENEDITA DA SILVA

2º-Suplente de Secretário:
LUIZ SOYER

3º-Suplente de Secretário:
SOTERO CUNHA

LIDERANÇAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

PMDB Líder: Mário Covas	Geovani Borges Mozarildo Cavalcanti Valmir Campelo Messias Góis Arolde de Oliveira Alércio Dias Evaldo Gonçalves Simão Sessim Divaldo Suruagy José Agripino Maia Maurício Campos Paulo Pimentel José Lins Paes Landim	Vice-Líderes: Plínio Arruda Sampaio José Genoíno PL Líder: Adolfo Oliveira
Vice-Líderes: Euclides Scalco Paulo Macarini Antônio Perosa Robson Marinho Antônio Britto Gonzaga Patriota Osmir Lima Gidel Dantas Henrique Eduardo Alves José Guedes Ubiratan Aguiar Rose de Freitas Vasco Alves Cássio Cunha Lima Flávio Palmier da Veiga Joaci Góes Nestor Duarte Antonio Mariz Walmor de Luca Raul Belém Roberto Brant Mauro Campos Hélio Manhães Teotônio Vilela Filho Aluizio Bezerra Nion Albernaz Osvaldo Macedo Jovanni Masini José Carlos Grecco Geraldo Alckmin Filho Nelson Jobin Miro Teixeira	PDS Líder: Amaral Netto Vice-Líderes: Virgílio Távora Henrique Córdova Victor Faccioni Carlos Virgílio PDT Líder: Brandão Monteiro Vice-Líderes: Amaury Müller Adhemar de Barros Filho Vivaldo Barbosa José Fernandes PTB Líder: Gastone Righi Vice-Líderes: Sólon Borges dos Reis Ottomar Pinto Roberto Jefferson PT Líder: Luiz Inácio Lula da Silva	PDC Líder: Mauro Borges Vice-Líderes: José Maria Eymael Siqueira Campos PC do B Líder: Haroldo Lima Vice-Líder: Aldo Arantes PCB Líder: Roberto Freire Vice-Líder: Fernando Santana PSB Líder: Ademir Andrade Vice-Líder: Beth Azize PMB Líder: Antônio Farias PTR Líder: Messias Soares

José Lourenço

Vice-Líderes:
Inocêncio de Oliveira
Fausto Rocha
Ricardo Fiuza

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Presidente:
Afonso Arinos — PFL — RJ

1º-Vice-Presidente:
Aluizio Campos — PMDB — PB

2º-Vice-Presidente:
Brandão Monteiro — PDT — RJ

Relator:
Bernardo Cabral — PMDB — AM

Titulares

PMDB

Abigail Feitosa	José Ignácio Ferreira
Ademir Andrade	José Paulo Bisol
Alfredo Campos	José Richa
Almir Gabriel	José Serra
Aluizio Campos	José Ulisses de Oliveira
Antonio Brito	Manoel Moreira
Artur da Távola	Mário Lima
Bernardo Cabral	Milton Reis
Carlos Mosconi	Nelson Carneiro
Carlos Sant'Anna	Nelson Jobim
Celso Dourado	Nelson Friedrich
Cid Carvalho	Nilson Gibson
Cristina Tavares	Oswaldo Lima Filho
Egídio Ferreira Lima	Paulo Ramos
Fernando Bezerra Coelho	Pimenta da Veiga
Fernando Gasparian	Prisco Viana
Fernando Henrique Cardoso	Raimundo Bezerra
Fernando Lyra	Renato Vianna
Francisco Pinto	Rodrigues Palma
Haroldo Sabóia	Sigmaringa Seixas
João Calmon	Severo Gomes
João Hermann Neto	Theodoro Mendes
José Fogaça	Virgildásio de Senna
José Freire	Wilson Martins
José Geraldo	

PFL

Afonso Arinos	João Meneses
Alceni Guerra	José Jorge
Aloysio Chaves	José Lins
Antonio Carlos Mendes	José Lourenço
Thame	José Santana de
Amaldo Prieto	Vasconcellos
Carlos Chiarelli	José Thomaz Nonô
Christóvam Chiaradia	Luís Eduardo
Edme Tavares	Mámo Assad
Eraldo Tinoco	Oswaldo Coelho
Francisco Dornelles	Paulo Pimentel
Francisco Benjamim	Ricardo Fiuza
Inocêncio Oliveira	Sandra Cavalcanti

PDS

Antoniocarlos Konder Reis	Jarbas Passarinho
Darcy Pozza	José Luiz Maia
Gerson Peres	Virgílio Távora

PDT

Brandão Monteiro	Lysâneas Maciel
José Maurício	

PTB

Francisco Rossi	Joaquim Beviláqua
Gastone Righi	

PT

Luiz Inácio Lula da Silva	Plínio Arruda Sampaio
---------------------------	-----------------------

PL

Adolfo Oliveira

PDC

Siqueira Campos

PC do B

Haroldo Lima

PCB

Roberto Freire

PSB

Jamil Haddad

PMDB

Antonio Farias

Suplentes

PMDB

Aécio Neves	Luiz Henrique
Albano Franco	Manoel Viana
Antonio Manz	Márcio Braga
Chagas Rodrigues	Marcos Lima
Daso Coimbra	Michel Temer
Délio Braz	Miro Teixeira
Euclides Scalco	Nelson Wedekin
Israel Pinheiro	Octávio Elísio
João Agripino	Roberto Brant
João Natal	Rose de Freitas
José Carlos Grecco	Uldurico Pinto
José Costa	Vicente Bogo
José Maranhão	Vilson de Souza
José Tavares	Ziza Valadares

PFL

Cleonânicio Fonseca	Jonas Pinheiro
Edison Lobão	José Lourenço
Enoc Vieira	José Tinoco
Gilson Machado	Mozarildo Cavalcanti
Hugo Napoleão	Paes Landim
João Alves	Ricardo Izar
João Menezes	Simão Sessim

PDS

Adylson Motta	Victor Faccioni
Bonifácio de Andrada	

PDT

Bocayuva Cunha	Luiz Salomão
----------------	--------------

PTB

Ottomar Pinto

PT

José Genoíno

PL

Afif Domingos

PDC

José Maria Eymael	Roberto Ballestra
-------------------	-------------------

PC do B

Aldo Arantes

PCB

Fernando Santana

PSB

Beth Azize

PMB

Israel Pinheiro Filho

Reuniões: terças, quartas e quintas-feiras.

Secretária: Maria Laura Coutinho

Telefones: 224-2848 — 213-6875 — 213-6878.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Preço de Assinatura

(Inclusa as despesas de correio via terrestre)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar avulso	Cz\$ 6,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, nota de empenho ou ordem de pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70 160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 95

(julho a setembro de 1987)

Está circulando o nº 95 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 360 páginas, contém as seguintes matérias:

— Direitos humanos no Brasil — compreensão teórica de sua história recente — **José Reinaldo de Lima Lopes**

— Proteção internacional dos direitos do homem nos sistemas regionais americano e europeu — uma introdução ao estudo comparado dos direitos protegidos — **Clèmerson Merlin Clève**

— Teoria do ato de governo — **J. Cretella Júnior**

— A Corte Constitucional — **Pinto Ferreira**

— A interpretação constitucional e o controle da constitucionalidade das leis — **Maria Helena Ferreira da Câmara**

— Tendências atuais dos regimes de governo — **Raul Machado Horta**

— Do contencioso administrativo e do processo administrativo — no Estado de Direito — **A.B. Cotrim Neto**

— Ombudsman — **Carlos Alberto Provençiano Gallo**

— Liberdade capitalista no Estado de Direito — **Ronaldo Poletti**

— A Constituição do Estado federal e das unidades federadas — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

— A distribuição dos tributos na Federação brasileira — **Harry Conrado Schüller**

— A moeda nacional e a Constituinte — **Letácio Jansen**

— Do tombamento — uma sugestão à Assembleia Nacional Constituinte — **Nailê Russomano**

— Facetas da "Comissão Afonso Arinos" — e eu... — **Rosah Russomano**

— Mediação e bons ofícios — considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina — **José Carlos Brandi Aleixo**

— Prevenção do dano nuclear — aspectos jurídicos — **Paulo Affonso Leme Machado**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I,
22º andar — Praça
dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
— Telefone: 211-3578

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura para 1988
(nºs 97 a 100): Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está lançando a obra **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras**.

A publicação, em 3 volumes, apresenta os textos integrais e um índice temático comparativo das Constituições de 21 países.

Volume 1

BRASIL — ALEMANHA, República Federal da — ARGENTINA

CHILE — CHINA, República Popular de

CUBA — ESPANHA — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FRANÇA — GRÃ-BRETANHA — GUINÉ-BISSAU

Volume 2

ITÁLIA — JAPÃO — MÉXICO

PARAGUAI — PERU — PORTUGAL — SUÍÇA

URSS — URUGUAI — VENEZUELA

Volume 3

ÍNDICE TEMÁTICO COMPARATIVO

Preço = Cz\$ 500,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Telefone: (061) 211-3578) Senado Federal, Anexo I, 22º Andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF.
Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: CZ\$ 6,00